# A Reconquista do Brasil

J. W. Bautista Vidal

## SEM ENERGIA DA BIOMASSA NÃO TEM SOLUÇÃO

Este indignado e comovente livro de J. W. Bautista Vidal, o cientista gênio inventor do Proálcool, contém um roteiro bioenergético, um Projeto Nacional visando a descolonizar o Brasil da injustiça, da miséria e da submissão.

Nós somos a maior nação tropical do planeta e a energia da biomassa é fruto do encontro amoroso, fecundo, do sol com a água, o sol democrático brasileiro.

Conhecedor das realidades energéticas mundiais (pós-graduado em física nuclear nos EUA), o galaico-baiano Bautista Vidal conhece em profundidade o assunto *energeia*, para usar a palavra grega. Belo título este: *A Reconquista do Brasil*. Não há outro jeito de reconquistá-lo. Um livro apoteótico a favor dos trópicos e contra a moeda "forte" como falso símbolo de riqueza. Sem energia não há vida. O petróleo está acabando no mundo inteiro. Não dura além de trinta anos, enquanto a biomassa é energia limpa, renovável e permanente. Então por que não fazer uso extensivo dela, criando milhões de empregos para o nosso povo?

Neste livro iluminado pela luz e pela água, o programa político da reconquista do País recusa o suicídio do binômio petróleo-moeda sem lastro: a simbiose petrograna. O diabo dólar, o falso dinheiro "papel pintado". O cassino financeiro. O câmbio rabo preso. A economia de cemitério, eunuca. Qualquer pessoa entende o que está escrito nestas páginas: a crítica científica e desmistificadora do "Plano Real", a armadilha perversa montada lá fora para se apropriar dos ricos recursos naturais do Brasil. O leitor ficará sabendo que apenas o dendê da Amazônia ou o babaçu do Maranhão valem cada um uma Arábia Saudita para sempre. Também, que a crise contemporânea mundial é reflexo direto da decadência da civilização do petróleo. E nós temos mandioca, mamona, cana-de-açúcar e as mais portentosas florestas da Terra.

J. W. Bautista Vidal

# A Reconquista do Brasil

**Diagramação:** Luiz Oliveira

**Capa:** Rogério Costa

**Produção Editorial:** Marcelo Castelo de Carvalho

CATALOGAÇÃO NA FONTE DO
DEPARTAMENTO NACIONAL DO LIVRO

B3552R

Bautista Vidal, J. W. (José Walter).
A Reconquista do Brasil / J. W. Bautista Vidal. - Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1997.
220 p. 16 ; 23 cm.
ISBN 85-85114-96-7.
Bibliografia: p. 217-218.
1. Política econômica. 2. Brasil - Política econômica. 3. Brasil - Condições econômicas. I. Título.

CDD-338.981



Direitos de Publicação em Língua Portuguesa:
**EDITORA ESPAÇO E TEMPO LTDA.**
Tel/Fax: (021) 262-2669
Rua Santa Cristina, 18 - Santa Teresa - CEP 20241-250
Rua Antunes Maciel, 131 - parte (depósito) - CEP 20940-010
Rio de Janeiro

*Dedico este livro a um grupo excepcional de brasileiros, pela competência, profunda visão nacional e crença no futuro. Eles compartilharam sempre com o autor da luta pelas idéias deste livro, que visam à construção de bases sólidas para uma apoteótica e permanente civilização solidária dos trópicos. São eles:*

***Antônio Carlos de Andrada Serpa, Marcello Guimarães de Mello, Paulo Vieira Belotti, Sebastião Simões Filho, Sérgio de Salvo Brito e Severo Fagundes Gomes.***

## Agradecimentos

Agradecemos a Nelson Werneck Sodré, que nos honrou aceitando prefaciar este livro. Nada é possível construir de permanente que não esteja no bojo da história comum, por isso, ninguém melhor que nosso melhor historiador vivo para alimentar o debate que este livro tem a pretensão de provocar. Agradecemos também a Carmem Puig pela crítica ao conteúdo, contribuições sobre a forma e, em particular, ao prezado amigo que, comungando dos mesmos ideais para com o nosso Brasil, pediu para não ser citado, e ainda àqueles que, de modo anônimo, contribuíram em um sem-número de encontros que vimos realizando em vários pontos do país e que representaram amplo espectro da população brasileira. Destacamos e agradecemos, em especial, ao destemido e fundamentado propugnador das idéias sintetizadas neste livro, o sociólogo e homem de pensamento comprometido com o Brasil, Gilberto Felisberto Vasconcellos. As falhas que restaram são da estrita responsabilidade do autor.

# Índice

# *"Aos Traidores, a Forca"*

*Barbosa Lima Sobrinho,*
*doze dias antes de completar*
*um século de existência.*

# *Prefácio*

*Nelson Werneck Sodré*

Este livro é mais um serviço prestado pelo mestre J.W.Bautista Vidal ao povo brasileiro. Ele analisa a paisagem mundial em que está inserido o caso do Brasil e define com precisão essa conturbada paisagem e o nosso caso específico. Começa, no ensaio básico que é o capítulo "A Armadilha", a extrair da confusão a que os sofismas relegaram o problema essencial.

A premissa dessa análise é que o mundo atual, depois da chamada Guerra Fria, tornou-se domínio do capital financeiro. Desde que esse capital estabeleceu a submissão das moedas nacionais ao dólar, conseqüentemente ficou firmado o predomínio do país emissor e seus limites pela expansão transnacional desse capital com base no dólar. Daí a restrição crescente do poder de competição das empresas dos países ditos periféricos. Assim, por uma espécie de mágica, a moeda passa "de apenas símbolo e instrumento intermediário das trocas internacionais" à categoria de medida de todas as coisas. É evidente que essa mágica importava em prejuízo para os países periféricos, no desejo de seus povos para alcançar o bem-estar, o pleno emprego e, particularmente, a capacidade de decidir seu próprio destino.

A submissão ao novo centro único de poder se define, desde então, na "âncora" do dólar. Não por acaso, mas por submissão a uma norma específica, inerente ao sistema mundial agora instaurado, as moedas dos países periféricos, pela ação de seus economistas alienados, passam a ser estabelecidas de acordo com a "âncora" do dólar. Isto é, um dos símbolos mais significativos da soberania, a moeda nacional, deixa de existir para que, de um lado, a dominação se estabeleça e, de outro, a submissão se instaure, surja e se expanda toda uma ideologia que começa pela aceitação da fatalidade dessa submissão, fora da qual é impossível existir uma economia sólida.

Trata-se de uma das mais deslavadas chantagens que o mundo já conheceu. Embora assim proclamada, enquanto fatalidade, por alguns daqueles que a aceitaram, isto é, que se submeteram a tal hegemonia - forma com que pretendem justificar a submissão que assumiram, enquanto dirigentes. Na verdade, não existe fatalidade alguma nesse processo de submissão em escala internacional.

A ideologia, paralelamente, foi gerando conceitos novos, que vivem apenas da repetição e da aceitação e do conformismo resultantes de dominação incontestada, como, para mencionar só um exemplo, o famigerado "Custo

Brasil", com que se embala e se ornamenta outra chantagem que não resiste a uma análise isenta.

Em grande escala, isto é, no nível básico, surgem outras formas de chantagem. Como a das privatizações, apontadas como saída salvadora para situações cuja mazela não se abaliza nem se explica. Trata-se, segundo o apregoado, de "fazer caixa" e, para isso, realizar o desmonte da "espinha dorsal de nossa estrutura produtiva", conforme bem situa o autor. No caso, a chantagem não resiste a simples constatação numérica: desde 1991, privatizamos, no Brasil, 44 empresas, gerando, nessa operação, 13 bilhões de reais — 10,4 deles em moedas podres —, com uma sobra aproveitável de 2,6 bilhões de reais. Ora, com o chamado "Plano Real", de julho de 94, a dívida interna bruta do governo dobrou, ou seja, ficou 404,52% maior do que todo o dinheiro contido nas privatizações. Delas, para cúmulo, nem um centavo foi destinado a investimento.

Outra chantagem em voga nestes tempos de confusão propositada de valores, inclusive estendida ao campo semântico, tem sido a do "desemprego estrutural".

Como é sabido, tal forma de mazela moderna à época que estamos vivendo resulta, macroscopicamente, na diferença estabelecida em decorrência dos avanços tecnológicos. À medida que o trabalho humano é substituído pelas máquinas, surge essa espécie de desemprego denominado solertemente de "estrutural".

Com essa palavra mágica pretendem os justificadores das mazelas ressaltar a impostura do caráter de fatalidade do processo.

Ora, não é aqui lugar para esclarecer que o fenômeno merece análise mais profunda e não explica nem justifica, por si só, o desemprego que, hoje, apavora os países mais desenvolvidos e mais ricos. Mas o que interessa é mostrar que o nosso desemprego, essa triste e amarga decorrência da política de submissão ditada pelo neoliberalismo, nada tem a ver com o famigerado, malsinado e enganoso "desemprego estrutural".

O desemprego que vem afligindo camadas cada vez maiores de trabalhadores no Brasil decorre do chamado Plano Real, e somente dele, nada tendo a ver com o fenômeno ocorrido nas áreas desenvolvidas. Nem o nosso desenvolvimento tecnológico realmente atingiu o nível a que chegou naquelas áreas. São coisas especificamente distintas, confundi-las é mais uma chantagem do neoliberalismo, aqui adotado como panacéia.

Na verdade, como bem esclarece Bautista Vidal, o modelo tecnológico dependente, dá ao exterior, aos centros dominantes que ditam a política, o poder de definir a nossa estrutura produtora. Perdemos o controle do nosso próprio desenvolvimento. Como sabem até os Chicago-boys, o de-

semprego no Brasil está ligado à administração dos fatores de produção. Os seres humanos não são substitutíveis, descartáveis, como querem fazer crer os partidários do neoliberalismo. Se fosse como eles pregam e aceitam, estaríamos relegados ao nível da barbárie, quando os meios assumem o papel de fins.

É preciso considerar sempre que a tecnologia é um meio e não um fim, e, assim, é perfeitamente possível qualificar como "atrasada" uma tecnologia, quando ela não serve à sociedade a que se destina, ou, conforme define com lapidar clareza o autor deste precioso livro, a "tecnologia deve ser julgada quando inserida nas circunstâncias em que opera". Ela está gravemente comprometida num mercado controlado por um número reduzido de oligopólios globais que administram os preços.

Abrimos mão, recente e amargamente, do controle dos bens que a natureza nos dotou, com a "Lei das Patentes", celebrada como vitória empolgante da parte dos que a impuseram e vão dela usufruir, mas que foi gravíssimo atentado aos nossos interesses. É justamente em casos como o dessa lei que se constata o papel importante do Estado - essa vítima do neoliberalismo - no seu dever de zelar pelos interesses do povo.

Escravos de uma das formas mais ostensivas e antigas de hegemonia do capital financeiro que fez do dólar moeda universal, a do endividamento externo, vamos carregando o pesado ônus do famigerado "serviço da dívida", que é a forma que assumia, de velhos tempos, a nossa contribuição ao desenvolvimento das áreas hegemônicas, em detrimento da nossa própria acumulação e do conseqüente desenvolvimento.

Para definir com clareza o papel supremo de hegemonia financeira internacional, Bautista Vidal menciona dados realmente escandalosos: as relações mundiais de intercâmbio de bens foram, em 1994, de 3,7 trilhões de dólares, enquanto as transações financeiras, no mesmo período, sem descontar as usuais repetições, atingiram 250 trilhões de dólares desligados em grande parte da circulação real de riqueza. Uma disparidade assim gigantesca acarreta, no fim de contas, a perda de sentido de sua própria natureza. É, como diz bem Bautista Vidal, um fenômeno em que "a moeda falsa destrói a consistência dos valores reais".

Ele assinala também um dos traços mais nefastos do neoliberalismo e dessa hegemonia financeira de um centro único: a desestima pela própria moeda e a submissão, como remédio milagroso, ao dólar como uma espécie de salvação. É por isso inclusive que estamos assistindo, no Brasil, ao quadro imposto pela essência do Plano Real. Ele paga a estabilização monetária — apresentada como uma proeza — com a exaustão da capacidade interna de investir, a destruição da indústria nacional e até da agricultura.

O país é embalado, com freqüência, com ondas de falso moralismo, em que os pequenos roubos são erigidos em problemas de importância enorme, enquanto as formas "legais" de debilitar o poder de investir e de desenvolver ficam esquecidas, abafadas pelos pequenos escândalos que escondem os grandes e fundamentais, aqueles que efetivamente afetam a essência política e a estrutura material do país. O capítulo "A Crise", neste livro, por isso mesmo, traça um quadro tenebroso do que se passa entre nós.

A definição de energia dá a medida do rigor científico do autor: "É tudo aquilo capaz de produzir trabalho. Está na origem de todas as transformações e movimentos de fundo físico. Não se cria nem se destrói, apenas transforma-se de uma em outra forma e sempre provém da natureza." Conseqüentemente, a definição de tecnologia aparece em sua plenitude: "Instrumental intelectual e físico que permite o uso das fontes energéticas da natureza para o benefício ou aumento de poder do homem e das civilizações; ou seja, a tecnologia desenvolve-se sempre tendo em vista determinadas formas de energia." Claro que, para o cientista que vê assim os fenômenos fundamentais da vida humana e particularmente da vida em sociedade, o valor das teorias econômicas, em especial de teorias como aquelas geradas pelo neoliberalismo, é muito reduzido. O afã de considerá-las como de nível relevante esconde, na verdade, a necessidade de sonegar o conhecimento da realidade e em particular, a realidade nacional.

O nosso caso, o caso do Brasil, merece, por isso mesmo, de Bautista Vidal, algumas linhas definitivas: "Todas as políticas ditas econômicas, desde 1979, exacerbadas pelo neoliberalismo, visam a impedir a ampliação do mercado interno, bem como o uso crescente e a valorização de nossos abundantes recursos naturais estratégicos." É a tarefa gigantesca e exasperada de destruição do que possuímos de nacional em nós e a aceitação de uma submissão que relega a último plano o interesse do povo, e, no fim de contas, desmontando o nosso patrimônio e destruindo o que temos de melhor e mais caracterizadamente nosso, importa em negação da pátria e dos valores que a definem.

Neste livro fundamental, o cientista, que conhece como poucos o que possuímos de melhor e por isso tem confiança absoluta na nossa capacidade de construir um grande país, compartilha os seus conhecimentos especializados com o rigor de uma análise política de que estamos tão carentes nestes dias tenebrosos em que o Brasil é vítima da mais insana traição da parte de seus governantes. Não falta, por isso mesmo, no livro, a capacidade de indignação própria de quem não quer abdicar da condição de brasileiro. Este é o melhor de seus títulos. Haverá algo de mais alto?

*Rio de Janeiro, maio de 1996*

# *Apresentação*

Gilberto Felisberto Vasconcellos

A verdadeira realidade brasileira é a da energia contida na natureza tropical, enquanto a falsidade simbólica é o dinheiro, envolvido na alienação dos pacotes tecnológicos externos.

Depois da década perdida dos anos 80, o Brasil entrou de gaiato no mimetismo colonial energético do petróleo e das usinas nucleares. Sem dúvida estaríamos bem representados esteticamente com a alegoria dos recursos naturais, ao invés de nos ludibriarmos com o falso símbolo da "moeda forte". O cientista J.W. Bautista Vidal, físico e engenheiro, colocou em vários ensaios o divórcio entre a natureza e a economia, divórcio esse, que no final do século XX é a essência da alienação existencial na sociedade brasileira. O homem brasileiro é um alienado energético por excelência, que lembra o homem-massa de Ortega y Gasset; ele é incapaz de viver seu espaço e seu tempo, permanecendo portanto desterrado em sua própria terra e, sob o influxo televisivo, cada vez mais boçal. Não há ninguém no Brasil, seja marajá ou ferrado, que não tenha passado pela condição alienada de sua própria energia.

Embora tenha seu nome vinculado ao da energia da biomassa — o encontro sempre renovável do Sol com a água —, Bautista Vidal contou-me em Brasília que se sentira constrangido, em sua juventude de pós-graduado no exterior, pelo fato do carvão mineral ser escasso e de baixa qualidade entre nós, como se em tal carência estivesse a maldita fatalidade de nosso atraso civilizatório. Este fato reflete a pérfida ideologia colonialista de origem anglo-saxônica que arruína a auto-estima e reduz a alta potencialidade dos trópicos, úmidos e ensolarados, muito ricos em formas renováveis e limpas de energia e felizmente pobres em formas não-renováveis e altamente contaminantes, como é o caso do carvão mineral.

A relação esquizofrênica do homem colonizado com o seu meio ambiente natural é produto do amálgama de fatores locais (ignorância da população e dos intelectuais) com fatores internacionais e políticos, principalmente a divulgação mediática da armadilha montada pelos países ditos ricos do hemisfério norte, que usaram e abusaram da energia antiga em vias de extinguir-se: o petróleo. A crise contemporânea mundial é um epifenômeno da decadência da civilização do petróleo, a exemplo da última guerra videofinanceira do Golfo: a disputa pelo que restou da energia do

passado. No final da década dos 80, Bautista Vidal alertou para o perigo do Brasil, que detém a energia do futuro (a biomassa tropical), vir a ser o próximo Oriente Médio, região conflagrada desde 1973, hoje sob ocupação militar dos EUA. Com a ascenção de FHC ao poder em meados dos anos 90 não foi necessário dar sequer um tiro para entregar o imenso patrimônio biológico, base da energia renovável, ao controle externo, por meio da lei das patentes. Ora, quem dispõe e controla a energia dispõe do poder. Portanto, o objetivo dos países hegemônicos é apossar-se da energia do futuro, pelo controle do potencial de biomassa tropical, de modo que o "Plano Real" de FHC deve ser compreendido em função da jogada energética: a barganha entre a estabilização da moeda e a internacionalização de recursos naturais estratégicos. Em 1997, Bautista Vidal escreve o ensaio *A Reconquista do Brasil*, tendo como pano de fundo o fato, hoje claro, da sua servidão aos países hegemônicos ter aumentado em função das alucinadas privatizações feagaceanas.

Em seus livros anteriores encontramos a análise do equivocado modelo de desenvolvimento econômico dependente, implantado no Brasil desde metade dos anos 50, cuja responsabilidade caberia ao governo JK, que fez da Autolatina o demiurgo do progresso e da modernidade. De JK a FHC continuamos com a mesma política petrolífera do automóvel, que resulta desse modelo dependente, culminando com as florestas queimadas pelo dólar: convém não esquecer que o uso alucinado do carvão mineral e do petróleo nos países ricos vem provocando o temido efeito estufa e a chuva ácida.

A tomada de consciência do valor universal da energia da biomassa por Bautista Vidal não é apenas um acontecimento de liberação gnosiológica dele como cientista e físico que se descoloniza, mas sim alguma coisa a mais: um marco no modo de interpretar a cultura brasileira. Vá lá a comparação: Bautista Vidal é o Gilberto Freyre do trópico como realidade dinâmica, tendo a energia como motor. Ou seja, com Bautista Vidal a tropicologia de Gilberto Freyre ganha o fundamento científico da física. Estou de acordo, porém o trabalho científico de Bautista Vidal está alicerçado em projeto político definido para a sociedade brasileira, o que nunca foi o caso da tropicologia do meu xará de Apipucos. Minha tendência é a de privilegiar hoje a totalidade energética. Contudo isso não quer dizer que Bautista Vidal e Gilberto Freyre estejam culturalmente separados um do outro, talvez até eu diria que Bautista Vidal é o Gilberto Freyre galego, em transe, radical, indignado, apoplético, puto com o câncer da servidão neocolonial financeira que poderá inviabilizar o Brasil como nação, esfacelada por vinte ou trinta multinacionais.

A saudável radicalidade política de Bautista Vidal vai além da tropicologia sociológica porque, ele toca fundo no tótem genocida, dinheiro, desmistificando a chamada ciência econômica e o falacioso conceito de desenvolvimento, mero crescimento econômico, fato esse que, de resto, por si só, mereceria tirar Celso Furtado de seu silêncio sepulcral. Quanto à alienação energética em que se vê enredada a disciplina da economia política no Brasil, observando as grandezas físicas da natureza e do cosmos, Bautista Vidal opera a lúcida clivagem entre a moeda — papel pintado — e a riqueza dos recursos naturais, procedendo à engenhosa e irrefutável inversão: "nós, não eles, temos a riqueza real". Bautista Vidal escreveu isto antes de FHC cunhar a moeda com o nome de "real", o que sem dúvida elevou absurdamente a taxa anfibológica da palavra "real", junto com a impostura do câmbio rabo preso e o novo-"new"-papel pintado. É a história que mostra a Bautista Vidal o fundamento da crítica ao dinheiro, crítica essa que foi abandonada pelos marxistas brasileiros, os quais se concentraram na leitura de Marx anti-Estado, que é o berço acadêmico tanto do PT como do PSDB paulistas. Atento ao fenômeno do fetichismo da mercadoria na fase do capital videofinanceiro, Bautista Vidal denuncia que o dólar virou papel pintado depois que o tratado de Bretton Woods foi ativado e o padrão-ouro tornou-se nostalgia. Resulta daí sua posição nacionalista: a máquina financeira (com a tecnologia estrangeira) é o principal adversário da emancipação do povo brasileiro.

A crítica à política energética — o mimetismo da importação de energia é a base vital para desmistificar o sistema fraudulento do Banco Central. Em outras palavras, o dólar internacional ou a energia nacional, *that is the question*, como se o movimento financeiro estivesse refratário à manifestação da vida - vida intensa dos trópicos. Em termos políticos, isso significa a dissolução do Brasil como sociedade organizada. Esse raciocínio é retomado em *A Reconquista do Brasil*, livro escrito durante a abertura dos portos feagaceanos às empresas privadas transnacionais e às estatais estrangeiras, em que o divórcio entre recursos naturais e sistema monetário atinge o paroxismo da loucura, sem esquecer no entanto que a Nova República, iniciada com José Sarney, foi mais entreguista do que o período militar. De lá para cá estamos vivendo a democracia desnacionalizada, em que o abstrato valor de troca reina de modo absoluto: a moeda "real" não precisa ser real, nem nossa, o que leva tudo o que é nacional ao desastre. Assim, desmoralisa-se a representação popular, base da legitimidade do processo democrático.

A crítica de Bautista Vidal ao Plano Rreal de FHC tem como pressuposto a ditadura do sistema financeiro internacional, em que os demais fatores de produção não mais contam na determinação da riqueza; ou seja, a moeda, ente abstrato, falsamente simbólico, passou a ser a medi-

da de todas as coisas. Passou a ser fim de si mesma. Não depende nem simboliza nada. É auto-suficiente. A moeda pela moeda virou falso capital produtivo. Na verdade, desvinculou-se da realidade física e dos objetivos-fins dos povos.

Bautista Vidal põe o dedo na farsa ideológica da moeda real, criada por "decreto-lei" — medida provisória: somente na aparência é que o objetivo do "real" foi acabar com a inflação. A essência porém é outra: ela reside na estratégia da nova ordem mundial, em que a carência de recursos naturais nos países hegemônicos contrasta com a existência entre nós de imensos patrimônios vegetais e minerais, tanto que atualmente o riquíssimo subsolo brasileiro, num mundo hegemônico depauperado, deles desprovido, somente pró-forma pertence à União, por fraco preceito constitucional que ninguém respeita. Assim, em troca da estabilização monetária, com poder financeiro de comando externo, entregamos a riqueza física do território a outrem, de modo que nos tornamos escravos de corporações apátridas e de países estrangeiros. A "venda" da Vale do Rio Doce ao narcotráfico é a prova, segundo Bautista Vidal, de que FHC, a dona Maria a Louca da globalização, está entregando o país a aventureiros e escroques internacionais, contemplando, como Collor de Mello, o sonho de importados da classe média.

Em *A Reconquista do Brasil*, a abordagem nacionalista de Bautista Vidal nos oferece o prisma da totalidade — em contraponto à globalidade esfaceladora —, conectando a energia, a mídia e a moeda. O Plano Real é a nossa Guerra das Malvinas, ressaltando contudo, o fato de que a ocupação do poder nacional pela moeda alienante dispensou a guerra e o exército, que ficou sem função. Bautista Vidal denomina de "armadilha" esse plano monetário de Itamar-FHC-FMI, montado para que os países "ricos" apropriem-se do arsenal energético dos trópicos. Ele não discorre sobre essas questões como amador ou diletante. Na verdade, as fontes fósseis de energia estão praticamente exauridas nos países hegemônicos e próximas ao fim de uma era, a do petróleo, no restante. Os EUA neste século "torraram" a energia causa de seu esplendor, já decadente por isso mesmo. A carência é ainda maior entre os europeus e o Japão. Assim, o mundo dito rico, situado em regiões temperadas e frias do planeta, vive os últimos estertores da era do petróleo, o qual serviu-lhe como suporte essencial para o poder. Atualmente esse combustível aproxima-se da exaustão, não importa precisamente quando, pois o veredito está feito na concretitude da realidade e o que ainda resta exige complicados controles militares. O carvão mineral, por outro lado, está a exigir drásticas medidas de redução de uso, devido ao temido efeito estufa, de claras conseqüências já efetiva-

das. É assim, diante desse quadro, que nasce a diabólica estratégia do neocolonialismo de explorar, sem contemplação, a troco de nada, e jogando no lixo a História, os recursos naturais estratégicos das regiões intertropicais.

Desde a crise do petróleo de 1973, Bautista Vidal tem enfatizado a necessidade de um projeto nacional ancorado na energia da biomassa tropical. Caso contrário, os países hegemônicos, que carecem de modo básico de energia, procurariam minimizar o Estado nacional, com o objetivo de se apossarem com mais facilidade de nossos cruciais patrimônios vegetais e minerais, inclusive pelo controle real da Amazônia. O vaticínio de Bautista Vidal deve ser encarado com seriedade: depois do colapso da União Soviética, a disputa entre EUA e Japão passa pelo Brasil. Kissinger não disse, pensando no Brasil, que não poderia aparecer um outro Japão ao sul do equador? A partir do plano do "governo mundial" de submeter as moedas de 80 países à "estabilização" — ou seja, substituí-las pelo dólar — é que se impõe a estratégia de apropriação dos patrimônios estratégicos brasileiros, exigindo também o desmonte do Estado nacional, das estruturas de bem-estar social, dos sindicatos, das universidades, da produção tecnológica, ao mesmo tempo em que a grande mídia provoca a demolição da auto-estima e da vontade nacionais, além da sinistra perspectiva de desmembramento do território nacional. Cumpre acrescentar que até mesmo uma parcela da imprensa entra nesse pacote da globalização, cuja meta é acabar com aquela outra parcela que tenha compromissos nacionais. A globalização neocolonial é menos aliada da imprensa do que da televisão, embora não seja tarefa fácil convencer essa imprensa a engajar-se na batalha da soberania nacional e da felicidade popular. Vale a pena citar a coincidência posta em relevo por Nelson Werneck Sodré em sua clássica *História da Imprensa no Brasil*: nascemos no século XVI, junto com a imprensa no mundo. A tese de Nelson Werneck Sodré é que a grande imprensa não tem vocação heróica de independência nacional. O entreguismo sempre foi a tônica política da imprensa sob o comando capitalista do monopólio financeiro. Assim, o desafio está posto: como romper o cerco da mídia e persuadir a opinião pública para a importância da biomassa energética?

*A Reconquista do Brasil* é um livro que deve ser lido com uma perspectiva humanista pela contemporaneidade mundial, pois traz novas luzes à compreensão do fenômeno da suplência do trabalho produtivo, tomando como referencial a particularidade do caso brasileiro, em que a estabilização feagaceana da moeda não consegue extrair riqueza da natureza nem produzir bens e serviços para benefício dos brasileiros. A desqualificação do trabalho, de que o desemprego é um dos sintomas, corresponde ao

primado do valor de troca especulativo ou, no dizer de Bautista Vidal, "o antagonismo genocida entre o capital e a vida": o reinado absoluto do capital-dinheiro. A esbórnia financeira. A economia cassino. A dissipação do valor de uso. A economia de cemitério. O bem conhecido círculo vicioso improdutivo e eunuco do dinheiro. A abordagem original e inovadora de Bautista Vidal reside na ênfase do vínculo indissolúvel entre a questão da soberania nacional e o controle dos patrimônios energético e mineral, mas não apenas como achado teórico, pois a experência vitoriosa e estrangulada do Proálcool (1974-1979) lhe permitiu vivenciar na prática a tentativa de castração da biomassa energética pelo poder hegemônico mundial, na realidade o verdadeiro castrador, em conluio com servis agentes nativos, a "oligarquia dos pardais", de que falava Severo Gomes.

O nível de concretude que atinge (para não dizer o primor didático) a crítica radical de Bautista Vidal ao fetichismo do dinheiro resulta da clivagem entre energia e teorias econômicas, ou a recusa de mentalizar a questão energética dentro do aparato técnico da economia, a exemplo de capital, preço, juro, câmbio etc... Esse curioso vetor fisiocrata no enfoque de Bautista Vidal lembra algo de pré-socrático (a terra e a natureza surgem em primeiro plano) e chega a ponto de estabelecer uma relação antinômica entre a energia como grandeza física e a abstração da moeda. Decorre daí sua ética vital, consubstanciada em ataques veementes ao "papel pintado", à mistificação do "investimento", à pseudo-estabilidade monetária (que destrói a capacidade de produzir), ao uso descontrolado do dinheiro especulativo e de pacotes tecnológicos externos. É a entrega de nosso destino ao alienígena. Convenhamos: a vida — e a nossa vida concreta, como nação e como pessoa — é mais importante do que a moeda. Isso quer dizer que, ao não ter o numerário monetário qualquer relação com a realidade física e com os objetivos-fins da sociedade, e ao representar assim mesmo o valor dos valores, está se estabelecendo um sinistro processo que não pode levar a bom termo, nem é suportado por bom propósito. Que o diga o poder supremo do narcotráfico.

O humanismo de Bautista Vidal não o leva aos caminhos do devaneio; ao contrário, sua reflexão toca fundo na realidade contemporânea, ao conceber a voga do neoliberalismo como expressão ideológica do esgotamento energético do chamado Primeiro Mundo, na realidade condenado à decadência: a fartura do petróleo, razão de ser de seu apogeu, já era. Triste do país que descobrir grandes reservas de petróleo e não dispuser de portentoso poder nuclear, como o México, a Líbia, o Iraque, o Irã e a Nigéria, por exemplo. Diante desse quadro dramático, ele chama a atenção para a evidência cotidiana dos trópicos: nossa imensa e "eterna" fonte de energia,

centro e dínamo do sistema cósmico ao qual pertencemos, é o Sol. O reator a fusão nuclear em plena operação supre para sempre as regiões intertropicais com soberbas quantidades de energia limpa. O Sol é também a origem primeira de todos os combustíveis fósseis, em processo de desuso.

A viagem de Bautista Vidal é de natureza política, ou, caso se prefira, geopolítica: o mundo hegemônico quer impedir que exploremos a energia limpa e renovável dos trópicos, o que é um ardil para impedir que o século XXI seja o século do Brasil. Acontece todavia, que sem soberania (voltemos à tese fundamental de Bautista Vidal) continuaremos vítimas da manipulação internacional dos preços de tudo que produzimos. Mesmo que seja de crucial importância para os demais; não há mais as tradicionais "vantagens comparativas" que suportaram nos últimos dois séculos as teorias econômicas, assim como estamos impedidos de possuir uma moeda forte, ancorada em lastro energético tropical e nos minerais estratégicos insubstituíveis, em vez do uso do "papel pintado", ilegítimo e delinqüente, controlado por especuladores e máfias internacionais.

O cientista Bautista Vidal teve em sua vida a sorte de cruzar com Severo Gomes, homem culto e sensível aos danos da exploração colonial a que vem sendo submetido o Brasil ao longo da sua história. Desse encontro e das circunstâncias do embargo do petróleo, em 1973, resultou a práxis tecnológica da biomassa, o Proálcool, apenas a ponta de um imenso *iceberg*, vitorioso no início e logo freado por aquelas forças que não querem ver o Brasil ganhar a auto-suficiência energética e transformar-se, no século XXI, na grande potência energética do planeta. É fácil constatar-se porém, que pelas garras do poder neocolonial, para levar avante programa dessa natureza, nem tudo serão flores. O leitor poderá imaginar a angústia desse cientista patriota diante do irracionalismo dos últimos governos em matéria de política energética. Somente com o apoio de toda a população é possível levar avante tal programa. A mídia eletrônica, todavia, dominada pelo poder do dinheiro internacional, rejeita a possibilidade da consolidação do bem-estar e do poder nacionais tendo por base a grande riqueza concreta, de valor universal, e não se empenha em esclarecer a opinião pública quanto aos benefícios da descolonização energética. Severo Gomes é assim relembrado por Bautista Vidal, que lhe dedica, junto com outras importantes figuras, este livro. Severo — lembrem-se — foi quem, como ministro da Indústria e do Comércio do Brasil, proferiu a frase ontológica acerca da famosa escola econômica monetarista: "Entre as Escolas de Chicago, a que menos matou ainda foi a de Al Capone." Relembremos ainda uma outra frase de outro grande patriota, general de Exército Antonio Carlos de Andrada Serpa, também homenageado por Bautista Vidal: "Tudo que fizerem contra o nosso Brasil nós reverteremos. Apenas uma coisa não pode acontecer: parar de nascer brasileiros".

# *Introdução*

## Bases para Salvar a Vida

Este livro é o último de uma série de quatro, formando uma tetralogia sobre as questões brasileiras de nosso tempo, em que o primeiro deles, *De Estado Servil a Nação Soberana — Civilização Solidária dos Trópicos*, foi Prêmio Casa Grande e Senzala 1987/88 de interpretação da cultura brasileira.

Em conjunto, eles procuram analisar o Brasil contemporâneo em sua realidade sócio-política, cultural e histórica, ou seja, em seu processo civilizatório mais recente. A abrangência é não convencional e procura fugir das versões impostas pelas tradicionais visões setoriais, que implicam uso de paradigmas limitantes e, por isso, deformadores do conhecimento.

Neles são procurados como referências de análise, os parâmetros que relacionam diretamente a realidade com o poder que permite a sustentação das nações soberanas. Do mesmo modo, eles buscam afastar-se daquelas análises que vêem a produção de bens e serviços pelo viés das chamadas teorias econômicas que, baseadas na variável monetária, desviam a atenção da realidade para a abstração de uma falsa simbologia que serve a seus controladores e está levando o mundo ao desastre.

Ademais, o controle monopolista sobre a emissão da moeda de referência internacional conduz a escandaloso sistema que serve a determinados grupos, corporações e países.

Eles procuram também apresentar consistente argumentação de contestação explícita à validez dessas teorias, especialmente quanto ao modo como elas vêm sendo usadas no Brasil e em países com histórias recentes semelhantes. Ao mesmo tempo buscam valorizar as variáveis retiradas do mundo concreto, físico e social, que fundamentam a produção de riqueza, o bem-estar do homem e o legítimo poder, essencial à sobrevivência e à garantia de manutenção da dignidade das nações.

Essas variáveis são aquelas que derivam das questões energética, tecnológica, cultural, histórica, ambiental e humana: enfim, da política. Política de poder nacional, em confronto com o artificialismo dos instrumentos abstratos que têm por base exclusiva as finanças, estas controladas por "máfias" internacionais e por aqueles instrumentos que derivam da lógica dessas teorias, de inconsistentes fundamentos.

O enfoque geral da tetralogia está assim em oposição ao artificialismo delinqüente desses instrumentos de natureza abstrata, de base exclusivamente financeira, e que derivam dessa lógica mistificadora.

Ademais, procuram evidenciar a falsa estrutura de valores resultante dessas teorias que impera no jogo de poder internacional, em adição às inconsistências de seus fundamentos com o mundo concreto e com a ética, e que está levando, de modo evidente, o mundo ao desastre.

Procurou-se estabelecer neles bases sólidas para uma verdadeira teoria do desenvolvimento, não sendo no entanto uma nova teoria, posto que as que tomaram esse nome fundamentam-se na falsa variável monetária.

A moeda, que deveria ser apenas símbolo de entes concretos, essenciais à produção e útil instrumento de troca, transformou-se em fim de si mesma, de emissão monopolista arbitrária e base de políticas adrede equivocadas, que favorecem grupos mundiais predominantes, o que está levando à miséria e ao desespero povos e nações.

A inconsistência das chamadas teorias do desenvolvimento resulta do fato de que suas estruturas lógicas, bases conceituais e variáveis são as mesmas que conformam e definem as chamadas teorias econômicas, na realidade apenas financeiras.

De fato, tudo se passa como se elas fossem ainda legítimas. Na essência todas têm como variável básica a moeda — naturalmente a moeda de referência internacional —, como era de se prever, tendo em vista a falsa concepção de simbolizar todas as riquezas. Hoje, além dessa falsa simbologia, desde Bretton Woods, continua o absurdo do monopólio arbitrário de emissão...

Esse arbítrio de emissão, comprovado desde 1971, e mantida a tirania do monopólio, criou um monstro de mil cabeças, que tudo devora, em todas as partes onde, por traição, medo ou vergonha, não existam condições ou vontade política de rejeição ou mesmo de defesa.

Assim, essa dinâmica mundial impede qualquer possibilidade de competição local, o que vem destruindo as nações e seus respectivos povos que se submetem a esse sistema, especialmente após a imposição da generalizada doutrina da globalização.

Para suportar este estado de coisas, foi imposto à execração o nacionalismo, com o objetivo de impedir a criação de condições de defesa; ou seja, essa atitude visa a facilitar o massacre que esse sistema impõe sobre povos e nações desprevenidas.

Essas ações fazem-se mais intensas e destruidoras naqueles países que dispõem de grandes patrimônios naturais e que não participam do co-

mando compartido da esbórnia financeira mundial, e que, por isso e por motivos que veremos adiante, são as principais vítimas.

As estruturas conceituais das ditas teorias econômicas excluem as relações formais entre as atividades de produção e os principais elementos naturais e as dinâmicas que a sustentam, em especial, a crucial componente energética, que está na origem de tudo, e o processo tecnológico. Estes reúnem características especiais, profundamente distintas daquelas que essas teorias denominam fatores de produção.

Nessas teorias a energia e a tecnologia, que formam a base e garantem a estruturação e a operação das atividades produtivas, entram, de modo indiscriminado, na vala comum dos fatores, não caracterizando distinções essenciais dos demais e, portanto, impossibilitando análises de situação que as envolvam.

Essa a razão por que os economistas que conduzem o *main stream* das idéias modernas da economia mundial, não conseguiram prever, nem mesmo avaliar a irreversível crise energética que o mundo vive desde 1973, e que teve início com o embargo do petróleo pela OPEP. O que disseram e fizeram então seus principais luminares foi um "horror". Nos capítulos VIII a XII de nosso livro *De Estado Servil a Nação Soberana* e no capítulo IV de *Soberania* e *Dignidade, Raízes da Sobrevivência*, de título "Poder Energético dos Trópicos - Futuro do Proálcool", detalhamos esse contexto e algumas das barbaridades que então foram por eles perpetradas.

Em 1980, nos EUA, tivemos a oportunidade de aprofundar essas questões com alguns dos mais importantes entre esses economistas, o que permitiu consolidar alguns aspectos desta análise.

**Nada se transforma ou se move no universo físico sem a participação de energia. Assim, é impossível cogitar-se de discutir qualquer desenvolvimento ou transformação nesse universo sem levar em conta, de modo estrutural e conceitual, o papel da energia.**

Outro sintoma dessa inconsistência é a falta de tratamento nessas teorias da questão tecnológica. Na realidade, só recentemente foi por elas considerada, embora apenas como variável exógena. Por mais que Schumpeter procurasse realçar sua importância, essa questão até hoje não foi por elas entendida nem conceituada de modo adequado. E, como é necessário, ainda não passou a formar parte estrutural de suas formulações lógicas.

Na realidade, a questão tecnológica não desempenha na estrutura produtiva o papel de uma variável, pois conforma as características de um processo, que define uma "equação de produção", intervindo de modo direto na dinâmica da produção. Ela estabelece a participação dos fatores,

a forma de produção e as opções físicas e políticas de uma vasta gama de interesses, potencialidades e características.

A ausência dessa essencial conceituação levou economistas do Terceiro Mundo, em particular da conhecida escola da Cepal, a implantar nos principais países da América ibérica — América hispano-portuguesa — o modelo de crescimento econômico dependente. Dependente precisamente da questão tecnológica, como se isto fosse uma vantagem ou um possível caminho. Na realidade, deste modo cria-se a dependência na própria capacidade de decidir. Evidentemente, este modelo jamais poderia dar certo!

Chegou-se até a elaborar suposta teoria da dependência, tendo um de seus principais proponentes alcançado a Presidência da República do Brasil. Ao contrário do que se propaga, fruto de seu habitual descompromisso com a realidade nacional e com a verdade, ele vem implantando o que então escreveu, mais como fruto da ideologia dos hegemônicos do que de suas próprias idéias. Nisso, sua coerência é inconteste.

Somente um absoluto desconhecimento de causa poderia explicar por que países da América ibérica seguiram cegamente esse roteiro suicida. Do ponto de vista conceitual e político, o desastre que se avizinha tem suas origens na vulnerabilidade criada pela incrível dependência tecnológica com que se montaram nossos parques produtivos, na chamada fase desenvolvimentista. Foi essa dependência a essência do modelo que pretendia crescer "cinqüenta anos em cinco".

Por meio desse modelo, entregou-se a corporações transnacionais o imenso mercado potencial de substituição de importações desses países, com o benefício adicional de amplos privilégios, dando-lhes o assim comando do processo de espoliação do Brasil, a que agora assistimos estarrecidos completar-se.

A complexidade e a amplitude da análise da questão tecnológica torna impossível seu desdobramento nesta introdução. Detalhado estudo desta questão encontra-se permeando os livros da tetralogia, especialmente nos capítulos II a VII de *De Estado Servil da Nação Soberana*; no capítulo III de *Soberania e Dignidade, Raízes a Sobrevivência*, de título "Poder Neocolonial", e no capítulo I de *O Esfacelamento da Nação*, de título "Quarenta Anos de Paradoxos e Contradições".

Para evidenciar a profunda inconsistência dessas teorias com a realidade e com o processo de desenvolvimento, bastaria considerar que o tempo, componente intrínseco aos fenômenos naturais e às leis do universo físico e biológico, não constitui variável estrutural dessas teorias. Isso significa ignorar a evolução entrópica do universo e da vida, um dos pilares básicos da ciência.

Ademais, o *main stream* dessas teorias trata as sociedades como sistemas contínuos, como se elas se comportassem como máquinas, e não como entes coletivos descontínuos, volitivos, de comportamentos peculiares, de acordo com sua história e cultura, muitas vezes imprevisíveis e de evolução não linear.

Na realidade, as sociedades são acionadas por poderosas forças históricas, culturais e espirituais — fruto de suas crenças, religiões, costumes e tradições — que escapam das bisonhas análises dessas falsas teorias. O chamado neoliberalismo, em prática inusitada mas de conseqüências infelizmente previsíveis, simplesmente passa como um trator por cima dessas forças. É a barbárie como forma estruturada de promoção da destruição dos povos e da vida.

Mesmo quando não se levam em conta esses parâmetros essenciais ao entendimento do desenvolvimento físico e cultural da vida coletiva dos povos e da sua história, essas teorias restringem à tendência deformante das suas análises. Nesse sentido, as correntes monetaristas não se distinguem, na essência, das correntes estruturalistas, como procuramos deixar claro no capítulo XII ("Economia, Ciência ou Biombo de Interesses") do primeiro livro da tetralogia.

Como último de uma série, este livro procura ser conclusivo e síntese dos demais, além de apresentar roteiro para um projeto nacional, que propõe bases para uma estratégia de desenvolvimento. Isto implica, necessariamente, tratar o mundo físico tal como ele é: com suas leis e princípios gerais, potencialidades e peculiares.

Ademais, seria primário, até bisonho, ignorar o contexto sócio-político-histórico-cultural-ambiental de um povo que tem em suas circunstâncias trunfos concretos, quando se trata de promover o desenvolvimento, ou, mais claramente, o autodesenvolvimento.

Neste caso, em nenhuma hipótese, esse povo abriria mão de seu fantástico acervo físico e cultural, o qual contém no seu bojo séculos de avanço, em especial no campo humano — da espécie humana —, em relação a certas raças e povos que se auto-intitulam avançadas, desenvolvidas, superiores, sem dizer em relação a que, salvo na falácia do dinheiro falso e na brutalidade militar.

Destacamos também a tolerância de nosso povo para com outros povos, raças e crenças, fruto de intensa miscigenação, acrescida da cultura mediterrânea, que nos enriqueceu trazendo o que de mais consolidado a Europa podia oferecer à época, fruto de civilizações milenares, que colonizaram oito vezes a península extrema, em natural convergência, aberta

pelos desbravadores do além-mar tenebroso, por meio da maior epopéia vivida pelo homem: a descoberta do Novo Mundo.

Não esqueçamos ainda nossa natural alegria de viver, que resulta da nossa natureza generosa, não agressiva, para gozo da qual atraímos quem queira conosco vir comparti-la. Essa postura acolhedora, porém, não vem sendo bem entendida por interesses alienígenas, que para aqui vêm extorquir nossos ricos patrimônios, como se fôssemos um povo de idiotas, sem caráter ou sem qualquer compromisso com os nossos filhos.

Esse insensato desrespeito à nossa acolhida é alimentado por geração de mal-nascidos, que, tendo aqui tirado certidão de nascimento, não são brasileiros, mas aproveitadores de nossa ainda ilimitada generosidade e que estão levando esta grande nação ao esfacelamento e ruína. Não excluamos também os omissos e os pusilânimes, os que se comportam como se nada do que aqui ocorre tivesse a ver com eles, como se não fossem brasileiros, mas marcianos que aqui caíram por acaso. Estes continuam tirando suas vantagens sobre o resultado do esforço coletivo que aparentemente querem ignorar. E, as dolosas conivências com o atual estado de coisas, resultam tão criminosas quanto as ações dos traidores explícitos.

Qualquer estratégia que vise ao desenvolvimento não pode, naturalmente, excluir o mundo físico. Sem ele o processo produtivo é impossível, pois não haveria a base concreta que o fundamenta. Isto estabelece como crucial, a participação das matérias-primas e da energia nas políticas de produção e, de modo conseqüente, o valor estratégico delas nessas políticas. Assim, nas circunstâncias mundiais, suas abundâncias relativas têm peso decisivo.

Sob a abstração do poder monetário e o controle do comércio por grandes corporações que formam oligopólios e cartéis, não raro monopólio de âmbito mundial, as matérias-primas e a energia são submetidas a absurdas desvalorizações, como se seu papel fosse desprezível, como são absurdamente desprezíveis seus respectivos preços, manipulados no mercado internacional. Isso corresponde a deformar profundamente as regras mínimas de um suposto livre mercado. Na realidade, este conceito somente existe no discurso neoliberal para enganar populações caipiras. Podemos assim afirmar que o livre mercado é o que menos existe hoje nas relações econômicas internacionais; a começar pelo monopólio mundial das patentes, hoje estendido aos produtos farmacêuticos, alimentares e à própria vida. A importância negativa desta nefasta legislação levou-nos a dedicar a ela todo o Capítulo III, de título "Lei de Patentes, a Chantagem do Século", de nosso terceiro livro, *O Esfacelamento da Nação*.

Estamos reiteradamente referindo-nos ao mundo físico tal como ele é, no qual se localizam os elementos concretos essenciais a todas as ativida-

des que levam ao bem-estar e ao poder do homem, sem excluir aqueles que conformam o poder bélico defensivo, persuasório. São eles, em dimensão crucial: a energia, a terra, a água, os minérios, ademais do próprio homem e sua inteligência, em visão ecológico-telúrica que o associa a uma ecosfera inteligente, cuja conceituação conjunta está sendo tão necessária à sobrevivência da espécie humana e à presença da vida no planeta.

Contrapõe-se no entanto a esse universo concreto, desqualificado em seu valor por uma falsa simbologia monetária, um mundo artificial de tergiversações esquizofrênicas - que nada tem a ver com a realidade física, social, cultural, humana e economica, controlada de fora do país por usurpadores globais, os quais nos submetem a seus caprichos de ilegítimas e desmedidas ambições. Para isso impingem-nos a perda da identidade nacional, da auto-estima e do controle de nossos mais estratégicos e essenciais patrimônios.

Há que explicar, porém, a questão básica preliminar: a tirania da grande mídia, escrita e falada, que descumpre seus deveres constitucionais ao impedir a sociedade de tomar conhecimento da realidade do país. Deste modo desinformada e manipulada, a sociedade comporta-se como bando de insensatos que caminha para o desastre. Repete-se, neste caso aplicado à nação, a estória de *A Crônica da Morte Anunciada,* de Gabriel Garcia Marquez.

A "Reconquista do Brasil" e aqueles que o precederam surgiram assim de uma premente necessidade de tentar superar a brutal desinformação dos brasileiros sobre as principais questões de nosso tempo. Desinformação que atinge amplos setores e camadas da vida nacional, desde sofisticados intelectuais a oficiais superiores das Forças Armadas; de juízes dos tribunais superiores a ministros de Estado e altos funcionários; de embaixadores e industriais a produtores rurais; de professores universitários a líderes sindicais; de estudantes a trabalhadores organizados e, evidentemente, o que se costuma chamar de "povão", em cujo meio está a terrível realidade dos "excluídos".

A existência destes qualifica a atual geração de dirigentes mundiais e locais como uma das mais criminosas que jamais pisou este planeta de infortúnio, além de covardes, por não assumirem o programado genocídio que a existência dos "excluídos" implica, como o fizeram outros assassinos do passado.

O bloqueio monolítico da grande mídia sobre informações necessárias ao entendimento da realidade nacional e mundial, ou seu falseamento por conveniência de grupos hegemônicos, impondo à população versões deformadas de viés ideológico de grupos dominantes, ademais de unilateral e antinacional, sem a presença do contraditório, forma um quadro que

impede que a sociedade possa refletir e tomar conhecimento do que está ocorrendo com o país e com o seu povo, ou seja, com a Nação. Ele é fruto de ações promovidas pelo sistema de poder externo que, na realidade, nos governa, acima das instituições.

O poder que a mídia exerce sobre a opinião pública e sobre o subconsciente dos indivíduos deixa todos sem condições de reflexão e análise e, como conseqüência, afasta a possibilidade de posicionamento da sociedade quanto ao presente e, especialmente, quanto ao futuro individual e coletivo.

O esmagamento da soberania nacional como objetivo principal desse conjunto de ações torna o exercício da cidadania uma veleidade inatingível; ou seja, tendo em vista o papel crucial que a soberania exerce na criação das condições para o exercício da cidadania, a promessa desta sem soberania é resultado de programada e desonesta mistificação, fácil porém de ser incutida de modo enganoso no eleitor, que sonha com a cidadania plena.

As tentativas de opor-se a essas ações de controle das mentes são emudecidas pela natureza implacável desse controle, cujo principal instrumento para efeitos coletivos é a própria mídia. Isso não seria suficiente, porém, para os objetivos de destruição pretendidos, se esse sistema não exercesse forte influência sobre as instituições do Estado, que têm a responsabilidade de preservar os valores permanentes da sociedade, entre as quais aquelas que deveriam cuidar da criação, manutenção e transferência do saber e do pensar nacional.

O mais grave entre os objetivos desse controle é a tentativa de impedir que se configure uma vontade nacional, único meio de contrapor-se ao projeto de destruição do Brasil. Isso está sendo conseguido principalmente pela ação da grande mídia, escrita e falada, que, paradoxalmente, de outro modo, deveria ser o instrumento da sociedade, que, por via da chamada liberdade de imprensa, permitisse a formação de uma opinião pública consciente. Para isso, sua independência seria essencial, o que está muito longe de acontecer: ao contrário, é difícil encontrar qualquer outro setor fundamental a uma sociedade dita livre que esteja mais controlado pelo mercantil, pelo chamado poder econômico, de comando externo, do que os meios de comunicação de massa no Brasil.

A dinâmica predominante do processo lembra, *modus et rebus*, o sistema que promove o controle das mentes descrito em *1984* por George Orwell; neste caso, porém, distingue-se do poder de Estado tirânico pela natureza aparentemente *light*, embora igualmente tirânica do poder exercido direta ou indiretamente sobre a grande mídia pelas finanças nacionais e internacionais.

Jamais tivemos como hoje, tamanha censura, em geral sob a forma de auto-censura. A tão badalada quanto mentirosa liberdade de imprensa depende basicamente da cidadania plena, pela qual os indivíduos teriam condições de defender-se de super-estruturas que dominam e caracterizam a modernidade, em âmbito mundial. Tais super-estruturas eram outrora controladas pelos Estados-nações e hoje estão acima deles, em nome de uma inexistente liberdade de mercado que se transformou em base de uma falsa teologia que visa à destruição dos mais fracos. Na realidade, somente haveria liberdade caso houvesse respeito ao direito de cidadania, hoje anulado principalmente pela ação da mídia, tendo por trás dela gigantescas corporações de âmbito mundial, que agem coordenadamente, agregadas no chamado poder trilateral; seus instrumentos são essencialmente de natureza mercantil e financeira, subordinados a ideologias antinacionais e anti-humanas. Por esses meios é impedida a formação de opinião pública, esclarecida e consciente, sobre a realidade do país; sem esta, fica impossível a construção dos alicerces de uma vontade nacional que, por sua vez, daria legitimidade ao processo político e permitiria reunir os meios necessários à formação do poder nacional. Na ausência deste e nas atuais circunstâncias, estamos sujeitos a fácil manipulação externa, que nos transforma em sociedade à deriva, sem autogoverno e sem rumo.

**Essa situação tornou-se possível pelo domínio que o sistema financeiro internacional tem sobre a vida nacional, mantendo absoluto controle sobre os meios de comunicação de massa, sobre o processo eleitoral e, conseqüentemente, sobre o Estado brasileiro.**

Esse sistema tem como instrumento principal a moeda de referência internacional que na realidade fez desaparecer a moeda nacional, "representa-a" e substitui todas as riquezas dos povos sem delas depender, nem dos seus patrimônios físicos e culturais. Com esse poderoso e fraudulento instrumento, o sistema funciona como uma forma de governo mundial, tendo por fundamento o arbítrio, em dinâmica avassaladora imposta pelo poder artificial do dinheiro, como se ele representasse mais ainda que a moeda que o sustenta, e com risco de levar o mundo à *débâcle* antes do que se pensa, em colapso mais grave e abrangente do que o ocorrido em 1929. Então havia alguma poupança verdadeira, e o mundo não estava envolvido em irremediável perigo de colapso energético.

São inúmeros os exemplos históricos que atestam os trágicos resultados das grandes fraudes monetárias anteriores, algumas delas relatadas no segundo capítulo de nosso livro *O Esfacelamento da Nação*. Procuramos deste modo descrever a fraude em marcha em "A Armadilha", primeiro capítulo deste livro.

Muito lamentavelmente, a população não tem consciência das dramáticas conseqüências que nos sobrevirão pelas ações que conformam a chamada ideologia neoliberal. Isso deve-se ao mencionado bloqueio das mentes exercido pelos meios de comunicação de massa. Essas conseqüências atingem também diretamente os instrumentos essenciais que procuram manter em funcionamento nossa vida coletiva e as circunstâncias que, nas condições atuais, permitem garantir a sobrevivência do Brasil como comunidade autônoma.

Em alguns aspectos a situação é compatível com o que ocorreu com o povo argentino durante o regime militar. Enquanto o ministro Martinez de Oz entregava a soberania nacional às companhias transnacionais, aos banqueiros e especuladores internacionais, por delegação de militares despreparados e com mentes condicionadas pelo capitalismo financeiro internacional, estes últimos, para salvarem-se da hecatombe iminente, procuraram atrair o justo sentimento nacionalista do povo para uma guerra absurda nas Ilhas Malvinas. Não foi a derrota na guerra, porém, que levou a Argentina à situação desesperadora em que se encontra hoje - há dúvidas se a nação Argentina ainda exista como comunidade autônoma, ou está submersa, esperando a oportunidade para resgatar seu glorioso passado —, mas a política daquele ministro, exacerbada depois pelo neoliberalismo do presidente Menem. No México, o neoliberalismo seria reconduzido ao poder, reelegendo-se Salinas de Gortari — que detinha 76% do que chamam opinião pública favorável, graças ao controle do sistema financeiro sobre a mídia —, se não fosse a decisão dos norte-americanos de controlar imediatamente as imensas reservas mexicanas de petróleo.

Isso somente seria possível pela *débâcle* da sua economia, que foi promovida com êxito por Salinas de Gortari com a implantação de alucinado neoliberalismo. Sua continuidade no poder, assim, já não mais se justificava. O serviço que dele esperava o poder hegemônico estrangeiro fora concluído!

No caso brasileiro, para alcançar objetivos semelhantes são necessários vinte anos de poder, conforme atestou o ministro das comunicações Sergio Motta, um dos mais próximos assessores de FHC, refletindo a bem conhecida orientação que vem de fora do país. Evidentemente tudo é feito para antecipar esse prazo. A estratégia é impedir que a população tome consciência da realidade em que vivemos e possa reagir com o furor que as circunstâncias exigem!

O álibi para enganar a opinião pública é garantir a estabilidade do real, suposta moeda nacional, substituída por decreto-lei (camuflado como medida provisória) pelo dólar.

Ou seja, mais ou menos estável pela via de taxa de câmbio artificial, o real garante sua substituição pelo dólar e arruína a balança comercial do país. Ele é a nossa "Guerra das Malvinas". Foi responsável pela eleição plebiscitária de FHC — sem explicitar suas graves conseqüências — e pela eliminação do salutar princípio constitucional de impedir a reeleição dos principais dirigentes dos poderes executivos federal e estaduais. Esse consagrado princípio foi preservado em toda a nossa história republicana e até no regime autoritário de 64, o que impediu que esse regime se eternizasse sob o comando de um ditador. O mais grave, nas atuais circunstâncias, é que a condução dessa perigosa transformação foi executada, em causa própria, pela autoridade máxima do país, e no contexto de um regime supostamente democrático; na realidade, é uma ditadura financeira. Para isso, o governo usou a gigantesca parafernália de poder que controla, em particular seu lado ilegítimo, para alterar o que jurou solenemente defender, cumprir e fazer cumprir. O presidente transforma-se assim em perjuro impostor, perigoso portanto para conduzir os destinos da nação. Dispõe ademais do poder de arbítrio de legislar sem limites, por meio de medidas provisórias, sem mesmo as limitações impostas aos decretos-lei da fase autoritária.

Adolf Hitler foi eleito por processo democrático depois alterado, ainda pela via legal, até garantir sua perenidade no poder, quando se transformou em ditador, levando seu povo à tragédia. Ao contrário de FHC, porém, nos primeiros anos de seu governo, Hitler transformou uma economia destroçada e uma Alemanha humilhada pelo Tratado de Versalhes em potência econômico-militar, a ponto de prepará-la para enfrentar o mundo. FHC, em contrapartida, arruína a nação, transformando-a em colônia de oprimidos, e, em atentado contra o país e a Carta Magna, com a nítida conotação de golpe, garante a consolidação de um ditador, em analogia com Porfírio Diaz, do México, onde reinou de 1884 a 1911, em regime totalitário, sob a égide também de uma ditadura financeira.

Nesse caso, foi necessária uma revolução para expulsar o ditador do poder e do país. Assim, do México — extraordinário país de valente povo sofrido — devemos temer não somente o efeito tequila do alucinado neoliberalismo de Salinas de Gortari, mas também o efeito mescalina, como diz Mauro Santayana, do falso cientismo tecnocrático de Porfírio Diaz, cuja base de ação já está implantada no Brasil com a armadilha de uma ditadura financeira que nos governa.

Truncado o princípio constitucional que impede a perpetuação no poder, completaram-se no Brasil as condições para que tenhamos entre nós o perfil de um novo "Porfírio Diaz".

No capítulo I de nosso segundo livro, *Soberania e Dignidade, Raízes da Sobrevivência*, de título "Estado de Delinqüência", atribuimos ao medo a explicação para a postura passiva, omissa, de nossa sociedade ante a tirania que nos arrasta para o desastre. Após ter concluído este ensaio, lendo o excelente livro de Viviane Forrester, *O Horror Econômico* (Ed.Unicamp, 1997), encontramos uma explicação que complementa aquela: a vergonha. Vale a pena reproduzir trechos da escritora francesa:

> *Os desempregados são tratados e julgados pelos mesmos critérios usados quando os empregos eram abundantes. Responsabilizados por estarem desprevenidos eles são ludibriados, acalentados por promessas falaciosas anunciando o pronto restabelecimento daquela abundância e a própria reparação das conjunturas prejudiciais.*
>
> *Resulta daí a marginalização impiedosa e passiva de número imenso, constantemente ampliado de "solicitantes de emprego" [...] esses excluídos são os primeiros a se considerarem incompatíveis com uma sociedade da qual eles são os produtos mais naturais. São levados a se considerar indignos dela, e sobretudo responsáveis pela sua própria situação, que julgam degradante e até censurável. Eles se acusam daquilo de que são vítimas. Julgam-se com o olhar daqueles que os julgam, que os vêm como culpados. [...] a desaprovação geral os espreita. Apesar do absurdo dessas acusações, eles se criticam e são criticados por viver uma vida de miséria ou pela ameaça de que isso ocorra. [...]*
>
> *Tudo isso - que não tem nada de inocente — leva-os a essa vergonha, ao sentimento de ser indigno, que conduz a todas as submissões. A abjeção desencoraja qualquer outra reação de sua parte que não seja uma resignação mortificada.*
>
> *Pois não há nada que enfraqueça nem paralise mais que a vergonha [...] ela afeta na raiz, deixa sem meios, permite toda espécie de influência. Transforma em vítimas aqueles que a sofrem. Daí o interesse do poder em recorrer a ela e a impô-la; ela permite fazer a lei sem encontrar oposição, e transgredi-la sem temor a qualquer protesto. Ela é que cria o impasse, impede qualquer resistência, qualquer desmistificação, qualquer enfrentamento da situação. É ela que afasta a pessoa de tudo aquilo que permitiria recusar a desonra e exigir uma tomada de posição política do presente. É ela ainda que permite a exploração dessa resignação, além do pânico virulento que contribui para criar.*
>
> *A vergonha é um valor sólido, como o sofrimento que a provoca ou que ela suscita. [...]*

> *Uma ínfima minoria, já excepcionalmente munida de poderes, de propriedades e de privilégios considerados implícitos, detém de ofício esse direito. Quanto ao resto da humanidade, para "merecer" viver, deve mostrar-se "útil" à sociedade. Pelo menos aquela parte que administra e domina a economia. A economia de mercado. "Útil", aqui, significa quase sempre "rentável", isto é, lucrativo ao lucro. Em uma palavra, "empregável" ("explorável" seria de mau-gosto!)*
>
> *Esse mérito, esse direito à vida mais precisamente, passa portanto, pelo dever de trabalhar, de ser empregado, que se torna então um direito imprescritível, "sem o qual o sistema social nada mais seria do que um amplo caso de assassinato".*

Não é por acaso que o presidente da República chama os brasileiros de "caipiras", com todas as conotações negativas que isso implica. Ou quando a grande mídia, de modo sistemático, procura desqualificar tudo o que é brasileiro, a ponto de muitos desavisados terem vergonha de sê-lo. Neste último caso, com exceção das competições esportivas internacionais — valorizadas provavelmente pelo peso financeiro e pela ação de circo que exercem —, o que é desqualificado é o Brasil como tal, valendo para as nações o que Viviane Forrester desenvolveu para os indivíduos. **Uma nação envergonhada aceita a submissão e submete-se a qualquer tipo de humilhação.**

A esta evidência adiciona-se uma feroz indiferença daqueles aquinhoados por criminosos privilégios de uma brutal desigualdade social e um egoísmo sem limites, suicida.

A carência de recursos naturais dos países hegemônicos, porém, é a razão de fundo que explica as estratégias da nova "ordem" mundial, que procuram atingir nações que dispõem de patrimônios naturais capazes de superar as gravíssimas conseqüências dessa carência, especialmente no setor energético e de materiais estratégicos, de recursos naturais renováveis e não-renováveis, de origem vegetal e mineral.

Este livro procura mostrar como foi montada no Brasil a armadilha de natureza financeira, fruto de ditadura conduzida pelo sistema que gere a moeda de referência internacional, arbitrária e de emissão monopólica. Essa ditadura destroça o país e está levando parte de nosso povo à ruína pelo desemprego, pela destruição do Estado e de nossa estrutura produtiva e pela perda de patrimônios essenciais. As evidências começam a mostrar que, dentro desse sistema, é impossível a sobrevivência do Brasil como nação autônoma.

Na realidade, o projeto de levar o país ao desastre está em plena execução, o que fica evidente pelo conhecimento dos fatos que procuramos relatar neste livro. Essa dinâmica dá-se de modo que as bases conceituais e concretas

que suportam a vida das nações e que foram elaboradas e experimentadas em séculos de história sejam minadas. Isso impede a reflexão sobre a realidade e, portanto, sobre a identificação dos possíveis caminhos alternativos de saída.

Para tornar efetiva essa dinâmica destruidora, a ideologia neoliberal impinge o fim da história, como se tal absurdo fosse possível, tivesse cabimento e, ademais, se tratasse de algo consistente e sério. Não são poucos, porém, os que se fazem de "ingênuos", envolvidos nesse criminoso processo, para dele tirar ilegítimo proveito; outros, simplesmente, agem como idiotas.

As ações globais que visam aos principais objetivos da ideologia neoliberal são direcionadas principalmente para países dependentes e possuidores de estratégicos potenciais naturais. Estão consubstanciadas no chamado "Consenso de Washington". Elas foram planejadas tendo como referência a extrema vulnerabilidade financeira a que esses países foram adrede submetidos, por meio da montagem das respectivas dívidas externas. Ademais, tal "Consenso" foi estruturado à sorrelfa, com a exclusão das vítimas e tem sua origem em pretenso plano mundial, tendo por principal instrumento as finanças internacionais e sua moeda de referência.

Embora o neoliberalismo aparentemente alcance a todos, suas ações são dirigidas prioritariamente para países que tiveram suas economias reduzidas à condição de dependentes, especialmente aqueles que aceitaram a armadilha de contraírem impagáveis e desnecessárias dívidas externas, e para os quais foi elaborado o ideário que adotou o cínico nome de "Consenso". A origem está explícita no nome — Washington — e agrega diretrizes e políticas para aqueles países, oriundas dos principais organismos internacionais que formam o núcleo de um *soi-disant* governo mundial. Esses países são, principalmente, Brasil, México, Argentina, entre outros, sobre os quais os efeitos dessas políticas já se apresentam dramáticos. Elas levam à ruína das economias, à perda da soberania e à transferência de ricos patrimônios estratégicos para o controle de corporações vinculadas às nações hegemônicas ou para centros financeiros, mesmo aqueles com características delinqüentes.

Apesar disso, os efeitos negativos do neoliberalismo já alcançam a todos — embora com diferentes graus de intensidade e sem envolver porém os grupos hoje hegemônicos com a perda de soberania ou de patrimônios estratégicos, entre eles a França, por exemplo, que em dezembro de 1995 levantou seu povo a dizer um rotundo não ao neoliberalismo, com ênfase para os efeitos sociais que correspondiam, segundo alguns de seus melhores pensadores, a um retrocesso de 200 anos. Isso obrigou o governo do liberal Chirac a recuar nas medidas anti-sociais que pretendia implantar em nome de um suposto aumento de eficiência da economia francesa, tudo no contexto do mito da globalização, que submete os mais fracos a

implacável processo de colonização. Essa reação do povo francês materializou-se no resultado das últimas eleições (1997) que devolveram o poder ao Partido Socialista, impingindo séria derrota ao presidente Chirac.

Embora seja preciso ter muito cuidado com as estatísticas — capazes de servir à mais descarada manipulação da realidade e visando a graves e deformadores efeitos, em nome de uma suposta opinião pública — às vezes, tomando-as com as devidas cautelas, elas podem ser úteis, principalmente quando não favorecem seus promotores. Referimo-nos à que veio à luz na França, no início de 1997. Segundo ela, 81% dos franceses consideram que o capitalismo aumenta as desigualdades sociais. São 72% os que oscilam diante dele. Entre o medo (41%) e a revolta (31%), apenas 1% (um) declara-se entusiasmado com o neoliberalismo e 17% exprimem esperança. Muitos, (70%) condenaram-no, porque trata a pessoa humana como mercadoria. Somente 4% consideram que esse sistema "promove aqueles que assumem riscos" e apenas 16% admitem que ele "prepara bem o futuro dos filhos".

Por trás e acima do "governo Mundial", está a Trilateral, que agrega as grandes corporações transnacionais, banqueiros, governos neoliberais e especuladores, vinculados todos, direta ou indiretamente, aos países ainda hegemônicos.

Para alcançar seus objetivos de modo fácil, ainda que enganador, o poder trilateral estimula seus agentes nativos em nações subjugadas a prometerem às populações, em processos ditos democráticos, tudo o que elas aspiram, embora nenhuma das promessas seja cumprida após a vitória eleitoral. É o exemplo dos cinco dedos da mão de FHC. Promovem assim o oposto ao prometido. Fazem isso graças ao domínio monolítico dos meios de comunicação, sem qualquer possibilidade de contestação ou de presença do contraditório. Conseguem desse modo desinformar e desorientar a sociedade, que termina perdendo a vontade nacional, a auto-estima e torna-se vítima passiva e fácil de aventureiros e escroques, no caminho da insensatez e do deastre. Por essa via, desmoralizam o processo democrático, que passa a ter conotação de farsa.

Muitos dos graves efeitos prejudiciais à autonomia das nações — aos quais se recorria no passado para justificar invasão estrangeira e ocupação territorial — são hoje alcançados sem se dar um só tiro. Isso vem enganando dirigentes das Forças Armadas desses países, fiéis à tradição de se limitarem à preservação das fronteiras territoriais. Nesses casos as F. A. não se consideram agredidas em seu papel constitucional e terminam sendo obrigadas a desempenhar funções policiais, envolvendo-se assim em atos delinqüentes que não lhes compete resolver, e para os quais não estão preparadas para enfrentar.

A explicitação de um amplo espectro de ações negativas sobre a vida nacional pode levar o leitor a uma falsa idéia de pessimismo. Esta não é, entretanto, a intenção do autor: pelo contrário, procuramos neste livro, e nos demais, fazer renascer no brasileiro, justificadamente, o patriotismo e a nossa capacidade de luta, na defesa consciente do que somos e do que temos e, sobretudo, no fortalecimento da auto-estima nacional.

Herdeiros legítimos de extraordinário patrimônio físico, somos uma sociedade historicamente assentada em território continental, reconhecido por universal consenso jurídico e cultural e habitado por raça cósmica, fruto de extraordinária miscigenação.

A principal motivação portanto é procurar conhecer com precisão e veracidade nossa realidade, qualquer que ela seja, e sobre ela tomar as medidas que levam à construção ou reconstrução de caminhos de libertação, superando nossas dificuldades atuais, sejam elas reais ou artificiais.

Daí o nome deste livro, que tenta promover a reconquista do que é nosso e a garantia de manter em mãos nacionais, a qualquer custo, tudo o que nos é essencial para nossa vida soberana. Como não se pode mudar ou corrigir o que não se conhece, a verdade, portanto, é essencial, tendo-a como ponto de partida para traçarmos as linhas mestras do futuro que queremos para nossos filhos; assim, conhecer nossa realidade, por mais dramático que seja, não representa pessimismo, mas desejo de alterá-la. Mesmo porque, tudo aquilo que levou à situação em que nos encontramos teve por veículo mentiras, meias-verdades e a orientação imposta por elites invertidas. Essa situação lembra a resposta de Pablo Picasso quando ex-oficial da Gestapo perguntou-lhe se ele tinha "feito Guernica" (o famoso quadro que retrata a brutalidade da guerra, refletida no bombardeio da aviação alemã sobre a emblemática vila basca de Guernica): "Em absoluto", respondeu o pintor, "os senhores a fizeram, eu só fiz pintá-la".

No contexto das graves vulnerabilidades das nações hoje hegemônicas em relação a recursos naturais estratégicos, evidencia-se o papel excepcional que temos a desempenhar no futuro da humanidade, como detentores de alguns dos principais patrimônios naturais que podem solucionar esses problemas insolúveis pelos próprios meios daquelas nações. Isso ocorre pelo menos nos campos energético, mineral, genético, aquífero e florestal, que somente resultarão em nosso benefício se o processo for por nós conduzido. Na hipótese contrária, como procura induzir a ideologia neoliberal, com a transferência do controle desses patrimônios para mãos externas — que os últimos governos estão de modo criminoso levando avante —, resta-nos o extermínio como nação organizada e como cultura. **Esse trágico destino**

**está sendo trabalhado com a conivência das invertidas elites brasileiras, em ato de alta traição.**

As idéias e fatos contidos neste livro foram expostos ao longo dos últimos dois anos em inúmeros auditórios, em todo o país, desde organizações estudantis, sindicatos de profissionais e de trabalhadores a universidades, casas legislativas e escolas superiores das Forças Armadas. Sempre surgiu, nessas ocasiões, a pergunta, não isenta de indignação, do porquê da omissão dos meios de comunicação de massa sobre essa realidade.

Os motivos para isso são claros, como também é claro o que predispõem os que se arvoram em donos da verdade e do poder. Não esqueçamos que ganhos de poder para uns fazem-se quase sempre às custas de perdas para outros. Por isso, não faz sentido pretender lutar contra o atual estado de coisas sem ter um projeto que se anteponha a essas ações antinacionais e sem alcançar o poder, permitindo que se leve avante um projeto de autonomia, como único modo de realizar nosso destino histórico.

Ademais, a presença do Estado deveria condicionar-se à existência de um projeto coletivo de nação, que resulta de um consenso e que deixa claro para todos a direção para onde caminhar e com que objetivos; sem isso, o Estado vacila e desarticula-se, caminhando para a inconsistência e o desaparecimento. Daí a meta do neoliberalismo de reduzir o Estado ao mínimo. Todo Estado, para manter-se, necessita ser permanentemente construído, o que somente é possível com a referência de um **Projeto de Nação.** Ele é pensado e ativado de modo constante. É impossível um Estado vigoroso, que desempenhe seu papel, em uma nação à deriva.

Antes que todos se conscientizem, por meio da explicitação dos efeitos devastadores de nefandas políticas, é essencial continuar debatendo sobre seus objetivos e gravíssimas conseqüências, de todas as maneiras que conseguirmos, como modo de acelerar o despertar das consciências.

A necessidade porém, de seguir os caminhos não convencionais que a história ensina está constituindo a provável última alternativa para a qual temos de estar preparados.

Tentar evitar isso, enquanto possível, é a principal razão deste livro, que, como vimos, é continuação e complementação conclusiva dos três anteriores, embora mais abrangente, indo direto às causas de nossas dificuldades e às suas origens. As avaliações conceituais e os detalhes que fundamentam o projeto nacional estão também nos livros que o precederam e que, ademais, já passaram pelo crivo da opinião pública. Infelizmente este livro confirma pelos fatos, o que nos outros foi previsto como tendência, caso não se alterassem os rumos negativos então seguidos pela sociedade brasileira, sob a égide de elites invertidas.

As causas dos males previstos, porém, em vez de terem sido erradicadas ou minoradas, foram exacerbadas pela ideologia neoliberal, implantada em nosso país desde 1989, com o governo Collor, embora o processo de preparação, visando à demolição do Estado brasileiro, foi iniciado em 1979, ou seja, ainda no período militar. Nesse intervalo, fomos submetidos, à guisa de preparação, ao que viria depois. Por isso, esse período é designado por alguns — os otimistas — "década perdida" e por outros — os realistas —, "década maldita".

Finalmente, este livro procura apresentar clara proposta de saída e o estabelecimento de bases para uma estratégia de luta, por meio de um roteiro de projeto nacional, como nenhuma outra nação conseguiu apresentar até hoje, por falta de patrimônios estratégicos que o fundamentassem e com a garantia de continuidade temporal que somente as regiões tropicais do planeta permitem estabelecer.

Nessas circunstâncias, como ocorreu em 1930 com a superação da República Velha, precisamos mudar o sistema que resulta da ditadura financeira de controle externo que nos domina, para um outro em que o Estado nacional possa cumprir com seu papel de fazer valer as aspirações de um povo que quer viver mantendo a dignidade de conduzir seu próprio destino. O Estado que não cumpre esta função é ilegítimo e não sobreviverá.

Ademais, precisamos garantir trabalho, trabalho para todos, com pleno emprego associado à competência que não nos falta, libertados da armadilha financeira que nos está levando à ruína. Basta para isso criar as condições para o aproveitamento de nossas explêndidas potencialidades naturais e humanas e transformar em realidade as ponderáveis perspectivas do mercado interno.

Nosso maior trunfo, sem dúvida de âmbito mundial, é o fantástico potencial energético renovável dos trópicos, sob a forma de biomassa, capaz de suprir, nas suas diferentes formas e para sempre, as necessidades globais de energia do planeta Terra.

Ademais, as formas energéticas oxigenadas dos trópicos — os hidratos de carbono — são as únicas que, de modo extensivo, permitem solucionar os nefastos efeitos ambientais do "efeito estufa", provocado por gigantesca queima de combustíveis fósseis e de conseqüências dramáticas sobre a ecosfera e que estão perturbando seu equilíbrio termodinâmico.

Como contribuição decisiva para o futuro da humanidade, há que considerar ainda o imenso patrimônio mineral brasileiro, a extraordinária biodiversidade tropical, além da incomparável disponibilidade de água potável, entre outras questões vinculadas à manutenção da **vida** sobre a **terra** e, talvez sobre o **cosmos**.

Em um planeta caminhando para exaustão em cruciais recursos energéticos não-renováveis, devido ao uso pelas nações predominantes de dinâmicas produtivas que destroem as condições ambientais básicas, despontam os potenciais naturais brasileiros, limpos e renováveis, como solução para o futuro. Nosso grande continente tropical, praticamente virgem, salvo estreita faixa costeira ao longo do Atlântico, é o caminho.

A dignidade e a honra exigem respeito para com nossos filhos e nosso povo. Cabe-nos, assim, promover a utilização plena de nossos portentosos patrimônios que a natureza e a história, pela sabedoria e sacrifício de nossos ancestrais, nos legaram. Por isso, temos o dever sagrado de defendê-los e sobre eles construir os alicerces de uma grande e justa civilização, a primeira dos trópicos, que reúne as melhores condições de firmar-se, para sempre, no processo histórico que leva à formação dos povos livres.

Para isso, a construção de instituições e instrumentos adequados é crucial. É inadmissível, portanto, transferir ou entregar a forças alienígenas o controle daqueles que já dispomos e que levaram décadas para serem construidos.

**Não se pode prometer ao povo o que não se sabe fazer e, portanto, não se pretende cumprir, vivendo em servil dependência de poder externo. Temos que, pelo contrário, falar de poder, de poder nacional. Aquele que nos garante alcançar nossos objetivos permanentes e viver com dignidade.** Isto somente é possível com a ruptura com o atual sistema que nos governa, imoral, dependente e enganador.

Mãos à obra, brasileiros, a História nos contempla e o julgamento de nossos descendentes virá inexorável. Chegou a hora das definições explícitas, luminosas e corajosas. Rejeitemos energicamente a omissão e a covardia, sinônimos de traição.

# I

# A Armadilha

## *1. Perda da moeda nacional e sua substituição pelo dólar: arbítrio e monopólio*

Ao longo das últimas décadas e em diferentes graus de intensidade, o sistema financeiro internacional vem submetendo ao dólar as moedas de países dependentes. Para os que dispõem de patrimônios naturais expressivos e estratégicos, tal subjugação financeira encerra gravíssima armadilha, cuja ação foi intensificada desde o início dos anos 70 — marcados pelo primeiro informe do Clube de Roma e pelo embargo do petróleo — e exacerbada com o neoliberalismo, a partir de 1979. Dessa ação conjugada, no entanto, a sociedade brasileira tem apenas tênue consciência.

No tempo do presidente Eisenhower, Foster Dullers, seu secretário de Estado, declarou em tom profético:

**"Há duas maneiras de conquistar um país estrangeiro: uma é ganhar o controle de seu povo pelas armas e outra, de sua economia pelas finanças."**

Analisando os fatos que vêm ocorrendo desde então e que estão explicitados neste capítulo, evidenciamos o êxito da segunda estratégia, utilizada por meio de processos assemelhados no México, na Argentina e no Brasil, entre outros.

O arbitrário monopólio de emissão do dólar, transformado — em Bretton Woods, em 1944 — em moeda de referência internacional, reforçou, desde sua implantação, o predomínio do país emissor. A subseqüente expansão transnacional do capital financeiro, com base no dólar, veio restringir ainda mais e de modo crescente a capacidade de competição das empresas de capital nacional dos países periféricos.

Na realidade, as vantagens comparativas desses países, em termos de riquezas estratégicas e abundância de mão-se-obra, vêm sendo, por isso, sistematicamente anuladas. Este processo alcança grau superlativo quando os países permitem que, como conseqüência de políticas ditas de esta-

bilização econômica, suas moedas sejam eliminadas e passam a "ancorar-se" diretamente no dólar.

Quando os EUA convocaram a reunião de Bretton Woods, eles detinham 62% do PIB mundial e a exclusividade do poder nuclear. Maynard Keynes, que chefiava a delegação inglesa, deu o tom da reunião: "Vim para Bretton Woods encontrar o mundo e encontrei um tirano", referindo-se aos norte-americanos, que impuseram sua moeda como a de referência internacional, contrariando a criação de uma moeda de compensação entre todas as moedas, como propusera inicialmente Keynes. Este ato de prepotência perdura até hoje, embora o PIB americano tenha declinado para menos de 13% do global e o poder nuclear esteja compartido com várias potências.

Nessas condições, até a Alemanha — líder econômica da União Européia — e o Japão lutam para sair da influência do dólar e, se possível, dar às respectivas moedas as prerrogativas de moeda de referência internacional. Esta é a razão pela qual a França e a Alemanha procuram criar uma força militar fora da Otan, e a França, realizou os testes nucleares no Atol de Mururoa, enfrentando a reação negativa dos grupos ecológicos internacionais.

O predomínio dos norte-americanos é também favorecido pela lógica das chamadas teorias econômicas, cujas estruturas baseiam-se no financeiro, ignorando, limitando ou deformando conceitos, funções e variáveis essenciais e concretas do processo econômico.

As atividades produtivas fundamentam-se em energia, recursos naturais não energéticos, tecnologia e trabalho, ao contrário da moeda que é ente abstrato, apenas um símbolo, e instrumento de troca. A tecnologia monta a equação produtiva pela agregação dos fatores, de acordo com os interesses e potencialidades do controlador.

Como não lhe são impostas fronteiras, o dólar penetra nas economias nacionais enfraquecendo-as, onde quer que existam vantagens comparativas reais em termos de fatores de produção abundantes e estratégicos. Estes, se devidamente operacionalizados nas economias internas, e sem a perniciosa e massacrante intervenção financeira externa de natureza monopolista, permitiriam a esses países alcançar o bem-estar social, o pleno emprego e, em especial, o poder de decidir sobre seu próprio destino.

## *2. Globalização, competitividade e desestatização*

A globalização da economia está associada às idéias de estabilização econômica, abertura comercial, mobilidade de capitais e desestatização. Essa doutrina propõe-se como novo processo de desenvolvimento do capitalismo.

Na prática porém, o que está acontecendo é algo diferente. Ao invés de promover o desenvolvimento, essa doutrina de abertura global dos mercados e do afastamento do Estado do processo de formulação de políticas está promovendo a centralização do capital nas mãos de corporações transnacionais, banqueiros e grandes especuladores.

A globalização, em vez de promover a expansão do comércio mundial, na realidade está provocando a concentração do comércio, criando assim dificuldades adicionais para a maioria dos países.

> *Ao mesmo tempo que se apregoa um maior fluxo de capitais dos países ricos para os países pobres pela abertura dos mercados, a globalização está levando o capital financeiro especulativo a concentrar-se em porfólios e não em ativos produtivos... Cerca de 50% do capital das transnacionais é direcionado para o setor de serviços, principalmente para o setor financeiro e não para o setor produtivo. É claro, assim, a conseqüência do processo sobre as economias latino-americanas.* (Jan Kreggel, da Universidade de Bolonha)

Dos US$ 12 bilhões de recursos financeiros externos para a América Latina no último trimestre de 1996, US$ 4 bilhões foram para o Brasil, diretamente para o setor especulativo. Para atrair esses capitais o governo valoriza as taxas de juros e de câmbio e isso prejudica as exportações líquidas, gera déficit nas transações correntes e prejudica o processo de expansão da produção. Entre janeiro de 1996 e março de 1997, o Banco Central registrou ingresso no Brasil de US$ 12,1 bilhões em investimentos diretos. Mais de 34% do total foram destinados a fusões e aquisições de empresas, em geral na "bacia das almas" e 15% aplicados em privatizações, na forma escandalosa como vêm ocorrendo. Ou seja, foram somente US$ 6,3 bilhões em investimentos, apenas 50% do total, dos quais 95% direcionados para o mercado interno, e não para exportações.

A política neoliberal impõe taxas de aplicações especulativas mais atrativas que as de investimentos produtivos. Com essa lógica de estímulo à especulação, a economia passa a ser encarada como um cassino.

Desse modo, estão se criando situações graves de desequilíbrio no balanço de pagamentos, em função da lógica da globalização que converge para a especulação, transformando o país em uma mesa de tavolagem. Isso fragiliza a economia, que perde competitividade e as empresas começam a apresentar alto grau de debilidade.

Surpreende ademais, a maneira como se faz crer a povos potencialmente ricos que a competitividade global entre países é uma panacéia resultante de suas respectivas vantagens comparativas. Omite-se nisso o papel desequilibrador exercido pela moeda de referência internacional — falso

símbolo da riqueza mundial — que transpassa fronteiras e impõe regras subjugadoras sobre a competitividade com os demais fatores e, em especial, com as moedas nacionais. Procura-se, na realidade, valer-se das injustas desigualdades atuais para aumentá-las.

Apresentar a competitividade global como o caminho para a construção do futuro de povos dependentes denota a cínica perversidade, uma vez que os reais objetivos são precisamente contrários aos anunciados. Somente em situação de derrota bélica ou impotência total poderiam esses povos aceitar tal rendição como regra econômica. Mais incompreensível ainda é considerá-la irreversível ou inexorável, embora esta seja a percepção subalterna e oportunista de tecnocratas e políticos, atualmente exercendo o poder em países periféricos.

Tal regra torna praticamente impossível à maioria dos países dependentes utilizar suas vantagens comparativas, por mais estratégicas que sejam, em benefício da competitividade de suas empresas e países. Mesmo que isso fosse possível, a realidade mostra como ocorreria a exacerbação das vantagens comparativas, como supostamente propõe a ideologia neoliberal, de fato neocolonial.

O Uruguai, por exemplo, ex-"Suíça da América do Sul", teria que restringir suas atividades ao pastoreio como única alternativa na "competição global". Sua população passaria então a ser constituída por pastores e correlatos. Não teria sentido por exemplo, com essa regra, uma orquestra sinfônica uruguaia. Ela não seria competitiva...

Cuba, na era de Fulgêncio Batista, segundo as demandas de "mercado", teria que encaminhar sua juventude para a prostituição. Aos mais velhos caberiam as funções de suporte a essa atividade, ou seja, de proxenetas. Continuasse esse regime até hoje, a pequenina ilha seria provavelmente o quartel general do imenso mercado de drogas dos EUA, associado ao chamado turismo sexual, cuja modernidade conduz enfaticamente à prostituição infantil.

A competição entre empresas — quase impossível em setores dominados globalmente por oligopólios, mas, mesmo assim, mecanismo, em princípio, válido — pode levar algumas delas à falência. Neste caso, seus trabalhadores e funcionários são dispensados e irão procurar sobreviver exercendo outras atividades, embora cada vez com maior dificuldade. O que irão fazer no entanto os habitantes de um país que perdeu a guerra de cartas marcadas da competitividade? Emigrar, suicidar-se coletivamente ou ser presa fácil de extermínio programado, como já está acontecendo? Que critérios, para esses casos, terão as corporações transnacionais vitoriosas em uma economia desnacionalizada? Provavelmente a resposta é a indiferença.

*Yuppies* que exercem o poder financeiro no Brasil batizaram a suposta baixa competitividade de nossas empresas com a designação genérica e depreciativa de "Custo Brasil". Fingem esquecer, porém, que o crédito para essas empresas tem custos financeiros impostos pelo sistema dez vezes maiores que os de subsidiárias de corporações externas. Nessas condições, pode haver competição ou consumar-se-á o massacre? O domínio tecnológico externo admite por acaso a participação de empresas de capital nacional no processo competitivo?

Nesse jogo de perdedor certo, os tecnocratas arrogantemente questionam se o Brasil é ou não um país viável. O que significa isso, senão o propósito de convencer-nos de que não temos futuro e, como conseqüência, devemos subordinar-nos a instruções que vêm de fora por meio de nefastas intermediações? O curioso é que são eles — representantes do Estado brasileiro — os propugnadores dessas políticas que nos transformam em derrotados... Ao entregarem, a troco de nada, a grupos externos e máfias globais, algumas das indústrias mais eficientes e estratégicas em todo o mundo, como a Usiminas, por exemplo, estão desmontando a espinha dorsal de nossa estrutura produtiva e criando odiosos monopólios privados. Demonstram assim má-fé ao querer denegrir nossa capacidade de competição, anulada por fraudulenta manipulação financeira, apesar de portentosas vantagens reais de que desfrutamos. Com isso destroem instrumentos essenciais à transformação e ao controle dessas vantagens comparativas, que são as vitoriosas empresas estratégicas e básicas de economia mista. Para remontar essas empresas, com a competência e a complexidade que hoje têm, levar-se-ia, mantidas as condições originais e em caso de sucesso, meio século, tempo equivalente à sua evolução.

Cometem esse crime com a justificativa de que é preciso fazer caixa para enfrentar crônicos déficits públicos que, na realidade, não vêm ocorrendo. Pretendem desfazer-se de patrimônios públicos, de bens físicos e estratégicos por uns poucos papéis pintados; além de ato irresponsável, os parcos resultados que estão sendo obtidos não resolvem os gigantescos rombos do sistema, como veremos adiante. No caso da venda da Companhia Vale do Rio Doce entregaram o controle da maior empresa mineradora do mundo, com papel fundamental sobre o patrimônio mineral brasileiro nos próximos 500 anos, avaliado por geólogos da Petrobrás em trilhões de dólares, por um valor que mal daria para pagar os juros de um mês da dívida pública interna.

Na "avaliação" da Vale, a maior frota de graneleiros do mundo seria entregue por um valor de menos 20 milhões de dólares, ou seja, o vendedor daria ao felizardo comprador não somente a frota, compreendendo navios de cerca de 250 mil toneladas, mas também essa diferença.

Isso resulta de "critérios" estabelecidos pelos pretensos avaliadores internacionais, que consideram apenas os fluxos monetários da empresa como dignos de valorização. A Docenave, que fazia parte do gigantesco conglomerado da Vale, seguia política global de rentabilidade da companhia, não necessitando individualmente ser lucrativa. Ademais, as grandes empresas estratégicas e básicas de economia mista não têm por objetivo dar lucros financeiros de curto prazo, mas viabilizar a economia brasileira como um todo, aumentando seu poder internacional de competição. Com esses incriveis "critérios" de avaliação, são anulados valores de imensos patrimônios minerais dos quais a Vale é guardiã e que pertencem a esta e às futuras gerações de brasileiros. Eles foram simplesmente doados aos felizardos compradores, comprometendo irremediavelmente dezenas de gerações adiante! Não se tem notícias de tão gigantesca extorsão sobre um povo, nem mesmo quando resultaram de massacres bélicos!

Quanto às cínicas, mentirosas e alienantes justificativas de "fazer caixa" visando reduzir o déficit público, na Argentina, onde privatizaram praticamente todos os ativos e seus respectivos patrimônios naturais, os déficits aumentaram e não existem mais ativos para privatizar...

Desde outubro de 1991, quando começou a "desestatização" no Brasil, até maio de 1996, foram "privatizadas" 44 empresas. Gerou-se com isso a cifra de R$ 13 bilhões, dos quais R$ 10,4 bilhões em moedas podres; ou seja, somente entraram na caixa do governo R$ 2,6 bilhões. Enquanto isto, no mesmo período, a dívida pública passou de US$ 11,4 bilhões para US$ 125,53 bilhões, um aumento de 1.100%, muito maior que o ridículo resultado monetário das privatizações, mesmo incluindo-se as moedas podres.

Só com o Plano Real, lançado em julho de 1994, a dívida interna bruta do governo federal dobrou até 1996 e foi 404,52% maior que todo o resultado "podre" da venda de "estatais". Em resumo, por essa política o governo desfaz-se dos patrimônios públicos e fica devendo cada vez muitíssimo mais. Além disso, justificava-se que, com os resultados das "vendas" dessas empresas, liberar-se-iam recursos financeiros para investimentos sociais e em infra-estrutura. Até em investimentos em ciência e tecnologia falaram, para enganar bobos. Até maio de 1996, nem um só centavo tinha sido destinado a esses investimentos. A Light, altamente lucrativa, foi "privatizada", tendo como vencedora do leilão uma empresa estatal francesa. Será que é preciso mais para demonstrar a natureza cínica e lesiva ao país do programa de "desestatização"? O cinismo é de tal ordem que após a internacionalização da Vale para capitais de origem suspeita, o governo anuncia que conseguiu estabilizar o crescimento da

dívida líquida do setor público entre abril e maio de 1997, com o uso de metade dos recursos da referida venda para abater a dívida mobiliária federal. Com isso, a dívida líquida da União caiu de US$ 282,7 para US$ 281,2 bilhões, ou seja, para liquidar toda a dívida, seriam necessárias cem Vales do Rio Doce. Parece brincadeira de irresponsáveis!

*Apesar dos devastadores resultados negativos dessa política, o senhor Roberto Campos, "ideólogo" do neoliberalismo, com sua habitual irresponsabilidade, alienação e cinismo, afirma:*

*Estamos longe de explorar o potencial de redução da dívida via privatização. Esse potencial somente será atingido com a venda de empresas dos setores de petróleo, telecomunicações e energia elétrica.*

Valha-nos Deus! É indescritível o grau de delinqüência e impunidade a que se chegou em nosso país!

Dados do Anuário da Organização das Nações Unidas, ONU, de 1991 — época em que foram apresentadas montanhas de "razões" sobre os supostos efeitos malignos da presença do Estado na economia — levantam essa presença em percentual nos países ricos — por definição, eficientes — e também nos "não eficientes", ou pobres.

Com estes dados fica claro em que sentido querem orientar a "evolução" da economia brasileira! Naturalmente consideram ser mais conveniente estar na escala de Uganda — menor participação do Estado no PIB — do que na da Suécia, por exemplo!

| "Ricos" | Participação do Estado no PIB (%) | "Pobres" | Participação do Estado no PIB (%) |
|---|---|---|---|
| Dinamarca | 51,96 | Brasil | 21,44 |
| Suécia | 49,78 | Costa Rica | 19,18 |
| Holanda | 47,65 | Índia | 16,76 |
| Bélgica | 45,98 | Etiópia | 16,21 |
| França | 42,10 | Tailândia | 15,68 |
| Áustria | 40,68 | Uruguai | 15,00 |
| Alemanha | 39,38 | Peru10,76 | |
| EUA | 28,14 | | |

Vito Tanzi, do FMI, e Ludger Schuknecht, no estudo *O Crescimento do Governo e a Reforma do Estado nos Países Desenvolvidos,* mostraram que nos principais países ditos desenvolvidos, a participação do gasto estatal no PIB cresceu de forma substancial no século XX, passando de uma média de 9% imediatamente antes da Primeira Guerra Mundial para 43% em 1980.

Em período mais recente, a relação despesa pública/PIB continuou subindo, tendo alcançado 46% em 1990 e 49% em 1994.

Enquanto isso é documentado, "a maioria dos nossos economistas e (de)formadores de opinião continuará repetindo os slogans de sempre sobre a "realidade" internacional — e absolutamente contrária a ela — a que o Brasil tem de se adaptar para não ficar à margem do mundo", diz Paulo Nogueira Batista Jr, em artigo de 03/04/97.

### 3. Desemprego estrutural índice de produtividade ou de genocídio?

A produtividade é definida nas teorias econômicas como o quociente entre a produção e o número de trabalhadores nela envolvidos. Para aumentá-la, ou se eleva o numerador ou reduz-se o denominador. Os tecnocratas escolheram a segunda opção, embora, entre nós, a mão-de-obra seja fator abundante. Isso implica na necessidade de substituir trabalho humano por mecanização ou automação; ou seja, maior uso de capital, fator que mais carecemos. Que inteligência!

Isso leva ao que chamam desemprego estrutural, provocado supostamente pelo avanço tecnológico, pelo qual os trabalhadores perdem sua condição de vida. Como conseqüência, aumenta-se a produtividade. Essas teorias econômicas não esclarecem porém, que isto resulta, não do avanço tecnológico, mas de opção realizada na agregação dos pacotes tecnológicos: reduz-se o uso de mão-de-obra e aumenta-se o de capital. "Ao negar-se a desvalorizar o real, o governo escolhe o caminho do desemprego", afirma ex-ministro da Fazenda. Deste modo, o mercado interno reduz-se e as transferências de renda para o exterior aumentam por importação de tecnologia e de equipamentos, ou, simplesmente, por maior remessa de lucros. É difícil conceber-se nas atuais circunstâncias política de efeitos mais negativos para o povo brasileiro!

Não há dúvidas de que o desemprego é aparentemente perseguido em muitos países e que reflete a profunda crise atual, resultante direta do neoliberalismo. Em janeiro de 1996, os EUA acusavam 7,67 milhões de desempregados, o que corresponde a 5,8% da população ativa; a Alemanha, 4,05 milhões, ou seja, 9,9%; e a França, 3,02 milhões, que afetam 11,7% de sua população ativa. Na Espanha, os desempregados chegaram então a 22,3% da população ativa, o que levou a juventude — o setor mais atingido — a votar, no escuro, contra Felipe Gonzalez, que, com seu profícuo governo, tinha atuado, transformando para melhor o país em todas as demais áreas sociais. O neoliberalismo de Bruxelas, entretanto, derrotou-o, provocando elevadíssima taxa de desemprego. Não deixa de ser

estarrecedor que no período entre 1970 e 1992, quando ele governava o país, houvesse um crescimento do PIB de 93%, um dos maiores da Europa, enquanto em 1992 o nível de emprego diminuiu 2% em relação a 1970! Alguém foi profundamente sacrificado nesse processo e esse alguém não compreendia os ricos...

Caso esse desequilíbrio se restringisse aos salários, os felizes empregados teriam duplicado suas rendas às custas de um exército de desempregados, especialmente das camadas mais jovens.

Estudo recente, nos EUA, amplamente divulgado pela revista *Newsweek*, cobrindo um período de cem anos, demonstra que o desemprego que atinge a todos — desenvolvidos e subdesenvolvidos — não decorre necessariamente do avanço tecnológico. O estudo mostra que quando se dá esse avanço, crescem as possibilidades de emprego. Evidentemente quem realiza a agregação dos fatores e define as políticas que conformam os pacotes tecnológicos estabelece as prioridades e a natureza dos projetos industriais: se *capital intensive* ou *labor intensive*. Por isso, o modelo tecnológico dependente dá ao empregador externo o poder de definir a natureza da estrutura produtiva interna; como é lógico, o referido agregador, em geral uma corporação transnacional intimamente associada a banqueiros igualmente transnacionais, favorece e dá prioridade a seus próprios fatores, em especial ao capital financeiro; por outro lado, despreza aqueles que nos são abundantes e dos quais eles carecem, quer sejam energia renovável, recursos naturais estratégicos ou mão-de-obra. Ademais, o capital financeiro não se exaure nunca para eles, pois que o emitem arbitrariamente!

Na realidade, o que pesa na dinâmica do desemprego estrutural são os interesses dessas corporações. Como elas administram os fatores de produção dos países dentro do que chamam livre mercado, ficam com a "faca e o queijo" para decidir como desejam que seja a forma de produção. Decidem, naturalmente, a seu favor.

O desemprego, entretanto, não produz os mesmos efeitos nos países centrais e nos dependentes. Nestes, ele se apresenta sem alternativas, não existe salário desemprego e seus efeitos são muito mais graves e cruéis, embora, naqueles, provoque males que já tinham sido superados no passado, como fortes pressões internas e também a intensificação da imigração, pelo nomadismo de milhões de trabalhadores que emigram de seus países no chamado Segundo ou Terceiro Mundo, em busca de trabalho; isto está levando ao ressurgimento do racismo contra trabalhadores estrangeiros, além do desemprego em faixas crescentes da própria população. Como diz Nelson W. Sodré; "O espetáculo é triste e mancha os índices meramente quantitativos do crescimento de riqueza

de parcela minoritária da sociedade e o empobrecimento e aviltamento da maioria de seu povos".

Há ademais, no caso brasileiro, a longa recessão que foi imposta ao país em nome da estabilização monetária, alcançada por meio de juros astronômicos e outras severas restrições às empresas de capital nacional.

Na realidade, sempre busca-se o oposto à criação de novos empregos ou à manutenção dos atuais, mesmo que os salários sejam muito baixos. A meta principal é clara, ela visa à reprodução máxima do capital financeiro em âmbito global.

O governo FHC, por exemplo, tem o desemprego como objetivo político. Oferece vantagens para que as empresas "se modernizem", ou seja, promovam o desemprego. Oferece redução de impostos, empréstimos fartos e juros de pai para filho para importar peças, componentes e matérias-primas, ou seja, direta ou indiretamente, desempreguem brasileiros ou não criem novos empregos internos.

> *As empresas beneficiadas por esses privilégios, não estão usando seu capital ou pagando juros normais para investir no desemprego. Quem está efetivamente pagando para aumentar o desemprego é a Sociedade, o povão e a classe média pela via do erário* (Aloysio Biondi, um dos últimos analistas econômicos confiáveis).

Apesar disso, não sem um certo cinismo, diz FHC: "Nada posso fazer para impedir que as empresas se modernizem...

Com o mesmo objetivo global de favorecer a reprodução financeira, o liberalismo pode promover o aumento da mão-de-obra em regime de semi-escravidão se, no balanço global, for interessante essa reprodução, como estão fazendo em outras partes do mundo, como no México, por exemplo.

Assim, para justificar o desemprego extensivo, são usados índices como o de produtividade, que, por seus efeitos negativos sobre a população, ao crescer com o desemprego, dever-se-ia chamar "índice de genocídio", seja este um objetivo intencional ou não, o que dá no mesmo.

Esses índices, ditos de eficiência, resultam de manipulações que sempre favorecem o fator financeiro, do qual somos carentes, não porque sejamos pobres de riquezas, mas porque a conversão delas em valores monetários é controlada externamente pelos emissores de moeda de referência internacional. Nessa conversão são excluídas avaliações que favoreçam o mundo físico e os objetivos-fins da sociedade. Embora possam eventualmente ser adequados para outras circunstâncias ou países e, especialmente, para as corporações transnacionais apátridas — que visam com exclusividade ao lucro e ao poder de suas matrizes — esses índices são claramente inadequados para socieda-

des historicamente sedimentadas, que têm objetivos sociais e humanos como fins, que dispõem de grandes massas de desempregados e subempregados e do contingente de milhões de jovens anualmente chegando ao mercado de trabalho, embora esses países disponham de imensas riquezas em patrimônios naturais e elevado potencial de mercado próprio.

Somente na Grande São Paulo, segundo dados do Dieese e da Fundação Seade, em julho de 1996, existiam 1,385 milhão de desempregados, sendo que o total avaliado em 4 milhões no país. Nesses números estão apenas considerados os que perderam seus empregos nos últimos anos, ou seja, não são levados em conta aqueles que estão chegando ao mercado de trabalho. Em estudo realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais, prevê-se que até o ano 2000 sejam necessários 7,7 milhões de novos empregos para os que estão ingressando no mercado de trabalho, o que totaliza, em conjunto com aqueles que perderam seus empregos, muito mais de 10 milhões de desempregados. Ademais, há que considerar uma porcentagem adicional de outros 42 milhões de brasileiros que estão em nível abaixo da miséria, e que, por isso, não entram em qualquer estatística econômica, e os subempregados. **São os excluídos.**

Com a automação pode-se hoje reduzir, quase sem limites, a participação do trabalhador na estrutura produtiva. Na divisão internacional do trabalho, a parte criativa da produção é reservada para os centros em que se localizam as matrizes das corporações transnacionais; resta portanto aos países periféricos a força de trabalho de operários, que cada vez fica mais reduzida pela substituição por máquinas; ou seja, nesses países, os seres humanos passam a ser dispensáveis, descartáveis, substituídos pelo capital, situação da qual escapa apenas pouquíssima minoria.

Essas circunstâncias mudam profundamente o tradicional jogo de forças entre o capital e o trabalho. No passado, o capital dependia do trabalho para multiplicar-se; hoje, excluídas as responsabilidades sociais da empresa, as potencialidades da automação tornam, com raras exceções, o trabalho operário dispensável. Ainda assim, o trabalho humano sempre será mais eficiente que o da máquina, quando depender de criatividade. As atividades criativas, entretanto, são reservadas a grupos cada vez menores dos países centrais.

Assim, o desemprego dito estrutural resulta de decisões políticas de grupos hegemônicos aplicadas em todas as partes — no centro e na periferia —, com efeitos no entanto diferentes, que atingem de modo trágico as sociedades dependentes e visam a descartar uma parte ponderável da humanidade, retirando-lhe a garantia de trabalho e conseqüentemente de vida.

### 4. *Antagonismo genocida entre o capital financeiro e a vida. O homem-massa*

**Os fins civilizatórios da *Welfare Society*; dos valores humanistas; das sociedades que procuram os princípios da justiça e da solidariedade; e de tudo que vem sendo perseguido há séculos e que produziu avanços sem paralelo nos últimos 200 anos, estariam sendo substituídos pela finalidade exclusiva do lucro. Tendo como molas motrizes o egoísmo exacerbado do consumidor e a guerra devastadora da competitividade global, fomenta-se deste modo um nefando antagonismo genocida entre o capital e a vida.**

Surge assim, materializada de maneira superlativa no consumidor a profética conceituação do homem-massa, de Ortega y Gasset, magistralmente descrita em seu livro *La Rebelión de las Massas*. Ortega analisou e previu a natureza e o comportamento dessa espécie de robô, fruto dos modernos sistemas econômico-políticos.

A figura orteguiana ajusta-se como uma luva ao cidadão descaracterizado pelo consumismo, e que forma as massas descompromissadas com a história. É peça atual da chamada civilização ocidental. Na realidade, essa designação não passa de um simulacro mercantil do que foi essa civilização, cujos fundamentos culturais estão em confronto com a barbárie à qual foi imposta essa falsa designação.

De certo modo, Ortega antecipou ângulos e aspectos de George Orwell de *1984*, ou de *Admirável Mundo Novo,* de Aldous Huxley.

O homem-massa está em todas as classes sociais, não tem projeto vital nem participa da busca do bem comum. É individualista, vive passivamente, à deriva, segue a própria inércia e só tem compromisso com o que seja de seu interesse imediato, sem nada oferecer de si; é incapaz de amar e relaciona-se sempre por conveniência; é porém implacável com o que considera, em sua mediocridade, seus direitos, principalmente o de contumaz consumidor; usufrui da cultura que não entende e para a qual, jamais contribuiu; trata-a como mais um objeto de consumo; despreza a civilização em que vive e ignora o sacrifício que representou sua construção; para ele não existem heróis, santos ou sábios, todos são iguais, apenas se diferenciam pelo grau de consumo, ou melhor, pela dimensão do lixo e dejetos que produzem; ignora o conceito de pátria e atua com voracidade na perseguição dos meios que lhe garantem seu status de consumidor, a qualquer preço. Em contrapartida, é instrumento dócil e de fácil manipulação para as estruturas que têm o consumo como meta princi-

pal. É deslumbrado com o mercado. É servil para cima, com os poderosos, e perverso para baixo, com os humildes.

Os novos "teólogos" da competitividade global, junto com os malthusianos modernos, chegam a concluir que, no quadro atual, três quartos da humanidade são dispensáveis. Dispensáveis para quê? Para a concentração de ganhos e poder nas mãos de poucos? Como o homem sem trabalho pode virar um desesperado em potencial, cria-se uma crescente instabilidade social que passa a oferecer perigos para os beneficiados com a guerra da competitividade. **Surge então, como meta para os defensores da ideologia predominante o veredito dos donos do mundo: é necessário, para não correr riscos, exterminar esses três quartos da humanidade.**

Os objetivos do neoliberalismo são equacionados e promovidos por um "exército" de tecnocratas, que nada têm de técnicos e que estão bem instalados no coração dos regimes que os adotam, e que servem aos que se autotitulam os novos donos do mundo.

**Cerca de 1.600 crianças morrem em média de fome no Brasil, por dia; matam-se "meninos de rua" nas grandes cidades, crimes praticados por estruturas paramilitares ou pela própria polícia. Organizações estrangeiras, como a rede Benfam, matam no útero das mães. Alta porcentagem de mulheres na idade fértil é impedida de reproduzir a espécie. Ou seja, entre nós, o processo de genocídio caminha a passos largos e com ação programada. Suas dimensões e inexoráveis conseqüências não deixam dúvidas: trata-se, não de irremediável processo estocástico, mas de decisões de natureza política.**

### 5. *Inversão entre fins e meios. Modelo de crescimento econômico dependente*

A doutrina neoliberal, também promove a inversão entre fins e meios, o meio assumindo o papel de fim. Perdem-se deste modo as razões-fins que sustentam a dignidade da existência humana. Assim, ao anularem-se os verdadeiros fins de uma sociedade civilizada, humanista, tudo vira barbárie, uma aberração que confronta o que as civilizações originais conseguiram realizar de positivo em séculos de história; por isso, falam em fim da história, a história deles, naturalmente, que se exaure e deixa de existir por ausência de fins!

Simultaneamente, o modelo de crescimento econômico dependente, implantado no Brasil desde a segunda metade dos anos 50, impede o desenvolvimento autóctone da estrutura produtiva. Esse modelo impõe o uso indiscriminado de pacotes tecnológicos agregados no exterior, cada um deles podendo envolver centenas de milhares e até milhões de itens

técnicos, opções de matérias-primas, de formas energéticas, especificações de toda natureza, patentes, normas técnicas, marcas e políticas que implicam reservas de mercado tecnológico, às vezes em regime de monopólio, como as contempladas pelo privilégio das patentes. A "Lei das Patentes", promulgada por FHC em abril de 1996, visa a fortalecer ainda mais as corporações transnacionais que subjugam a economia brasileira a seus interesses, seus objetivos, e extrapolam em muito o campo econômico.

Nossa estrutura produtiva, por causa desse modelo, compõe-se de um amontoado de incompatibilidades com as condições locais, regionais e nacionais, o que em nada favorece os fatores internos, quaisquer que sejam sua abundância relativa ou valor estratégico.

Os centros hegemônicos contam nesse processo com a cumplicidade da tecnocracia local, programada quase exclusivamente para o financeiro e desconhecedora de questões essenciais, como a tecnológica e a energética, fundamentais a qualquer processo produtivo e, conjuntamente, razão principal do seu poder de competição.

O modelo dependente reserva para os países de origem das corporações, o quinhão mais nobre de nosso mercado, especialmente o tecnológico, por todas as razões, estratégico. É essa parcela do mercado a responsável pelo equacionamento, montagem, operação, controle e evolução do parque produtivo e de seu poder de competição, ao fazer valer as vantagens comparativas. Portanto, quando controlada por forças alienígenas, impede de serem levadas em consideração as vantagens nacionais; ou seja, impede-se qualquer competição. Trata-se de um modelo suicida.

Na realidade, ao contrário do que se propaga, os pacotes tecnológicos são agregados em centros sofisticados de produção, de intensa participação no jogo de poder. A defesa do controle externo desse quinhão dá-se de maneira implacável, lícita ou não, mais do que o da produção em si. Esta é a razão pela qual se procura impedir, de todos os modos, o desenvolvimento tecnológico nacional.

O que se vinha conseguindo fazer no passado, desde o início dos anos 20, mas, muito especialmente, a partir dos anos 70, por meio da montagem acelerada de uma estrutura de produção tecnológica, foi, desde 1979, em grande parte demolido ou desativado. Isso decorreu do chamado processo de "abertura", que acentuou o *laissez-faire* e favoreceu a agressividade externa e a tutela interna pelas corporações transnacionais e precedeu a avalanche mundial das idéias neoliberais. Como não podia deixar de ser, o desmonte das atividades de produção tecnológica — embora elas já não fossem incipientes e existissem à revelia da própria natureza do modelo precedeu o desmonte da estrutura de produção de bens e serviços em mãos nacionais.

Nessas condições, as indústrias nacionais — em mãos de brasileiros —, bloqueadas pela tecnologia externa e sem alternativas locais, retomaram a prática de uso amplo de pacotes importados, perdendo assim a possibilidade de poder competir interna e externamente. São-lhes impostos, deste modo, por esses pacotes, fatores de produção e funções econômicas não retirados de nossa realidade e, muitas vezes, incompatíveis com os principais objetivos sociais, culturais, econômicos e humanos do país.

Enquanto a tecnologia externa desconsidera e desqualifica nossos fatores de produção, a endógena tem tudo para promover a agregação daquilo que corresponde a vantagens comparativas locais nacionais. Esta é a razão central da essencialidade da tecnologia autóctone.

A tecnologia, na realidade, não é um fim, mas um meio, ao contrário do que se procura impingir aos incautos. Ela é "avançada" na medida em que equaciona os fatores segundo suas disponibilidades e valor estratégico, tendo em vista as conseqüências sobre a vida das respectivas sociedades, maior competitividade pelo domínio tecnológico e maior autonomia financeira e de mercado, além do alcance dos fins mais nobres da sociedade. Caso contrário, ela é "atrasada", ou seja, não serve à sociedade que a utiliza, podendo até criar-lhe dificuldades insuperáveis; por isso, as tecnologias bisonhamente designadas "de ponta" são um blefe se não convergirem para os interesses de longo prazo da sociedade. Nesse caso, desempenham, em geral, papel de verdadeiros "cavalos de Tróia", inúmeros "cavalos de Tróia". **Deste modo, não se pode conceber um processo de verdadeiro desenvolvimento que se fundamente na dependência tecnológica, como ocorre com as teorias atuais.**

Somente é possível avaliar-se de modo adequado, a performance de uma determinada tecnologia quando analisada nas circunstâncias em que opera, também levando-se especialmente em conta as condições ambientais; ou seja, aplicam-se à tecnologia os mesmos princípios que Ortega y Gasset definiu para o comportamento humano: ela deve ser sempre analisada no contexto do conjunto das circunstâncias para as quais existe e nas quais opera.

Essa análise mostra que a agregação dos pacotes tecnológicos é ação crucial que não pode ser deixada à mercê de "competidores" externos, especialmente quando o vandalismo em voga, propugnado pelo neoliberalismo, transforma-os em implacáveis inimigos, em predadores.

Como é bem conhecido, a dependência e o custo crescente do acesso ao uso tecnológico exógeno resultam em conseqüências negativas profundas na organização interna das indústrias, assim como na competição das estruturas produtivas nacionais ou regionais. Para tentar superar essas circunstâncias desfavoráveis são exigidos controles de

desempenho, o que torna essenciais a coordenação e o planejamento centralizados.

O funcionamento auto-regulado das organizações econômicas é coisa do passado, seus desempenhos têm que ser previsíveis e imunes a intervenções negativas externas. Para isso adotam como aliados incondicionais os respectivos Estados-Nações, em cujos territórios se localizam suas matrizes, os quais não titubeiam em usar seu poder quando os interesses das corporações a eles vinculados são ameaçados ou atingidos.

Assim organizam-se corporações de âmbito mundial, cuja estabilidade é necessária, especialmente quado se trata do universo dos ativos de vendas, muito sensíveis às oscilações provocadas nos desempenhos financeiros desses conglomerados que envolvem estruturas produtivas associadas a gigantescos complexos formados de universidades, centros tecnológicos, bancos, *tradings* etc.

Nos países periféricos, essas corporações atuam como oligopólios; monopolizam as funções inovadoras, favorecendo seus próprios fatores, especialmente o financeiro. A esse conjunto de ações dá-se a inapropriada designação de "economia de mercado". Nela, inovações autóctones são obstruídas para as empresas produtivas públicas e privadas nacionais, que ficam assim impossibilitadas de competir, sendo ademais excluídas do mercado pelos oligopólios.

Os acordos de mercado controlados por um número reduzido de oligopólios globais, a administração dos preços por esses grupos e a dificuldade de acesso a créditos comparativamente compensadores, entre outras ações, tornam as inovações tecnológicas de nossas empresas industriais e de serviços uma iniciativa cara e muito arriscada. Essas dificuldades foram substancialmente acrescidas com a aprovação pelo Congresso Nacional, em abril de 1996, da "Lei das Patentes", em substituição ao "Código de Propriedade Industrial". Essa lei dá controle monopolista externo sobre setores ultra-sensíveis da produção, como o farmacêutico, o alimentar e um vasto espectro industrial e agrícola, por meio do patenteamento de microorganismos. Incluem-se nisso efeitos legais retroativos, pelo incrível instituto do *pipeline*. Ademais da vinculação do patente a importações em regime de monopólio. Escancara-se nosso mercado tecnológico para o avanço do poder avassalador externo. Nenhuma economia, mesmo já consolidada, resistiria a tais despropósitos.

A destruição do que resta da estrutura de produção tecnológica nacional faz parte das políticas atuais centradas no âmbito financeiro. Isso significa a morte da indústria nacional como entidade autônoma, responsável pela produção em mãos de brasileiros. Só restarão aquelas que

forem toleradas pelas corporações externas, é a volta à República Velha pela destruição do que foi conseguido de autonomia relativa na esteira da chamada era Vargas, um retrocesso de mais de 60 anos! Essas circunstâncias, entretanto, não têm possível comparação quando se considera a gigantesca desproporção de poder externo atuando dentro do país atualmente. Acrescente-se a isso que então não havia os efeitos da armadilha financeira no comando econômico e político do país.

Kenneth Galbraith admite que só é possível sair dessas condições opressoras por meio da associação de esforços entre os respectivos governos e as empresas produtivas privadas e públicas em mãos de nacionais, como tem sido até aqui em toda parte, ao contrário do que dizem os *yuppies*, sem nunca provarem suas afirmações. Este suporte estatal é tanto mais necessário quanto mais vulnerável e dependente forem os meios e as condicões em que atuam essas empresas.

Há o exemplo recente dos EUA, cujas corporações não conseguiam enfrentar a competição de corporações japonesas na produção de *chips*. Optaram então pela criação, nessa área, em 1994, de forte empresa estatal. Na mesma linha de análise, ninguém se atraveria propor nos EUA a privatização da Tennessee Valley Authority, uma das maiores companhias de energia do mundo, além de principal agência de desenvolvimento do Vale do Tennessee. Somente um idiota atrever-se-ia a tal despropósito.

Empresas de economia mista, como a Petrobrás por exemplo, têm desempenhado crucial papel na implantação de setores industriais privados de capital nacional, como foram as áreas de bens de capital e petroquímica, entre outros. Assim, políticas de cunho neoliberal que visam ao enfraquecimento dessas empresas controladas pelo Estado têm como objetivo aumentar a vulnerabilidade dos setores privados nacionais. Dificilmente essas empresas de capital nacional sobreviverão com alguma autonomia, caso as de economia mista estratégicas sejam "privatizadas". Mesmo sem a privatização da Petrobrás, mas retirado o poder que lhe era conferido como executora de monopólio estatal, esses setores têm se enfraquecido substancialmente.

A Companhia Vale do Rio Doce, outrora empresa de economia mista, era nossa maior agência de desenvolvimento, atuando em oito Estados da Federação, e a nossa única grande *trade*, embora atuando exclusivamente no campo mineral. No último biênio aplicou 80 milhões de dólares em atividades sociais e de desenvolvimento regional e comunitário; possuía sistema integrado de transporte (ferrovia, porto e rota marítima), o mais eficiente em atividades, o que lhe dava alta competitividade internacional. Prevê-se, com a privatização, o desmonte de toda essa estrutura.

Toda a dinâmica negativa que vimos descrevendo, teve sua origem na vulnerabilidade crescente que foi sendo criada pelo poder monopolista de emissão da moeda de referência internacional e pela natureza dependente do modelo econômico implantado na segunda metade dos anos 50. Nosso livro *O Esfacelamento da Nação* (Vozes, 1994) mostra como foi se processando, a partir de 1979, um retrocesso e um desmonte do que se tinha realizado de positivo no Brasil nos últimos 60 anos. Tratase do desmonte do que foi construído na era Vargas, como parte de um incipiente mas vigoroso Projeto Nacional, hoje substituído por nada.

### 6. *A ideologia neoliberal e o "Consenso de Washington". A Trilateral*

A ideologia neoliberal que começa a aparecer em 1979 e as diretrizes impostas pelo "Consenso de Washington" consolidam intervenção estrangeira profunda na economia brasileira. O eixo da estratégia é o setor financeiro, que concentra o instrumental que permitiu a montagem de perigosa armadilha sob a qual se caminha irremediavelmente para a ruína.

Como conseqüência das duas crises do petróleo, em 1973 e 1979, sobre as economias periféricas potencialmente mais ricas foram impostas dívidas externas impagáveis. Mesmo que a moeda de referência internacional não represente riqueza efetiva, para todos os efeitos, porém, respaldada na força militar, tudo funciona como se ela representasse, até que a realidade do mundo físico venha impor-se, e a ameaça do poder militar seja neutralizada.

A operacionalidade da moeda atual fundamenta-se, de fato, na forma militar hegemônica e na conformação, desde Bretton Woods, de um forte arcabouço institucional de âmbito supranacional, formando uma espécie de "governo mundial", inicialmente composto pelo FMI - Fundo Monetário Internacional, o Bird — Banco Mundial, hoje complementado pela Organização Mundial de Comércio, a OMC e por outros organismos financeiros internacionais, tudo sob a égide da Trilateral, que agrega as corporações e bancos transnacionais ligados aos EUA, à União Européia e ao Japão; o Conselho de Segurança das Nações Unidas tem também papel nesse contexto, embora limitado a ações de *referendum*. No balanço das vantagens comparativas, como vimos, o arbitrário monopólio da moeda de referência dá-lhe poder muito acima daqueles possíveis de serem alcançados pelos demais fatores, em geral anulando-os, como anula também as próprias moedas nacionais. Isto vem acontecendo de modo claro no México, na Argentina e no Brasil, entre outros.

A esse conjunto de fatos sobrepõe-se, como vimos, a dependência tecnológica, que desarticula e dá ineficiência intrínseca às respectivas

estruturas produtivas nacionais, e que impede que elas possam oferecer resistência ou ensaiar qualquer esforço de recuperação. **Esta é a verdadeira face oculta da modernidade brasileira, que encobre a armadilha em que estamos soçobrando, de cuja libertação dependemos para tornar possível uma estratégia para alcançar bases seguras para um Projeto Nacional.**

### *7. Sistema de moeda falsa*

Enquanto as relações mundiais de intercâmbio comercial de bens e serviços foram em 1994 da ordem de 3,7 trilhões de dólares, no mesmo período realizaram-se nesse âmbito transações financeiras de cerca de 250 trilhões. Isso pouco tem a ver com a circulação de riqueza real, pois forma um sistema próprio, virtual ou falsamente simbólico, avaliado em 40 trilhões de dólares, excluídas as repetições, quando o produto bruto mundial era de 20 trilhões. Esse sistema condiciona o acesso à riqueza física mundial e controla sua circulação especialmente para aqueles que não são sócios desse sistema. Para fazer valer suas vantagens comparativas, torna-se necessário libertar-se da camisa de força aparentemente insuperável, mas de falsa consistência, imposta pelas ditaduras financeiras internas aos países.

Como a moeda deve refletir no meio em que circula o valor das riquezas de que é símbolo, vê-se que seus valores nominais correspondem, a grosso modo, a várias vezes as transações globais em bens e serviços. Essa dissociação entre a moeda representando a economia concreta e aquela que resulta de operações puramente financeiras, especulativas, em que dinheiro gera dinheiro, termina por retirar-lhe a razão de ser. Cria-se assim uma moeda não mais simbólica de riqueza, mas algo de suposto valor intrínseco, o que é falso. Esta é a base da desenfreada especulação que vampiriza os bens físicos, os patrimônios e o trabalho do homem. A própria decência, que deve nortear qualquer sistema monetário, fica irremediavelmente comprometida.

Essa moeda falsa destrói os valores reais e promove a vacuidade das estruturas produtivas, dos fundamentos da coesão social e das instituições básicas de uma sociedade organizada e séria.

Sendo esse o instrumento fundamental da economia, mesmo sob a forma de uma abstração física e social, ao se excluir da moeda tudo aquilo que deveria fudamentá-la e até a contrapõe à realidade, ela transforma-se, nas circunstâncias que vimos descrevendo, em fonte de arbítrio, em benefício fraudulento de seus emissores e manipuladores.

Hegel atribuia à moeda a representação do trabalho social, abstraída porém de sua concretitude. Falava da moeda como "trabalho abstrato",

expressão depois adotada por Marx. Disse, também, precisando o conceito, que "fazer valer as abstrações no mundo real significa destruir a realidade". Pelo visto é o que está acontecendo com as sociedades que são vítimas desse arbítrio e a ele estão submetidas pela pressão avassaladora do neoliberalismo e das formas como têm sido estruturadas modernamente, sobretudo no mundo anglo-saxão, as chamadas teorias econômicas.

Elas também estão longe de ser apenas fruto do avanço técnico, como muitos acreditam. Muito mais decisiva foi a transformação da moeda, que de meio passou a ser fim, como vimos anteriormente, assumindo capacidade arbitrária e ilegítima, como ente abstrato, de multiplicar-se por si mesma, desligando-se de seus fundamentos e conteúdos concretos. Seu objetivo então, diz o ensaísta alemão Robert Kurz, não é a reprodução material da vida, mas o acúmulo de ganhos em forma de moeda, e acrescenta:

> *A moeda agora está presa a um círculo cibernético fechado sobre si mesmo. Ela se torna independente em seu movimento absurdo, como fim último, e começa a levar vida fantasmática.*

O agudo analista norte-americano Vern Myers, em suas *newsletters "Myers Finance and Energy"*, afirma:

> *Historiadores do futuro acharão difícil acreditar que pessoas adultas supostamente sadias puderam montar esquemas tão malucos. Porém a humanidade se move em ondas de ilusão, e quando é moda acreditar que papel (moeda) é, em todos os aspectos, substituível por ouro, você ficará muito mal-visto se disser o contrário. Todos o chamarão de retrógrado, acusando-o de estar remando contra a história...*

Nessa diabólica dinâmica, patrimônios físicos, fontes de energia, conhecimentos e avanços tecnológicos, o trabalho e a inteligência do homem e das civilizações etc. têm de submeter-se à inexorável forma monetária de referência internacional, abstrata e arbitrária, que tem um único dono: seu emissor não contestado. Todos os índices "econômicos", de eficiência, de custos, de performance etc., a ela referem-se. A vida e seus valores morais e espirituais; a natureza e seus princípios e leis; a sociedade e suas tradições, culturais e aspirações; as civilizações e suas visões de mundo; o homem e suas crenças, tudo passa a ser secundário, desimportante, e a submeter-se aos dogmas da globalização, da competitividade e do "livre" mercado, como pretendem os novos donos do mundo, os senhores absolutos do bem e do mal, agregados na Trilateral.

## 8. As "novas tábuas da lei", a "terceira onda" e a armadilha

Simultaneamente aos *diktats* das oligarquias mundiais, *"novas tábuas da lei são impostas progressivamente à humanidade [...] A civilização cristã firmou pacto entre Deus e o Homem [...] nesse quadro o homem garantia sua liberdade e podia pecar; Deus, em sua misericórdia, podia perdoar."*

*As novas tábuas da lei conseguiram a aliança entre o mercado e a humanidade. O mercado é o grande regulador da vida econômica, o guia dos homens, que, doravante, devem a ele adaptar-se. É necessário, dizem, "concentrar nossa fé nos mecanismos de mercado, cujo motor principal é o preço, submetido às mudanças induzidas pelos processos técnicos, às exigências e aos constrangimentos dos quais nenhum indivíduo ou sociedade pode escapar".*

*"Nesse contexto, a liberdade que o mercado concede ao homem é a de a ele submeter-se. Se não se submete, peca e não será perdoado. Será simplesmente eliminado do mercado de trabalho como do mercado de bens e de capitais... As novas tábuas da lei exaltam a idéia da competitividade entre todos os homens e sociedades [...], pois proclamam que a salvação individual e coletiva passa pela conquista de parte do mercado"*, diz, em fevereiro de 1996, no *Le Monde Diplomatique* Riccardo Patrella, ex-diretor do FAST - Forcasting and Assessment in the Field of Science and Technology, do Conselho de Ministros da União Européia.

Em tom de denúncia, Akio Morita, presidente da Sony Internacional Inc., em seu famoso documento "O Japão que pode dizer não", afirma: "A moeda não deve ser objeto de especulação, porque sua função principal não é enriquecer bancos e companhias de seguros, mas facilitar as operações de produção. Quando um povo relega a produção, como parece ser o caso dos norte-americanos, ele deixa de ser capaz de suprir suas necessidades básicas." E acrescenta:

> *Enquanto os japoneses estão focalizados em negócios que deverão ocorrer nos próximos dez anos, os americanos dão atenção para ganhos nos próximos dez minutos. Fazem isto sob o argumento de que estão entrando em uma economia pós-industrial. Está em moda pensar que este jogo financeiro será a atividade do futuro, da terceira onda, e dizem que a informação constitui o âmago deste jogo. Estas atividades, entretanto, nada produzem se não estiverem fundamentadas na realidade (concreta). O desvio das atividades da indústria e da alta tecnologia para o lucro rápido do jogo do dinheiro apenas acelera a degeneração dos EUA.*

O predomínio do dólar sobre as moedas dos principais países ibero-americanos chegou a tal ponto, que todos praticamente, estão perdendo o controle sobre suas respectivas moedas. Para dar a aparência de estabilidade em suas economias, elas estão sendo substituídas pela moeda de referência, sobre a qual os governos nacionais não têm qualquer controle. Isso corresponde a abdicar da possibilidade de traçar políticas monetárias próprias, fator essencial à preservação da soberania.

Foi assim montada uma armadilha pela qual as estruturas de poder econômico dos EUA objetivam subjugar ainda mais esses países. Para isso, criaram instrumentos financeiros e de "mercado", no contexto de uma pseudo-ideologia, que lhes permitem apoderar-se de seus patrimônios estratégicos a troco de nada. A doutrina neoliberal serviu-lhes como escopo ideológico, e o "Consenso de Washington", como "catecismo" e metodologia de ação, visando, de modo convergente, ao objetivo final. A "reforma" da Constituição, a "Lei das Patentes", o Programa de Desestatização, as reformas do Estado e da Previdência, entre outras ações, decorrem do "Consenso", uma espécie de "protocolo dos sábios das finanças mundiais".

Essa é a essência do Plano Real, que "paga" a estabilização monetária com a exaustão da capacidade interna de investir; com a destruição da agricultura e da indústria nacionais, via recessão, taxas irreais de câmbio e juros astronômicos; com o desemprego galopante; com a destruição da moeda nacional e com a transferência dos patrimônios estratégicos para o controle de grupos externos e máfias internacionais.

Segundo trabalho do Ipea, a área de plantio e a produção agrícola chegaram em 1995 a valores de 1970! No período de 1991/96, foram transferidas para mãos estrangeiras 1.004 indústrias privadas de capital nacional...

Nos acordos originais que foram estabelecidos para a abertura do mercado interno brasileiro às montadoras automobilísticas transnacionais, as indústrias de componentes caberiam ao capital nacional. Dessas, sobraram 500 empresas. Em poucos anos porém restará apenas a metade, todas em mãos estrangeiras, estando já prevista a dispensa de 70 mil trabalhadores!

Setores inteiros de nosso parque industrial em mãos do capital nacional, muitos com participação de capital estrangeiro, foram dizimados no criminoso processo da chamada abertura econômica, em áreas como: bens de capital, metalurgia, eletrônica, farmacêutica etc. Trata-se, portanto, em primeiro lugar, de desindustrialização e, em segundo, de desnacionalização do que sobrar, um retrocesso econômico de 40 anos de volta à República Velha, em novo estilo. Não é por acaso que FHC fala no fim da "era Vargas",

voltando naturalmente à política dos velhos oligarcas do "café-com-leite", agora representados por agentes de banqueiros e especuladores externos, a nova oligarquia colonial. Dos nove bilhões de dólares não especulativos que entraram no país — orgulho dos tecnocratas —, em 1996, oito foram aplicados na compra de empresas de capital nacional, na bacia das almas. Portanto, não ocorreu qualquer aumento de produção de riqueza. O que era nacional passou para mãos externas, a câmbio de migalhas em papéis duvidosos. Em contraste com o Brasil, o Japão proíbe a compra de empresas japonesas já instaladas pelo capital estrangeiro. Será que os japoneses são idiotas e estão remando contra a "modernidade"?

O caso recente do petróleo mexicano é um exemplo. Em dezembro de 1994, por meio da retirada maciça do "dinheiro volátil" — especulativo — que tinha entrado em grandes proporções, os mega-especuladores quebraram a economia e impuseram ao país, na fase dita de "ajuda", condições draconianas. Por esse processo, as autoridades financeiras norte-americanas passaram a ter o controle das exportações do petróleo do México, onde se localiza uma das últimas grandes reservas que sobram, gigantesco patrimônio estratégico suficiente para transformar aquele país em um dos mais ricos do mundo.

A política neoliberal do México foi apresentada à época como modelo, cantada em prosa e verso como exemplo a ser seguido. Salinas de Gortari, PhD em economia nos EUA, principal responsável pela neoliberalização mexicana, detinha, como FHC, em abril de 1996, acima de 70% da aceitação popular; elegeu seu sucessor e era forte candidato dos norte-americanos a secretário-geral da Organização Mundial do Comércio, como também FHC, antes da perspectiva da reeleição, era candidato a secretário-geral das Nações Unidas. Hoje, de Gortari é um foragido do seu país, ocupando posição subalterna em Wall Street, e com parentes próximos submetidos à justiça penal de seu país. FHC, porém, como Menem, Fujimori e Yeltsin, insiste em ser candidato à reeleição, embora isso corresponda a romper o juramento que fez, de cumprir e fazer cumprir a Constituição, sob cujo escopo legal assumiu a Presidência do Brasil.

A revista inglesa *The Economist*, ao começar o último ano de governo de Salinas de Gortari no México, prevendo seu "êxito auto-sustentável", disse: "O país mudou depois que Salinas revigorou a economia, com um ousado programa de reformas e de livre comércio, pondo-o no clube dos ricos." Pobre México!

Participaram do festival de entusiasmo por Salinas, conforme o sério analista político Rubens de Azevedo Lima, a Wall Street, o Banco Mundial e o FMI que chegou a chamar Salinas de "governante modelo". Larry

Summer, do Tesouro dos EUA, jurou que o México fora salvo do desastre porque Salinas impedira a evasão do capital estrangeiro do país". (*The Economist*, 10.12.94)

Na realidade, foi-se montando ao longo do tempo um ardiloso sistema em que os países periféricos, para poder saldar os serviços de suas respectivas dívidas externas, teriam que exportar a qualquer custo, em jogo de cartas marcadas: exportar cada vez mais e receber cada vez menos como pagamento, até o ponto que se tornou impossível saldar esses serviços, salvo com a perda de patrimônios essenciais.

Uma série de outras ações vêm sendo simultaneamente executadas pelo governo brasileiro, fruto de decisões dos centro hegemônicos, todas convergentes e visando ao aumento de nossa dependência externa.

A ideologia neoliberal também abriu nossas fronteiras para importações desnecessárias e até descabidas, enquanto as exportações são desvalorizadas. O equilíbrio financeiro externo, que antes passava pela obtenção de elevados superávits comerciais para pagar os serviços da dívida externa, foi substituído por crescentes déficits na balança comercial e pela atração de capitais externos especulativos, supridos com juros estratosféricos. A liberdade que se criou para esses capitais permite a seus controladores planejar a desestruturação da economia nacional. Basta para isso, decidir retirá-lo do país, como fizeram no México. Esse dinheiro estéril e destruidor, em parte foi retirado da produção e em parte resulta da lavagem de dinheiro delinqüente, e outras ilegalidades.

Esse processo dá aos especuladores um poder de intervenção que termina colocando a sociedade sob o comando de prepostos nativos a serviço desses interesses.

O jogo é incrivelmente desfavorável ao país. Enquanto esses capitais entrarem sem restrições, eles são recompensados por altíssimas taxas de juros, o que representa permanente "sangria" em nossas finanças. Em contrapartida, as reservas brasileiras, formadas em parte por esse dinheiro externo, são mantidas no exterior com juros de 4 a 6% ao ano, quando muito!

A alternativa de aumentar os volumes exportados ou seus valores agregados independe de decisão interna, é subordinada a políticas dos países importadores, em geral também dependentes de aumento nas exportações e redução nas importações. Práticas dessa natureza, oferecidas como solução, têm resultado em fracasso; cabe, neste caso, a analogia com o questionamento de Garrincha, quando o treinador dizia como driblar os adversários: "o senhor já combinou com eles?"

Como ação complementar, as forças econômicas externas e seus aliados internos dominam o Congresso e, de modo monolítico, a grande mídia es-

crita e falada, o que lhes permite formar a opinião pública e, como conseqüência, controlar o processo eleitoral, transformando-o em instrumento de manipulação das mentes, sem possibilidade de contraditório. A mídia tem conseguido reduzir o processo democrático a uma farsa. Parece não haver alternativa. Essa mídia, para manter-se no mercado, está vendendo o Brasil! A meta é transformar a nação em mercado livre e os cidadãos, em consumidores. O resto fica por conta da armadilha da ditadura financeira e das máfias financeiras internacionais, que ocupam com voracidade os incautos países à deriva da América Latina e aqueles desmembrados da ex-União Soviética ou do chamado Leste Europeu.

### *9. Os quatro níveis de corrupção*

Sistemáticas institucionalizadas sobrepõem-se em muito aos efeitos negativos causados pela corrupção. Complementam-se e integram-se entre si para formar um só corpo de ações.

Em nosso livro *O Esfacelamento da Nação,* descrevemos o que designamos como os "quatro níveis da corrupção".

*O primeiro nível* corresponde à velha e conhecida "roubalheira" não institucionalizada do erário, ao arrepio da lei. Quando conveniente, especialmente para servir de "nuvem de fumaça" para outras ações mais graves, ela é o motivo de justificado escândalo na mídia. Comparada aos outros três níveis, estes institucionalizados, ela é de proporção relativamente modesta, envolvendo seus autores em ilícitos com quantias da ordem de unidades de milhão de dólares, geralmente servindo como "boi de piranha" ante a opinião pública. Exemplo disso foi a chamada "CPI do Orçamento", que somente atingiu alguns elementos da cúpula do PMDB, partido que se queria ver desmantelado, mais pelo seu passado do que pelo presente, sendo omitidos porém, os demais envolvidos. Essa CPI ficou inconclusa, por não atingir o lado mais poderoso, o dos corruptores. Pelas proporções relativamente menores nos montantes dos ilícitos, os culpados equivalem-se aos popularmente conhecidos como "ladrões de galinha". O caso PC Farias enquadra-se neste nível. Ele também atuava ao arrepio da lei, como figura estranha ao Estado, mas servindo a seu chefe como "caixa" da sua candidatura presidencial, e atingia o erário indiretamente, através dos corruptores, estes sempre protegidos pelo sistema.

*O segundo nível de corrupção* eleva os valores para algo da ordem de dezenas de bilhões (com b) de dólares e decorre do processo de "privatização" de empresas estratégicas e básicas de economia mista. Elas são parte essencial do patrimônio público e são a espinha dorsal da estru-

tura produtiva. Neles não estão incluídos os patrimônios naturais estratégicos sob sua guarda, cujos valores patrimoniais alcançam patamares muito mais altos. Vejamos alguns exemplos.

a) Os casos da Usiminas, Cosinor, Celma e Alcalis são sintomáticos. Foram transferidos seus controles do Estado em troca de moedas não podres, cujo valor é insuficiente para comprar um veículo VW-Gol usado, conforme nota oficial da Procuradoria-Geral da República. Avalia-se que somente o patrimônio da Usiminas supere 15 bilhões (com b) de dólares.

b) A "privatização" da emblemática Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi realizada por um valor em espécie que correspondia a um terço do que havia no cofre da empresa, no dia da venda. Na ocasião, o valor em matérias-primas e produtos acabados no pátio da empresa equivalia a sete vezes o valor da venda, ou seja, 200 milhões de dólares, conforme informação pública do diretor financeiro da empresa;

C) Com a liqüidação da Siderbrás em 29/08/97, os dados do último balanço patrimonial da *holding* mostram que os ativos totais somam US$ 3,38 bilhões, enquanto o passivo circulante (dívidas e demais obrigações), US$ 18,33 bilhões. Com a privatização da Açominas, CSN, Cosipa, CST, Aços Piratini e Usiminas, o governo arrecadou em moeda corrente apenas US$ 1,03, e o restante, até US$ 5,08 em moedas podres, "O passivo a descoberto das controladoras representa o prejuízo que os cofres públicos tiveram com as operações de venda das estatais, já descontadas as receitas obtidas com as privatizações", disse o liquidante da empresa. A *holding* assumiu as dívidas das suas 13 subsidiárias, saneando-as financeiramente para o processo de privatização. Com a liquidação da Siderbrás, o ônus passou integralmente para o Tesouro Nacional.

d) O valor de venda da Companhia Vale do Rio Doce mal cobriu o valor de apenas uma de suas jazidas, a de Salobo, se comparada com jazida semelhante, embora sem ouro, vendida pouco antes no Canadá.

e) A participação da Petrobrás na petroquímica foi vendida por valor em espécie de um mil reais, quando representou investimentos superiores a três bilhões de dólares.

f) A Companhia Elétrica de Minas Gerais (Cemig) foi vendida por valor do qual 75% foram tomados de empréstimo, em condições excepcionais, ao BNDES, ou seja, ao próprio Estado...

*O terceiro nível de corrupção* resulta da própria operação do sistema financeiro nacional e envolve centenas de bilhões de dólares. Ora ele decorre do processo inflacionário, pelo qual o sistema promove a trans-

ferência da sociedade para banqueiros e especuladores, a troco de nada, de volumosos recursos financeiros — 170 bilhões de dólares, em dez anos, conforme levantamento feito por técnico da Fundação Getúlio Vargas —, ora vincula-se a ações envolvendo a manipulação das taxas de juros e de câmbio visando segurar o real em relação ao dólar, provocando a *débâcle* da capacidade exportadora brasileira. Esta chegou a alcançar o terceiro superávit comercial mundial e, em 1995 e 1996, estiveram em crescente situação deficitária, passando de 20 bilhões de dólares positivos para 3,5 e 5,5 bilhões negativos, respectivamente. Em 1997, prevê-se 25 bilhões de déficit. Essas manipulações cambiais, associadas a indiscriminadas reducões nas alíquotas de importação, cedidas a troco de nada, levaram à perda de dezenas de bilhões de dólares no comércio externo em curto espaço de tempo e estão levando a uma situação explosiva, de extrema vulnerabilidade.

Além disso, está presente desenfreada especulação financeira, envolvendo grandes massas de dinheiro externo volátil, da mesma ordem de grandeza daquelas que arrebentaram a economia mexicana, grandes escândalos dos bancos privados — Econômico, Nacional e Bamerindus — são primeiras evidências de um sistema financeiro que desmorona e está sendo mantido artificialmente com transferências do Tesouro Nacional.

Dezenas de bancos estão materialmente falidos, sem contar os que tiveram seus respectivos rombos cobertos graciosamente pelo Tesouro, alcançando valores que superam os 30 bilhões de dólares, tudo em nome da manutenção da saúde do próprio sistema.

Houve ainda acirrada disputa entre o Banco Central e especuladores pela estabilidade do real ante o dólar, que fez desaparecer cinco bilhões de dólares em 48 horas e levou ao afastamento do então presidente do Banco Central (Bacen), sem sequer uma investigação para esclarecer a insólita jogatina. O valor envolvido nesse jogo supera em 25% os investimentos necessários à implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, integrado por mais de meia centena de indústrias.

O que mais assusta porém nas manipulações das finanças é o montante das transferências de ativos públicos para mãos privadas, levando o Estado a ficar sem fundos para cumprir seus compromissos essenciais, em confronto com corporações privadas de origens duvidosas, com dinheiro saindo pelo ladrão...

Segundo revista semanal de alta circulação, editada em abril de 1996, "os empréstimos de longo a médio prazo feitos pelo capital privado inter-

nacional, que foram de dez bilhões de dólares em 1971, passaram para 1,3 trilhão em 1955!" Ou seja, um crescimento de 130 vezes em 25 anos. Isso corresponde a um aumento médio de 520% ao ano. Como é possível ocorrer um crescimento de riqueza nesses alucinantes níveis? Como explicar a orgia que resulta dessas jogatinas financeiras? Quem primeiro denunciou essa orgia foi o ex-ministro do Tesouro inglês, lord Lever, no início dos anos 80. No caso brasileiro, ela resulta de políticas traçadas pelo Banco Central, em nome do Estado, envolvendo atores que são sempre os mesmos, tanto do lado público como do privado. A tal "caixa-preta" do Bacen somente existe para aqueles que têm o dever de controlá-la, em defesa do erário, o presidente da República e o Congresso. É muito curioso que um grande número de ex-dirigentes do Banco Central, quando já não são banqueiros, tornem-se banqueiros ao deixar a direção do Banco — banqueiros ou altos executivos de bancos privados, que se confundem, hoje, com agências de especulação e usura e não suportam atividades produtivas, sejam esses bancos nacionais ou estrangeiros.

Fica assim muito difícil entender de quem se trata quando a grande mídia fala em mais autonomia para o Banco Central. Na prática do Estado brasileiro ele já é autônomo. Não dá satisfações, faz o que quer, apesar da suposta aprovação pelo Senado de seu principal dirigente. Também nessa questão não houve regulamentação do que dispõe a Constituição... ou seja, virou letra morta. Assim, a questão nacional mais grave, a financeira, é uma área sem lei, onde reina o arbítrio de tecnocratas que obedecem a ordens externas.

Ainda no caso brasileiro, a manipulação financeira começou a ser de grandes proporções com o crescimento da dívida externa nos anos 70, quando o principal chegou a algo da ordem de 90 bilhões de dólares. Desse total, conforme credenciado banqueiro, somente 20 bilhões foram investidos em grandes projetos de discutível validez para o país. O restante veio da conhecida "rolagem da dívida", que a fazia crescer como bola de neve.

Aí começou a montagem da armadilha à qual estamos nos referindo. Havia então as ofertas fáceis de petrodólares, com juros negativos... mas flutuantes, a critério do credor!

Em seguida veio a estatização dessa dívida, que era basicamente privada (70%). As empresas de economia mista foram então usadas pelos tecnocratas do governo para que realizassem grandes compras desnecessárias de equipamentos no exterior, com o objetivo de obter créditos externos. Alguns desses equipamentos continuam até hoje em seus locais de origem ou foram sucatados. Até o Programa Nacional do Álcool que jamais despendeu um único cêntimo em dólar, foi usado para obter empréstimo externo (um bi-

lhão de dólares, em 1980). Evidentemente, o que o Bird desejava era controlar o Programa, para interrompê-lo, como veio a acontecer pouco depois. Estatizada a dívida, os juros subiram para níveis nunca vistos, outrora juros de agiota, "fora da lei". Os montantes pagos pelo seu serviço alcançaram valores superiores a 15 bilhões de dólares ao ano, a troco de nada.

Para saldar esses "compromissos", foi necessário criar um superávit comercial externo, que chegou a ser o terceiro do mundo, depois do japonês e do alemão (RFA). Esse superávit era praticamente consumido com o serviço da dívida externa. Seu montante porém não deixou de comprovar a pujança brasileira, infelizmente um grande esforço sem benefícios para o país, salvo a ativação de setores exportadores subsidiados.

Foi nessa fase que se montou a dívida interna, que passou a corresponder à "parte do leão" das finanças do país, em benefício de cerca de 200 grupos de banqueiros, especuladores e corporações transnacionais.

Como os compromissos da dívida externa foram transferidos para o Estado, este passa a tomar empréstimos dos exportadores a juros com taxas muito mais elevadas que as internacionais. Assim, a dívida interna cresceu também como bola de neve.

O Estado passou a ser o grande supridor da "riqueza" monetária dos financistas privados atuando no país. Voltou-se desse modo ao século XVI, em que o imperador Carlos V fazia empréstimos com os banqueiros para promover suas guerras, e estes viviam às custas do "príncipe", com juros astronômicos. Disso resultou o empobrecimento do riquíssimo Império Espanhol. Quase todo o ouro do México e do Peru sumia nas mãos de banqueiros flamengos, florentinos e venezianos e o povo espanhol vivia na miséria! Foi preciso que Felipe II, filho de Carlos V, decretasse a moratória. Não pagou as monumentais dívidas herdadas do pai. Deste modo, pôde reinar durante cerca de 60 anos e consolidar um império "onde o sol jamais se punha...". É curioso que, no caso brasileiro, quem estipula as taxas de juros da dívida interna é o próprio pagador, ou seja, o Banco Central, e o faz com grave prejuízo para o Estado e para o País.

Com a política neoliberal, os superávits comerciais que permitiam pagar os serviços da dívida externa foram dispensados e o balanço comercial passou a ser deficitário. Nem por isso a dívida interna deixou de crescer, retroalimentada por juros astronômicos no orçamento da Repúbilca. Esses serviços passaram de aproximadamente 25% do total desse orçamento, em 1992, para 45%, em 1993, e cerca de 67%, em 1994, mantendo-se próximo desse patamar. Os recursos em moeda for-

te para pagar os serviços da dívida externa vinham agora não mais de empréstimos para o governo dos saldos comerciais externos, mas das próprias exportações e de dinheiro volátil — o perigoso dinheiro especulativo que destroçou a economia mexicana e que está ocupando espaço crescente na economia brasileira.

Isso aumentou substancialmente o poder da armadilha. Os mega-especuladores ficaram com o poder de decidir até quando manterão o dinheiro volátil no país, enquanto usufruem de espetaculares taxas de juros. Essa dinâmica, de um lado, deixa o Estado exaurido de recursos, com um déficit público crescente, não sobrando dinheiro para suas principais responsabilidades (funcionalismo, Forças Armadas, educação, saúde, investimentos públicos etc). De outro lado, cresce a dívida interna. Enquanto isso, o dinheiro especulativo externo prepara-se para o bote final, que ocorrerá quando resolver retirar-se abruptamente do país. Essa política, que leva a efeitos suicidas, é comandada, como vimos, pelo Estado brasileiro, via Banco Central.

*O quarto nível de corrupção* alcança patamares alucinantes, impossíveis de serem medidos em valores monetários, pois estes não mais simbolizam riqueza concreta. Ele decorre de transferências do controle de patrimônios estratégicos de dimensões planetárias das mãos do poder público para grupos de origem nem sempre identificável, a saber:

- Patrimônio genético, cuja transferência de controle dar-se-á pela "Lei das Patentes", especialmente no patenteamento de microorganismos. Segundo a Fast, órgão especializado do Conselho de Ministros da União Européia, estão nas regiões intertropicais 80% dos patrimônios genéticos da Terra. Ele é crucial não somente para o equacionamento da solução energética renovável do planeta, mas também, como conseqüência para a estabilidade termodinâmica da ecosfera e de setores altamente sensíveis da produção, como o farmacêutico e o alimentar e dezenas de outros setores produtivos. Segundo Noam Chomsky, professor do MIT — Massachusets Institute of Technology —, documento da assessoria internacional da Casa Branca esclarece que a nova "Lei de Patentes", imposta aos países pela Rodada do Uruguai do GATT, provocará um aumento de fluxo monetário do "Sul para o Norte", da assustadora quantia de 61 bilhões de dólares anuais.

- Patrimônio mineral, pela privatização da Companhia Vale do Rio Doce — CVRD —, maior mineradora em todo o mundo, entregue a suspeitos grupos externos. Especialistas da própria CVRD, tomando valores ditos de mercado, depreciados pelos cartéis de compra, avaliam esse patrimônio público, como vimos, em mais de 1,5 trilhão de dólares. E, no entanto, vendeu-se o controle da Vale pelo Estado pelo valor de três bilhões de

dólares, embora o controlador não necessite mais do que 900 milhões de dólares, que correspondem ao serviço de meio mês da dívida pública interna. Ainda como exemplo, somente as concessões minerais a duas corporações transnacionais equivalem ao controle territorial, no Brasil, de uma área equivalente à da Alemanha atual. Quem irá dominar esse estratégico patrimônio de valor planetário? O Japão, como principal comprador de minério de ferro da Vale, ou a Austrália, sua principal concorrente, ou, ainda, os detentores de grandes volumes de moeda necessitando de lavagem e tendo por origem o narcotráfico? Este último ficou com o botim... A suposta "venda" manipulada por grupo de tecnocratas do BNDES, donos do bem e do mal, "queimou" o futuro de gerações e gerações de brasileiros e a própria sobrevivência nacional. Com a internacionalização da Vale, transferiu-se para mãos estrangeiras o que resta das reservas de minério de ferro e a totalidade do minério de manganês — e este com exclusividade —, havendo tendência de ocorrer o mesmo com todo os nossos minérios. Na realidade, perde-se com a Vale o instrumento essencial à guarda de nossos recursos minerais. A partir daí seremos povo eunuco nessas estratégicas atividades, apesar das imensas riquezas de nosso subsolo. A natureza absolutamente estratégica desses recursos não-renováveis, cruciais a sociedades industrializadas, será vista com mais detalhes ainda neste capítulo, no item 16, quando descrevemos a situação desastrosa dos países hegemônicos em relação às reservas minerais. Estamos assim jogando criminosamente fora, uma das mais importantes vocações nacionais, certamente a de maior valor estratégico depois da questão energética e base indiscutível para um futuro consistente para nossos descendentes. Estamos também abrindo mão do principal instrumento capaz de tornar realidade a ficção constitucional de que o subsolo brasileiro pertence à União.

- Patrimônio hidrelétrico, cuja entrega está prevista na "privatização" do sistema Eletrobrás. O Brasil dispõe, na Bacia Amazônica, do maior potencial hidrelétrico, não utilizado em todo o mundo: o valor estratégico da hidreletricidade é tal que, nos EUA, não existe uma única hidrelétrica privatizada. A água, junto com a energia, são os dois elementos naturais mais estratégicos, pois estão na base de quase tudo o que é essencial. Localizam-se no Brasil cerca de 20% da água doce do planeta (o segundo país é o Canadá, com 14%) e suas funções múltiplas e vitais. Como se pode pensar em privatizar, criando-se conflitos insuperáveis, elemento natural tão crucial à vida de nossos filhos? A água potável, além de sofrer contaminação, está cada vez mais escassa em amplas regiões do planeta. Existem prognósticos que prevêm que o controle de mananciais será um dos principais estopins de guerra no século XXI.

— Reservas de petróleo e gás contidas em 29 bacias sedimentares já estudadas pela Petrobrás e que contêm cerca de dez bilhões de barris de petróleo, com perspectivas de chegar a 30 bilhões, além do gás nelas presente.

Além disso, o continente brasileiro dispõe de outras grandes riquezas patrimoniais, como a das florestas, de potencial renovável, essenciais para o futuro da humanidade, tanto no campo energético como no ecológico etc., hoje com uso restrito à fabricação de móveis e à construção civil, em geral com extração predatória. Existem, segundo o almirante Gama e Silva, 330 milhões de hectares de florestas ambrófilas na Amazônia Brasileira, com cerca de 40 bilhões de metros cúbicos de madeira em pé, contando-se apenas as árvores com diâmetro à altura do peito, igual ou superior a 30 centímetro. Desse total, 25%, ou seja, dez bilhões de metros cúbicos, correspondem a espécies com cotação no mercado internacional que poderiam render cerca de US$ 1,00 trilhão, após beneficiadas. Esse imenso patrimônio florestal é capaz de atender à atual demanda mundial por 105 anos, se houvesse impedimento à renovação natural. o patrimônio corre o risco de ser depredado, principalmente agora, com a invasão de empresas asiáticas que devastaram as florestas da Indonésia, Malásia e outros países.

Se considerarmos o seu valor energético, esse patrimônio florestal renovável equivale à energia de muito mais de 40 bilhões de barris de petróleo, ou seja, quatro vezes a previsão de nossas reservas de petróleo, não renováveis. A floresta corresponde a um patrimônio que, se tornado estático, contrariando sua natureza renovável, tem um valor de mercado de cerca de US$ 1,00 trilhão. Na realidade, a floresta pode funcionar se usada com responsabilidade, como um permanente conversor de energia solar armazenada na biomassa, sob a forma química de hidratos de carbono.

A omissão do poder público na conservação desse fantástico patrimônio é gritante. Sua preservação exige regulamentação e efetivo controle do Estado. Tomemos os exemplo da castanheira, cujo abate é proibido desde os anos 40. Não obstante tal proibição, segundo o almirante Gama e Silva, profundo conhecedor das questões amazônicas, o antigo Projeto Jari, chegou a abater cerca de 7 milhões de metros cúbicos de castanheiras, sem que fosse embargado o desmatamento ou lavrado um único ato de infração. Também no sul do Pará, nos desastrosos programas de pasto para a criação de gado de corte, nas décadas de 70 e 80, em Programas da Sudam, induzidos por capitais financeiros externos, foram impunemente queimados vários milhões de metros cúbicos de castanheiras.

## *10. Os Insanáveis e eternos déficits públicos. A oitava economia do mundo. Corporativismo mundial.*

As causas dos déficits orçamentários, como mostramos anteriormente, estão concentradas no descontrole do setor financeiro, especialmente nos serviços das dívidas, na política de estabilização e, como conseqüência, nos elevados níveis das taxas de juros e de câmbio, entre outras, e não, como maldosamente atribuem os tecnocratas, a "excessos" de despesas essenciais em educação, saúde, Forças Armadas, previdência, estatais e funcionalismo público. Eles jamais assumem no entanto as verdadeiras razões do déficit. Como as reduções orçamentárias para simular a superação desses déficits concentram-se sempre nesses setores essenciais, e eles pouco significam para as reduções, os déficits não somente continuam, como aumentam e servem novamente para justificar sobre eles outras reduções. Nessa triste manipulação há, mais uma vez, acentuado cinismo e desrespeito à opinião pública. Esse serviço espúrio fica por conta da mídia, que atua exclusivamente com fins mercantis, deixando de cumprir seu dever constitucional de bem informar.

A fraqueza e a vulnerabilidade que essas dinâmicas impõem sobre setores básicos da sociedade, por falta de recursos financeiros essenciais a seu funcionamento, deixam-os à mercê de intervenções que, sob o argumento de ajudá-los, enfraquecem-nos ainda mais e terminam pondo-os sob o controle de interventores. Este é o caso de centros universitários e daqueles que outrora cuidavam da estratégia e do pensamento nacional e do setor de produção tecnológica. São a eles concedidas pequenas benesses, migalhas disputadas ardorosamente pelos concorrentes.

Nessas condições, as agências do neoliberalismo estabelecem condicionantes que obrigam os centros universitários a desempenhar o triste papel de divulgadores de teses supostamente irrefutáveis, embora não discutidas da ideologia neoliberal. Desse modo, os centros de pensamento transformam-se em centros de propaganda dessa malfadada ideologia.

Como há desvio de altíssima porcentagem do orçamento da República para poucas dezenas de grupos de banqueiros, especuladores, corporações transnacionais e nativos a eles subordinados, controladores da dívida interna que dominam o Estado Nacional, é impossível a realização de investimentos importantes de interesse comum, por absoluta incapacidade financeira do Estado, exaurido pela manipulação de suas finanças por tecnocratas inescrupulosos que passam a deter imenso poder pela impunidade que subjaz a seus atos.

Nessas condições, e cada vez com menos alternativas, reitera-se o apelo ao investimento externo, por mais desastroso que esse caminho tenha se mostrado ao longo de nossa história. Como sempre, o financiador impõe as regras, evidentemente em benefício do que representa, tanto mais duras quanto mais vulneráveis estejamos. O *affair* Sivan enquadra-se neste caso.

Essa sistemática não se restringe apenas aos projetos estratégicos, mas permeia o dia-a-dia das administrações federais e estaduais. Todo o espectro de políticas públicas fica subordinado a organismos financeiros internacionais, que passam assim a ser detentores de considerável poder de tutela sobre o já debilitado Estado Nacional.

A doutrina neoliberal ainda impõe, como vimos, sem qualquer possibilidade de análise ou debate de seus reais objetivos, a entrega, em muitos casos a troco de praticamente nada, de empresas de economia mista estratégicas e básicas — espinha dorsal de nossa estrutura produtiva e do que remanesce de um incipiente embora vigoroso Projeto Nacional — a grupos duvidosos, testas-de-ferro de interesses externos e máfias globais. Essas empresas constituíram a base desse Projeto e suas origens remontam aos anos 20.

O que vem sendo designado por "privatização", na realidade não passa da transferência de controle de peças cruciais à estabilidade do processo de industrialização brasileira para mãos externas, ou ao esfacelamento dessas peças. Isso está sendo efetivado, como vimos, por meio de doações criminosas de ativos públicos, levando consigo ademais o controle de gigantescos patrimônios naturais. O que levará evidentemente à desestabilização da sociedade brasileira, pelo absoluto descontrole do Estado nacional.

Subprocurador Geral da República que estudou detidamente o assunto afirmou, em novembro de 1995, em longa entrevista ao semanário *Questão Nacional e o Mundo*: "A justiça irá reverter todo o processo de privatizações." Que Deus o ouça e as instituições que têm a responsabilidade de preservar a soberania nacional e fazer cumprir as leis do país cumpram seu dever.

*Yuppies*, na direção do Estado brasileiro pela via das finanças, no entanto, não dão importância às leis e ao sentimento de decência e de preservação dos valores e dos patrimônios que pertencem ao povo brasileiro. Vão em frente. Quaisquer protestos contra essas ilegalidades, por mais fundamentados que sejam e por mais credenciados que possam ser seus autores, são emudecidos, obliterados por um regime delinqüente que desserve à Nação.

Foram as empresas de economia mista estratégicas e básicas que tornaram possível a economia brasileira ser a oitava mundial; foram elas também as principais responsáveis pela criação de uma classe média estável, vinculada à produção industrial e de serviços tecnológicos, essencial ao regime democrático e que hoje está ameaçada pelo desemprego e pela desindustrialização causados pelo neoliberalismo.

Essas empresas continuam essenciais e muito teriam de contribuir para a sociedade brasileira se o objetivo fosse o desenvolvimento nacional. A sociedade e o Estado teriam todas as condições, pautando-se em meio século de experiência vivida, de ajustá-las ao papel crucial que elas teriam pela frente. São inaceitáveis críticas gratuitas ou de má-fé a eventuais falhas dessas empresas, quando o objetivo é destruir. Diferente seria se as críticas fossem verdadeiras, que pudessem contribuir para fortalecer nossa combalida economia. Mas elas objetivam o oposto, visando a retirar de nós instrumentos essenciais a um poder de competição mínimo, o que põe em risco nossa sobrevivência como sociedade autônoma. Afinal, não somos idiotas, como pensam os *yuppies* que ocupam o poder...

O papel estratégico dessas empresas para o funcionamento da economia nada tem a ver com possíveis desvios de função — ocasionado por intervenções indevidas do Estado —, fáceis de serem corrigidas. Extraí-las do papel de empresas estratégicas dando-lhes a função exclusiva de lucro em benefício de grupos basicamente estrangeiros, pela privatização, representará em irremediável descontrole sobre a "espinha dorsal da produção" e o enfraquecimento da estrutura produtiva nacional.

Ademais, conforme autores consagrados, como o professor W. Lazonick, a verdadeira evolução do sistema capitalista contemporâneo deu-se por meio de complexas estruturas produtivas, as quais todavia não existem no setor privado brasileiro. As poucas que caminhavam nessa direção surgiram e vicejaram à sombra das grandes empresas de economia mista. A "privatização" destas últimas — leia-se, internacionalização — certamente irá matar o arbusto que ainda não chegou a árvore. Em definitivo, no caso brasileiro, o papel dessas complexas estruturas foi desempenhado em sua plenitude pelas empresas estratégicas e básicas de economia mista.

Finalmente, ataca-se com violência, a ponto de destruir seus sindicatos, o suposto corporativismo defensivo de trabalhadores e profissionais dessas empresas e propugna-se substituí-lo pelo corporativismo monolítico, agressivo, alienado e controlado do exterior das gigantescas corporações transnacionais... Os nativos que delas fazem parte têm suas mentes condicionadas aos interesses globais dessas corporações, e pouco resta neles

de brasileiros! Sua natureza corporativa está no nome e seus objetivos são o lucro e o poder externo.

### *11. Os centros de poder antinacional. As teorias econômicas.*

A ideologia neoliberal estimula ainda, como vimos, o mais desabrido processo institucionalizado que favorece o ganho fácil de gigantescas transferências de recursos públicos para setores privados. Seus principais instrumentos são o Banco Central e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, com poderes muito acima dos razoáveis, aproveitando-se de inúmeros itens constitucionais que jamais foram regulamentados, como o artigo 192, que trata do sistema financeiro nacional, e o artigo 219, que trata do mercado interno como patrimônio nacional e da autonomia tecnológica, entre outros. Essas instutuições operam acopladas, obedecendo às mesmas políticas que emanam do "Consenso de Washington"; a primeira, na área financeira, e a segunda, na área da desindustrialização.

Era de supor-se que as chamadas teorias econômicas favorecessem análises que servissem às sociedades para alcançar determinados fins. Seus conceitos, postulados, índices e variáveis deveriam tornar possível os equacionamentos econômicos que buscam alcancar os objetivos sócio-políticos das sociedades, e não trabalhar para objetivos ocultos de interesse apenas de grupos de poder, na maioria das vezes de origem externa.

O que tem ocorrido, e cada vez com mais freqüência, é a manipulação desses conceitos, parâmetros e variáveis em função do aumento da concentração da renda; da promoção do desemprego extensivo; do feroz enriquecimento dos banqueiros, especuladores e membros da classe dirigente e da transferência dolosa de patrimônios públicos para controles suspeitos, sem resultar em qualquer compromisso coletivo, à sua revelia e da Constituição.

Ao contrário de fudamentar-se na realidade e de promover os meios para o alcance dos objetivos-fins da sociedade, as teorias econômicas neste século caminharam, especialmente nos países de língua inglesa, na direção de ajustar a realidade física a seus vaticínios, interesses e conceitos, nem sempre legítimos e verdadeiros. Terminaram assim afrontando leis da natureza e da vida; ignorando em sua estrutura analítica questões cruciais para o mundo econômico, como as da energia e da tecnologia; usando metodologia estática, que confronta a evolução entrópica do universo; desprezando os limites naturais de flexibilidade dos sistemas ecológicos, o que provoca seu esgarçamento irreversível; ou seja, essas teo-

rias desconhecem as leis naturais e sua evolução temporal e promovem doutrina individualista que fere os avanços sociais e humanos dos últimos 200 anos.

Seus resultados, portanto, deixam tudo a desejar quanto às necessidades da sociedade, para as quais os meios econômicos deveriam ser apenas veículos; jamais poderiam ser qualificados como teorias de natureza científica, pois, mantidas as mesmas condições, nem ao menos conseguem reproduzir os resultados de suas análises ou de suas aplicações. Na realidade, servem como instrumento no jogo de poder, a serviço de interesses hegemônicos, legítimos ou não. Seus índices avaliativos cada vez mais afastam-se do papel que deveriam ter de servir como instrumento de diagnóstico, mesmo no campo estritamente econômico, ao se subordinarem quase exclusivamente ao aspecto monetário, como se este ainda representasse riqueza real e não passasse de um falso símbolo, uma abstração que confronta a realidade do mundo físico, da sociedade e do homem.

Essas características deformadoras ganharam volume ao longo deste século, deformando o papel que tiveram autores como Hamilton, Shumpeter e Marx, entre outros. A antiga economia política deteriorou-se, hoje está desligada da humanidade e apenas serve de biombo ao poder pelo poder, sem compromissos com os povos e com a natureza.

Transformou-se, assim, em fim de seus próprios paradigmas, o oposto das verdadeiras ciências, na concepção que lhes deu Bertrand Russel; nas reações que estão surgindo em toda parte aos disparates que promoveram estão os germes de movimentos que levarão ao resgate e à reconstrução de tudo aquilo que o neoliberalismo conseguiu destruir. Suas vinculações com o poder conjuntural, entretanto, não serão impedimento para que essa ideologia seja levada no roldão da *débâcle* global, que não é difícil de prever-se.

O uso generalizado dessas teorias e de seus índices, como se servissem para analisar a vida das nações, promove, na realidade, objetivos que apresentam muitas vezes características de incompatibilidade com seus interesses. Trata-se de mistificação que engana a opinião pública, procurando deste modo fazer crer à população que os objetivos que a sociedade espera, somente serão alcançados com essas práticas financeiras, como se elas fossem teorias científicas, embora quase nada lhes reste relacionando-as com os fins sociais, com o mundo físico e com a vida. Depois, quando fracassam — e fracassam sempre — nos objetivos esperados pela sociedade, seus autores justificam o vexame dizendo que as medidas não foram aplicadas em toda sua plenitude e profundidade. Então, repete-se a dose, sempre com os mesmos resultados. Os fins ocultos porém são satisfeitos

e beneficiam pequeno grupo, usufrutuário exclusivo e iligítimo da riqueza e do trabalho dos povos.

## 12. O "livre mercado", a esquadra britânica e a dívida externa

*"O argumento de que os resultados da aplicação do laissez-faire — origem do liberalismo — no mecado internacional encontram justificativa na teoria das vantagens comparativas de David Ricardo negligencia o papel que o poder do Império Britânico — sua Poderosa Esquadra — desempenhou na criação das condições para que esses resultados fossem alcançados. Na segunda metade do século XIX, os proponentes das operações de liberação do mercado internacional aceitavam como natural a posição dominante da Grã-Bretanha como a oficina de trabalho do mundo, ignorava-se simplesmente como essa posição foi alcançada, e que, mesmo no começo do século XX, ela continuou a garantir seu poder na economia mundial"*, diz William Lazonick, professor de Economia das universidades de Colúmbia e Harvard, no livro *As Organizações Mercantins e o Mito da Economia de Mercado*, editado pela Cambridge University Press.

De uma certa maneira, repete-se no neoliberalismo a condição de força visando a garantir supostas regras de "livre mecado"; por exemplo, as compras de petróleo no Oriente Médio, sob a "proteção militar" dos EUA, assemelha-se ao que foi imposto pela Esquadra de Sua Majestade Britânica nos séculos XVIII e XIX a Portugal e ao Brasil, com o Tratado de Methuen, em 1703, e com a famigerada Abertura dos Portos, em 1810. Respectivamente, a Inglaterra transformou Portugal em sua colônia e o Brasil em colônia de uma colônia, o que nos afastou da primeira revolução industrial. A Abertura dos Portos foi precedida, em 1785, pelo decreto de dona Maria Primeira, a Louca, que, sob inspiração inglesa, dizia: *"Eu, a Rainha, hei de bem ordenar que todas as fábricas, manufaturas e teares de tecidos sejam extintos e abolidos em qualquer parte onde se acharem nos meus domínios do Brasil."* Deste modo, cerca de três mil teares foram destruídos para garbo e pompa de sua majestade britânica, e, junto com tarifas favorecidas, a Grã-Bretanha impôs seu "livre mercado" ao Brasil, enquanto adotava amplo protecionismo no mercado interno.

No caso de países do chamado Terceiro Mundo, ademais da sempre presente ameaça militar, foram-lhes impostas dívidas externas impagáveis que os levaram a armadilhas financeiras, acuando-os e conduzindo-os à condição de "livre mercado", que se assemelha à "livre" competição da raposa dentro do galinheiro. Lembremos que uma tragédia, quando se repete na história, vira farsa.

Alguns países não se submeteram às regras imperiais britânicas, ou seja, ao liberalismo do "livre comércio"; eles procuraram proteger suas economias e, por isso, conseguiram ir em frente com projetos nacionais próprios, ao contrário daqueles que sucumbiram à burla liberal. Assim agiram os EUA com o desenvolvimento endógeno fundamentando-se nas idéias de Alexandre Hamilton, contidas no trabalho "Relatório das Manufaturas" e transformadas em lei em 1789, seguidas do compromisso de Missouri, em 1820, do "Factory System", em 1824, e a da tarifa das abominações, em 1828. Esse conjunto de leis praticamente preservou o mercado norte-americano para sua própria produção, permitindo assim criar e fortalecer seu mercado interno, chave para qualquer desenvolvimento econômico.

A Alemanha fez o mesmo utilizando as idéias de Georg Friedrich List, inspiradas em Hamilton e contidas no livro *Sistema Nacional de Economia Política*. Também a França, com o Código de Michau, proibiu a expatriação de matérias-primas e somente admitiu o constrangimento do uso de mercadorias estrangeiras quando fossem absolutamente essenciais e insubstituíveis.

As queixas dos ingleses ante o protecionismo norte-americano foram respondidas pelo presidente Ulysses Grant, na Câmara de Comércio de Manchester, na Inglaterra, em 1873. Disse ele então:

> *Durante séculos, a Inglaterra usou o protecionismo exacerbado para alcançar seus objetivos. Não há a menor dúvida de que a essa postura deve o seu poderio atual.*
>
> *Agora, tendo conquistado o lugar de maior potência do mundo, julga a Inglaterra que é chegado o momento de adotar o livre comércio, por considerar que o protecionismo não mais lhe trará quaisquer benefícios adicionais.*
>
> *O crescimento do meu país faz-me acreditar que, dentro de duzentos anos, quando os EUA tiverem extraído do regime protecionista tudo o que ele pode dar, então também lutará a favor do livre comércio.*

Evidentemente não foi preciso esperar 200 anos, a atitude de independência adotada levou-os a alcançar a situação em que passaram a beneficiar-se do livre comércio muito antes, como a maior potência econômica mundial.

Sobre essa questão ouçamos o lúcido senador Severo Gomes:

> *[...] por tudo isso, defendo a tese de que somos subdesenvolvidos porque jamais tivemos um protecionismo como o que marcou a industrialização dos outros países. Entre nós, quando existiram barreiras protecionistas, elas*

*advieram de constrangimentos na balança comercial ou de necessidades do tesouro. A versão original desse conceito é de Roberto Simonsen: "Nunca tivemos uma política tarifária para o desenvolvimento industrial [...]".*

*Em nome da modernidade do Visconde de Cairu, estamos demolindo agora o parque industrial construído com mais de meio século de sacrifícios de um povo numeroso, que atravessou o tempo voltado para o trabalho [...].*

*Este é um processo tão violento que não pode ser apenas filho de eventual ignorância dos que tomam as decisões. Ele está no centro do maior conflito de interesses de que tem notícia a história. Dentro dele, só nesta década perdida (década dos 80), o Brasil pagou mais de cem bilhões de dólares como tributário dos países ricos, sem contar os prejuízos causados pela deterioração das relações de troca.*

E conclui Severo Gomes:

*Recuso-me a discutir os problemas do varejo, porque todos eles são conseqüências de uma realidade inegável com os interesses nacionais, desde os tempos da colônia, por motivos óbvios. Depois da independência, os* lobbies *sabem porque, o Brasil sempre foi o retrato de um gigante abobalhado que assiste à televisão perdido em um labirinto, sem saber que o labirinto é a sua própria cabeça.*

### *13. A decadência britânica, o confronto japonês e as soluções de equilíbrio. O exemplo americano*

*A maior crítica, porém, que se pode fazer à ideologia do* laissez-faire *do século XIX — diz Lazonick — não é ter-se utilizado do poder do Império Britânico no passado e no presente, mas o seu fracasso em não compreender o futuro da economia britânica — um futuro no qual, confrontada por sistemas capitalistas nacionais muito mais poderosos, levou a economia britânica a entrar em decadência relativa de longo prazo, da qual ainda não conseguiu recuperar-se. Isso contrasta com o discurso daqueles que propõem o que chamamos de o mito da economia de mercado.* (Lazonick)

A passagem da liderança industrial britânica para os EUA mudou drasticamente o caráter institucional do capitalismo. Em contraste com a pequena firma proprietária verticalmente especializada que caracterizou o domínio econômico britânico a vantagem competitiva norte-americana veio com empreendimentos gerenciais que operavam, de modo integrado, plantas e oficinas industriais geograficamente dispersas.

Muito se tem escrito acerca do formidável desafio do Japão diante da proeminência dos EUA. Mas a espantosa economia japonesa enfrentou desafio maior ao rejeitar o uso das doutrinas econômicas predominantes. Teve sucesso fazendo tudo ao contrário do que essas doutrinas propugnavam. Isso deve ter levado os teóricos das principais correntes econômicas a retorcerem-se de raiva.

Além da afirmação de que as teorias econômicas predominantes têm ignorado contribuições-chave da tradição de seu próprio campo do conhecimento, constata-se que, ao longo do século XX, os japoneses negligenciaram a história econômica e a história da economia capitalista. Desde o final do século XIX, uma característica que define essas teorias é a permanente obsessão por soluções de equilíbrio, que visam a descobrir relações entre variáveis econômicas não sujeitas a mudanças. Para esse esforço intelectual, as grandes questões que Marx, Schumpeter e Marshall levantaram, relacionadas com o processo das mudanças econômicas, viraram anátema. Dada a natureza das questões que os economistas vinculados às teorias predominantes atuais buscam, não é de modo algum inapropriado que a teoria econômica convencional adquira a conotação de "marginal". "Fazer da busca das soluções de equilíbrio o fim das Ciências Econômicas é ignorar o processo do desenvolvimento capitalista", diz Lazonick.

> *Não é, no entanto — continua ele —, a metodologia estática e suas conseqüências focadas nas soluções de equilíbrio que ocasionam a inoportunidade das teorias econômicas neoclássicas. É também a suposição de que, em uma economia capitalista bem-comportada, é a coordenação dos mercados que determina a alocação dos recursos produtivos, com as empresas adaptando-se aos câmbios nos preços de mercado, para um dado condicionamento tecnológico. Essa suposição concorda bem com uma ideologia individualista, mas não concorda, entretanto, com as realidades do desenvolvimento capitalista bem-sucedido.*
>
> *Foi combinando uma obsessão metológica com o equilíbrio e uma obsessão ideológica com a coordenação de mercados, que a teoria econômica predominante perdeu contato com a realidade do desenvolvimento capitalista bem-sucedido, e seus praticantes tornaram-se intelectualmente ligados ao mito da economia de mercado,* (William Lazonick)

Economistas das correntes predominantes têm confundido a noção de Adam Smith de que a divisão do trabalho é limitada pela extensão do mercado, ao assumir que essa divisão especializada seria coordenada pelo próprio mercado. "Tais preconceitos ideológicos", diz Lazonick, "têm sustentado o mito da economia de mercado e ajudado esses economistas

modernos a evitarem as grandes questões". A maioria deles questionam se os assuntos do mundo real dependem, em sua relevância, das correntes teóricas da economia, ou seria precisamente o oposto, como é exigido a qualquer teoria para ser considerada científica no mundo concreto?

A ideologia que regula o pensamento dessas teorias predominantes — *main stream* —, ao menos no mundo de fala inglesa, é aquela que afirma que a economia capitalista que funciona bem é a que resulta do livre mercado, ainda que esse pensamento tenha demonstrado uma grande ingenuidade, segundo Lazonick, ao considerar a natureza de "mercados imperfeitos" e seus impactos nos resultados econômicos. Essas não questionadas suposições são sempre que: a perfeição no mercado, se alcançável, tem resultados econômicos mais eficientes. Ao que acrescenta Lazonick: "A essa errada suposição chamo o mito da economia de mercado, porque ela é negada pela realidade do desenvolvimento capitalista bem-sucedido no século XX." Em sua imaginária procura sem fim de soluções, tanto teóricas como práticas, para remediar as "incapacidades" dos mercados imperfeitos, essas teorias econômicas falharam em não reconhecer a crescente importância das grandes organizações nos mercados de troca para gerar desenvolvimento econômico. A perspectiva neoclássica na operação da economia de mercado não contém qualquer teoria sobre essas inovativas organizações — que geram os produtos de mais alta qualidade, com custos mais baixos, e são a essência do processo de desenvolvimento econômico.

São essas organizações que explicam as transferências de liderança da produção industrial mundial e a maior riqueza entre as nações capitalistas. Para chegar a essas conclusões, Lazonick enfatizou o uso de uma metodologia histórica comparativa, visando a desenvolver uma teoria dinâmica, em crítica à metodologia estática e à ideologia mal-informada que orienta as idéias do livre mercado.

Os EUA são tomados como exemplo. Suas organizações tiveram uma expansão baseada em recursos financeiros gerados internamente, apenas suplementados com financiamentos de longo prazo feitos por seus bancos, evidentemente com juros decentes. O crescimento desses empreendimentos também criou a necessidade de um grande número de pessoas altamente qualificadas, cujo preparo foi promovido com fundos públicos que transformaram o sistema educacional, de modo a responder às necessidades criadas por essas organizações.

O governo dos EUA esteve sempre pronto a promover tarifas de proteção à indústria. Foi entretanto a valorização do planejamento coordenado da economia privada norte-americana, que marcou a elevação do seu capitalismo gerencial, nas primeiras décadas do século XX. Esse capitalismo gerencial,

com planejamento coordenado, substitui, como gerador do crescimento econômico, o capitalismo proprietário inglês, com coordenação de mercado.

No Japão, a maioria das empresas é integrada em sistema coordenado por poderosas empresas industriais, comerciais e financeiras. Longe de fundamentar-se em coordenação de mercado, a base de sucesso da economia japonesa, nas últimas décadas, tem sido uma grande competência em alcançar uma gerência capitalista, que deu vantagem internacional aos EUA nas primeiras seis décadas deste século. Por meio de sistema de grupos, a coordenação do planejamento japonês estende-se a um grande número de empresas, visando a assegurar que suas atividades se compatibilizem para alcançar um fim comum.

Muito mais que valorizar a gerência capitalista, o Estado japonês desempenhou importante papel na preservação do mercado interno para empresas japonesas; na adequada distribuição da renda, visando a fortalecer esse mercado; na organização das indústrias entre si; no acesso a pronto e barato recurso financeiro; na educação para o trabalho e mesmo na garantia de níveis adequados de demanda. O governo japonês foi além do governo dos EUA na criação de condições que garantiram o desenvolvimento econômico do país. O sucesso da economia japonesa resultou, desde a década dos 50, de decisão sobre o princípio do planejamento coordenado das empresas, do apoio e da forte relação com o Estado.

O que afinal capacitou a indústria norte-americana nas primeiras décadas deste século para sobrepor-se à economia britânica, orientada para a coordenação dos mercados? E, mais recentemente, o que levou o capitalismo coletivo japonês a conseguir competir com vantagem com os EUA?

A análise da história econômica deste século, orientada pelas idéias de William Lazonick, nos faz meditar sobre os caminhos pelos quais estamos sendo levados pela ideologia neoliberal. Ela repete, em maior escala e com instrumentos muito mais poderosos, o que já havia sucedido no passado com o liberalismo do Império Britânico. Não restam dúvidas, porém, sobre o que aconteceu com aqueles que a ele se subordinaram e, em contrapartida, com os que resistiram, seguindo suas próprias trilhas.

### *14. O caso brasileiro. O catecismo econômico externo*

O planejamento coordenado a que se refere Lazonick vinha sendo implantado no Brasil com êxito, quase exclusivamente pela ação governamental, com a ajuda essencial de grandes empresas estratégicas e básicas de economia mista, ademais de abundante e adequado suporte financeiro estatal dirigido para as empresas privadas de capital nacional.

São precisamente esses objetivos que o sistema que segue o ideário do "Consenso de Washington" está demolindo: esfacela-se o Estado; internacionalizam-se as empresas estratégicas e básicas e transforma-se o antigo BNDES, que financiava a empresa industrial de capital nacional, em agente da desindustrialização. Simultaneamente retira-se o Banco do Brasil da condição de financiador da agricultura, deixando-a falida e sem alternativa. Em conseqüência, cria-se uma diabólica máquina de desemprego que fecha aos trabalhadores e às novas gerações a possibilidade à vida.

Enquanto isto, a estabilização financeira prossegue a qualquer custo dentro do figurino traçado pelo "governo do mundo". E as linhas teóricas predominantes impõem o mito do "mercado livre". Os resultados, como vimos, implicam a perda de patrimônios naturais estratégicos, por meio de implacável ditadura financeira.

Ou seja, o catecismo das teorias econômicas predominantes — jamais seguido por quem quer que tivesse sucesso e com resultados evidentes em suas aplicações recentes no México e na Argentina — está sendo aplicado à risca sobre nós, com o apoio incondicional do governo que dirige atualmente o país, em atos de traição resultantes de graves crimes contra a nação e o seu futuro, ao mesmo tempo que se engana a população quanto aos objetivos pretendidos.

Há mais de 30 anos traçam-se no Brasil políticas financeiras visando ao combate à inflação, sempre com os mesmos efeitos negativos; até mesmo quando conseguem fazê-la retroceder, em determinados períodos, os resultados para a sociedade continuam negativos ou mais negativos ainda. É o caso do Plano Real: recessão, desemprego, desindustrialização, destruição da agricultura, desnacionalização, piora substantiva na educação e na saúde e, o que é trágico, perda de patrimônios.

Esses resultados não são fruto de incompetência, pois os fins ocultos são sempre alcançados, assim como é repetitivo o fracasso quanto aos supostos objetivos sociais anunciados. Os beneficiários, porém, são sempre os mesmos. Essas evidências colocam as autoridades supostamente responsáveis como "moços de recados" dos verdadeiros donos do poder. Evidentemente, sem a "colaboração" desses intermediários nativos dificilmente os verdadeiros "patrões" externos conseguiriam os resultados que estão alcançado.

A moeda — como vimos, uma abstração — passou a ser um fim em si mesma e, assim, virou falso "capital produtivo", que se multiplica em círculo. O objetivo não é mais a reprodução material de bens e serviços, ou seja, da verdadeira riqueza diretamente vinculada à vida do

homem e das sociedades, mas o acúmulo de ganhos em forma de moeda. Até quando isso será possível?

Quando se fala em "redução de custos" ou "aumento de eficiência" nesse sistema, o que está em jogo é apenas o interesse monetário. Não se levam em consideração seus próprios conteúdos de origem e suas conseqüências. O desemprego generalizado e maciço é um efeito direto desse sistema.

### *15. A agricultura industrializada, loucura energética*

Um exemplo do modo como opera o "aumento de eficiência" pela via monetária é o balanço energético na agricultura mecanizada, com uso abundante de fertilizantes químicos e agrotóxicos em relação à agricultura tradicional.

Nesta última, a soma das energias gastas sob a forma de mão-de-obra e demais necessidades agrícolas é pequena se comparada com o resultado energético obtido nas calorias dos alimentos produzidos. É possível obter-se entre 15 e 50 calorias para cada unidade de energia utilizada; em contrapartida, na chamada agricultura industrializada, gasta-se mais energia do que se obtém sob a forma de alimentos. Para produzir nos EUA o equivalente a 270 calorias de milho, gastam-se aproximadamente 2.800 calorias, ou seja, consomem-se dez para obter-se uma. Para produzir as mesmas 270 calorias sob a forma de carne bovina é necessário consumir, nessa forma moderna de produção agrícola, a espantosa quantidade de 22 mil calorias, ou seja, 80 para obter uma. Chamam a isso, eficiente sistema de produção! Além disso, essa moderna forma agrícola é alcançada com a expulsão do homem do campo, o que, devido à mecanização, provoca desemprego e um catastrófico custo ecológico, além de desalojar do seu hábitat o pequeno e médio produtor. Não é por acaso que 90% dos seres humanos que hoje passam fome vivem nas zonas rurais, e sua proporção aumentou consideravelmente após a chamada "revolução verde".

Ademais, o controle do comércio e o comando da produção de alimentos dão-se por meio de grandes corporações de âmbito mundial, que têm seus centros de decisão fora do campo e nos países centrais.

O Brasil, embora um dos maiores produtores e exportadores de alimentos, não tem em suas mãos os instrumentos de comércio que são controlados por corporações globais: 85% do cacau; 90% do café; 90% do algodão; 90% da madeira; 60% do açúcar — isto antes da extinção do Instituto do Açúcar e do Álcool — IAA — etc.

O neoliberalismo, nesse campo, atuou com extrema eficácia e truculência. Um dos primeiros atos do governo Collor de Mello foi fechar

o IAA e o Instituto Brasileiro do Café (IBC), que tinham participação efetiva no comércio internacional desses dois principais produtos de exportação. Fechou também nossa principal *trade*, a Interbrás, de elevada eficiência, alta lucratividade e poder de barganha internacional, por ser subsidiária da Petrobrás, então a maior compradora individual de petróleo no mundo. A Interbrás operava em todos os setores e desempenhava papel crucial no comércio externo, principalmente como instrumento das políticas governamentais de apoio às empresas de capital nacional: calçados, sucos de laranja etc. Se isto fosse pouco, o desgoverno Collor, também entre seus primeiros atos, fechou a Portobrás, única instituição em condições de pôr ordem nos portos brasileiros. Aplicou-se nesse caso a política da "terra arrazada", não ficou pedra sobre pedra, nada sobrou do nosso lado nesse estratégico e crucial setor. Nessas circunstâncias é cínico falar-se em livre comércio.

Na realidade, a proclamada "redução de custos" é uma simples exclusão de custos que significam interesses da vida social da natureza e de futuro, que não fazem parte do paranóico jogo monetário estabelecido pelo sistema financeiro internacional e portanto não são encampados pela ditadura financeira. Ou seja, os objetivos do homem e a projeção em seus filhos e no meio ambiente, assim como os objetivos nacionais permanentes, são espaços economicamente vazios no cálculo dos custos monetários.

"Se a economia - em busca de menores custos, menores taxas de câmbio, salários mais baixos e outras "vantagens" - aufere ganhos no plano monetário, no plano dos recursos naturais ela promove uma orgia de desperdícios", diz Robert Kurz em consistente análise.

### *16. "Os limites do crescimento". A desastrosa dependência mineral dos blocos hegemônicos*

Um pouco antes do embargo do petróleo, em 1973, que pôs a nu a grave situação energética mundial, o Clube de Roma publicou seu famoso livro *Os Limites do Crescimento*, que causou profundo impacto nos países industrializados e que, de uma certa maneira, antecipava a crise do embargo do petróleo de 1973. Seu coordenador, Dennis Meadows, dizia : *"O crescimento exponencial da economia moderna acarreta como conseqüência, em espaço de tempo historicamente curto, uma catástofre nos fundamentos naturais da vida. O consumo voraz de recursos e a emissão desenfreada de poluentes põem em xeque a sobrevivência da humanidade"*.

As advertências de Meadows estavam, evidentemente relacionadas com os países industrializados e especialmente com os EUA. Vejamos por exemplo, o voraz consumo de alguns metais por esse país em relação ao resto do mundo: zinco(Zn), 45 vezes; alumínio (Al), 52 vezes; ferro (Fe), 64 vezes; cobre (Cu), 102 vezes, e chumbo (Pb), 176 vezes. Quanto ao consumo por habitante dos países ditos ricos em relação ao dos países subdesenvolvidos, a relação é: alumínio (Al), 25 vezes; cobre (Cu), 29; estanho (Sn), 17; aço, 13; níquel (Ni), 66; chumbo (Pb), 21; zinco (Zn), 14; fertilizantes fosfáticos, 17 e fertilizantes potássicos, 11.

A dependência de importação de minérios (em %) dos principais blocos de países industrializados é muito esclarecedora, demonstrando as graves carências dos EUA, União Européia (EU) e Japão, respectivamente: Nióbio (100%, 100%, 100%); manganês (100%, 83%, 100%); cobalto (98%, 100%, 100%); alumínio (91%, 97%, 100%); cromo (91%, 97%, 99%); tântalo (91%, 100%, 100%); platina (91%, 100%, 98%); estanho (82%, 80%, 85%); níquel (70%, 87%, 100%); zinco (57%, 57%, 48%); tungstênio (57%, 87%, 85%); antimônio (51%, 91%, 100%); vanádio (42%, 100%, 100%); cobre (13%, 80%, 80%); molibdênio (100%, 99%), etc..

A situação ficou clara com a crise energética, evidenciada pelo embargo do petróleo, e com a Eco-92, gigantesca máquina de propaganda que consegue apagar da consciência universal a gravidade do perigoso caminho que a humanidade está percorrendo.

No caso das advertências do Clube de Roma em seu primeiro relatório, as constatações foram posteriormente camufladas e traçaram-se políticas que impediram as necessárias correções de rumo. O próprio Clube, em seus trabalhos posteriores, procurou anular o impacto de seu primeiro trabalho, desviando-se para uma nebulosa linha malthusiana.

O grave é que o crescimento exponencial é um resultado intrínseco ao próprio sistema de economia de mercado, pois o círculo monetário exige um aumento constante da produção e a competitividade exige um permanente crescimento da produtividade.

Como, desse modo, o bem material representa cada vez menos valor monetário, a produção tem que crescer em progressão geométrica. E como, nessa dinâmica, os investimentos seguem os sinais abstratos da rentabilidade financeira, a opção por um "desenvolvimento sustentado" — definido dentro da economia de mercado — é uma ilusão, uma mistificação. Nessa sistemática, tudo que deixa de ser rentável em termos monetários é considerado anti-econômico, seja um bem necessário ou mesmo essencial. Em contrapartida, o capital financeiro é rápido ao apoiar tudo aquilo

que lhe traz multiplicação monetária, sejam projetos destrutivos ou meros jogos especulativos que nada significam de positivo. São os casos, por exemplo, do narcotráfico, da prostituição infantil e da indústria pornográfica, todos em ampla expansão.

## 17. *Esquizofrenia estrutural*

*"Dessa maneira" — diz Robert Kurz, o brilhante pensador econômico alemão — "a vida social assume um caráter autodestrutivo. Se o aumento da produtividade provoca desemprego, é preciso que os mais ricos consumam com avidez cada vez maior para permitir o funcionamento do sistema. Por essa via, a vida dos produtos é encurtada e a indústria, para sobreviver, inventa outros produtos cada vez mais grotescos e pueris". E prossegue: "O sistema monetário é responsável por uma esquizofrenia estrutural; todos sabem que sua ação é destrutiva, mas todos mantêm os olhos virados para os rendimentos". Assim como no fenômeno da estase o pássaro fica imobilizado pelo olhar da serpente que irá degluti-lo. "Tampouco os assalariados questionam-se acerca do produto de seu trabalho, já que se encontram na total dependência de manter seus empregos." E conclui Kurz: "Por que a opinião pública mostra-se tão indignada com o suicídio voluntário em certas seitas, se ela aceita de bom grado o programa suicida global da economia de mercado?"*

Especialistas de 80 países, reunidos para a preparação da Conferência de 1996 da Organização para a Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas (FAO), advertiram que 75% das espécies vegetais utilizadas na alimentação humana já se perderam neste século. Na Conferência Técnica Internacional de Recursos Genéticos Vegetais, realizada em junho de 1996, em Leipzig, evidenciou-se que apenas três tipos de sementes — arroz, milho e trigo — respondem por dois terços da energia dietética consumida pela população do mundo. "Uma concentração delicada, perigosa", diz Washington Novais.

Em reunião conjunta da FAO e do Painel Intergovernamental de Florestas, realizada também em 1996, em Lisboa, especialistas de todo o mundo alertaram para o fato de que 41% das terras do planeta já são desertos ou estão em processo de desertificação. A cada ano continuam a desaparecer pelo menos 40 mil quilômetros quadrados de florestas tropicais. No ritmo atual, em duas décadas, dizem os cientistas, 15% da biodiversidade do planeta terão desaparecido.

No caso do modelo agrícola brasileiro, continua-se insistindo na chamada agricultura industrializada, com as nefastas práticas de remoção total da cobertura florestal, mecanização intensiva e monocultura, de conse-

qüências já conhecidas: erosão intensa do solo e perda de fertilidade, destruição da biodiversidade, desfavorável balanço energético, fertilização química intensa e inadequada e, a médio e longo prazos, insustentabilidade do cultivo. A esses efeitos decorrentes de danoso sistema de produção moderno, acrescentamos os efeitos de juros absurdos — incompatíveis com o nível de resposta da natureza, tendo em vista a faixa de flexibilidade natural, sem deterioração entrópica permanente — e o monopólio sobre as sementes, controlado por patentes de um pequeno grupo de privilegiadas corporações transnacionais, que o Estado brasileiro favoreceu em crime de lesa-humanidade.

Considerando todos esses aspectos e muitos outros, decorrentes da barbárie imposta direta e indiretamente pela ditadura financeira que molda o modelo econômico atual sobre a produção do campo e que levou os agricultores nacionais à falência, configuram-se resultados semelhantes aos produzidos pelo Tratado de Methuen, em que os portugueses terminaram perdendo a propriedade dos olivais e vinhedos para os magnatas do liberalismo imperial britânico. Em nosso caso, os banqueiros e especuladores, junto com as corporações transnacionais controladoras de sementes, fertilizantes e agrotóxicos, são os grandes beneficiários, caso não se modifique esse nefando modelo.

A situação desvantajosa, fruto da armadilha em que nos encontramos e que atinge o setor agrícola de modo implacável, terminará esmagando os produtores rurais, ao tomar-lhes, pela via da inadimplência financeira, os bens e a própria terra.

### *18. Desregularização financeira: artigo 192 da Constituição. O arbítrio*

O poder de arbítrio do sistema financeiro foi aprofundado internamente com a não regulamentação do artigo 192 da Constituição. Essa estratégia deixou sem regras legais o setor que se tornou o poder supremo da vida nacional, exercendo uma nova modalidade de ditadura pela via financeira. Vejamos a importância do artigo 129:

> *O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:*
>
> *I- A autorização para o funcionamento das instituições financeiras [...];*
>
> *II- A autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização, bem como do órgão oficial fiscalizador e do órgão oficial ressegurador;*

*III- As condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se referem os incisos anteriores, tendo em vista especialmente: a) os interesses nacionais; b) os acordos internacionais;*

*IV- A organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central e demais instituições financeiras públicas e privadas;*

*V- Os requisitos para a designação de membros da diretoria do Banco Central e demais instituições financeiras, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;*

*VI- A criação de fundo ou seguro, com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor, vedada a participação de recursos da União;*

*VII- Os critérios restritivos de transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento;*

*VIII- O funcionamento das cooperativas de crédito e os requisitos para que possam ter condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras. (...)*

*Parágrafo Único — As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão do crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima desse limite será conceituada como crime de usura, punido em todas as modalidades, nos termos que a lei determinar.*

Ou seja, como não foi regulamentado esse amplo preceito constitucional, vivemos, nessas questões em terra sem lei. Tudo resolve-se por portaria do Banco Central ou por medida provisória, muitas vezes em ostensiva afronta ao que está explícito na Constituição. Anulou-se desse modo a Constituição, até em questões diretamente vinculadas à soberania nacional. Resta saber: a) em que situação fica o Congresso Nacional, que deixou de cumprir sua obrigação de regulamentar a Constituição e, em decorrência, transfere para tecnocratas do Executivo o poder de legislar por meio de medidas provisórias ou omite-se em atos que estão em ostensiva afronta ao texto constitucional, sob o argumento irresponsável de que não foi regulamentado. Pergunta-se: goza o Congresso da prerrogativa de descumprir e até de anular a Constituição, pelo ardil de deixar de regulamentar seu texto? b) onde fica nisso tudo o Supremo Tribunal Federal, a quem compete zelar pelo cumprimento da Constituição?

Como o artigo 192 não foi regulamentado, jogou-se no lixo a função constitucional nesse crucial setor financeiro que domina o mundo e submete a forças externas a soberania nacional.

Como a moeda é o meio garantido pelo Estado, como simboliza todas as riquezas, ela transforma-se no instrumento essencial de toda a acumulação. O processo inflacionário entretanto, perturba essa função, desvalorizando a moeda de modo permanente, salvo para os bancos, que tinham seus ativos monetários corrigidos diariamente pela correção monetária.

Com a generalização da especulação financeira e a falta de regulamentação do sistema financeiro nacional, consagra-se a dinâmica de arbítrio, que impune e ilegalmente expropria o resultado do trabalho e permite a apropriação indevida dos patrimônios naturais coletivos, base da vida nacional. Conta-se para isso com o imaginário coletivo que, desinformado e condicionado pela grande mídia, aceita-o e sem alternativa, força seu curso, como se fosse mercadoria concreta. Daí o nome "real" dado ao falso símbolo, em tática de encobrir a verdade, dando-lhe designação oposta ao que significa. Evidentemente, jamais a designariam por nome que indicasse ser apenas abstrata moeda nominal, que não representa nossas riquezas; as quais, em contrapartida, são bens e grandezas físicas concretas.

Amortecida a ação inflacionária, que expropriava para banqueiros os ativos de quem produz e trabalha, as altas taxas de juros passam a ser a forma mais efetiva de transferir a riqueza resultante do esforço do trabalho e da produção coletiva, para um pequeno grupo de afortunados, acobertados pelo poder do Estado, via Banco Central. Com a taxa de câmbio, também arbitrariamente estabelecida pelo Banco Central, - o qual, em ambos os casos, atua como veículos, de comando externo -, dá-se a manipulação monetária com o exterior. Completam-se desse modo as medidas práticas da ideologia neoliberal e do ideário do "Consenso de Washington", uma nova forma de colonialismo, muito mais eficiente e draconiano que o colonialismo mercantil do século XIX.

### *19. Fraude monetária e ditadura financeira*

A moeda passou de uma simbologia verdadeira de valor, para uma fantasia falsamente simbólica: de algo com lastro concreto, para mera ficção. Ela, que simbolizava o trabalho pelo valor de seu lastro, passou a ser ente abstrato de curso forçado pelas armas (compra de petróleo no Oriente Médio) ou pelo Estado. Este, o único com poder de emiti-la, por força da Constituição. Como então pode-se explicar ser o Estado o responsável pelo desrespeito à Carta Magna que lhe dá esse direi-

to consentido? Que Estado é esse que abre mão de suas funções essenciais, exercidas por delegação popular? Ao abrir mão do poder de emissão de moeda própria, ele perde um instrumento essencial à soberania, ao mesmo tempo que cria desordem na vida econômica e patrimonial do país, levando ao descontrole e à perda das riquezas e dos patrimônios nacionais.

A propaganda mercantil conseguiu preservar durante longo tempo a imagem dos banqueiros, como dinâmicos e respeitados empreendedores. Os últimos acontecimentos, porém, da ***débâcle*** de alguns dos principais bancos privados, têm começado a deteriorar essa imagem ao mostrar a realidade.

O poder da moeda é ainda tal que, quando os economistas falam de **recursos**, não estão se referindo aos recursos concretos de natureza física, que são a base dos patrimônios, da produção dos bens e dos serviços, mas quase sempre referem-se exclusivamente a recursos monetários abstratos, sem levar em conta se, na realidade, eles simbolizam algo. Para tal contam com o suporte de teorias econômicas que têm como principal variável a moeda, descompromissada da realidade, e não variáveis que simbolizem efetivamente riquezas concretas, como energia, tecnologia, matérias-primas estratégicas, patrimônios naturais e trabalho. Ou seja, vive-se uma gigantesca fraude de conseqüências imprevisíveis.

Entre aqueles que trabalham com produtos de riquezas concretas, físicas ou de conhecimento e os que manipulam a abstração monetária, são estes últimos que administram e controlam o resultado do trabalho coletivo. O suposto símbolo, por mais falso e abstrato que seja, adquire assim auto-suficiência, crescendo sobre si mesmo como bolha de sabão, a troco de quase nada, graças à ilegítima dinâmica ideológica com nome de suposta moderna teoria econômica.

Essas sistemáticas têm amplo trânsito no campo político pelas benesses, que o setor financeiro transfere para os que comandam os principais partidos. A própria dinâmica eleitoral exige cada vez maiores dispêndios financeiros, o que leva à necessidade de maiores transferências. Essas práticas fazem a política perder seu fundamento popular, razão de ser do processo eleitoral.

Deste modo, o poder monetário internacional avança na exploração da produção e do trabalho, ao mesmo tempo que domina pela falsa simbologia os recursos naturais estratégicos, sempre a troco de nada, os esforços coletivos e os instrumentos de poder interno. Isso, naturalmente, leva ao empobrecimento da população e do Estado, em benefício de oligarquias financeiras externas e de seus agentes internos.

As decisões políticas que resultam dessa inversão de valor sobrepõem-se assim aos interesses dos indivíduos e das nações. Elas ocorrem com o suporte da mídia, que também depende das mesmas benesses financeiras. Ou seja, a mídia vende o Brasil para sobreviver bem! Cria-se deste modo um imaginário coletivo favorável a essa dinâmica, que promove desejos populares convergentes com uma falsa realidade. O poder financeiro assim, com todas as características negativas que estamos descrevendo, assume o papel de sujeito da história, relegando à categoria de objeto de suas ambições e apetites todos os demais setores da vida nacional. Esta é provavelmente a razão por que os neoliberais propugnam, em definitivo, o fim da História, cristalizando para sempre seu poder ditatorial.

A força da moeda ante a população provém não somente de ela ser o meio exclusivo e legal instituído pelo Estado (fora do escambo) que permite ter acesso aos patrimônios, bens e serviços, mas também pelo decorrente prestígio promovido por gigantesco marketing que a transforma em "mercadoria" única, de singular e excepcional valor, que se produz por si mesma em acelerada tendência — embora, como vimos, na realidade, como uma gigantesca bolha de sabão.

Na visão popular, o Real foi criado por "decreto-lei" (Medida Provisória, sempre renovada) como moeda forte, o que deu enorme prestígio eleitoral ao seu mágico "criador", que Gilberto Vasconcelos chama de "príncipe da moeda", no precioso livro de mesmo nome (ed. Espaço e Tempo, 1997). Isso transformou a eleição para a Presidência da República em plebiscito acerca dessa "nova" moeda, tão velha e conhecida quanto o dólar. O que o povo não sabe é o quanto isso está custando em termos de sua própria sobrevivência como parte de uma nação supostamente soberana, cuja razão de ser, a grande mídia esconde. O desastre parece inevitável, pois, nessas condições, jamais se formará uma vontade popular capaz de movimentar os recursos e os meios para a formação do poder nacional necessária para colocar a casa em ordem.

A dinâmica do "Real", tendo como aparente objetivo principal acabar com o processo inflacionário, criou novas vias de manipulação do poder financeiro, usando outros instrumentos mais eficazes no processo de expropriação de riqueza. Como vimos, em vez da inflação, agora são as altas taxas de juros e as arbitrárias taxas de câmbio as responsáveis pelos efeitos negativos sobre a sociedade, mais profundos e sérios do que os provocados pelo processo inflacionário — o qual, pela via da correção monetária que o sustentava, reduzia seus danos, sem produzir perdas de vitais patrimônios estratégicos, por exemplo. No caso do Plano Real des-

mantela-se a estrutura produtiva nacional, cria-se intolerável desemprego e o capital financeiro externo, especialmente o especulativo, é escandalosamente favorecido, além de se aprofundar a exploração do trabalho e da produção em benefício de quem nada produz. Essa armadilha financeira, fruto da ideologia neoliberal, está levando a Nação a uma espécie de escravidão pelos banqueiros e à perda de controle dos patrimônios estratégicos. Isto dá-se de modo simultâneo ao pauperismo que atinge os sistemas de saúde, de educação, das Forças Armadas etc.. As políticas que levam a essas conseqüências, contudo, são apresentadas cinicamente pela grande mídia, em falsa versão, como fruto da conquista da modernidade e de humilhante e ridícula inserção do Brasil no autotitulado e decadente Primeiro Mundo.

### *20. Controle monolítico da mídia: a opinião pública, a vontade e o poder nacionais*

O grave desvio dos meios de comunicação de massa em relação às suas funções constitucionais, agravado, no caso da mídia falada, por ser uma concessão do Estado, e a profunda deterioração por que passa o processo político eleitoral são as principais causas da mistificação com que é apresentada à população uma falsa realidade nacional.

A população é enganada de modo programado, profissional, ao mesmo tempo que se impede a presença do contraditório, ou seja, que cidadãos credenciados possam fazer a defesa dos interesses nacionais mais legítimos pelos meios que legalmente existem para esse fim. O bloqueio desses meios impede que se possa formar uma saudável opinião pública, refletindo o que pensa e o que sente a população que ainda não tenha sido condicionada pela mídia. Este é um dos maiores crimes que se está cometendo contra a nação brasileira, o de não se permitir que sua população tenha consciência clara da sua realidade.

Como a vontade nacional somente se consolida por meio da opinião pública e por sadio processo político, ela praticamente inexiste hoje no Brasil. Isso atinge diretamente as possibilidades de formar-se um poder nacional, pois é essa vontade que tem a capacidade de reunir os recursos e os meios para a formação desse poder.

Além de freqüentes campanhas com objetivos antinacionais, em grande parte subliminares, a grande mídia procura ridicularizar tudo o que é nacional, fazendo o brasileiro envergonhar-se de sê-lo. Há ainda os que, já condicionados, infelizmente em número crescente, acham natural. Ou seja, tende-se para uma espécie de suicídio coletico, em que se perde a

capacidade de resistir e entrega-se a fatídico e inexorável destino. Qualquer semelhança com o vírus da AIDS mental, é mera coincidência.

Isso, porém, parece não ser visto por aqueles que teriam meios para reagir e que têm tudo a perder. Estamos nos referindo as organizações que deveriam representar as forças produtivas nacionais e que, normalmente, desempenham esse crucial papel em qualquer país do mundo que não aceita a subjugação. São elas: Confederação Nacional da Indústria — CNI, Federação de Indústrias do Estado de São Paulo — FIESP, Confederação Nacional da Agricultura — CNA e centenas de federações e associações de produtores e de serviços que não estão subordinados a interesses externos ou que não são sócios de máfias financeiras. Essas instituições, deste modo, passam a ser cúmplices da ruína do país. Os exemplos multiplicam-se: a) produtores agrícolas juntaram-se aos banqueiros na frente constituinte chamada "Centrão" para favorecer as tendências neoliberais promovidas pela dupla Reagan-Tatcher, e que posteriormente os levam à ruína; b) industriais vão a Brasília, aos milhares, apoiar as reformas constitucionais que, entre outras ações contra o país, promoveram a internacionalização da navegação de cabotagem e a descaracterização da empresa de capital nacional. Até os EUA, com suas poderosíssimas corporações têm, há décadas, o "Buy American Act", que favorece suas empresas! Ou seja, os industriais que representam o capital nacional, estiveram em Brasília promovendo o seu próprio sacrifício; o presidente da Confederação Nacional de Indústrias foi, como senador suplente no exercício do cargo, relator da "Lei de Patentes", que cria monopólios em sua totalidade em mãos de corporações estrangeiras, excluindo assim a empresa de capital nacional de setores em que as vantagens comparativas do Brasil são excepcionais, como aqueles relacionados ao nosso riquíssimo patrimônio genético, por exemplo; a Federação de Indústrias do Estado de São Paulo encampa documento, copiado do exterior, em que propõe a desindustrialização do país. Deste modo, o Brasil passa a assemelhar-se, pelo menos no setor produtivo de capital nacional, com uma nau de insensatos...

Em síntese, o poder financeiro de comando externo é o responsável pela eleição do Poder Executivo e de grande parte do Congresso Nacional; domina totalmente os meios de comunicação de massa; exerce verdadeira tirania sobre os produtores nacionais; controla o mercado externo e suas estruturas; compõe o poder mundial por meio de corporações transnacionais organizadas em oligopólios e cartéis que controlam preços e exercem indevidas intervenções de natureza econômica e política em Estados fracos, cujos dirigentes passam a ser servis agentes, as conhecidas lideranças invertidas.

A falta de regulamentação sobre o poder arbitrário e ilegal das finanças nacionais é responsabilidade de um grupo de ex-tecnocratas, que eleitos pela força do setor financeiro, dominaram esse setor na Constituinte. Mesmo assim, defensores do interesse nacional conseguiram aprovar o art. 192, cujo detalhamento foi transferido para lei complementar. Esta, entretanto, nunca foi proposta, porém, por quem tinha a responsabilidade de fazê-lo. As legislaturas seguintes ignoraram seu dever e partiram para desmontar a estrutura da Constituição de 1988, via fracassada revisão e, em seguida, pelo que chamaram de "reforma" constitucional ilegítima e ilegal, antípoda das verdadeiras reformas de que o país necessita. O presidente da República, descumprindo seu solene juramento, promove mudanças constitucionais e passa a legislar, quase com exclusividade, por meio de Medidas Provisórias, pretendendo eternizar-se no poder ao romper o princípio constitucional de veto à reeleição, consagrado em nossa tradição política.

Transferiram assim o arbítrio internacional de Bretton Woods para nossas frágeis condições internas. Desse modo, criou-se uma ditadura econômica pela via financeira, como queria Foster Dulles...

Muito esclarecedor que, tanto na revisão fracassada de 1994, como na dita "reforma" constitucional de 1995, ambas sob a orientação do "Consenso de Washington", os artigos 192 e 219 não tenham sido sequer citados... Essa não regulamentação evidentemente deixa dois vácuos monumentais e de crucial importância para a aplicação da Constituição de 1988 — o mesmo ocorre com mais de uma centena de artigos —, criando condições para o desgoverno que estamos vivendo, com a entrega do país a aventureiros e escroques internacionais.

### *21. Descalabro financeiro, impunidade generalizada e tropa de ocupação*

Uma das conseqüências mais evidentes da situação brasileira é o descalabro em que se transformou o sistema financeiro nacional, com estrondosas quebras de bancos privados e seus gigantescos rombos, que o Banco Central procura tapar com recursos do Tesouro, em desvios avaliados, ao que se saiba, em 1996, em 30 bilhões de dólares.

O mais grave porém é que o presidente da República recusa-se a admitir que o sistema financeiro seja investigado pelo Senado, jogando todo o seu poder em operações de trocas — compra de votos — com os congressistas.

Financista internacional, em visita ao país, considerou essas operações normais, "pragmáticas". É a prática transformada em norma, que

levou lord Lever, ex-ministro do Tesouro inglês, em 1988, a denunciar o sistema financeiro internacional como promotor de verdadeira orgia. É a plenitude do mercado!

Segundo o professor Osires Lopes Filho, ex-secretário da Receita Federal, o governo FHC é um desenvolvimento dialético inegável do governo Collor, não somente pela intensificação das políticas neoliberais. Nessa linha: *"FHC aprofundou a liberação das barreiras alfandegárias; atendeu ao sonho consumista de importados da classe média; destruiu os monopólios estatais e intensificou a privatização; escancarou o país ao investimento estrangeiro, mergulhando de cabeça na onda da globalização."*

*"Também na imoralidade e na utilização dos recursos públicos no seu relacionamento com o Congresso, FHC ultrapassa o seu precursor. Estima-se que o montante dos escândalos de PC Farias não ultrapassou os US$ 2 bilhões. Na gestão de FHC, só o escândalo do Banco Nacional envolve cerca de US$ 6 bilhões subtraídos do compulsório dos bancos. A criação do Proer dadivoso resultou de medida provisória eivada de inconstitucionalidades"*, detalha o professor Osires.

Mas, segundo ele, onde houve superação inquestionável da corrupção praticada no governo Collor foi na castração, no Senado, da CPI do Sistema Financeiro [...]: *"O pragmatismo governamental foi weberiano, moralidade ou imoralidade pouco importou... Sem culpa nem pecado, nem problemas de consciência, pagou-se o preço que o mercado exigia, o toma-lá-dá-cá foi rápido e rasteiro."*

A revista norte-americana *Newsweek*, em reportagem realizada no início da década de 90, evidenciou o grande número de economistas ibero-americanos com PhD em economia em universidades norte-americanas, exercendo, quase com exclusividade, funções decisórias na área financeira nos governos dos países da região. Desde Salinas de Gortari e seu sucessor no México a Domingos Cavallo e muitos outros na Argentina, aos dois Serra, no Brasil e no México, passando por Pérsio Árida, Malan, Bacha e dezenas de outros no Brasil. Constituem eles — pelos efeitos que provocam nas posições de comando que ocupam no regime em vigor de ditadura das finanças internacionais — "exército de ocupação" que dá sentido à afirmação da *Newsweek*: *"Hoje, não são mais necessários exércitos para ocupar a América Latina"*...

Tudo indica, portanto, que a profecia de Foster Dulles está se cumprindo diante da perplexidade de todos, a omissão de muitos e a ação criminosa das elites invertidas!

# II

# A Crise

### *1. Aviltamento das exportações e abertura indiscriminada às importações. A questão energética mundial e as potencialidades de conflito*

Negociar no mercado internacional para empresas e países que estão fora do "Clube dos Ricos" significa quase sempre perder. Isso porque as condições impostas pelas *trades* e bolsas de mercadorias das metrópoles hegemônicas são cada vez mais desfavoráveis aos países periféricos. Os setores em que predominam exportações provenientes do chamado Terceiro Mundo têm os preços de seus produtos permanentemente aviltados, por mais escassos e estratégicos que eles sejam, ao contrário dos bens e serviços que têm origem nos centros hegemônicos.

A necessidade de captação de "moeda forte" para pagar enormes serviços de dívidas, ilegítimas e impostas, somente é possível pelo aumento das exportações ou de seus valores agregados. Essa decisão entretanto depende principalmente dos importadores. De outro modo, são necessários novos empréstimos no exterior, o que aumenta a dívida e seus respectivos serviços, ou ainda, a perigosíssima captação em prazos curtos, a juros astronômicos, de dinheiro especulativo.

Forma-se então, um círculo de fogo, agravado substancialmente pela globalização, cujo resultado é a permanente deterioração da economia desses países periféricos e de seu poder de competir, que, como vimos demonstrando, leva ao desastre e, finalmente, à perda dos principais patrimônios. Nessas condições, a necessidade de exportar a qualquer custo, quer para saldar compromissos financeiros externos, quer para realizar importações essenciais, cria dupla e perigosa dependência.

No primeiro caso temos a política seguida no período que antecedeu neoliberalismo, de efeitos tão negativos para o país. A dívida cresce e os credores têm o poder unilateral de arbitrar taxas de juros, *spreads* etc.; de outro, os valores das exportações são deprimidos pelos importadores. A estas condições, o neoliberalismo impõe a não regulação das importações,

escancarando o mercado interno a todo tipo de produtos e serviços, a maior parte em detrimento da produção nacional.

O Brasil exporta elevada quantidade de soja, em boa parte para alimentar animais no Primeiro Mundo, enquanto 42 milhões de brasileiros vivem na indigência. Disso resulta, segundo órgão especializado das Nações Unidas, a morte de mais de 1.600 crianças por dia, de fome e doenças provocadas pela desnutrição. Há, neste caso, profunda e inaceitável deterioração nas razões que fundamentam as exportações de um país em detrimento da vida de sua população.

No segundo caso está Cuba. Ela necessita exportar açúcar para cobrir suas cruciais importações de petróleo, que caíram pela metade com o desmoronamento da União Soviética, sua anterior fornecedora. Como não dispõe de petróleo, sua eficiência agrícola, altamente mecanizada, caiu à metade, assim como a produção de açúcar, dificultando ainda mais a obtenção de moeda internacional para importar petróleo. Essa dupla dependência foi acrescida do embargo ao comércio externo de Cuba, imposto por potência hegemônica que confronta qualquer norma internacional para alcançar seus fins. Embargo este agravado pela nova Lei Helms-Burton, dos EUA, objeto de rejeição mundial por interferir diretamente na soberania dos países que têm relações econômicas com Cuba. Trata-se de uma lei com inaceitáveis efeitos extraterritoriais, que fere diretamente o princípio de não-intervenção.

O exemplo de Cuba serve para levantar a questão central do jogo de poder mundial na atualidade, que resulta da vulnerabilidade de acesso das potências econômicas às reservas de petróleo de países do Oriente Médio, que, por isso, vêm sendo constrangidos pela ocupação militar dos EUA na região.

As nações preponderantes, situadas em regiões temperadas e frias do planeta, exauriram ou excederam o uso de fontes fósseis de energia e tornaram-se deste modo carentes e vulneráveis, a saber:

- Os EUA têm petróleo em seu território para pouco mais de cinco anos, pois já queimaram mais de 85% de suas reservas originais e importam cerca de 60% de seu consumo. Enquanto as demandas crescem, as reservas caem em cerca de 6% ao ano. As 20 maiores corporações privadas de petróleo, basicamente anglo-americanas, detêm hoje apenas 4% das reservas mundiais. Para garantir o fornecimento externo de petróleo, os EUA obrigam-se a dispêndios militares no Oriente Médio — onde se localizam cerca de 70% das reservas mundiais — equivalentes a 100 dólares para cada barril que importam.

- Os demais países membros da OCDE ("Grupo dos Ricos"): Japão, Alemanha, França, Espanha, Itália etc., não têm petróleo em seus territórios. Apenas a Noruega, o Canadá e a Inglaterra dispõem de

reservas decrescentes para poucos anos de consumo. Em nenhuma hipótese portanto pode-se considerar a situação como tranqüila, apesar do bloqueio das informações sobre a realidade e a gigantesca propaganda afirmando o contrário.

Os países do Oriente Médio, que têm perspectivas e dispõem-se a fornecer petróleo ao mundo, estão gastando a maior parte dos resultados financeiros dessas exportações com a compra de armas e são geridos por famílias de *sheiks* que formam governos autoritários impostos a seus povos. Têm, pois, precária estabilidade política. Situação mais estável tinha Reza Palhevi, no Irã, que chegou a deter o terceiro exército mais bem equipado do mundo. Ademais, o Oriente Médio é região por muitas razões explosiva. E o mundo, hegemônico ou não, na forma como estruturou-se militar e economicamente, depende de modo crucial dos patrimônios naturais energéticos fósseis dessa região.

Em 1945, os EUA eram os maiores exportadores de petróleo do mundo. Em 1977, porém, já importavam 8,3 milhões (M) de barris (B) por dia (D) — (MDB), ou seja, 46,6% do consumo. Em 1972, importavam gás e petróleo com um dispêndio de US$ 6,0 bilhões, que, logo após o embargo de 1973, saltaram para US$ 72,0 bilhões. Um aumento de 1.200%.

Os EUA tornaram-se a mais poderosa nação do mundo, com enorme capacidade inventida, mas com grande débito de recursos naturais, pois puseram em uso os recursos disponíveis, sem considerar se eram não-renováveis. A chave do poder alcançado foi sem dúvida o uso abundante e barato de energia fóssil, a tal ponto que suas reservas originais de petróleo, que eram de 180 bilhões de barris, estão reduzidas a cerca de 20 bilhões. Estão assim no fim de uma era, a era do petróleo.

Para que se tenha idéia da imprevisão quanto às perspectivas energéticas dos EUA, só a rede de ar condicionado na cidade de Nova York, em julho de 1972, correspondia a uma demanda de energia elétrica maior que a oferta disponível.

As demandas energéticas líquidas dos grandes blocos econômicos tendem a crescer de modo inexorável. Os EUA necessitarão adicionar, a médio prazo, um consumo de cerca de 12 milhões de barris/dia (MDB); a União Européia, outros 12 MDB, e o Japão, mais 7 MDB. Regiões e países emergentes de elevado potencial econômico como o Sudeste Asiático; a China; o Brasil e outros, poderão ampliar suas economias sem aumentar seus consumos energéticos? Essas tendências parecem muito difíceis de ser alcançar não somente pelas limitações das reservas mundiais, mas também pelos efeitos ecológicos que produzem, especialmente o temido efeito estufa.

Em 25 de junho de 1996, ocorreu o primeiro grande atentado terrorista contra instalações militares norte-americanas localizadas no Arábia Saudita, com 19 mortos e carca de 500 feridos. Os EUA, sem provas, atribuem esse ato a conexões com o Irã e a Líbia e, por conseguinte, desencadearam campanha internacional de denúncia contra esses dois países, ao tempo em que ameaçam invadir seus territórios.

Em 5 de agosto de 1996, o presidente Clinton assinou a lei D'Amato-Kennedy, que prevê represálias contra empresas estrangeiras que investirem mais de US$ 40,0 milhões por ano no setor de gás e petróleo no Irã e na Líbia. Alemanha, França, Gra-Bretanha, Itália e Espanha investem pesado nesses dois países. O governo do Irã lançou no mês de dezembro de 1995 concorrência pública para desenvolver projetos de extração de petróleo e gás no valor de US$ 6,0 bilhões. Trinta empresas européias e japonesas apresentaram propostas. Cerca de 60% do petróleo importado pela Europa provêm hoje do Irã e da Líbia. Na área de pesquisa, as empresas Agip, da Itália, Repsol, da Espanha, Veba Öl e Winterchall, da Alemanha investem na Líbia, e Total e Elf Aquitaine, da França, no Irã.

"Não permitiremos que essa lei seja aplicada, pois ela consagra o princípio da extraterritoriedade, que é contrário às regras da Organização Mundial do Comércio", protestou imediatamente Klaus Kinker, ministro das Relações Exteriores da Alemanha. Sir Leon Brittain, da comissão de Comércio Externo da União Européia, declarou: "Nenhum país estrangeiro tem direito de ditar a outros qual é a melhor política externa e com quem deve manter relações comerciais." Os franceses, por meio de seu ministro do Comércio Exterior, Franck Borotra, reagiram com amargura, dizendo-se acostumados aos "golpes baixos" dos americanos, e prometeram reações práticas: "Vamos retaliar. Já estamos preparando uma série de medidas de represália", disse o ministro. O Conselho de Ministros da União Européia tomou posição unânime contrária à lei.

A guerra econômica está montada e o tema em litígio é, mais uma vez, o petróleo, o acesso às reservas de petróleo do Oriente Médio. Há quem atribua essa lei à desvantagem em que se encontram as corporações norte-americanas que têm que enfrentar, nesses países, firmas européias, como ocorreu em 1995 com a firma francesa Total, que assinou contrato de US$ 600,0 milhões para explorar jazidas de petróleo iranianas. Sua maior concorrente, a americana Conoco, perdeu o negócio na última hora, pelo embargo comercial unilateral imposto pelos EUA ao Irã. As carências de petróleo e gás de norte-americanos, japoneses e europeus são tão sérias que tudo pode acontecer. Com esses fatos, temos promessas de tempo "quente" nos próximos invernos europeus! Os norte-americanos não conse-

guirão mais a adesão de todos os aliados, como conseguiram na última guerra contra o Iraque. Quando Clinton mandou seus mísseis "eleitorais" contra o território sul do Iraque, em agosto de 1996, tendo como justificativa o conflito do Iraque com os curdos, a França colocou-se em posição contrária, a Rússia e a China protestaram, esta última com vigor.

### 2. *Petróleo,* commodity *neoliberal ou questão militar? A* débâcle *do sistema bancário privado. Quem está segurando o dólar?*

Nessas circunstâncias, o neoliberalismo trata o petróleo como se fosse uma *commodity*... Procura envolver todos na perigosa dependência do petróleo para obter vantagens mercantis. Promove extensiva propaganda negativa para evitar o surgimento de alternativas permanentes. Conseguiram assim desmontar inúmeros programas que estavam sendo desenvolvidos em várias partes do mundo, especialmente nos EUA, durante a administração Carter. Não é mais possível continuar essa manipulação da informação em relação ao petróleo, pois ela está levando o mundo a inevitáveis conflitos.

Pelas razões que vimos expondo, fica claro que o sistema financeiro internacional somente se mantém enquanto o "papel pintado" verde, que o representa, puder comprar petróleo, o que é conseguido pelo poder das armas. Se isso deixar de ocorrer, o sistema desmorona, como poderia ter acontecido se a ocupação do Kuwait pelo Iraque fosse hipoteticamente mantida. Nessas condições, era irremediável a ocupação da região pela superpotência militar, pois qualquer colapso no suprimento provocaria pelo menos uma elevação vertiginosa do preço do petróleo, além do desmoronamento do sistema financeiro, provocando profunda desestabilização financeira mundial. Nesse caso, seria inevitável o colapso de muitas economias, desenvolvidas ou não, que dele dependem de modo crucial e sem alternativas.

Ademais, esse sistema já demonstra extrema vulnerabilidade no setor que o representa por excelência — o dos bancos privados. São os tesouros nacionais dos Estados que os têm suportado em toda parte: é o dinheiro público, precisamente sob o controle do Estado, que o neoliberalismo está procurando demolir. Aonde os neoliberais querem chegar com essa estratégia? Quem irá substituir os tesouros nacionais? Essa prática aplica-se apenas aos Estados-Nações não hegemônicos, ou, por acaso, pretendem privatizar todos os tesouros nacionais? É possível fazer isso sem o desmoronamento das sociedades, na forma como elas existem?

No Brasil, os órgãos do Estado, reguladores do sistema financeiro estão em mãos de prepostos, de banqueiros, de especuladores nacionais e estrangeiros e do "governo mundial". O Tesouro Nacional tem assumido o ônus da *débâcle* dos bancos privados, cujos casos públicos são o Econômico, o Nacional e o Bamerindus. Pelos indícios que se tem, esse sistema vive a fase inicial de uma hecatombe muito mais grave e ampla do que a ocorrida em 1929. Dois desses bancos foram internacionalizados. O Bamerindus, depois de ter transferido o ônus para o Tesouro Nacional, via Proer, passou às mãos de um banco de Hong Kong, ex-colônia inglesa; o Econômico passou para um grupo de origem desconhecida, sempre com o ônus absorvido pelo Estado. E finalmente o Nacional ficou em casa, em acerto lucrativo para as famílias Magalhães Pinto e Moreira Salles. Em agosto de 1997, conforme notícias dos jornais, foi divulgado inquérito concluído pela Polícia Federal, instaurado para apurar os fatos que determinaram a intervenção no Banco Nacional. Os resultados da apuração policial são impressionantes: 1.046 contas fraudulentas, um passivo a descoberto de 9,2 bilhões de dólares e uma receita fictícia de US$ 16,9 bilhões, entre 1988 e 1996.

Ou seja, o Brasil volta à categoria de colônia, pelo menos ou até no setor bancário. A poupança do povo brasileiro, principalmente a do pequeno investidor, passará a ser gerenciada por bancos coloniais... A modernidade neoliberal nos faz retroceder ao hediondo colonialismo do século XIX.

O problema dos bancos estaduais públicos é de natureza distinta. Os respectivos governos, falidos pelos juros de suas dívidas e esvaziados de suas fontes de receitas, e, como conseqüência, sem recursos financeiros para honrar suas obrigações mínimas, nas circunstâncias do desmoronamento econômico do país, tomam empréstimos a seus próprios bancos, sem poder depois ressarci-los. As dívidas dos governos estaduais e de seus respectivos bancos com a União, dentro das regras impostas pelo Bacen, os têm levado a irremediável falência. Os Estados da Federação e seus bancos — irmãos siameses — são vítimas da ditadura financeira, independente de eventuais incompetências administrativas ou políticas. Até o rico estado de São Paulo não consegue pagar seus compromissos. Em muitos Estados, os governos estaduais mantêm suas polícias em condições que os estão levando à revolta, o que começa a evidenciar o começo do fim, não do governo, mas do regime.

Esta é uma das mais claras evidências da ação da ditadura financeira, que fere frontalmente o princípio federativo de autonomia dos Estados. O efeito cumulativo dessas ações é devastador!

O objetivo é desmoralizar os bancos estaduais para justificar sua privatização e entrega a máfias internacionais — parte de um sistema já

falido, mas atrevido, aterrador, que está se apoderando, no grito, de estratégicos patrimônios públicos.

Algo semelhante está sendo feito com o Banco do Brasil, vítima programada dos tecnocratas, pelo papel de baluarte que sempre desempenhou no passado, em importantes áreas da economia, especialmente no setor agrícola. No município de Ceres, em Goiás, por exemplo, antigo celeiro agrícola, o Banco do Brasil mantinha 3.500 financiamentos, em 1960. Hoje eles estão reduzidos a cinco. Apesar de ponderável bancada no Congresso, os ruralistas sentem-se acuados pelas dívidas impagáveis que têm junto ao Banco do Brasil e por isso, sujeitam-se a tudo, votando o que o governo e os governadores querem. A ruptura do pacto federativo pela via financeira é evidente.

"*A crise da dívida externa, no início dos anos 80, mostrou a fragilidade do sistema financeiro internacional e a necessidade de intervenção maciça do Estado — em todo o mundo — para sustentá-lo, salvando-o de uma castátrofe sem precedentes*", diz o presidente do Banco Regional de Brasília, Luiz Fernando Victor. No campo privado, entretanto, é difícil a legitimidade dessa ajuda do Estado ante o fracasso de um setor que supostamente deveria correr riscos.

Ainda nos anos 80, o sistema bancário privado nos EUA ficou insolvente, o que levou à quebra do sistema imobiliário. O Estado norte-americano teve que intervir, como antes tinha acontecido com a indústria automobilística, que beirou a falência, como conseqüência das crises do petróleo em 1973 e 1979. O tão decantado neoliberalismo do Chile quebrou seu sistema bancário privado, salvo pelo Estado, que despendeu nisso cerca de 10% do PIB. A Suécia, a Finlândia e a Noruega, em 1993, para manter seus bancos funcionando, tiveram que despender 20 bilhões de dólares de dinheiro público. No Japão, já em 1993, a inadimplência do sistema bancário era de 25,0 bilhões de dólares, e, em 1996, chegou a 500 bilhões. Só o Estado japonês poderá salvar os bancos. Na França, o Estado teve que evitar a quebra do banco Indosuez, Paribas e do maior banco francês, o Crédit Lyonnais. Na Itália, estiveram ameaçados o Banco de Roma, o Banco Popolare de Novara e o Banco de Napole. Este último perdeu US$ 2 bilhões em 1995 e só não foi à falência pela ação do governo italiano. Na Inglaterra, vimos o *crash* do Barings Bank, a queda progressiva do Lloyd, no campo de seguros, e do Banco Mercantil de Warburg, além do próprio descrédito do Banco da Inglaterra. No México, um alucinado neoliberalismo, outrora posto como exemplo para o Brasil, levou à privatização os bancos do Estado, a troco de 6 bilhões de dólares. Para

mantê-los, o Estado mexicano já despendeu 17 bilhões de dólares. O rombo, entretanto, exige mais 40 bilhões... Uma esbórnia!

Em toda parte, os sistemas financeiros privados estão caminhando para a falência e transformaram-se em um sumidouro institucionalizado, aparentemente sem limites, dos tesouros nacionais. Ou seja, tudo indica que estamos vivendo provavelmente o mais espetacular roubo de dinheiro público que a História conhece!

O Japão merece uma análise mais ampla, pelo papel que desempenha como um dos principais suportes do sistema financeiro internacional e das relações comerciais, que ameaça desmoronar. Entre janeiro de 1990 e agosto de 1992, a Bolsa de Tóquio teve uma queda de 2/3 no valor de face de suas ações, o que representou uma perda patrimonial de mais de US$ 3 trilhões. *"Com a mesma rapidez feérica com que o Japão tornara-se rico, sua riqueza monetária fictícia dissipou-se no ar. Esta aniquilação virulenta do capital monetário, à diferença dos mercados especulativos do Ocidente, não pôde mais ser compensada como novas bolhas de sabão, como a que ocorreu na quebra de 1987. No país do Sol Nascente a brincadeira acabou", diz Robert Kurz.*

Embora parcela ponderável das altas monetárias fictícias tivesse sido consumida pela economia, outro tanto fora concedido a aventureiros, como apostadores da grande loteria. Esta foi a razão por que o Japão foi rondado por uma iminente catástofre financeira. Imensas quantias de créditos aparentemente seguros transformaram-se em créditos podres. Estima-se que o capital monetário, já desvalorizado com base na taxa de juros, atinja a impensável quantia de US$ 2 trilhões, mais de 30% do PIB japonês!

Ainda segundo Robert Kurz, em qualquer outro país tal ônus teria levado ao colapso financeiro. Os japoneses, entretanto, conseguiram evitar o colapso, sobretudo porque o Japão "sociedade anônima", nacionalista, funcionou, valendo-se o Estado japonês da rede de subordinação informal e das estruturas de fidelidade nacional. Afinal, o Japão é uma nação soberana! Há quem considere no entanto que o colapso foi apenas postergado. Apesar dos auspiciosos investimentos estatais, das reduções dos impostos e de uma taxa de juros quase negativa (0,5%), a conjuntura padeceu até o fim de 1995. Os programas do Estado japonês parecem ter dado resultado, pois, apenas no primeiro trimestre de 1996, houve um crescimento do PIB de 3%, o maior dos últimos 25 anos. Os investimentos do Estado japonês neste trimestre foram três vezes maiores que todas as despesas privadas. Quão diferentes são essas políticas se comparadas com as dos *yuppies* brasileiros! Evidentemente, no Japão estão querendo resolver os problemas. No Brasil, não. Apenas seguem ordens de fora, e a meta é o enfraquecimento e a destruição de tudo o que seja nacional.

A aparente exceção entre os ricos é a Alemanha, que, embora com dificuldades, tem um sólido sistema de bancos públicos, descentralizado e com ligação direta com a comunidade. Só três bancos privados têm envergadura nacional, não assumindo o Banco Central Alemão (Bundesbank) qualquer apoio às operações de risco desses bancos. O famigerado Proer brasileiro seria impensável na Alemanha.

Em meados de 1997, começou a *débâcle* financeira dos outrora "tigres" asiáticos. Primeiro foi a Tailândia, seguida da Indonésia e das Filipinas, com idênticas características às das que já tinham ocorrido com o México e que quase o levaram à *débâcle* global. A globalização tende a levar pelo mesmo caminho todos aqueles que seguiram cegamente o rumo do neoliberalismo e que se confunde a médio prazo com o suicídio nacional. Os tigres começaram a miar como gatos e podem agora, ser caçados como ratos...

Em outubro de 1997, quando este livro já estava na gráfica, aconteceu o que pode ser o início do que previmos viria a ocorrer de modo irremediável com a economia brasileira: o desastre do Plano Real. No dia 30/10/97, quando esta nota foi acrescentada ao texto, não se tinha idéia qual seria a evolução da crise, mas se conhecia os danos que ela já tinha provocado. Em um só dia foi retirado do País US$ 4,77 bilhões e, na semana, US$ 8,00 bilhões. Na crise de 1995, que seguiu-se à *débâcle* do México, saíram do País US$ 6,00 bilhões, em um mês. Será que estamos no começo da grande *débâcle* ou é apenas um sinal adicional do que virá - enfatizamos, de modo irremediável - no futuro? Estamos impedidos de dar continuidade a esta análise pois seus desdobramentos ocorrerão depois deste livro estar impresso. O importante porém são as previsões que foram aqui solidamente estabelecidas.

A medida "corretiva" do Banco Central à crise, como não poderia deixar de ser, ao duplicar os juros, mantém a política suicida da "estabilidade monetária" do FMI, ou seja, transfere para a sociedade o ônus da jogatina desenfreada dos especuladores. Os volumes já envolvidos nas perdas, na hipótese da crise ser controlada, prevê grandes danos para a população que depende de empréstimos — casa própria, cheques especiais, etc. — e poderá levar a profunda recessão, além de ter deslocado a economia brasileira para posição muito mais vulnerável daquela já crítica em que se encontrava.

É entretanto insólito que o presidente do Banco Central admita estar perplexo e afirme que as teorias existentes não são suficientes para explicar os motivos, a oportunidade e a extensão da crise. Desde quando ações de máfias especuladoras e arrogantes imprudências comprometidas de *yuppies* nativos no poder, são reguladas por teorias? **PENSA QUE SOMOS TODOS IDIOTAS?**

Quanto ao presidente da República, insaciável em seus propósitos antinacionais, cobra do Congresso acelerar a aprovação das "reformas" ainda pendentes, com o objetivo aparente de evitar crises futuras desta natureza, como se aquelas já realizadas, dentro da mesma cartilha do "Consenso de Washington", adrede não tivessem facilitado a própria crise. É como propor jogar gasolina no circo em chamas.

Ou o presidente, por má assessoria, ignora que as "reformas" já realizadas levaram à débâcle em marcha ou está querendo o caos.

### 3. *Manipulação dos preços do petróleo*

Os preços do petróleo não são, não serão, nem nunca foram resultado de livre mercado (vejam sobre isto o livro *Energy, The New Era* de S. David Freeman, ex-secretário de Energia dos EUA e ex-presidente da Tennessee Valley Authority.) Ninguém com responsabilidade pode deixar de reconhecer a extrema vulnerabilidade do fornecimento internacional de petróleo. Ninguém pode garantir, por exemplo, que a qualquer momento os subsídios ao petróleo, decorrentes das despesas militares, não sejam transferidos para os preços. São esses subsídios que garantem, pela via militar, o suprimento de petróleo para as grandes potências, ninguém pode assegurar que, também por meio militar, procuram preservar as reservas restantes exclusivamente para que as grandes potências sejam supridas em suas crescentes demandas.

Não seria surpresa — mesmo para os que defendem o contrário, embora conheçam as circunstâncias — se sob a justificativa de qualquer grave acontecimento internacional, se o barril de petróleo alcançasse, por exemplo, o preço de 150 dólares, em vez dos cerca de 20 dólares atuais. Basta a explosão de um dos muitos estopins existentes. O *sheik* Yamani, da Arábia Saudita um dos representantes do Banco Mundial, previram que o preço do barril chegaria a 100 dólares, se houvesse conflito bélico na crise com o Iraque... Essa era a previsão dos que conhecem a questão, mas a manipulação financeira ainda assim reduziu artificialmente o preço que se vinha mantendo até ali. Para isso contou-se com portentosa operação militar no Oriente Médio...

Levando-se em conta a desvalorização do dólar, o preço do barril, em junho de 1997, era equivalente ao de antes do embargo, em 1973, apesar de tudo o que aconteceu desde então. Bastaram no entanto os mísseis "eleitorais" de Clinton sobre o sul do Iraque para que o preço do barril de petróleo aumentasse 30%.

As razões que levaram a essa situação não podem, contudo, ser mantidas indefinidamente, além de não ser sustentável por longo prazo a permanência desse preço artificial. Participar desse jogo de pôquer sem poder militar equi-

valente ao das grandes potências é louca temeridade. Jogo que os tecnocratas brasileiros vêm se permitindo provavelmente fruto de portentosa ignorância.

Não tardará que o poder norte-americano procure transferir para o "mercado" seus custos militares, mesmo levando em conta as imensas dificuldades que isso poderá ocasionar no aparente e artificial "equilíbrio" financeiro internacional, insustentável a médio prazo. Mas eles sabem que isso nada representa, pois o sistema financeiro está em graves dificuldades. Na hora da verdade, o que conta é a realidade e de que lado estão seus interesses, e não o jogo das aparências de um sistema financeiro que desmorona.

Nessas condições, as manipulações do sistema viriam à tona e sua falsa estabilidade ficaria evidente. Então, o que aconteceu em 1929 será lembrado com saudade! É possível, dentro do sistema, evitar isso? Parece difícil, embora apenas não se possa prever quando será o colapso! Essa história lembra em tudo a *Crônica da Morte Anunciada*, de Garcia Marquez.

Quanto ao carvão mineral, de imensas reservas concentradas nos EUA, China e Rússia, ele tem seu uso atual, ainda extensivo, já comprometido com a necessidade inadiável de drásticas reduções. Isso deve-se ao perigosíssimo efeito estufa, que assusta o lado responsável das potências mundiais. O que se queima hoje de carvão mineral no mundo industrializado sobrepassa em muito os limites da prudência! Credenciadas instituições norte-americanas do campo ambiental exigem que sua utilização seja reduzida urgentemente em 80%. Somente os EUA dependem em 82% da queima de combustíveis fósseis para a geração de eletricidade. São esses combustíveis os principais causadores do efeito estufa, especialmente o carvão mineral.

Quanto à fissão nuclear, além da insegurança técnica e dos incontroláveis e perigosíssimos resíduos raiativos, especialmente o plutônio, exige sociedades policiais como forma de evitar o perigo de irreversíveis ações terroristas sobre suas instalações.

Ampliando o escopo dessa análise, evidenciamos que os chamados países ricos estão submetidos a várias crises, aparentemente sem solução, especialmente tendo em vista as idéias neoliberais que os envolvem: o fim da era do petróleo; as insuperáveis dificuldades de manter o elevado uso de carvão mineral; os perigos e as graves vulnerabilidades da fissão nuclear; o esgotamento de recursos minerais estratégicos; o desemprego crescente, dito estrutural, resultante da concentração oligopolista e da precipitada decadência do sistema financeiro internacional e, muito especialmente, da doutrina fundamentalista neoliberal, tomada como saída para continuar mantendo o padrão de vida e de opulência de certos grupos.

Nessa perigosa opção neocolonialista, os países ricos procuram ampliar o grau de espoliação sobre os países com elevado potencial de recursos

naturais, do chamado Terceiro Mundo. É solução aparentemente fácil, mas que pode transformar-se em um rastilho de pólvora que alcançaria boa parte do mundo, como previam recentemente alguns membros eminentes do fórum de Davos, o centro do hiperliberalismo mundial.

Na realidade, a situação é artificial e instável, especialmente entre os países do chamado ex-Grupo dos Sete (G-7), configurados em três pólos de poder regional, os EUA, o Japão e a União Européia. Já entre os países do Terceiro Mundo, existe uma divisão em dois grupos: os com relativa independência e detentores de projeto nacional (China, Índia, Irã, Iraque, Líbia e Cuba) e os dependentes de centros hegemônicos. Entre estes é necessário distinguir aqueles países detentores de elevado potencial e que estão à deriva por falta de um projeto nacional e principalmente por srem dirigidos por elites invertidas, antinacionais.

### *4. Nova "ordem" mundial ou emergência de conflitos? Potencial de luta armada pelo controle de patrimônios naturais estratégicos. Para onde caminha o Brasil?*

O fim da chamada Guerra Fria, ao contrário de definir para os EUA uma posição semelhante à de uma "Nova Roma", como muitos afirmam, criou uma situação de incerteza, fruto de vasto espectro de razões para novas crises, algumas insuperáveis, envolvendo os países hegemônicos, como descrevemos anteriormente.

O desmoronamento da ex-URSS não somente abriu um imenso vácuo de poder, como também deixou como herança graves problemas, que ainda levarão muito tempo para serem resolvidos, com conflitos que podem ter desdobramentos e sérias conseqüências para o futuro. O caso da Bósnia é um exemplo que a Europa não tem conseguido resolver. Não podemos esquecer o papel histórico de estopim dessa região das Balcãs. Foi o assassinato do arquiduque de Áustria, em Sarajevo, que detonou a Primeira Guerra Mundial.

Merecem destaque nesta análise do jogo do poder mundial: os conflitos econômicos entre os EUA e a União Européia; os gravíssimos problemas da Rússia, que ainda mantém gigantesco poder nuclear; as questões das ex-Repúblicas soviéticas e, muito especialmente, o conflito entre os EUA e o Japão, potência industrial-tecnológica de primeira grandeza, mas com enorme fragilidade em questões essenciais, como a da não disponibilidade das matérias-primas essenciais.

Há que destacar porém, a profunda diferença entre a pobreza generalizada anterior às revoluções industriais e a riqueza de um pequeno nú-

mero de países que tiveram no uso extensivo e intensivo de combustíveis fósseis - primeiro o carvão mineral, depois o petróleo — a principal razão de emergência e poder. A abundância energética fóssil foi assim o componente essencial para essa mudança. Hoje, com o fim claro da era dos combustíveis fósseis, especialmente do petróleo, a humanidade enfrenta um divisor de águas com um amplo espectro de carências de recursos naturais estratégicos, principalmente nos países ainda hegemônicos, como tinha ficado evidente já em 1972, com o trabalho "Os limites do crescimento", o primeiro relatório do Clube de Roma.

Como vimos anteriormente neste capítulo, os EUA dependem hoje da importação em mais de 70% de minérios de níquel, estanho, platina, tântalo, cromo, alumínio, manganês e nióbio, e em cerca de 50% de vanádio, antimônio, tungstênio e zinco. O Japão precisa importar mais de 97% de todos os minérios metálicos e combustíveis fósseis que consome. Em 1988, o Japão exportou pouco mais de 81 milhões de toneladas de produtos acabados e, para isso, teve que importar 670 milhões de toneladas de matérias-primas e combustíveis. Nesse mesmo ano, importou 93% do níquel negociado no mundo, 57% de todo o cobre, 30% de todo o carvão mineral e minério de ferro. Só em combustíveis fósseis, importou 360 milhões de toneladas no mesmo ano. A União Européia não tem situação muito distinta desta do Japão.

Com pouco mais de 5% da população mundial, os EUA respondem por 30% da energia consumida no mundo, e nisto estiveram fundamentados para garantir imenso sucesso material e de poder.

Um importante exemplo do papel da energia na produção mundial é o modo como modernamente dela se faz uso na agricultura. A chamada agricultura industrializada, ao mesmo tempo em que duplicou a produção de alimentos, aumentou de dez vezes no consumo energético fóssil. Entre 1930 e 1980 a produção de um homem no campo possibilitou alimentar sete vezes mais indivíduos. Isso somente foi possível com um aumento muito maior de consumo energético. Por essas razões, evidentemente, a crise irreversível dos combustíveis fósseis irá afetar de modo crucial a produção mundial de alimentos. O futuro agrícola do mundo depende muito mais das questões energéticas e das águas do que da disponibilidade de terras, por exemplo. Nisso, o papel das regiões intertropicais do continente brasileiro é crucial.

O livre acesso às matérias-primas foi a dimensão econômica da ampla aliança político-militar criada pelos EUA, após a rendição incondicional do Japão, para que este país promovesse a contenção da expansão militar da União Soviética no Oceano Pacífico. Com o colapso da União Soviética,

a lógica desse sistema de alianças também se desarticulou, abrindo perigosa situação potencial de conflito.

Foi o "livre" mercado das matérias-primas, com preços absurdamente baixos, impostos por cartéis compradores, que deu pujança ao Japão; isto agora perde sua fundamentação política. Essa tendência pode continuar, mas somente até esbarrar em dificuldades decorrentes de conflitos que ferirem o poder hegemônico dos norte-americanos. É o que está começando a ocorrer, pois fica cada vez mais difícil adaptar-se às exigências dos EUA, ao esgotar-se o papel que o Japão teve na fase da bipolaridade, o de barrar o acesso da URSS ao Pacífico. Assim, o que está agora em jogo são os acordos sobre matérias-primas, dos quais depende vitalmente a economia japonesa. Essa não é mais uma questão econômica, mas política e possivelmente militar.

O Japão viveu no pós-guerra o melhor período da sua história, beneficiando-se do chamado livre mercado, pelo qual teve acesso às matérias-primas essenciais à produção por preços altamente depreciados. Isso decorreu do controle sobre os preços dessas matérias-primas pelos cartéis compradores. Basta porém um ato unilateral dos EUA para revogar esse arranjo que beneficiou sobremaneira o Japão. É provável que a liberdade de mercado nessa área deixe de ser global para ser regional, sob controle norte-americano. Isso dependerá muito do rumo que tome o Brasil, deixando-se levar pela rampa escorregadia e indigna do colonialismo ou afirmando-se como nação respeitável, soberana.

Se os EUA levarem avante o conflito que já se configura com o Japão, ocorrerá o fim do chamado livre comércio das matérias-primas. Neste caso, forças políticas e de comércio regionais crescerão até se transformarem em blocos econômicos ou em parceiros comerciais. *"Na medida que os EUA diminuam sua ação fora das áreas de seu interesse direto, como é o caso do Oriente Médio, diversas potências regionais inevitavelmente emergirão"*, dizem G. Friedman e M. Lebard, no excepcional livro *EUA & Japão, Guerra à Vista*. E acrescentam: *"É de esperar-se que a Nigéria surja como o principal controlador na África Ocidental, a Índia, no Sudeste Asiático e o Brasil, na América Latina."* Isso jamais ocorreria sob a égide das atuais elites invertidas que governam o Brasil.

Norman Angell, no livro *The Great Illusion*, afirmou, em 1910, que o relacionamento econômico entre os principais países capitalistas da Europa tornava impossível uma guerra generalizada, já que isso implicava destruir a estrutura financeira então existente. Seu erro foi supor que as nações sempre agem em função exclusiva de seus benefícios econômicos. Ignorou que existem interesses estratégicos mais importantes, fundamen-

talmente distintos dos econômicos. O medo da subjugação ao estrangeiro pode suplantar a ambição por dinheiro. Foi isso que levou a Grã-Betanha a entrar na guerra com a Alemanha, ignorando suas conseqüências econômicas. Nesses aspectos, o mundo atual assemelha-se cada vez mais ao mundo de 1914. Então, a interdependência econômica não conseguiu frear a guerra. Hoje, há que se acrescentar os resultados devastadores do neoliberalismo sobre os povos e o avanço delinqüente de países hegemônicos sobre os principais psatrimônios de nações potencialmente ricas mas ainda colocadas no círculo de fogo do chamado Terceiro Mundo e submetidas à ditadura financeira de âmbito mundial.

No caso brasileiro, há razões políticas diretamente vinculadas à própria sobrevivência de entidade integrada com destino histórico definido. Nesta categoria estão a pretensa ocupação e desmembramento da Região Amazônica ou sua ocupação econômica por meio da "Lei das Patentes", que, de uma certa maneira, transfere o controle de seu riquíssimo patrimônio genético para umas poucas corporações transnacionais, ou a entrega de portentoso patrimônio mineral estratégico a interesses alienígenas suspeitos, pela "venda" da Companhia Vale do Rio Doce. *"A cômoda suposição da ausência de conflitos insuperáveis pressupõe que os EUA estejam dispostos a desempenhar uma função que não é a de seus interesses"*, dizem os autores de *EUA & Japão, Guerra à Vista*.

A grande e conflituosa questão porém localiza-se no concreto campo econômico, por conta da farsa financeira. Os grupos hegemônicos avançam na direção de apoderar-se dos patrimônios energéticos, minerais, genéticos, aqüíferos etc., e da ocupação econômica dos territórios onde se localizam essas fontes, sem a necessidade de dar um só tiro. Para isso procuram minimizar os Estados nacionais, na realidade um eufemismo para demolí-los, transformando-os em entes esvaziados, desmoralizados, alienados e corrompidos. E, como conseqüência, promovem o esfacelamento das nações, detentoras legítimas de ricas e estratégicas potencialidades. Simultaneamente, promoveram a criação de Estados regionais - "ilhas de modernidade" - intermediários dos centros mundiais de poder financeiro, visando a facilitar o processo de dominação e extermínio.

Pretende-se desmoralizar as elites dos países com ricos patrimônios naturais, tornando-as inoperantes, corrompidas e servis, e dizimar seu povo, desmontar suas estruturas básicas como os sistemas Legislativo e Judiciário, as Forças Armadas, os sindicatos, as universidades, a Igreja etc.. Para que, pelo medo ou pelo egoísmo, passem a cooptar os vereditos da doutrina neoliberal; destruir valores morais, culturais e espirituais; desmembrar o território para tornar mais fácil o controle, jogando uns

contra os outros; alienar e desmontar os sistemas educacional e tecnológico; retirar de seu povo o sentimento de auto-estima e promover a perda de seus símbolos e valores nacionais e descaracterizar sua história, decretando o seu fim etc.. Tudo parece estar de acordo com a afirmação de Henry Kissinger, no final dos anos 70:

> *Os países industrializados não poderão viver da maneira como existiram até hoje se não tiverem à sua disposição os recursos naturais não-renováveis do planeta... Para isso, terão de montar sistemas mais requintados e eficientes de pressões e constrangimentos, que garantam a consecução de seus objetivos.*

Além disso, o neoliberalismo — e seus objetivos aparentemente explicitados — tem finalidades ocultas, essas verdadeiras, que ficam evidenciadas com os efeitos provocados aqui, ali e em outras partes onde sua ação está mais avançada, como são os casos do México, da Argentina e, mais recentemente, da Tailândia, da Indonésia e das Filipinas, para citar apenas exemplos mais conhecidos "paraísos" neoliberais.

Alguns de seus efeitos estão sumariados no "Relatório sobre o Desenvolvimento Humano", do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), divulgado em junho de 1996. Nele fica claro que as ações da globalização neoliberal têm ganhadores e perdedores certos. Senão vejamos:

— Evidencia-se crescente e perigosa concentração de riqueza, em âmbito planetário. As 358 pessoas mais ricas têm patrimônio maior que a renda anual de 45% da população da Terra, que corresponde a cerca de 2,5 bilhões de indivíduos. Se a comparação fosse em relação a patrimônios, a diferença seria ainda maior, posto que os mais carentes não os dispõem;

— Dos US$ 23 trilhões do Produto Bruto Mundial, US$ 18 trilhões cabem aos países industrializados, restando US$ 5 trilhões para os demais, embora estes representem 80% da humanidade. Nos últimos 20 anos, a renda dos 20% mais pobres caiu de 2,3% do total para 1,4%, enquanto a renda dos 20% mais ricos subiu de 70% para 85%. O número de pobres do mundo aumentou em 17% entre 1970 e 1985, mesmo com o crescimento de 17% do PIB mundial. Cerca de 1,6 bilhão de pessoas viram suas rendas decrescerem entre 1980 e 1993.

— Além disso, o Relatório constatou que a maioria dos países não tem mais autonomia nas políticas internas de taxas de juros e de câmbio e nas demais políticas financeiras;

---

* Essa estabilização monetária está sendo imposta pelo chamado "governo do mundo" a cerca de 80 países, todos eles já tendo enfrentado graves dificuldades ou estando a caminho de enfrentá-las. (Nota do autor)

— A chamada política de estabilização "recomendada" pelos organismos financeiros internacionais aos países dependentes e centrada na redução do déficit público está desequilibrando as pessoas e retirando-lhes as condições de vida. Ela simultaneamente exclui mudanças essenciais como a reforma agrária e medidas que levem a uma justa distribuição de renda.*

O desemprego vem se consolidando como a questão mais dramática da modernidade, ao mesmo tempo que o Estado é demolido e são transferidos gigantescos ativos públicos e patrimônios estratégicos para máfias globais.

O Relatório levanta ainda que, no início desta década, o Brasil já tinha um dos mais elevados graus de desigualdade do mundo — a renda média dos 10% mais ricos era 30 vezes maior que a dos 40% mais pobres —, mostrando tendência ao agravamento, o que de fato ocorreu. Entre 1980 e 1995, o emprego industrial foi reduzido à metade; nossa participação no comércio internacional caiu de 1,5% para 1,0%, voltando assim aos índices do início dos anos 60. Esse conjunto de efeitos ocorreu em nome de políticas de aumento de produtividade, de competitividade e de redução do "Custo Brasil", além de nossa suposta inserção no Primeiro Mundo, como se fôssemos todos idiotas.

Além de nós, o neoliberalismo levou o México, a Argentina, e agora também a Tailândia e outros "tigres asiáticos" pelo mesmo caminho. As receitas são as mesmas e têm a mesma origem. Não é portanto necessário esperar para saber o que acontecerá ao Brasil, basta olhar para aqueles que, por várias razões, tiveram aceleradas as ações neoliberais, quer por terem encontrado caminhos mais fáceis quer por terem encontrado estruturas econômicas mais adaptáveis. No Brasil, tem havido resistências, pela origem nacionalista do projeto que montou nosso processo de industrialização, apesar da dependência tecnológica e da natureza servil e alienada dos últimos governos, que têm fortalecido uma classe dirigente cuja colocação no poder foi fruto da ditadura financeira e da grande mídia, ambos de controle externo.

Um grupo de organizações foi encarregado pela ONU de acompanhar os compromissos do governo brasileiro "no combate à pobreza, ao desemprego e à exclusão social"; o grupo formou-se na reunião da ONU de Copenhague, em 1992. Conforme o diretor da Federação dessas organizações, os resultados brasileiros foram praticamente nulos. Na realidade, o Brasil, que ocupava a 57ª posição mundial quanto ao índice de desenvolvimento social, despencou para a 68ª posição.

Em nenhum outro país do mundo as disparidades entre ricos e pobres são tão grandes como no Brasil. Um quinto da população mais rica abocanha

67,5% da riqueza nacional, enquanto os 20% mais pobres ficam com apenas 2,1%. Na Índia, sempre usada como símbolo da pobreza, o quinto mais rico fica com 44,3% da riqueza, e os mais pobres, com 8,8%, ou seja, uma proporção mais de quatro vezes superior à brasileira.

Segundo a opinião de pesquisadores desse grupo "a estabilização monetária é o principal obstáculo à diminuição da pobreza". O outro obstáculo "é a conjunção das forças políticas que dão suporte ao governo". Assim, com os resultados obtidos até 1997, "a tendência é à pioria contínua dessa situação...". Realmente, um horror.

Com esses resultados de fontes insuspeitas, que negam as bases do triunfalismo cínico oficial, resta perguntar: para onde querem nos levar as máfias globais, que se atribuem o governo do mundo? Neste jogo, o Brasil tem tudo a perder. Não podemos, portanto, continuar como se fôssemos uma nação de abúlicos, que não têm compromisso com seus filhos, ou seja, com nossa sobrevivência coletiva, em território que é o maior continente tropical do planeta. Até quando iremos suportar governos antinacionais, em conluio ostensivo e comprovado com interesses internacionais delinqüentes, que promovem nossa destruição como povo?

### *5. A Quarta Guerra Mundial*

"A globalização moderna e o neoliberalismo como sistema mundial, deve equivaler-se a uma nova guerra de conquista de territórios", diz um ensaio publicado em agosto de 1997 no *Le Monde Diplomatique*.

O fim da Guerra Fria criou um novo contexto de relações internacionais em que a luta por novos mercados, territórios e patrimônios naturais consubstancia uma nova Guerra Mundial, a Quarta. Como acontece em todas as guerras, isso leva à redefinição dos Estados nacionais, voltando o mundo aos velhos tempos das conquistas territoriais.

Assim, o declinar do século XX tem mais analogias com os brutais séculos anteriores do que com um futuro racional e justo para a humanidade.

Da Terceira Guerra Mundial até 1992 — quando se pode considerar o período do fim da chamada "Guerra Fria" —, ocorreram no mundo 149 guerras. O resultado de 23 milhões de mortos não deixa dúvidas quanto à sua intensidade.

A força suprema da Quarta Guerra Mundial é representada pelo capital financeiro, que desenvolve sua estratégia sobre o que sobrou em pé do velho sistema. A mundialização da nova guerra nada mais é do que a mundialização da lógica dos mercados financeiros.

Os Estados nacionais passaram da condição de dirigentes da economia para regidos, teleguiados do poder financeiro promotor de livre-cambismo do tipo século XIX. Ademais, a lógica do mercado aproveitou a "porosidade" que, em todo o espectro social mundial, provocou o desenvolvimento das telecomunicações para penetrar nas sociedades, apropriar-se dos meios de controle social e tirar-lhes a sustentação.

Um dos fundamentos do poder do Estado capitalista moderno era o mercado nacional, que está sendo liquidado pela nova economia. O golpe tem sido tão brutal que os Estados nacionais não dispõem de força suficiente para opor-se à ação dos mercados financeiros internacionais, que transgridem os interesses dos cidadãos e dos governos. O novo capitalismo sacrifica sem misericórdia quem lhe deu futuro, o capitalismo nacional. Empresas e Estados desmoronam, como fruto de embates financeiros. O neoliberalismo devora seu próprio pai, o capitalismo nacional, ao mesmo tempo que destrói a base ideológica do capitalismo: na nova ordem mundial não há lugar para democracia, liberdade, igualdade ou fraternidade, símbolos aparentes do antigo capitalismo burguês.

Ademais, a Quarta Guerra Mundial criou uma nova bomba de nêutrons - instrumento de poder máximo da "Guerra Fria" — a saber: a "bomba financeira", que não somente impõe a morte, o terror e a miséria, mais reordena o que ataca e o refaz dentro do *rompecabezas* da globalização econômica.

As explosões dessas bombas neoliberais levam à conquista de novos mercados, territórios e patrimônios estratégicos. Elas servem para atacar Estados nacionais, destruir as bases materiais das respectivas soberanias, envolvendo obstáculos éticos, jurídicos, políticos, culturais e históricos. Elas provocam o despovoamento qualitativo de seus territórios, que consiste em prescindir de todos aqueles indivíduos que sejam considerados inúteis para a nova economia de mercado.

A modernização rural exigida pelos mercados financeiros incrementa o que chamam de produtividades, agrícola, mas o que consegue é destruir as relações sociais e econômicas das comunidades e dos países, provocando o êxodo maciço do campo para as grandes cidades. Enquanto isso, nas cidades, o mercado de trabalho deteriora-se a passos largos e uma assustadora desigualdade de renda é o que espera quem vem para nelas encontrar novas condições de vida. Por trás dos projetos de investimentos, tendo em vista altos retornos financeiros, vêm a poluição, a prostituição e a droga. A ONU calcula que, a cada ano, um milhão de crianças entra no comércio sexual.

Nessa nova guerra, não existe mais a política como força organizadora dos Estados nacionais. Ela dá suporte prioritário às questões financeiras, e os políticos transvestem-se em cúmplices dos tecnocratas, a quem ser-

vem. Os novos donos do mundo não são governos, nem precisam sê-lo, são gerentes a serviço do lucro pelo lucro.

A "unificação" produzida pelo neoliberalismo é financeira, ela resulta da unificação dos mercados para facilitar a circulação do dinheiro e das mercadorias. Nesse gigantesco hipermercado em que estão transformando o mundo, circulam livremente mercadorias e fluxos monetários; não circulam porém com facilidade pessoas ou fluxos culturais.

Todas as culturas e todas as histórias dos povos que forjaram nações são atacadas pelo modo de vida norte-americano, pelo *American way of life*. O neoliberalismo impõe nessa guerra total a destruição das nações e de grupos de nações. A serem posteriormente homologadas pelo modelo capitalista norte-americano, de modo paradoxal, posto que na sua fase de decadência, ainda que hegemônica.

A nova Guerra Mundial, que o neoliberalismo promove em todas partes e por todos os meios é a pior e mais cruel de todas as anteriores. Ela é contra a humanidade e procura destruir o que ainda sobra de humanismo no mundo.

Como em toda guerra há combates, com vencedores e vencidos, e há pedaços rotos de uma realidade pretérita destruída. Algumas das peças podem ser encontradas entre as ruínas do que resulta dessa luta planetária.

De forma paulatina, a concentração da riqueza em poucas mãos e a distribuição da pobreza em muitas vai se delineando como signo de nova era, frágil e perigosa, no trágico desequilíbrio de brutal desigualdade entre os homens.

A decadência do sistema econômico neoliberal é um escândalo: "A dívida mundial (compreendendo a das empresas e dos governos) já ultrapassou 33.100 bilhões de dólares ou seja, 130% do produto mundial, e cresce a uma taxa de 6 a 8% ao ano, mais de quatro vezes o crescimento do PIB mundial." (*Le Monde Diplomatique*, abril de 1970).

A diferença entre ricos e pobres é brutal e crescente e não parece haver surgido ainda qualquer tendência à redução. Pelo contrário, longe de atenuarem-se, as desigualdades sociais e humanas acentuam-se cada vez mais.

No início dos anos 90, cerca de 37 mil corporações transnacionais, com suas 150 mil filiais, concentravam em seus tentáculos a economia mundial. No entanto, o centro do poder situa-se em um círculo mais restrito das 200 maiores. Desde o início dos anos 80, elas tiveram uma expansão ininterrupta, por via de "fusões" e compras "de resgate". Deste modo, a parte do capital transnacional no PIB mundial passou de 17%, na metade dos anos 60, para 24%, em 1982, e para mais de 30%, em 1995.

Uma das falácias neoliberais consiste em dizer que o crescimento econômico das corporações traz melhor repartição da riqueza e de empregos. Pelo contrário, os fatos o comprovam, pobreza, desemprego e desigualdade de renda são suas conseqüências.

Na década dos 90, a população pobre mundial soma mais de dois bilhões de seres humanos, quando eram 200 milhões nos anos 70. Ademais, as 200 maiores corporações já representam um terço da atividade econômica mundial; no entanto, elas empregam menos de 0,75% da mão-de-obra disponível no planeta.

Esta brilhante análise, aqui sintetizada, tem a assinatura do subcomandante Marcos, que lidera a insurgência na Província de Chiapas, nas montanhas do Sudeste Mexicano.

No caso brasileiro, a ação dos centros financeiros internacionais, que comandam a Quarta Guerra, provoca profunda internacionalização, em vez de privatização, como informam seus promotores.

A revista *Exame*, em julho de 1997, divulgou levantamento anual sobre as maiores empresas no Brasil. Nele, em 1996, as receitas de corporações estrangeiras cresceram para 44,1% do total, contra 32%, em 1994. No mesmo período, em função das "privatizações", a participação das empresas estatais caiu de 24,2% para 20,2%, e as empresas privadas de capital nacional tiveram queda em suas receitas ainda maior, de 44%, em 1994, para 35,7%, em 1996. Ou seja, a participação nacional nas receitas das empresas despencou!

Esses preocupantes resultados não constituem porém surpresa, posto que as políticas macroeconômicas adrede estabelecem condições de desigualdade entre as empresas de capital nacional e as estrangeiras, tornando impossível a competição, em detrimento das nacionais. Ou seja, a internacionalização da nossa estrutura produtiva é o objetivo central da doutrina neoliberal e o governo de FHC é seu principal instrumento.

No caso das empresas de economia mista, como vimos em outras partes deste trabalho, elas estão sendo doadas por imposição do governo neoliberal, principalmente quando envolvem fantásticos patrimônios naturais, dos quais são guardiãs. A internacionalização da Companhia Vale do Rio Doce para mãos suspeitas é o mais estarrecedor exemplo.

Assim, como parte essencial da política de estabilização da moeda, as elevadíssimas taxas de juros e as restrições ao crédito tiveram efeitos arrasadores sobre as firmas de capital nacional, as quais não têm acesso ao crédito em moeda estrangeira. A forte valorização cambial, resultante da mesma política de estabilização, combinada com uma

acelerada abertura das importações, submeteu os produtores brasileiros a abrupta, desigual e intensa competição externa, cujo resultado foi demolidor para nossas empresas. Isso resultou muitas vezes em ter de entregá-las na "bacia das almas" ao poder externo ou a seus agentes internos. Muitas vezes, pela falta de condições para competir com corporações estrangeiras instaladas no país, pelos indevidos privilégios de que eles desfrutam, as indústrias brasileiras tiveram que interromper as atividades, fechando suas portas. Desde 1992 foram vendidas ao capital externo mais de 1.100 empresas privadas de capital local. Nessas compras concentrou-se o reduzido capital não especulativo que entrou no país nesse período. Os efeitos desse processo são claros: desemprego, redução da produção nacional e aumento da dependência externa, contra a qual lutamos há mais de meio século. É difícil encontrar um exemplo mais claro de antidesenvolvimento, de retrocesso e de efeitos negativos; pelo contrário, do que fala o triunfalismo oficial se constata-se apenas destruição e exclusão do capital nacional. O controlador nativo porém, em geral aceita e aplaude esse nefando processo, como se estivesse sofrendo de uma espécie de Aids mental. Perdeu, no processo, toda capacidade de resistência...

A ação desestruturadora sobre a produção nacional, que leva à internacionalização, tem efeitos trágicos para o futuro do Brasil. O presidente da República, porém, atribui essa condenável dinâmica ao "prestígio" da economia brasileira, que assim, "está atraindo capitais estrangeiros para o país". Cabe portanto a sugestão de Paulo Nogueira Batista Jr. de dar à biografia de FHC o título: "Dependência, da Teoria à Prática".

O aumento da dependência enfraquece de modo acentuado o país, neste momento de abertura de fronteiras (só para os fracos, naturalmente) e de globalização dos fluxos financeiros e dos mercados, aumentando assim ainda mais a desnacionalização e levando ao descalabro o nosso comércio externo.

Esse conjunto de fatos mereceu a homenagem feita pela revista *Time* a FHC no número de agosto de 1997. Em texto ilustrado ocupando seis páginas, *Time* afirma: "De modo não surpreendente, os investidores estrangeiros têm saudado Cardoso (FHC) como um herói, e esperam derramar sobre o país, este ano, a quantia de US$ 20 bilhões." Para quê, para apoderar-se na "bacia das almas" do que resta do controle do nosso parque produtivo?

# III

# Os Conceitos

### *1. Papel da energia na origem, evolução e decadência das civilizações. Inadequação teórica e prática das teorias econômicas à realidade dos povos. "A servidão do poder"*

Choques de petróleo e acidentes nucleares; desflorestamentos e desertificações; efeitos estufa e chuva ácida; mudanças de clima e desequilíbrio ecológico; guerra do Iraque e ocupações militares no Golfo; testes de Mururoa e defesa aérea da Amazônia. Há mais de 20 anos a humanidade constata a importância crucial da energia na base da vida e da evolução das sociedades e do poder mundial. Ademais, sente a profunda crise que estamos vivendo com o fim da era do petróleo — forma energética predominante, de origem fóssil.

**Energia é tudo o que é capaz de produzir trabalho. Está na origem de todas as transformações e movimentos do universo. Não se cria nem se destrói, apenas transforma-se de uma em outra forma.**

O país que tenha abundantes fontes utilizáveis de energia em seu território e seja uma nação soberana, terá condições de existir e desenvolver-se, conforme suas necessidades e aspirações. Aquele que dependa de energia externa ou não tenha soberania é vulnerável, podendo esgotar-se e desaparecer. Ou seja, quem dispõe e controla sua energia — não basta tê-la — e desenvolve capacidade de organizar-se com autonomia pode fazer história. Os restantes...

Isto contradiz a malícia de aventureiros, agentes de forças hegemônicas que afirmam ser o fim da História inexorável para todos. Dizem isso, porém, pressupondo a manutenção do *status quo*. "Todos perderão a História", é o que propagam, deformando a realidade.

Nenhuma atividade ocorre sem a participação de energia. Sem ela não existe agricultura, indústria, transporte, comunicação, construção civil, poder militar, transformação ou movimento de qualquer natureza; também sem energia não existe vida, nem a harmonia do cosmos ou do átomo. A matéria é energia concentrada. Ou seja, sem energia desaparece a

dinâmica que movimenta o mundo físico assim como a possibilidade existência e evolução dos seres vivos. Sem ela, o universo estaria morto, com sua máxima entropia. O fim dos tempos! É impossível falar-se de história, de civilização, de poder ou de política de verdade, enfim, da vida do homem sobre a Terra, sem o conhecimento das disponibilidades úteis de energia e sua evolução entrópica.

Pois bem, essa grandeza física crucial para a existência e a evolução do homem e das civilizações, fundamentada em princípios e leis científicas, cuja presença ou ausência muda tudo, constitui-se apenas em insumo não qualificado das teorias que regem hoje o mundo econômico e do poder. Neste quadro, ela é subordinada a hipotéticas "leis de mercado", que não se repetem para as mesmas condições, e fica sujeita às usuais manipulações financeiras e previsões "lógicas", quase nunca confirmadas, das chamadas teorias econômicas.

Assim, as relações das sociedades com a energia são abordadas apenas por meio de categorias financeiras: capital; preços; taxas de câmbio; juros; investimentos; empréstimos; entre outros e no quadro faustiano da técnica. Esse enfoque, eventualmente apropriado em situação e genérica acrítica, deixa de levar em consideração a realidade essencial que define a base das atividades humanas: a natureza. Ela fica reduzida apenas a marco de referência superficial e descritivo,como se dela não dependesse vitalmente, de suas leis e princípios, de sua evolução entrópica, de sua imensa capacidade de recuperação e de seus limites. Com essa exclusão intolerável, as previsões que resultam daquelas teorias são, em geral, desmentidas pela realidade.

Com tais inconsistências conceituais, teóricas e práticas, evidentemente, essas teorias jamais poderão fundamentar qualquer programa consistente de desenvolvimento. Elas escamoteiam a realidade e procuram resolver "tudo" pela via monetária, ou seja, pelo que chamam de investimento, que se transforma na "pedra filosofal" do mundo econômico e político atual. O "papel pintado" tudo "resolve", desde a descoberta de petróleo, mesmo que as condições geológicas e de subsolo não o permitam, até as alterações histórico-culturais dos povos, seus valores e suas aspirações.

Para essas teorias ditas econômicas, mesmo que o essencial no mundo físico e no meio cultural a elas não se ajuste, os investimentos atropelam e impõem a "saída de feiticeiro". Quando as coisas não vão bem - nessas condições, não poderiam ir de outro modo — e não se sabem as causas, tudo é resolvido pelo investimento, mesmo que isto signifique o sacrifício e o extermínio de muitos, de uma cultura ou do que foi construído em décadas ou séculos de esforço e competência. Como o

financiador externo interfere no que fazer e no como fazer, cria-se dinâmica de indevida intervenção que dilui responsabilidades e retira o comando de quem tem o dever de executá-las ante a sociedade.

Nesses enfoques estão envolvidas as organizações dos Estados-nações, que se autolimitam como se estivessem doentes, deixando de cumprir suas funções. Então, os mais atrevidos e sem escrúpulos assumem o comando... Nessas circunstâncias, é como dar ao micróbio a condução da saúde do doente.

Os investimentos podem ser um meio; muitas vezes são úteis e até essenciais para o alcance de determinado fim, mas jamais serão um fim em si mesmos. Em qualquer hipótese porém, eles somente são legítimos quando resultam do trabalho, da produção e da criatividade desenvolvidos pela própria sociedade, tendo por base seus recursos naturais abundantes e demais fatores próprios, apenas complementados por eventuais fatores controlados por outros. O livro *O Capital se Faz em Casa*, de Barbosa Lima Sobrinho, sobre o Japão, demonstra isso.

Na triste, vazia e delinqüente modernidade em que vivemos, afastada a população da promoção do próprio futuro, profissionais do poder, em mítica ação mágica, tudo querem "resolver" pela simbologia abstrata que pouco tem a ver com a realidade física e social dos povos. Assim, eles passam a ter um poder acima do bem e do mal, como feiticeiros de tribos primitivas. Adoram fazer empréstimos, especialmente em moeda estrangeira, porque não sabem fazer outra coisa, nem cogitam de avaliar sua legitimidade e bárbaras conseqüências.

É curioso que, no caso brasileiro, na realidade, jamais tenham faltado recursos verdadeiros para fundamentar a produção e a riqueza: terra; água; energia; minérios, capacidade de trabalho e de gerência e até tecnologia, na quase totalidade dos casos. Quando algo falta, não seria difícil, pelo nível tecnológico que já alcançamos, desenvolvê-lo com competência, legitimidade e de modo mais adequado.

O que nos falta, entretanto, como fruto da armadilha em que estamos envolvidos, são os fatídicos "recursos" financeiros, que deveriam simbolizar riqueza adrede controlados por um clube fechado de origem externa. Eles pouco têm a ver com a realidade nacional, pois a moeda de referência tem sua emissão fora do país, em regime do monopólio, e assume o papel de representar unilateralmente as riquezas de todos os povos. Pode-se imaginar armadilha mais perigosa? É tal a arrogância com que esse clube opera o sistema financeiro que os economistas que conduzem o processo designa-os, genericamente de **recursos**, sintetizando neles todos os recursos do universo físico e da vida! Não é incrível? Com esse arbítrio estão

ou não estão desmoralizando a moeda, o capitalismo e as instituições?

Com essas regras e as políticas de pretensa estabilização monetária vindas dos centros de poder externo não extraímos a riqueza da natureza, nem a transformamos em bens e serviços para todos; não empregamos nem alimentamos nossa população; destruímos o que temos na indústria e na agricultura, em nome de princípios abstratos que nada têm a ver com nossos interesses e com nossa vida. Tudo em nome de promessas vãs, que nunca são cumpridas. A razão para isso, dizem, é porque não dispomos de meios financeiros para investir e precisamos, antes de tudo, estabilização monetária. Estabilizar o quê? É impossível estabilizar o que não controlamos. Como não dispomos mais de moeda própria, nenhuma política financeira é possível, ou seja, somos desestabilizados na própria raiz! Assim, o campo da vida econômica, nacional e internacional, fica aberto para aventureiros e para máfias de toda espécie!

Faltam-nos recursos! Outros irão trazê-los, via simbologia monetária hegemônica, falsa, fraudulenta e ilegítima de um mundo na realidade falido, doente, sem condições de sobreviver a longo prazo. Evidentemente, querem dar a volta por cima e desejam fazê-lo às nossas custas, com o nosso extermínio e com o controle de nossos principais patrimônios.

O que é importante, afinal, a realidade ou a falsa simbologia do "papel pintado" controlado por outros? Que ela seja mantida pela força das armas, é uma outra questão... Então, estamos em guerra e na guerra é essencial identificar o inimigo e, especialmente, os agentes inimigos, falsários e traidores...

Os economistas no poder e seus aliados nesse projeto: banqueiros; sociólogos; "cientistas" políticos; políticos profissionais; falsos empresários; donos da mídia e jornalistas amestrados; intelectuais e cientistas oportunistas e todos os que estão se beneficiando ou que têm medo — as chamadas elites invertidas — parecem ignorar as dificuldades do mundo atual e, em especial, do mundo hegemônico, nos campos energético, mineral, genético, ecológico e em tantos outros. A visão que têm ou dizem ter é a do "mercado", ou seja, da manipulação exercida por centros de poder mercantil sobre questões vitais, e que estão em graves dificuldades, em certos casos insuperáveis.

Esses economistas no poder também nada poderiam dizer, porque desconhecem, por defeitos de formação, ou aparentam desconhecer o papel da energia no processo econômico e o que ela significa na autonomia e sobrevivência de povos e civilizações. Ou seja, ignoram sua natureza, origem, transformações e funções, sem descartar suas complexas estruturas, e todo o fundamento do acervo tecnológico que é necessário formar para o uso extensivo ou intensivo de determinada forma energética abundante.

Ignoram também que a tecnologia somente é eficiente quando ajustada a fatores locais próprios, muito especialmente quando o campo energético vive profunda crise de ajuste à própria realidade local.

O uso sistemático de tecnologias externas significa introduzir nas estruturas produtivas nacionais interesses e fatores estranhos, que criam dependências desnecessárias, às vezes perigosas e até fatais, os quais sempre são resultados de falsas ou inadequadas soluções para o equacionamento dos fatores.

Podemos definir tecnologia como o *instrumentia* intelectual que permite o uso de fontes energéticas sobre os fatores físicos visando a transformá-los para o benefício do homem ou para aumentar seu poder. Ou seja, a tecnologia desenvolve-se sempre tendo em vista formas determinadas de energia. Uma forma predominante portanto, carrega consigo um acervo tecnológico que caracteriza uma era, uma forma de produção e de vida. O poder secular dos mandarins da velha China por exemplo, alicerçava-se sobre uma forma de aproveitamento muito eficiente, à época, da energia solar na agricultura. Todas as civilizações estiveram fundamentadas em determinadas formas energéticas, conforme profunda análise dos franceses Hémery, Debier e Deléage, no esclarecedor livro *A Servidão do Poder*, traduzido pela Editora da Universidade de Brasília, sob o anódino título *de Uma História de Energia*.

## 2. *Teorias econômicas como falsos instrumentos de análise e de orientação da produção*

As análises resultantes das teorias econômicas fundamentam-se em conceitos, parâmetros e variáveis de natureza abstrata e ambígüa, como mercado, taxas de câmbio e de juros, moeda de referência etc., todas elas fruto de interesse dos poderosos circunstanciais. Ademais, as teorias definem índices inconsistentes para o avanço dos povos, como crescimento econômico, renda *per capita* etc., que pouco dizem sobre os objetivos de uma sociedade e seus princípios éticos, falsamente medidos e representados pela simbologia fetichista da moeda, a qual não preenche condições mínimas para avaliar o verdadeiro avanço humano, social ou político. As questões essenciais da produção e do desenvolvimento são assim excluídas dessas análises, posto que, hipoteticamente, a moeda as representaria tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo, o que não é verdade. Na realidade, por essa falsa simbologia são sumariamente excluídos os principais parâmetros e variáveis que fazem parte da equação da agregação tecnológica, que cria as condições para a produção: a inteligência e a capacidade de tra-

balho dos povos, as questões ambientais e os próprios objetivos éticos, humanos, sociais e políticos de uma Nação. A moeda deveria ser apenas meio de utilidade para simbolizá-los e para levar avante esses objetivos, e não perverso elemento perturbador que pretende substituí-los artificial e bisonhamente, descompromissada desses objetivos e das riquezas físicas que promovem o bem-estar dos povos. Afinal, de que valem essas análises se lhes faltam, em seu contexto — fazendo parte de sua conceituação ou como variáveis e parâmetros de suas estruturas —, os elementos que compõem o essencial do fato econômico? Deste modo, os objetivos-fins maiores e mais nobres da Nação e seu mundo físico, o mundo concreto, são ignorados.

Com essas características as análises mencionadas escorregam para o terreno da mistificação, do jogo de interesses predominantes e até prepotentes. Enganam-nos como se elas tratassem da realidade e servissem para equacionar as verdadeiras causas de nossos problemas econômicos. Trata-se de engodo promovido por gigantesca máquina de desinformação. São exemplos disso o "tiro único" de Collor de Mello ou o "Plano Real" de Itamar/FHC/FMI, como dezenas de outros planos. Todos, no final, fracassam, se considerarmos que os objetivos fracassados foram os do País. Mas, na realidade eles foram vitoriosos, tendo em vista os objetivos ocultos perseguidos. Os vencedores são sempre os mesmos, jamais foram-no a população ou os legítimos interesses nacionais. Enfim, sempre desservem à Nação em suas metas civilizatórias.

Vejamos, por exemplo, o que diz da agricultura tropical um dos principais gurus do neoliberalismo. Jeffrey Sachs é professor da Universidade de Harvard, onde fundou o "Harvard Institute for International Development", que tem como clientes os principais países ditos em desenvolvimento. Em artigo publicado na revista inglesa *The Economist* e republicado em *A Gazeta Mercantil*, em 20/06/97, Sachs afirma: *"As pragas e as doenças (tropicais) destroem lavouras e rebanhos. [...]. Chuvas torrenciais nas regiões equatoriais tendem a levar os nutrientes dos solos. [...] Os países tropicais cresceram 1,3% mais lentamente a cada ano do que os da zona temperada... Isso parece refletir o custo da saúde precária e a baixa produtividade da agricultura. Em essência, os trópicos enfrentam um tipo de armadilha da pobreza. Com baixas rendas, a maior parte da população está atolada na produção tropical de baixa produtividade. Em lugar nenhum a agricultura tropical foi a via da saída da pobreza. [...] Um desenvolvimento sustentado puxado pela agricultura [...] foi sempre coisa das zonas temperadas."*

E, finalmente, preconiza: *"Se a doença, a precariedade do solo, a irregularidade das chuvas, as pragas e outras mazelas tropicais danificam tão gravemente a agricultura, [...] a prioridade deveria ser as zonas industriais, os*

*portos, as instalações de armazéns e alfândegas e outras necessidades de infraestrutura dos exportadores de produtos industrializados".*

Ou seja, o prestigiado tecnocrata, como outrora os da conhecida escola econômica da Cepal, dirigida por Raul Prebish, ignora as indiscutíveis vantagens agrícolas dos trópicos. Para isso faz de conta que desconhece as leis da natureza física e da vida e as atropela sem qualquer cerimônia. Sua lógica é igual à do "cientista" que procurava estabelecer relação entre a audição das aranhas e suas pernas. À medida que ia retirando progressivamente as pernas da aranha, emitia sons para assustá-la e obrigá-la a mover-se. Ao deixá-la sem nenhuma perna, notou que a aranha não se movia quando os sons eram emitidos. Concluiu, então: "A aranha sem pernas não ouve". A evidência da imobilidade da aranha sem pernas levou-o incontinenti à conclusão: a falta de reação aos sons devia-se à perda da audição, e não à ausência das pernas.

As pragas, doenças, chuvas torrenciais e demais mazelas dos trópicos são uma realidade, mas daí tirar-se conclusão sobre a baixa produtividade da agricultura tropical e, como conseqüência, da miséria do povo que habita essas regiões, só mesmo com a lógica da relação entre o ouvido e as pernas da aranha.

As doenças e pragas da agricultura tropical são conseqüência direta da imensa biodiversidade que, por sua vez, resulta da abundância relativa da energia solar incidente nessas regiões, ao contrário das regiões temperadas e frias do planeta, pobres em energia solar. Ou seja, trata-se de abundância e superior existência de vida, e, portanto, de maior produção agrícola. Pela mesma razão a vida é reduzidíssima nas regiões polares. Se precauções não são tomadas para controlar os "excessos" tropicais de vida, a natural competição entre as inúmeras espécies e variedades termina prejudicando aquelas que interessam ao homem. Isso nada tem a ver com baixa produtividade dos trópicos ou com a pobreza de seus povos, salvo pela "lógica das relações entre as pernas da aranha e seu ouvido".

O doutor Antonio A. Lício, diretor geral do Departamento de Planejamento Agrícola do Ministério da Agricultura, ilustra-nos, na prática, sobre este ponto. A uva é uma das culturas agrícolas de maior densidade de valor por área cultivada — requer 240 dias para uma única colheita anual nas regiões temperadas. No Nordeste brasileiro, no vale do São Francisco, de clima tropical semi-árido, essa fruteira requer apenas 115 dias para ser colhida, entrando imediatamente em novo ciclo produtivo, permitindo assim cinco colheitas em dois anos. Ademais, nos trópicos, a qualidade da uva e o teor de açúcares é superior, garantindo-se com tecnologias adequadas o total controle das doenças e pragas. Pelo visto, o mencionado

tecnocrata, prisioneiro da "lógica das pernas da aranha", é profundo desconhecedor das leis e princípios da natureza, da vida e das regras que governam a produção agrícola em toda parte. Sobra-lhe, no entanto, empáfia e arrogância para aconselhar de modo equivocado governos desprevenidos a como proceder na busca dos caminhos do desenvolvimento!

Esse exemplo da uva — ainda segundo o doutor Antonio Lício — é extensivo a quase todas as plantas e mesmo animais. As árvores plantadas nos trópicos estão prontas para o corte com cinco anos, com rendimentos anuais mínimos de 40 estéreos por hectare/ano, enquanto nas regiões temperadas alcançam, no máximo, 10 estéreos/ha/ano em prazos maiores, às vezes, bem maiores.

Uma evidência a mais dos equívocos do doutor Sachs: há 25 anos a produção brasileira de soja era quase inexistente, restrita a poucas centenas de hectares no Rio Grande do Sul, região de clima temperado. A tecnologia utilizada era importada, como a tradição colonial brasileira e os interesses externos impunham. A partir do final dos anos 70, foi montada no país uma estrutura de pesquisa agrícola liderada pela Embrapa, cujos resultados começaram a aparecer em meados dos anos 80. Como conseqüência, a soja, antes considerada uma cultura de climas temperados, ganhou as regiões tropicais, como nas extensas áreas do Cerrado do Brasil Central e Setentrional, onde se têm obtido produtividades recordes em relação às tradicionais regiões produtoras do Sul do País. O que não deveria surpreender ninguém é que quanto mais ao norte, ou seja, quanto mais tropical, maiores são os níveis de produtividade, como atestam os novos plantios na região de Balsas, no Maranhão. As regiões temperadas tradicionais vão ficando para trás, com índices comparativos cada vez mais baixos, a medida que são desenvolvidas tecnologias agrícolas adequadas aos trópicos que, pelos níveis superiores de insolação, predispõem-se a apresentar produtividades muito mais elevadas que as regiões temperadas e frias, apesar das afirmações do senhor Sachs.

É curioso que a "lógica" da relação das pernas da aranha com sua capacidade auditiva é muito mais utilizada do que se pode suspeitar. Um exemplo muito conhecido é atribuir-se à capacidade tecnológica um poder supremo que se sobrepõe a questões que vêm antes e sem as quais essa capacidade nada significa. Estamos nos referindo à disponibilidade de matérias-primas naturais estratégicas não-renováveis, insubstituíveis por outras disponíveis, e o acesso garantido a fontes energéticas. Quando isso não ocorre, a disponibilidade ou não de tecnologias avançadas é totalmente dispensável. Nessas condições, pela intencional degradação dos preços dessas matérias-primas e das fontes energéticas essenciais, quaisquer que sejam suas abundâncias ou natureza estratégica, conti-

nua-se a afirmar, de má-fé que elas não são fundamentais, e chegar-se até a desqualificá-las ante o bem supremo, inatingível para os fracos, que é a tecnologia. Na realidade, ao aceitar-se modelos de crescimento econômico dependentes de tecnologia externa, em está se retirando todas as pernas da aranha, ao mesmo tempo em que se afirma que esses países são subdesenvolvidos, ou seja, não ouvem, estão surdos... . Para encobrir-se a inconsistência dessa falsa lógica, criou-se a chamada "teoria da dependência", que procura compatibilizar ações intrinsecamente incompatíveis, como desenvolvimento e dependência.

### 3. *Energia, elemento essencial à vida, à produção e ao poder. Sociedade como mercado e homem como consumidor*

Os países hegemônicos, não dispondo de fontes permanentes de energia para levar avante seus projetos históricos, utilizaram intensa e extensamente fontes fósseis não-renováveis: carvão mineral e petróleo (o gás natural faz parte do petróleo). O uso de ambos porém está em situação grave. O primeiro, com problemas ambientais insuperáveis, e o segundo, em fase acelerada de extinção (30 a 50 anos). Mas, muito antes da sua extinção, somente as estruturas militares muito poderosas — ou as que elas consintam — terão a ele acesso, como já fica evidente com a ocupação militar de parte substancial do Oriente Médio.

O processo produtivo resulta de apropriação de energia da natureza pelos indivíduos, Estados ou organizações corporativas, transnacionais ou de âmbito nacional, que servem ou não às respectivas sociedades. Estas e seus ambientes naturais deveriam formar um todo interdependente e indissociável, que criasse condições de autonomia para garantir a preservação dessas fontes como instrumentos essenciais à sobrevivência das respectivas sociedades.

A energia está portanto, no centro das relações do homem com a natureza, como elemento essencial à vida, à produção, ao poder e às suas evoluções. Cabe ao processo tecnológico extraí-la de modo não predatório ao patrimônio natural e fazê-la útil às sociedades e ao homem. O controle autônomo das formas energéticas em uso é condição fundamental para a existência de grupamentos humanos consistentes. A história de todas as civilizações assim o comprova.

A transformação das formas de energia existentes em determinado espaço nacional faz-se por meio de sistemas resultantes de complexas estruturas tecnológicas. Esses sistemas implicam, no quadro de determinado escopo sócio-político, na existência de sociedades organizadas. O conjunto

desses sistemas no mundo hegemônico foi reproduzido nos países periféricos, como imposição ou cópia, às vezes por simples mimetismo cultural.

Os homens e os animais foram — e ainda o são, parcialmente, — elementos desses sistemas energéticos. O homem é em si, um bioconversor de energia. Transforma a energia química extraída dos alimentos em calor, energia mecânica e em pequenas parcelas de energia elétrica. Copia a si mesmo quando constrói máquinas para converter a energia química do petróleo, dos hidratos de carbono em calor, em energia mecânica ou em eletricidade. Com o aumento de uso das fontes naturais primárias e da automação, a necessidade do uso do homem como parte desses sistemas vem se tornando cada vez mais dispensável. Quando o objetivo é exclusivamente o aumento da produtividade, tal como definida pelas teorias econômicas, é reduzido o número de trabalhadores para uma mesma produção. Isso explica o aumento maciço do desemprego, que vem grassando indiscriminadamente e já atinge as populações do chamado Primeiro Mundo.

A substituição do homem pela máquina está transformando-o em refém do capital financeiro, cada vez mais concentrado em poucas mãos, em geral apátridas. Quando o resultado do trabalho da máquina destina-se em sua maior parte ao benefício do poder financeiro, cria-se um poder tirânico que norteia os rumos do mundo na direção do neoliberalismo. Nessas condições, poucas esperanças podem restar para o futuro da humanidade. Somente a presença de Estados nacionais autônomos, legítimos e fortes, poderão minorar essa nefasta tendência que resulta evidentemente de poderosas estruturas com fins exclusivamente mercantis e de poder, que nenhum compromisso têm com as sociedades e com o homem, salvo aquele que as vê como mercado e ao homem como consumidor. Trata-se, assim, da volta à barbárie em proporção gigantesca, como jamais se tinha visto. Nela, perde-se a dimensão da pessoa humana, que passa a ser mero objeto do jogo mercantil.

Como vimos, os combustíveis fósseis estão em fase de decadência porque suas reservas tendem a exaurir-se ou não poderão mais ser usadas de modo extensivo, pelos graves efeitos ecológicos que provocam. Ao enfrentar demandas crescentes, em parte vindas de ambições ilimitadas, sob a égide de egoísmo desenfreado, típico de sociedades de consumo, essas fontes fósseis primárias tornam-se incompatíveis, pelas dimensões e pela localização, a médio e longo prazos, com esses modelos econômicos. Por isso, criam-se condições de constrangimento sobre as reservas de petróleo do planeta, especialmente aquelas situadas no Oriente Médio, colocando-as sob o controle militar do poder hegemônico.

### *4. Patrimônios energéticos essenciais à sobrevivência das sociedades. Crise energética inexorável dos países hegemônicos*

No caso brasileiro, a desestruturação do setor energético torna-se realidade pelo propósito do governo de privatizar a Petrobrás e a Eletrobrás — leia-se, internacionalização das reservas petrolíferas e hidrelétricas, estas últimas de destaque mundial — e promover a desestruturação das complexas e caras organizações de elevada eficiência internacional que o Brasil conseguiu construir nos últimos 40 anos nesse estratégico setor. Elas têm sido a base essencial de nossa vida econômica e, a partir da crise mundial do petróleo, de nossa sobrevivência como nação.

Por toda parte, hoje, os sistemas energéticos estão submetidos a fortes tensões, como antes jamais havia ocorrido, não somente nas sociedades industrializadas que consomem mais de 70% da energia do planeta, mas também em países periféricos. Estes seguem o ditame das formas energéticas fósseis, induzidas pelo mercado mundial, que é controlado por corporações transnacionais ligadas ao sistema financeiro internacional e aos países hegemônicos.

No último século uso da energia de origem nuclear, concebido pelos países do autotitulado Primeiro Mundo, para substituir fontes convencionais, enfrenta crise sem precendente, não constituindo, no caso brasileiro, qualquer hipótese alternativa aos combustíveis fósseis.

As relações de dependência entre as civilizações — sua origem, evolução, apogeu e decadência — e as respectivas formas energéticas que as fundamentaram estão magistralmente relatadas no livro *A Servidão do Poder*. Ignorar essas relações é não ter compromissos com a realidade e com o futuro. É sujeitar-se a um tipo de jogo de pôquer produzido pelas mistificações, que têm origem na própria natureza das teorias econômicas, na forma como são usadas pelo poder mundial, especialmente quando se relacionam com países periféricos.

**As verdadeiras soluções para às questões cruciais da humanidade não decorrem, assim, dos paradigmas, parâmetros e conceitos dessas teorias ditas econômicas, que, na verdade, são apenas financeiras e que governam arbitrariamente o mundo, com uma lógica apoiada em bases monetárias falsas.**

Desse modo, as análises fundamentais dessas teorias fraudam a realidade, pois ignoram a natureza dos fatores que estão na base da produção e das estruturas que permitem a formação de sociedades organizadas. Ou seja, dada sua dissociação da realidade, a falsa simbologia monetária pouco

representa para a solução das prementes questões energéticas e ecológicas, hoje subordinadas, por falta de alternativas, à razão das armas.

**Conceder, portanto, a essas teorias o valor de veredito de última instância obscurece o entendimento das soluções, torna mais grave ainda a situação atual e aprofunda as razões de conflitos por vir. Talvez até venha a torná-las inevitáveis, pela imprudência de não desejar enfrentar, a tempo, a realidade, por indiferença, omissão ou perversidade consciente. Isso corresponde a submeter o homem e a natureza a um determinismo estranho às suas próprias leis e princípios, o que necessariamente leva ao desastre.**

Nenhuma revolução no passado tentou questionar as bases físicas essenciais que possibilitam a existência dos grupamentos humanos, na forma como foram construídas suas estruturas tecnológicas, mesmo nas regiões consideradas mais avançadas do mundo contemporâneo, porque o consumo energético era compatível com as dimensões das reservas das fontes em uso, ainda que dominadas pela força.

Essas curcunstâncias, evidentemente, foram alteradas a partir do momento em que o uso intensivo e extensivo deu-se com formas fósseis não-renováveis. A natureza intrinsecamente limitada dessas formas deveria condicionar a montagem das estruturas tecnológicas à substituição por fontes alternativas renováveis, prevendo a natural involução de suas disponibilidades e os crescentes e inevitáveis problemas ambientais, o que, em definitivo, não ocorreu.

Promoveu-se assim, o consumo irresponsável, em que o desperdício e a ostentação são a norma. Essa dinâmica não encontrava barreiras ao seu prosseguimento até que o quadro modificou-se com as crises de petróleo de 1973 e 1979 e, na mesma década, com o fim da ex-panacéia nuclear.

A verdadeira crise, de profundas conseqüências para o futuro é, portanto, insuperável dentro dos patrimônios naturais dos países hoje hegemônicos Ela está diretamente relacionada com a disponibilidade efetiva de volumes energéticos, em formas específicas, que os caprichos da natureza reserva a determinados territórios. Qualquer política nessa área necessita garantir vitalmente um abastecimento energético mínimo, essencial à sobrevivência coletiva. Não se pode continuar nessa questão tendo como meio de elucidação o equacionamento imposto pelas "leis" de mercado, que resultam do jogo de pôquer, com cartas marcadas pelos poderosos, em que os parâmetros essenciais são os investimentos financeiros privados, inconsistentes e falsos, cada vez mais em mãos de mega-especuladores, como o húngaro George Soros, ou banqueiros do narcotráfico.

Cabe à capacidade tecnológica de cada nação retirar de seu patrimônio natural a energia necessária, se esta existir, para as necessidades coletivas presentes e futuras, sem causar desequilíbrios ambientais irreversíveis.

A prática portanto de submeter o futuro de nossas vidas à análise de uma terminologia economicista falsa e a interesses de grupos hegemônicos, desvia a discussão das questões fundamentais, que estão muito longe de ser financeiras ou de mercado. Na realidade, os centros hegemônicos vivem crise insuperável e, apesar disso, para seguir dominando, montaram a armadilha de uma ditadura financeira representada pelo poder monopólico de uma falsa simbologia monetária com o suporte ideológico do neoliberalismo.

Não é possível discutir ou planejar hoje o desenvolvimento dos povos no estreito período de uma ou duas gerações, sem conhecer em profundidade suas circunstâncias energéticas e, como conseqüência, as de natureza tecnológica, que lhes são diretamente vinculadas.

Tecnologia nada mais é do que a agregação de fatores de produção em uma equação produtiva e vincula-se sempre a determinadas formas energéticas, visando à produção de bens e de serviços. Definida as formas energéticas, os fatores de produção são agregados na equação tecnológico-produtiva, de acordo com suas disponibilidades, abundância e custos. Os modelos econômicos dependentes seguem o princípio da agregação conforme as conveniências do agregador, em geral uma corporação transnacional! São elas econômicas e políticas, de acordo com os interesses de origem dos pacotes tecnológicos em uso nos países dependentes.

Nas economias dependentes, os agregadores, localizados quase sempre em países hegemônicos, usualmente carecem de mão-de-obra e de matérias-primas abundantes. Por isso, concentram o equacionamento produtivo no uso daquilo que controlam e que lhes é abundante: o capital financeiro. Chamam a isso eficácia econômica e atribuem-lhe a maior produtividade. Evidentemente, desvalorizam os fatores locais de uso. À redução de uso de mão-de-obra chamam de aumento de produtividade, o que é conseguido pela automação. Como em geral é impossível excluir as matérias-primas locais, procuram reduzir, se for o caso, seus preços a valores inferiores aos custos de extração e de transporte, fazendo as nações dependentes, com ricos reservatórios naturais, arcarem com o ônus desse despropósito.

Essa sistemática naturalmente leva ao desemprego, não por questão estrutural, ligada a pretenso "avanço" tecnológico, mas por conveniência política e de poder dos controladores dos pacotes, objetivando com isso a supervalorização e a multiplicação do capital financeiro e de tudo aquilo

que eles comandam como, patentes, agrotóxicos etc., e a desvalorização de tudo o que não controlam e que deveria fundamentar a riqueza dos países ainda periféricos.

Em alguns setores como na agricultura isso se fez com grande aumento no consumo energético fóssil, em absoluta afronta ao balanço energético final e às leis naturais, como vimos no Capítulo I deste livro. O processo moderno rejeita o balanço energético positivo da agricultura tradicional — de uso de uma caloria para obter-se, no mínimo, 15 calorias de alimentos — para adotar um outro, em que, para obter-se uma caloria de proteína pode-se chegar a consumir 80 calorias. Chamam a isso sistema de produção economicamente eficaz! Evidentemente esse brutal custo energético faz-se por conta de um elevado custo ecológico, social, político e humano, que não entra na contabilidade financeira. Às vezes isto leva à destruição de comunidades, jogando-as na miséria e no desespero e forçando seus habitantes à migração para centros urbanos.

Isso somente é possível, porém, com um sistema energético perdulário, submetido a uma lógica financeira que se fundamenta, de modo absurdo, em reservas energéticas supostamente infindáveis e com custos que nada têm a ver com as realidades econômicas e sócio-políticas, mas exclusivamente com os ganhos financeiros de corporações que manipulam quantidades descomunais desses combustíveis em todo o mundo, em sistema predatório, sem compromisso com o futuro. Nessa dinâmica, são praticamente anulados os povos que deveriam ser os legítimos detentores desses preciosos patrimônios naturais de origem fóssil. O veículo para isso é o poder militar.

### 5. *O fim da "era do petróleo" e do acervo tecnológico decorrente. Falsa análise de custos dos combustíveis.*

O uso extensivo de determinada forma energética acumula imenso acervo tecnológico a ela ligado, configurando uma forma de produzir e de viver, que define uma era — no caso, a **"era do petróleo"**.

Quando as reservas energéticas garantem seu uso extensivo, a utilização desse acervo tecnológico é ampla e contínua. A situação muda radicalmente quando as reservas correm o risco de exaurir-se, como é o caso atualmente do petróleo. Exauridas as fontes, desmorona a parafernália tecnológica delas decorrente.

O exemplo do Japão é ilustrativo. Sem dúvida, no campo industrial-tecnológico, o Japão é uma potência de primeira grandeza. Basta entretanto faltar-lhe petróleo para entrar em colapso, apesar de seu imenso acervo tecnológico.

Essa análise mostra que, o que quer que digam os neoliberais, não somente o desemprego não é uma decorrência do avanço do acervo tecnológico, mas também este acervo decorre de determinada forma energética. Avançado ou não, este pode tornar-se irrelevante, como vem acontecendo com o acervo tecnológico decorrente do petróleo. Ele tem seus dias contados, pois a forma energética que o fundamenta está acabando, definindo o fim de uma era.

Na melhor das hipóteses, no entanto, embora com reservas finitas, seus usos serão cada vez mais reduzidos, não necessariamente somente por sua limitação física, mas pelas crescentes restrições ambientais que provoca. Quem deseja um futuro consistente e não quiser viver em subordinada dependência em questões cruciais como a energética terá que se ajustar às novas tecnologias, que surgirão com as formas energéticas alternativas, permanentes e limpas.

Assim, toda a conversa vazia sobre relações de avanços tecnológicos com desemprego estrutural, e outras montagens para enganar bobos alegres, não têm cabimento em sociedades com sérios compromissos com o futuro.

Outro exemplo tristemente falso mas muito em voga, a ponto de constituir a base política, é a afirmação não fundamentada de que "a gasolina é mais barata que o álcool" ou "o álcool é anti-econômico", querendo dizer naturalmente o álcool etílico, mais conhecido como álcool motor, o primeiro dos derivados da biomassa a ter uso extensivo, em substituição a derivado do petróleo.

Fundamentados nessa falsa afirmação, os tecnocratas não têm pejo em tentar destruir, com criminosa irresponsabilidade, o único programa mundial que começa a dar solução à mais grave crise que o mundo enfrenta, envolvendo a todos, especialmente as grandes potências. Essa crise, desde 1973, tem sido "resolvida" pela manipulação financeira e pelas armas do poder hegemônico, especialmente forças militares.

Não conseguiram ainda destruir o Proálcool com esse argumento falso por causa da resistência popular nas grandes cidades, especialmente em São Paulo, e pelas drásticas conseqüências ambientais que isso implicaria. Os tecnocratas, entretanto, se não forem expulsos do poder, com sua habitual irresponsabilidade como agentes de outros interesses que não os nacionais, terminarão conseguindo atingir seus objetivos, em detrimento de todos.

Além das incompatibilidades de origem e de natureza, as duas unidades monetárias, real e dólar, tão heterogêneas — sujeita a primeira, à artificialidade de criação por medida provisória —, elas relacionam-se por meio de um fator numérico arbitrário, chamado taxa de câmbio, que é definida por forças externas que dirigem as finanças do país. O controle externo é evidente por não

existir mais moeda nacional, apesar de aparências ardilosamente montadas. É esse fator duplamente arbitrário que ajuda os tecnocratas a "concluir" bisonhamente que "o álcool, produzido exclusivamente com o uso de fatores nacionais, é mais caro que a gasolina, derivado de petróleo importado". Não há "análise dimensional" que suporte tal barbaridade técnica! É por esta e outras impropriedades técnicas que há quem prefira chamar os tecnocratas de tecnopatas, pois muito pouco de técnico comporta suas arbitrariedades.

Mesmo aceitando essa barbaridade, o professor Cerqueira Leite, eminente cientista, com o dedo no nariz, pois, como concessão aos burocratas passou por cima dos critérios técnicos da análise dimensional, em artigo de jornal, fez os cálculos apenas do que é possível ser quantificado com dados oficiais disponíveis sobre os custos comparativos desses dois combustíveis. Concluiu pelo valor de 37 dólares para o barril de álcool (embora esse custo resulte exclusivamente do uso de fatores nacionais) e 35 dólares para a gasolina; ou seja, usou a taxa de câmbio como simples número, como querem os economistas, desprezando o fato de que as duas moedas são entes dimensionalmente heterogêneos. Como os aspectos não quantificados estão do lado do álcool — e não são poucos — ficam evidentes as conseqüências da falsificação. O primarismo com que procuram enganar às autoridades despreparadas e à população indefesa, faz pensar que os tecnocratas nem sabem o que é análise dimensional. Vejamos pois a importância de alguns desses aspectos:

A) *Efeitos Poluidores:* o uso do álcool reduz drasticamente os efeitos poluidores da gasolina, tais como os provocados por chumbo (Pb), monóxido de carbono (CO), óxidos de nitrogênio (Nox), óxidos de enxofre (Sox) entre outros, todos inexistentes no álcool. Assim, as grandes cidades brasileiras foram altamente beneficiadas pelo uso desse combustível renovável. Seus efeitos são tão benéficos que, quando o governo ameaçou a reduzir a porcentagem da mistura de álcool na gasolina de 22% para 12%, a população de São Paulo foi para as ruas protestar. Isso obrigou o governo a voltar atrás, embora exclusivamente em São Paulo. As demais cidades foram punidas, ou seja, expostas a esses venenos. Assim, quanto custa a exclusão do álcool como combustível para a população e para o governo, em termos de redução de anos de vida, da população, despesas médicas, despesas hospitalares, custos de estruturas sanitárias etc.? Quanto custa o chumbo tetra-etila a ser adicionado à gasolina, se o álcool for retirado da mistura? E a contribuição para o efeito estufa, de conseqüências mais graves e amplas, quanto custa? Não seria tão difícil aos tecnocratas obter esses dados e fazer as contas certas.

B) *Efeitos Políticos e Econômicos:* quais os benefícios trazidos para o país com a criação de cerca de 800 mil empregos diretos e mais de dois mi-

lhões indiretos, como ocorreu com a criação do Proálcool, embora ainda em dimensões tímidas, fruto de massacrantes pressões e constrangimentos vindos da área financeira? Quanto custam os serviços da dívida externa contraída para poder comprar petróleo no exterior, sempre à vista e em dólares, o que é evitado com o Proálcool? E a ativação da ociosa indústria de bens de capital, para possibilitar a construção de cerca de 400 usinas de álcool? E os ganhos em moeda forte com as reduções nas importações de petróleo pelo uso interno do álcool em substituição ao derivado de petróleo - alcançando já cerca de 29 bilhões de dólares desde sua criação - e com as exportações da gasolina restante? E a redução de custos de transporte que a produção local do álcool poderia ocasionar, em vez do passeio de milhares de quilômetros que a gasolina tem que percorrer para chegar aos locais de consumo? E os ganhos com a fixação de milhões de famílias no campo, evitando assim a sistemática expulsão e migração para centros urbanos e a redução dos custos, nas grandes cidades, com estruturas policiais, visando a tentar reduzir os perigos representados por hordas de desamparados que outrora eram modestos trabalhadores contribuindo para a riqueza do Brasil no campo? Isso não representa custos? Há extraordinário acervo tecnológico, acumulado no período de 22 anos, com um aumento sistemático de eficiência de 4% ao ano, que transformou essa importante e estratégica agroindústria paulista na mais eficiente em todo o mundo, e a do Nordeste, na quarta mais eficiente, depois de São Paulo, Austrália e África do Sul. Os EUA tiveram que impor ao álcool importado do Brasil uma sobretaxa de 100% para tornar o álcool norte-americano "competitivo". Para eles, o livre comércio aplica-se apenas para os outros, seus concorrentes! E o domínio tecnológico dos veículos ciclo Otto, incluindo nisso o motor de 170 CV a álcool ou a gás, com tecnologia desenvolvida pelo Centro Técnico Aeroespacial, nada significa? Tudo isso não representa poder competitivo mundial, eficiência, estratégicos sobre todos os aspectos? É precisamente por isso que os dirigentes brasileiros, sempre atocaiados no setor financeiro, querem derrubá-lo com uma taxa de câmbio artificial, usada para segurar o real, etc.. Na realidade, tudo fazem para manter o Brasil sem moeda própria, substituída artificialmente por essa taxa de câmbio imposta. Será que os dirigentes deste país não levam em conta nenhum desses aspectos? Ou será que seus assessores nada entendem sobre essas questões? Ou será que sabem tudo, porém, astuta e desonestamente fazem de conta que não sabem e, com competência, enganam a população, que consideram composta de caipiras, um bando de idiotas sobre os quais é fácil levar avante seus planos sinistros.

C) *Efeitos Sobre a Segurança Nacional*: como vimos em outras partes deste livro, a questão de maior vulnerabilidade no jogo mundial do poder

é garantir o fornecimento internacional de petróleo, especialmente do Oriente Médio. Essa região encontra-se parcialmente ocupada por forças militares norte-americanas e apresenta alto e crescente potencial de conflito. Os EUA não estão mais conseguindo a unidade que obtiveram no caso da guerra com o Iraque. A posição de várias potências mundiais tem mudado, como ocorreu no caso, por exemplo, dos foguetes "eleitorais" de Clinton, lançados sobre o sul daquele país.

A existência do Programa Nacional do Álcool, com uma ampla estrutura já quase totalmente ressarcida, distribuída por todo o território nacional, com o domínio tecnológico único e o mais avançado, dá ao Brasil condição excepcional de ter uma solução autônoma que o possibilita salvar-se de uma crise energética mundial nesse crucial setor, podendo também ser suporte para outros países, incluindo potências econômicas muito vulneráveis.

Mesmo com todos esses equívocos, erros técnicos que reprovariam qualquer incipiente estudante de ciências naturais ou de engenharia, é ridículo que, para essa questão estratégica, cuja compreensão exige competência política e técnica, e que põe em situação difícil grandes potências econômicas, possam ser utilizados argumentos inconsistentes e erros tão primários, que, no entanto, são tomados como base para políticas que envolvem nosso futuro. É estarrecedor que esses tecnocratas — verdadeiros donos do poder interno, como agentes do poder externo e aos quais se submete a classe dos políticos profissionais — pareçam não ter limites em sua prepotência.

No Brasil, menos do que a ausência de uma política energética, há uma política de impedir que nossa matriz se fundamente em fontes nacionais abundantes, limpas e renováveis. O que predomina são soluções inconsistentes, de outras origens, ditadas por pacotes tecnológicos externos, sem as necessárias adaptações à nossa realidade, ou até sem mesmo as levar em conta. Essas decisões são mais do que uma política e agem como indevida intervenção que confronta nossa realidade física e nossos interesses vitais. A ausência de governo e a dinâmica de demolição do Estado facilitam esse processo.

Por esse caminho, os centros de poder externo planejam superar suas graves dificuldades, apoderando-se dos patrimônios naturais estratégicos de países como o Brasil, cuja classe dirigente não soube preservá-los ou defendê-los e cujos falsos líderes, pelo servilismo, covardia ou traição, submetem seus povos ao colonialismo travestido de modernidade. Pensam que assim serão recompensados. Mero engano! A história demonstra que aos traidores não cabe recompensa, mas desprezo e, muitas vezes, eliminação, no conhecido processo de "queima de arquivo". Poucos, porém argutos e poderosos, embora sempre servis, conseguem camuflar seus atos e permanecer impunes.

# IV

# Os Trópicos

## *1. Formas energéticas: bases para deslumbrante arsenal de invenções. Fim da crise do petróleo? Mercado de petrodólares, maior assalto jamais realizado sobre um povo*

Vivemos em um século rico em avanços tecnológicos. Nossos avós ficariam surpreendidos com as invenções de hoje, impensáveis no início do século. O número de cientistas que vivem no mundo é superior ao número de todos os outros que já existiram.

Essas realizações deixam a impressão de que somos os senhores da natureza e do universo e que nada nos deterá no desenvolvimento de novas tecnologias, que irão resolver todos os problemas do futuro, especialmente os que começam a aparecer, garantindo permanente conforto e segurança para todos e superando os imprevistos do percurso histórico.

Essa arrogância faustiana do homem está muito longe porém, de corresponder à verdade. Para sermos realistas e prudentes e estarmos mais seguros do que poderá ocorrer no futuro, precisamos compreender melhor o desconhecido processo que estamos vivendo, especialmente quanto a seus fundamentos e conceitos.

Há que levar em conta, que grande parte do domínio tecnológico foi apropriado por reduzido número de poderosas estruturas, as corporações transnacionais, que, associadas aos que controlam o sistema financeiro internacional, dominam o acervo tecnológico mundial. Elas são as condutoras e inspiradoras do neoliberalismo e, naturalmente, suas principais beneficiárias. Não têm qualquer compromisso com o homem, nem com as nações ou mesmo com as culturas que por acaso representam. Seus princípios são os de um exacerbado egoísmo. A solidariedade, o humanismo e o bem-estar social que nortearam a evolução sócio-política na maior parte deste século não fazem parte de seu catecismo. É preciso, entretanto, firmar o conceito que norteia os avanços tecnológicos desenvolvido cuidadosamente no capítulo anterior. Trata-se de premissa fundamental, a saber: **tudo depende da existência, na natureza, de fontes abundantes e per-**

**manentes de energia com possibilidade de serem utilizadas de modo extensivo pelo homem, sem danos irreversíveis para a natureza.**

A questão precisa ser vista a partir da primeira revolução industrial, quando as demandas energéticas passaram a ser ponderáveis em relação a seus fluxos naturais. Primeiro o carvão mineral e, neste século, as grandes reservas de petróleo.

Foram tais as formas de energia que fundamentaram o desenvolvimento de todo esse deslumbrante arsenal de invenções. Verifica-se que essas disponibilidades não são permanentes e, à medida que a demanda cresce, elas tendem a reduzir-se cada vez em prazos mais curtos, ou a criar perturbações perigosas na estabilidade termodinâmica da ecosfera. Foram necessárias duas grandes crises de petróleo, em 1973 e em 1979, para provar que dependíamos crucialmente de reservas, fundados na falsa suposição de que eram ilimitadas, quando, ao contrário, são finitas, exauríveis ou apresentam limitações ambientais insuperáveis. A demonstrada escassez de petróleo abriu-nos os olhos para uma nova realidade, em que os benefícios alcançados pelo desenvolvimento tecnológico podem desaparecer, se não formos capazes de eliminar essa insustentável dependência energética de fonte não-renovável.

Há centenas de milhões de anos, pequenas frações da matéria viva que habitavam a Terra vêm sofrendo processo natural de transformação. No caso do petróleo, elas são decompostas, comprimidas, deslocadas e armazenadas em bolsões no interior de determinadas rochas porosas. Essas pequenas porções de matéria que se transformam assim, ao longo de centenas de milhões de anos, em depósitos de petróleo e gás natural, os demais combustíveis fósseis formam-se por processos assemelhados. Essas substâncias são as que, retiradas de seus depósitos no interior da terra, mobilizam na atualidade as transformações do mundo físico. Esse processo natural leva eras geológicas para produzir, armazenar e esconder essas formas energéticas que não há muito tempo foram descobertas. Não resta porém, muito mais para que sejam totalmente consumidas. A avidez em consumí-las, no entanto, conforma uma das principais práticas do processo econômico atual, de consumismo capitalista insaciável e predatório. Suas limitações naturais não são levadas em conta. Para que seja mantido, esse processo, hoje vinculado aos combustíveis fósseis, com seus reconhecidos avanços tecnológicos, precisa ser adaptado a novas formas energéticas. Para isso é essencial a existência na natureza de alternativas às formas fósseis, se possível renováveis e limpas.

Na realidade, essa forma energética caracteriza a era civilizatória do petróleo, cujo fim já podemos vislumbrar e que teve sempre como fonte

primária, o Sol como veremos mais tarde, embora pela via fóssil. Assim, para buscar novas formas de energia, sem o inconveniente de aguardarmos outras centenas de milhões de anos, é natural que nos voltemos para o astro rei, estrela centro e dínamo do sistema cósmico ao qual pertencemos. Dele provêm originalmente todas as formas de energia que alimentam os fluxos naturais que sustentam a vida sobre a Terra e, praticamente, quase todas as formas de energia utilizadas pelo homem em sua existência sobre esse planeta.

A influência das nações hegemônicas levou aos demais países, particularmente aqueles situados nas regiões intertropicais, a adotar extensamente formas energéticas de origem fóssil. Ao fazê-lo — pelas aparentes vantagens decorrentes de condicionamento que resultam da natureza dependente de seus modelos econômicos —, esses países ignoraram suas próprias fontes energéticas permanentes, ecologicamente limpas e não desestabilizadoras do equilíbrio ecosférico.

Rígidas e implacáveis imposições de mercado criadas pelas corporações transnacionais — especialmente a dos setores energético e de transporte — não nos deixaram alternativas.

Essa tendência porém, já sofreu as advertências das duas crises de petróleo, de 1973 e 1979, que provocaram, nesse período, uma revisão que nos aproxima da realidade e que criou condições para que alguns países caminhassem na direção de suas próprias potencialidades.

O Programa Nacional do Álcool, no Brasil, reduzido apenas a substituir um dos derivados do petróleo, posto que submetido a graves distorções vindas da área financeira, constituiu experiência vitoriosa do ponto de vista energético. Desde 1980 entretanto, vem sendo exposto à destruição por injunções feitas pelo setor financeiro. Hoje, a indústria automobilística, multinacional comprometida com as importações de veículos, já praticamente não produz veículos a álcool. Se essa política continuar, o Proálcool estará condenado ao desaparecimento, pelo menos no uso do etanol exclusivo.

Outros países no mesmo período, tentaram ações similares, ainda que sem o sucesso do Brasil ou sem a continuidade que, apesar de tudo, conseguimos alcançar, avançando na compreensão da verdadeira dimensão da crise e na criação de condições para a mudança, a médio e longo prazos, da matriz energética mundial.

Essas ações entretanto, foram posteriormente desfeitas pelas forças que dominam o perigoso *status quo* do petróleo. Utilizou-se para isso, gigantesco marketing que procura "provar" que tudo está ocorrendo como se a crise dos combustíveis fósseis tivesse deixado de

existir, voltando à época do petróleo farto. Até passaram a classificá-lo como *commodity*, com incrível senso de irresponsabilidade.

Apesar de sensatas medidas de racionalização de uso, a crise continua cada dia mais aguda, contrabalançada apenas em sua compreensão por gigantesca propaganda que pretende afirmar o contrário. Isso evidentemente objetiva manter o elevado consumo de petróleo, baseado na exaustão das reservas remanescentes, predominantes em países periféricos e os gigantescos lucros financeiros dos que controlam o mercado consumidor planetário desse precioso e não-renovável combustível.

Desse modo, fizeram a crise desaparecer "por mágica" e colocaram a questão dentro do círculo cibernético da moeda, que exige aumento de consumo permanente, em progressão geométrica, o que torna o desenvolvimento sustentável uma ilusão insustentável e perigosa.

Para isso, já na década de 80, as corporação do petróleo aliaram-se a banqueiros internacionais e criaram o mercado de petrodólares, destinado a promover o endividamento de países do Terceiro Mundo, especialmente aqueles de maiores patrimônios estratégicos, levando-os a abandonar seguras alternativas nacionais permanentes. Foi o início da montagem das gigantescas, desnecessárias e impagáveis dívidas externas, que terminaram por imobilizá-los no campo econômico e colocá-los no "beco sem saída" em que hoje se encontram, em sinistra armadilha.

A verdadeira crise do petróleo, em âmbito mundial, que é concreta e refere-se à redução das dimensões físicas das reservas aproveitáveis ante demandas crescentes, foi desviada para o terreno da abstração monetária pela manipulação financeira dos petrodólares.

Os déficits das balanças comerciais dos principais importadores de petróleo, entre eles o Brasil, que obrigaram esses países a procurar alternativas nacionais ao petróleo, passaram a ser "resolvidos", então, por meio de empréstimos externos de petrodólares, com juros negativos, à época. Isso levou, no nosso caso, à montagem de gigantesca dívida externa, com juros flutuantes — que posteriormente chegaram a taxas internacionais extorsivas, de níveis jamais vistos — e que nos conduziram à armadilha da qual somos hoje prisioneiros e sob a qual não sobreviveremos.

Esse processo também objetivou lastrear o dinheiro falso "verde" que as corporações de petróleo se recusavam a aceitar em troca de uma riqueza estratégica, o petróleo. Transferiram então a moeda falsa para empréstimos, com juros temporariamente negativos, "goela abaixo", a países com grandes patrimônios naturais, os quais passaram a ser lastro dessa moeda, legitimando-a. Hoje, a transferência desses patri-

mônios está sendo cobrada por meio do programa de "privatizações" de empresas de economia mista, gestoras desses patrimônios naturais; da "Lei de Patentes", que transfere, de modo gratuito, o controle monopolista de nosso patrimônio genético etc.. Já a "Dama de Ferro", em sua fúria neocolonial e com o objetivo de garantir o recebimento dos polpudos serviços da forjada dívida externa, ameaçava apoderar-se dessas empresas e patrimônios.

O que aconteceu depois é do conhecimento geral: o enfraquecimento da OPEP, que perdeu sua condição de reguladora dos preços internacionais do petróleo, a ocupação militar de parte do Oriente Médio e a interrupção dos esforços que vários países estavam fazendo, inclusive os EUA, no governo Carter, de construir estruturas econômicas visando ao uso extensivo de alternativas válidas e consistentes ao petróleo.

O condicionamento financeiro das dívidas externas subordinou países do Terceiro Mundo a uma desnecessária e negativa dependência, retirando-lhes a possibilidade de negociar soluções garantidas e autônomas.

Nessas condições, insistir no uso predominante ou exclusivo do petróleo como combustível líquido significa caminhar para uma perspectiva de confronto, na disputa de um recurso natural não-renovável, cada vez mais escasso no planeta e de crucial importância para garantir o *status quo* de poder das potências econômico-militares, dele vitalmente dependentes. O importante hoje não é descobrir grandes reservas de petróleo, mas dispor de força militar para garantir o controle do que já se descobriu. Por essas razões, países que detêm importantes reservas de petróleo têm seu presente infelicitado — México, Líbia, Iraque, Irã, Nigéria etc. — e um futuro pelo menos problemático.

O espantoso no caso brasileiro é que o governo promove a entrega de estratégicas reservas de petróleo e gás depois de derrubar a garantia constitucional do monopólio estatal, sem apresentar um único argumento consistente, usando dados falsos, negados pela própria Petrobrás, cujos dirigentes condicionaram-se às pressões dos *yuppies* do governo, agentes de interesses externos. Para isso usaram a enganosa proposta de flexibilização, visando a dar às corporações transnacionais o acesso não somente às próprias reservas já descobertas, seus gasodutos, sistemas de transporte e de tancagem, mas também preciosos arquivos do subsolo brasileiro, levantados nos últimos 40 anos. É o maior assalto que já sofreu o povo brasileiro em sua História, somente comparável à entrega da Companhia Vale do Rio Doce a fontes suspeitas das ilhas Caymãs, por valor irrisório, comprometendo assim o futuro de centenas de gerações de brasileiros!

## *2. O Sol, fonte "eterna" e ilimitada de energia: reator a fusão nuclear. A competição genética dos trópicos. Civilização dos hidratos de carbono*

Todas as formas energéticas úteis ao homem, com três exceções apenas, têm sua origem no Sol. Tanto as fósseis (não-renováveis), como as renováveis, quer seja a hidreletricidade, a energia eólica, a que resulta de captação direta da energia solar ou a armazenada na biomassa. As exceções são: a energia geotérmica, a das marés e a energia nuclear, fissão e fusão. As duas primeiras são de difícil e limitado aproveitamento e a última, ainda uma incógnita, pela extrema dificuldade em se conseguir uma geração controlada.

A fusão nuclear, embora represente a "esperança" dos países hegemônicos, oferece resultados nada práticos, duvidosos e longínquos no tempo, se é que um dia venham a ocorrer.

Os trópicos porém, já dispõem de gigantesco e permanente reator a fusão nuclear, que é o Sol, cuja radiação eletromagnética de calor e luz incidente no planeta concentra-se nas regiões intertropicais.

O Sol é como uma imensa fornalha cuja temperatura interna alcança fantásticos 15 milhões de graus Celsius, com temperatura menor na superfície, aproximando-se de seis mil graus Celsius. Ele funciona como gigantesca bomba de hidrogênio, em explosão permanente e consome, por segundo, 4,2 milhões de toneladas de combustível nuclear. Apesar desse gasto descomunal de combustível, o Sol continuará imutável, iluminando e aquecendo a Terra nos próximos bilhões de anos. Assim, ele é para nós uma fonte contínua e inesgotável de energia. Esta é a realidade que temos que conhecer e pôr a serviço do Brasil e da humanidade.

A Terra, 110 vezes menor em volume que o Sol, recebe essa energia a uma distância de 150 milhões de quilômetros da fonte emissora como uma dádiva divina. Essa energia cria e sustenta todas as manifestações de vida e é responsável, direta ou indiretamente, por quase todos os movimentos e transformações em nosso planeta.

A maior usina hidrelétrica do mundo, a usina de Itaipu, com 12,4 mil megawatts de potência, tem sua energia hídrica originada na energia solar. Tomada como unidade, podemos dizer que o Sol envia diariamente ao território brasileiro energia equivalente à gerada, por dia, por 309 mil hidrelétricas do porte de Itaipú, das quais 145 mil (47%) são recebidas sob a forma de calor, e 71 mil (25%) para manter o ciclo hídrico do continente brasileiro. E ainda, energia equivalente a 93 mil dessas usinas é refletida para o espaço sideral.

Na Bacia Amazônica, a energia solar recebida por dia é equivalente, conforme pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, à energia resultante da explosão de vários milhões de bombas nucleares de dimensões energéticas comparáveis à lançada sobre Hiroxima pelos norte-americanos.

Os problemas que aparecem na utilização da energia solar são: sua dispersão, que exige grandes superfícies para captar quantidades significativas de energia; a dificuldade de armazenar a energia captada e a predominância da forma calorífica, menos nobre para a produção de trabalho.

A dispersão contudo, promove elevada potencialidade distributiva, o que possibilita, nas regiões intertropicais, ampla autonomia energética para todas as localidades, velho sonho de sistemas políticos que procuram a igualdade de oportunidades para todos. Ou seja, dá-se no caso de localidades de uma mesma região climática; mais intensa ela é porém, quanto mais próxima do Equador.

As superfícies mais acessíveis, aptas para captar essa energia, são as folhas de árvores e arbusos, pelo processo de fotossíntese. Elas existem na natureza como partes de harmoniosas estruturas verdes em três dimensões, que delas — mesmo as de um só arbusto — formam extensas áreas em duas dimensões, que operam, porém, na realidade, no espaço tridimensional. Nos trópicos úmidos existem folhas com mais de dois metros e meio de comprimento! Quanto maior a superfície exposta à radiação solar, maior a quantidade de energia captada e armazenada nos hidratos de carbono. São essas substâncias químicas as principais responsáveis pelo armazenamento da energia provinda do Sol e pela fixação e regulação na ecosfera do ciclo do carbono, elemento químico essencial à vida.

A capacidade de fotossíntese das plantas supera as dificuldades de armazenamento energético de origem solar. Nesse processo, dá-se reação química endotérmica - que capta e armazena a energia de origem solar -, formando os hidratos de carbono, base da biomassa, ao fixar o carbono (C) da matéria orgânica decomposta, o oxigênio (O2), e o anídrio carbônico ($CO^2$) do ar e a água (H2O). São eles os açúcares, amidos, óleos vegetais, celulose e hemi-celulose, todos eles formas químicas eficientes no armazenamento energético solar e base para a formação de largo espectro de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos derivados.

**Assim, nos trópicos, a partir da biomassa, é possível obter-se formas energéticas renováveis, desde a calorífica até formas mais nobres, como combustíveis líquidos de elevados níveis de octanas e septanas, em quantidade suficiente para abastecer o mundo.**

Sendo essa hipótese irretorquível e na ausência de outras alternativas energéticas extensivas, permanentes e limpas do ponto de vista ecológico,

as regiões temperadas e frias do planeta dependerão no futuro de abastecimento energético dos trópicos, onde se localizarão as civilizações permanentes e ricas, tendo por fundamento energético os hidratos de carbono, como concentrado armazém de energia solar, fonte geradora de formas energéticas sólidas, líquidas e gasosas, como vimos.

Ante essas evidências fica uma dúvida no ar: se é assim, por que não ocorreu antes o papel preponderante dos trópicos no campo energético? Duas são as razões que explicam esse fato.

A primeira deve-se a que o surgimento de sociedades altamente consumidoras de energia começou a ocorrer com a primeira revolução industrial, nos séculos XVII e XVIII, mas, somente no século XX, com o surgimento do petróleo, esse pôde tomar as proporções a que estamos nos referindo. Assim, no passado, as regiões temperadas e frias conseguiam suprir suas demandas energéticas, que eram limitadas, inclusive pela ampla miséria então existente. Mesmo assim, utilizaram os trópicos para a produção de alimentos de alto conteúdo calórico, como o açúcar, por exemplo.

Nos grandes impérios, como o de Gengis Khan e o romano, ou nas civilizações do Oriente Médio e da Grécia, usava-se fartamente a energia muscular do homem, pela escravidão. A maioria das guerras tinha entre seus objetivos o de fazer prisioneiros para transformá-los em escravos, fonte indiscutível de riqueza, concreta riqueza energética.

No caso do império ibérico — Espanha e Portugal -, e particularmente no período de dominação árabe — sob muitos aspectos responsável por amplo processo civilizatório na Europa medieval —, embora tivesse havido exploração da escravidão, ela se deu em proporções bem menores, pela abundância energética solar, embora não tropical, especialmente no sul da Península. O ressurgir da Inglaterra coincidiu com o uso intensivo do carvão mineral, forma energética fóssil concentrada.

É importante lembrar que a abominável escravidão negra na América Tropical teria sido dispensada se houvesse o domínio tecnológico que permitisse o aproveitamento da abundante energia aqui disponível. A energia muscular do negro garantiu, por exemplo, a produção de açúcar - alimento de intenso poder calórico -, enviado em grandes proporções para a Europa, região com naturais carências energéticas.

A segunda razão, mais ponderável que a primeira, deve-se às condições de impenetrabilidade das regiões tropicais para o branco europeu, pela grande variedade genética nela, existente (cerca de 80% do patrimônio genético do planeta) e pelas excepcionais condições ambientais para o desenvolvimento de imensa variedade de espécies. Nessas regiões, portanto, o indivíduo fica exposto a múltiplas doenças tropicais, o que praticamente confinava o ho-

mem a viver ao longo da costa. Ainda nas primeiras décadas deste século, a região do vale do rio Doce, por exemplo, hoje uma das regiões mais industrializadas do país, era inacessível. Foram as descobertas da penicilina e dos antibióticos que abriram o continente tropical brasileiro para a fixação organizada e segura da vida humana não nativa, salvo exceções destacadas no Centro-Oeste, Cuiabá e outras localidades, bem mais ao sul do Equador.

**Essa razão é tão ponderável que podemos dizer que a nação Brasil-Continente nasceu para a plenitude, já bem avançado o século XX. Ademais, a causa desse então insuperável constrangimento é precisamente a imensa riqueza genética dos trópicos, com papel primordial nos processos produtivos do próximo século — energético, alimentício, famacêutico e dezenas de outros setores. É a abundância e a enorme variedade de espécies nos trópicos, especialmente nos trópicos úmidos, que torna a vida tão competitiva. Assim, até recentemente, era muito difícil para o não nativo lá estabelecer-se de modo permanente, sem um confronto não protegido com grande multiplicidade de outras espécies competitiva com o homem.**

Foi o mestiço do português com o indígena que realizou essa extraordinária proeza de penetrar o trópico úmido. Outros tentaram e fracassaram, como o exemplo descrito por Viana Moog em *Bandeirantes e Pioneiros*: centenas de famílias ianques fugindo da guerra civil norte-americana tentaram radicar-se na Amazônia. Não deixaram, porém, vestígio de sua presença.

A superação do subdesenvolvimento exige que recursos concretos disponíveis no país sejam utilizados na criação de uma estrutura produtiva que, gerando novos recursos, torne o processo auto-sustentado e capaz de renovar-se e adaptar-se à sua própria evolução.

### 3. *Crescimento dependente como antítese do desenvolvimento. Novo modelo de ocupação territorial e novo valor estratégico para a terra. Câmbio na estrutura que leva ao poder de âmbito mundial*

O modelo de crescimento econômico brasileiro tentou reproduzir, por imitação, modelos referentes a realidades diferentes da nossa. Eles demonstraram-se no entanto inviáveis, pois exigem a mobilização prévia de recursos financeiros não disponíveis em nosso meio. Criam assim perversa dependência, em contrapartida a outros recursos abundantes, estratégicos e alternativos, de controle local. Esses modelos de crescimento econômico dependente contrapõem-se, deste modo, ao desenvolvimento do País, em antítese aos objetivos permanentes da sociedade.

Lamentavelmente, as teorias econômicas confundem crescimento econômico com desenvolvimento, o que leva a resultados conflitantes com os interesses nacionais.

O estabelecimento de uma estratégia energética baseada em nossas potencialidades tenderia a orientar a expansão e diversificação de variados setores industriais, visando à organização adequada do espaço econômico nacional, com ordenação conseqüente da vida social, sem desnecessárias vulnerabilidades tecno-ecológicas induzidas por esquizofrenias decorrentes do livre mercado e da globalização.

A geração de energia de origem nuclear, tal como definida no início dos anos 70, por exemplo, tende inevitavelmente a agravar as atuais distorções do modelo, pela concentração do poder econômico; aumento da dependência externa e desequilíbrios internos; vulnerabilidade tecnológica, altíssimo custo de geração e elevado nível de insegurança e risco.

O capital financeiro envolvido na utilização energética da biomassa é incomensuravelmente menor quando comparado com o que é necessário para o uso das formas convencionais de energia, e menor ainda do que com a enrgia nuclear. As estruturas industrial e tecnológica necessárias podem ser desenvolvidas no contexto brasileiro sem dificuldades, utilizando-se para isso recursos existentes, em parte imobilizados, regionais e locais. Eles são basicamente terra, água e mão-de-obra, abundantes e subutilizados. Esta porém é a causa das dificuldades para o desenvolvimento desta forma de energia.

Mais que uma alternativa energética de porte planetário, a biomassa pode constituir a base de um processo de desenvolvimento tecnológico agro-industrial auto-sustentado, porque baseado em dados concretos da realidade nacional e na integração do homem ao seu hábitat natural, em harmonia com o meio econômico.

Para exemplificar o que acabamos de dizer quanto à imensa potencialidade dos trópicos no campo energético, assinalemos algumas grandezas retiradas da experiência brasileira, sem dúvida a mais avançada no mundo nesse estratégico setor, a partir dos trópicos, via biomassa:

- Nos atuais patamares tecnológicos, 30% de nosso território não são aptos para a agricultura, mas sim para florestas. Tomando índices de eficiência (toneladas/hectare) também atuais, podemos produzir nessa área, todos os anos, com o plantio de florestas energéticas, o equivalente à energia calorífica que resulta da queima de dez bilhões de barris de petróleo, ou seja, um pouco menos da metade das atuais reservas de petróleo dos EUA, com a diferença de que estas são decrescentes, e a energia da floresta tropical pode ser renovada de modo permanente;

- Entre centenas de óleos vegetais tropicais aptos para a substituição do óleo diesel derivado do petróleo, o do coco de dendê pode produzir só na Amazônia Brasileira cerca de seis milhões de barris por dia desse óleo combustível, ou seja, quase a produção de petróleo da Arábia Saudita, antes do embargo sobre o Iraque. Os motores Elsbett, de ciclo diesel, que usam esses óleos como combustível *in natura*, conseguem percorrer, em estrada, 40 quilômetros por litro de óleo vegetal. Rudolph Diesel desenvolveu o ciclo termodinâmico que leva seu nome usando óleo vegetal de amendoim. Mesmo na Alemanha, situada em regiões temperadas e frias, pretende-se substituir os derivados do petróleo na agricultura por óleos vegetais - girassol e colza - produzidos na Europa Central;

— Com a eficiência já alcançada pelo Programa Nacional do Álcool (Proálcool), em 1987 e com apenas 1% do território brasileiro, poder-se-iam produzir 800 mil barris de álcool etílico por dia, a partir da cana-de-açúcar ou da mandioca; ou seja, cerca da produção brasileira de petróleo em 1996, na forma de combustível mais nobre, que substitui com vantagens a gasolina;

— Com o carvão vegetal obtido com menos de 3% de uma exploração florestal compreendida em um raio de 100 quilômetros pode-se, usando-o como combustível e como redutor, operar uma usina siderúrgica com uma capacidade de produção de um milhão de toneladas de aço plano por ano.

— Nos 150 milhões de hectares do estado do Amazonas, avalia-se a existência de pelo menos 4,5 bilhões de metros cúbicos ($m^3$) de madeira bruta, em toros, o que, com valor médio entre 50 e 70 dólares o $m^3$, significa um patrimônio disponível bruto, possível de ser várias vezes agregado, em valor de aproximadamente US$ 300 bilhões, renovável caso as autoridades cumpram seu dever de impedir a devastação.

Ainda como exemplo, entre muitos outros, estima-se que o potencial nativo de coco de babaçu, em cinco estados brasileiros, situa-se na ordem de uma dezena de milhões de toneladas de coco por ano, o que poderia, em princípio, produzir as seguintes quantidades de combustíveis derivados: 6,3 milhões de barris de álcool etílico; 2 milhões de toneladas de coque vegetal de excepcional qualidade; 4 milhões de barris de óleo vegetal, substituto vantajoso do óleo diesel de petróleo; 2 bilhões de $m^3$ de gás combustível e ainda cerca de 1,5 milhão de toneladas de combustível sólido primário.

**Tornar realidade a biomassa como fonte alternativa ao petróleo promoveria a criação de muitos milhões de empregos no campo e a valorização do homem no meio rural; a descentralização da economia; a ocupação estratégica do território com o uso de vantagens comparativas disponíveis no espaço geo-econômico do continente**

**brasileiro; incentivo a iniciativas econômicas locais de importante valor estratégico; promoção do autodesenvolvimento; redução de aparentes dependências insuperáveis dos centros urbanos e do exterior; desinchamento das megalópoles, com redução drástica dos insustentáveis níveis de insegurança, além da redução de custos e até o desmonte de gigantescas estruturas policiais e demais custos decorrentes de um estado de permanente beligerância de milhões de seus habitantes, que não têm outra alternativa senão viver na delinqüência. Esses seriam alguns dos resultados principais de uma nova matriz energética centrada em fontes locais, permanentes, abundantes e limpas.**

A opção, em país continental como o Brasil, por fontes de energia distribuídas de modo eqüânime, levará à reversão do efeito centralizador do atual modelo e tornará viável uma ocupação mais uniforme do território pela população, permitindo, com isso, uma melhor organização econômica, social e política do País.

Abre-se, assim, a possibilidade de romper o círculo vicioso da produção centralizada de energia, que visa a atender quase exclusivamente a grandes concentrações populacionais, o que acentua as elevadas dimensões e concentração dos investimentos. É exemplo paradigmático disso a região de Cubatão, cuja lógica perversa e desumana impede o desenvolvimento harmônico do Brasil como um todo.

**O uso extensivo da biomassa como forma armazenada de energia solar leva, obrigatoriamente, a um novo modelo de ocupação do território continental brasileiro que conduz a uma concepção civilizatória somente possível a partir dos trópicos.**

Essa proposta dá à terra um novo valor estratégico, pois ela passa a ser sinônimo de energia. Dessa forma, a própria estrutura de poder nacional tende a alterar-se, a descentralizar-se, a distribuir-se pelo território, reduzindo-se a capacidade de domínio dos atuais centros de poder urbano e monetário.

A implantação da nova matriz energética, a iniciar-se pelos imensos espaços vazios do interior do país, representa condição necessária para a viabilização e o êxito, a médio e longo prazos, de programa de extensão agrícola destinada a ocupar milhões de "sem-terra", hoje um dos mais graves problemas do país. Não se pode pensar em ocupação do território sem autonomia energética, local ou regional, somente possível com formas descentralizadas. À medida que a terra passa a assumir valor estratégico pela produção de energia, sua efetiva ocupação torna-se instrumento de preservação da soberania nacional.

Com exceção da região Centro-Sul, a maior parte do território brasileiro tem disponibilidade de energia inferior a 10% das propriedades. O Estado da Bahia mal chega a 4%, e na região Norte é menor que 2%. Os altíssimos custos das linhas de transmissão tornam muito difícil alterar esse quadro decorrente do modelo atual de grandes hidrelétricas. Esses índices são promessa garantida de estagnação para a maior parte do território nacional. O modelo energético brasileiro ajusta-se apenas para o consumo das grandes concentrações de demanda, impedindo deste modo o desenvolvimento das demais.

Somente uma mudança radical nesse modelo, procurando formas energéticas descentralizadas, possibilitará o desenvolvimento harmônico do País. Também os gigantescos investimentos financeiros necessários à construção dessas hidrelétricas e, principalmente, das linhas de transmissão delas decorrentes, tornam esse modelo desastroso. Ele freia o desenvolvimento atual e futuro de imensas extensões territoriais. Por trás dele estão as grandes empreiteiras, as transnacionais fornecedoras de equipamentos pesados e os banqueiros, que tiram a parte do leão dos empréstimos para a realização dessas grandes obras. Esses "patrões", que dominam o *lobby* político brasileiro, têm a seu serviço um "exército" de agentes em posições chaves no Executivo e no Legislativo.

No modelo de uso da biomassa, associada à forma autônoma de ocupação da Terra, às necessidades energéticas e alimentares da população, evidencia-se uma opção que permite implantar pujante civilização nas outrora abandonadas e impenetráveis regiões tropicais.

Um quilo de grão fornece — direta ou indiretamente — ração básica para uma pessoa/dia. Nesse caso, uma tonelada poderá alimentar três pessoas/ano, e um hectare, produzindo em média duas toneladas/ano, pode alimentar seis pessoas/ano. Dessa forma, a população brasileira, com cerca de 150 milhões de habitantes, pode ser alimentada por uma área de aproximadamente 25 milhões de hectares, o que equivale a cerca de 3% de nosso território.

Desta forma, depois de garantir alimentação básica para seu povo, o Brasil disporá de 97% de seu território para outros fins, como suprimento de suas necessidades energéticas e a produção de excedentes agrícolas e de energia para exportação.

Tendo por base essas grandezas, documento formal da Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio, em 1987, de título "A Energia da Biomassa - Alavanca para uma Nova Política industrial", afirma:

*Os Trópicos poderiam prover praticamente todas as necessidades mundiais de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, assim como de eletricidade, por tempo indeterminado. Ou seja, pelas potencialidades econômicas, sociais e políticas, a biomassa pode constituir o principal polo de autodesenvolvimento do mundo tropical e, em mais longo prazo, poderosa alavanca de câmbio das estruturas de poder mundial.*

# V

# Bases Para Uma Estratégia

## 1. *Papel crucial do Brasil no futuro da humanidade. Neoliberalismo, processo intervencionista de natureza colonial e efeitos genocidas. Alma nacional e Auto-Estima.*

O território continental do Brasil detém parcelas importantes das regiões intertropicais e, ponderável parte dos trópicos úmidos do planeta, e reúne condições naturais extraordinárias para desempenhar importante papel no futuro da Humanidade.

Não dispondo de desertos ou geleiras eternas, com extensas disponibilidades de terras férteis ainda não utilizadas, em cujas partes tropicais podem-se obter várias colheitas ao ano; cerca de 22% da água doce do planeta e 80% do seu patrimônio genético; variadas e muito significativas reservas de minerais estratégicos; ampla estrutura industrial e consolidado sistema educacional básico, de fácil aprimoramento e ampliação, o Brasil estará predestinado a exercer esse papel, se o seu povo vier a estabelecer estratégias de afirmação e ação compatíveis com suas potencialidades, dimensões físicas e legítimas aspirações.

O Brasil tem assim base física de recursos naturais indispensáveis para a construção de incomparável civilização: estrutura produtiva de porte, exigindo entretanto redirecionamento para servir aos interesses do seu povo; sofisticada origem cultural que tem suas raízes nas civilizações que se desenvolveram ao longo do mar Mediterrâneo, do Leste para o Oeste, enriquecida por contribuição indígena de vida nos trópicos, pelo humanismo e capacidade de trabalho dos descendentes da raça negra e de importante fluxo de imigrantes vindos de vários continentes. É de destacar a integração das diferentes culturas e raças miscigenadas. As mais diversas contribuições só fizeram enriquecê-la. O país forma assim coletividade vital que, se compatibilizado e orientado por Projeto Nacional, levará de modo inexorável a importantes realizações civilizatórias.

Nação generosa, aberta a todos, o Brasil tem dado contribuição incomum de tolerância entre raças, pela ampla miscigenação de seu povo, lamentavel-

mente rebaixada por intolerável distribuição de renda. A heterogeneidade de sua composição e das características culturais de base, certamente retardou de alguma forma sua dinâmica coletiva. Entretanto, é precisamente essa diversidade, já compatibilizada com um profundo sentido histórico comum, que lhe dá incomparável pujança e legitimidade.

Evoluiu entretanto sob o árduo tacão do colonialismo, que durou séculos, inicialmente pela colonização portuguesa e, a partir de metade do século XVII, pela subjugação de Portugal pelas armas por Cromwell, no implacável colonialismo mercantil inglês. Isso dificultou a libertação de seu povo, que estava sendo conquistado para o esforço coletivo de um Projeto Nacional desde o início dos anos 20 deste século e que, 70 anos depois, perde-se em avassalador processo intervencionista de natureza colonial. Essa intervenção aliena e corrompe os dirigentes e torna-os servis veículos pela omissão ou pelo comportamento de procônsules das metrópoles hegemônicas. Isso permitiu a implantação de uma ditadura financeira que coloca a economia brasileira em uma armadilha, impossível de ser superada dentro do sistema que a gerou.

A transferência do controle de patrimônios nacionais estratégicos para grupos internacionais, que vem se processando ao longo do período Collor-FHC, prenuncia o pior pois sem patrimônio não existe pátria.

É essencial, portanto, para a construção de um projeto de nação compatível com nossas potencialidades e aspirações, a libertação das amarras neocoloniais que submetem o Brasil à condição de país periférico, sem poder de decisão, sem soberania e que mantém parte importante de seu povo em nível abaixo da miséria.

Com imenso potencial de riquezas naturais e mercado interno de grandes proporções ainda não aproveitado, o Brasil detém os elementos essenciais para um amplo e permanente processo de desenvolvimento. Mas o País tem no sistema financeiro o instrumento mais eficaz de submissão e alienação, e na classe dirigente, o centro de ilegitimidade e fraqueza, como vimos demonstrando ao longo deste livro.

Ademais, dispomos de quadros técnicos preparados em quantidade e em qualidade, em geral subutilizados e de uma estrutura produtiva de porte, embora em parte desativada e submetida ao desmonte; pecamos entretanto pela dependência de pacotes tecnológicos externos, intrínseca ao modelo econômico. Ainda assim o Brasil temos as condições de reorientar a economia para levar avante a construção de projeto de sociedade compatível com o papel que devemos desempenhar entre os povos que preservaram a dignidade. Nosso caminhar, embora incipiente e com percalços, pode ser dirigido para claros objetivos

futuros. Essa realidade ficou evidenciada entre as décadas de 20 e 50, quando estava em marcha a estruturação de um Projeto Nacional enraizado no que é nosso.

Essas circunstâncias favoráveis, já dificultadas pela natureza dependente do modelo econômico, estão, no entanto, sendo desmontadas por processo de demolição do Estado — até aqui o motor do desenvolvimento brasileiro, enquanto houve soberania neste século — levado a cabo com o suporte ideológico neoliberal, que visa à irresponsável globalização, implantada com requintes de traição nacional.

**Políticas econômicas exacerbadas na direção antinacional pelo neoliberalismo desde 1979 visam a impedir a ampliação do mercado interno, bem como o uso e a valorização crescentes de nossos abundantes recursos naturais estratégicos. Elas buscam o desemprego e o subemprego; o desmonte das estruturas em mãos nacionais, estruturas que foram construídas em mais de meio século de sacrifícios; a recessão; a dependência tecnológica e tudo aquilo que atue na mesma direção, como políticas de restrição ao crédito, juros astronômicos, taxas de câmbio artificiais contrárias a nossas exportações; e fantásticas transferências de recursos financeiros e patrimoniais para banqueiros, especuladores e máfias nacionais e internacionais.**

O aparente freio à inflação promovido pelo Plano Real funciona apenas como álibi transitório que desvia as atenções do que realmente se pretende fazer a médio e longo prazos. São já dezenas os planos financeiros apresentados como de combate à inflação. Todos eles, após períodos eventuais de tempo mais ou menos variáveis, irremediavelmente fracassam, enquanto a economia física e a soberania afundam de modo sistemático, aumentando a dependência e o esfacelamento nacional.

Por mais incrível que possa parecer, essas políticas têm como justificativa o "excesso de demanda". Em 1995, 42 milhões de seres humanos com vida em nível abaixo da miséria eram, cerca de 30% da população, que, em 1997, já sobrepassou os 50%! Para encobrir as verdadeiras dimensões da tragédia, inventou-se a categoria dos "excluídos" para designar parcela crescente da população que não entra nas estatísticas. Não são eles por acaso seres humanos? Desta maneira, afora a monstruosidade implícita desse conceito, conseguem-se transformar índices sociais em valores "razoáveis", embora falsos, para uma opinião pública condicionada. Com essa montagem cínica, o desemprego alcança apenas 5% da população na idade ativa, porcentagem muito abaixo dos índices das nações centrais!

As razões de fundo para essa dinâmica de destruição, de origem basicamente externa, são o próprio potencial que representamos para o futuro da humanidade e que outros, nas circunstâncias, mais poderosos, prepotentes e agressivos, nos querem subtrair. Para isso, interesses hegemônicos, associados a uma elite local invertida, subdirigente do processo, atuam de modo crescente a partir de dentro das instituições nacionais, minando seus objetivos permanentes, deformando a verdade, corrompendo, enganando e tornando impossível a existência do que se convencionou chamar opinião pública.

Sem alternativas e sem a presença do contraditório, a população fica descrente de si mesma, do que representa, e entrega-se ao que lhe é apresentado como inevitável, transformando-se assim em massa passiva de manobra, de fácil manipulação. Os mentores dessa dinâmica excluem, de modo sistemático, todos aqueles que representam a dignidade, o interesse e o pensamento nacionais.

Essa ação processou-se de modo crecente desde 1979, em programada perda de auto-estima, especialmente dirigida aos mais jovens. Hoje, alienante sentimento antinacional é amplamente difundido entre intelectuais e aquinhoados, bases das citadas lideranças invertidas.

Sobre essa questão, diz Mauro Santayana:

> *De repente as pessoas se sentem privadas do direito de planejar o seu próprio cotidiano. Mais do que expropriadas de sua vontade de ser e de crescer. Para recuperar o direito à vontade, que é o sinal identificador da espécie humana, é preciso recuperar a alma.*
>
> *Como recuperar a alma individual, se não for no reencontro da alma nacional? E como dar consistência à alma nacional, sem a estrutura vertebral do Estado? O Estado nacional é a conquista histórica da razão, e sem ele não há justiça. Seu eventual eclipse ante a vaga e tenebrosa nova ordem mundial, fundada na divinização do mercado, porém, é transitório.*

Sobre a Nação, ouçamos Renan:

> *Uma nação é uma alma e um princípio espiritual. Duas coisas que, na realidade, são uma só: uma se encontra no passado, outra no presente. Uma é a posse comum de uma rica herança de recordações, outra é o consenso atual, o desejo de convívio, a vontade de fazer valer a herança recebida em conjunto. A nação como o indivíduo, é o ponto de chegada de um longo passado de esforços, de sacrifícios, de dedicação.*
>
> *Na realidade, uma nação nunca está feita. Nisto diferencia-se de outros tipos de Estado. Uma nação está sempre ou fazendo-se ou desfazendo-se.*

> *Ou está ganhando adesões ou as está pedendo, conforme seu estado apresente ou não uma ação vivaz,* diz Ortega y Gasset. E acrescenta: *Vejo no Estado nacional uma estrutura histórica de caráter plebiscitário.*

A vida humana é uma constante preocupação com o futuro. Por isso viver é sempre, sem pausa e sem descanso, fazer. Ou seja, o fazer é realizar um futuro. E nada tem sentido para o homem que não seja em função do futuro.

> *O homem nada mais é que uma gota na imensidão de uma nuvem viageira. Por isso, todo homem, nos projetos de seus próprios atos, dirige antes um olhar para seu País, para a coletividade na qual está inserido. Esse olhar pode ser mais ou menos consciente e claro, mas nunca falta, seja o homem um lavrador ou um intelectual,* — aprofunda Ortega y Gasset.

Relembrar esses conceitos e refletir sobre eles está se tornando essencial na realidade brasileira atual.

As ideologias predominantes neste século, com origem no século passado, que serviram a interesses das duas superpotências, dividiram-nos por mais de 60 anos, impedindo que cuidássemos prioritariamente dos nossos interesses e pudéssemos construir e consolidar as bases de algo compatível com nossa cultura, nossa realidade física, nossos interesses e nosso futuro. Esses são os ingredientes essenciais para retomarmos a construção da Nação brasileira.

### 2. *Pensadores e ideólogos da causa nacional. Vorazes aves de rapina nas finanças e na mídia. Bretton Woods e o modelo dependente. Saber o que fazer*

Não faltam pensadores e ideólogos da causa nacional, do Patriarca da Independência a Barbosa Lima Sobrinho, passando pelo mártir Tiradentes. Nossa literatura é rica em livros fundamentais, enraizados no que somos, e que nos descrevem como uma comunidade continental, com características próprias. São identificadas em nós, bases sólidas para uma grande civilização, a primeira dos trópicos. Nossos clássicos consolidam essas idéias em: *Os Sertões, Casa Grande e Senzala, Raízes do Brasil, Formação do Brasil Contemporâneo*, entre outros. Nossos historiadores mais sagazes e comprometidos com a verdade assim o atestam, como Manoel Bonfim, Silvio Romero, José Honório Rodrigues e Nelson Werneck Sodré, por exemplo. No campo político, além do Patriarca, muitos tiveram profundo sentimento nacional, como Rio Branco, José de Alencar, Floriano Peixoto, Ruy Barbosa, Arthur Bernardes, João Mangabeira e Getúlio Vargas. Par-

lamentares como Gabriel Passos, Euzébio Rocha, Teotônio Vilela, Freitas Nobre, Alencar Furtado, Leonel Brizola, Chico Pinto, Vieira de Melo, Oswaldo Lima Filho. Diplomatas, como Oliveira Lima, Araújo Castro, Miguel Osório e Bezerra de Menezes. Industriais como Mauá, Delmiro Gouveia, Roberto Simonsen e Severo Gomes. Entre os militares, Horta Barbosa, Estilac Leal, Casimiro Montenegro, Leitão de Carvalho, Álvaro Alberto, Tasso Fragoso, Felicíssimo Cardoso, Paulo Vítor, Roberto Gama e Silva, Hélio Lemos, Moreira Lima, Francimá Máximo, Adalto Barreiro, Sérgio Ferola e o emblemático A. C. de Andrada Serpa, da mesma têmpera e visão nacional que seu ancestral José Bonifácio de Andrada e Silva. Juristas como Victor Nunes Leal, Hermes Lima, Paulo Bonavides, Antonio Celso, Bandeira de Melo, Marcelo Lavanere, Aristides Junqueira, Osny Duarte Pereira, Evandro Lins e Silva e Josaphat Marinho. Entre os poetas e escritores, Gregório de Matos, Castro Alves, Gonçalves Dias, Olavo Bilac, Euclides da Cunha, Tobias Barreto, Monteiro Lobato, Alberto Torres, Câmara Cascudo, Cézar Ferreira Reis e Alceu Amoroso Lima. Nas artes, Portinari, Humberto Mauro, Villa Lobos, Glauber Rocha e Oscar Niemeyer. Na ciência, Oswaldo Cruz, Mauricio Rocha e Silva, César Lattes, Luis Hildebrando Pereira, Mário Schemberg, Aziz Ab'Saber e Rogério Cerqueira Leite; Para nossa honra, a lista é infindável! No Brasil contemporâneo, o número é imenso; na atualidade, porém, estão emudecidos pela grande mídia, que lhes decreta a "morte civil" em plena criatividade intelectual, nestes tempos em que uma cínica e implacável censura chegou a níveis jamais vistos para tudo aquilo que represente os interesses e a cultura nacionais.

No lado antinacional, infelizmente, a lista é grande, pela nossa prolongada subjugação a centros hegemônicos. A ambição desmedida de estar do lado do poder destempera os fracos e facilita a alienação das mentes levianas. A maioria, no entanto, caracteriza-se pela falta de coragem e de caráter. Por isso não merecem citação. O ralo da história deles se encarregará...

A ação dos traidores é patrocinada com recursos financeiros fartos, públicos e privados, usando as próprias instituições do Estado, já deformadas pelo neocolonialismo e controladas pela ditadura financeira. Em contraponto, a penúria é imposta pelo regime aos que defendem o País. O domínio externo então se estabelece, quando não há o controle das mentes e o medo às represálias a todos envolve e domina. Essas ações minam as instituições e levam-nas ao descrédito. Isso vem ocorrendo com o Executivo, o Legislativo e o Judiciário e, em particular, com as entidades públicas em geral, universidades, Forças Armadas e todas as instituições essenciais à existência de uma nação organizada. Poucas são as que conseguem resistir. Em estado de impotência induzida, terminam comportan-

do-se servilmente, mesmo quando ameaçadas, e sucumbem a interesses antinacionais, cujas ações não têm limites, nem escrúpulos.

Nos setores privados nacionais, os efeitos são ainda mais devastadores. As principais organizações que deveriam representar legítimos interesses nacionais e defendê-los — da indústria, da agricultura e do comércio, por exemplo — atuam com ostensiva insensatez, em marcha acelerada para o suicídio em tudo o que é nacional, comandadas na aparência por figuras insignificantes, prepostos de interesses externos ou reféns da ditadura financeira.

Não é possível porém continuar nesse estado de insanidade. Resistências estão se formando, ainda que em estado de perplexidade e de ira — mas agem isoladamente, sem organização compatível com as circunstâncias. A dificuldade principal é decorrente de intenso marketing, dirigido pela grande mídia, que visa a atingir a mente da maioria, coagindo-a e impedindo a reflexão sobre a realidade. Mente-se de modo permanente, desde o presidente da República, que dá o exemplo e paga a conta da veiculação da mentira com o erário, ao "âncora" da televisão, profissional que ganha uma fortuna para fazer a cabeça das pessoas com mentiras ou meias-verdades, em afronta à própria função que exerce. O lema da grande mídia é o faturamento, e não a informação e muito menos a cultura. Como é natural, há exceções que correm o permanente risco de demissão, como tem ocorrido de modo sistemático. Só tem ampla e entusiástica acolhida nesses meios de comunicação de massa a divulgação do que é contra a nação brasileira, sem alternativas.

Tal é o poder sinistro que possui o lado visível do sistema que nos domina, que consegue eleger para presidente da República quem cumpre servilmente o que lhe é determinado de fora. Quem já elegeu um despreparado e outro que renunciou a seu passado é capaz do pior. Tais façanhas são geralmente precedidas de enxurradas de "verdades absolutas" com que o eleitor é sistematicamente bombardeado, sem possibilidade de contraditório. O eleitor é levado assim a crer em uma mítica funcionalidade que só muito depois vem mostrar sua verdadeira face. Os livros de George Orwell descrevem essas práticas, ainda que em estágio embrionário. Não há dúvidas acerca do êxito açambarcador da mídia sobre o subconsciente coletivo e sobre a mente das pessoas. Graças a esses resultados somos tratados como idiotas! A telinha não comporta comentário ou defesa, é simplesmente unilateral, com força de tenebroso primeiro poder. Chamam a isto "liberdade de imprensa". Dão-se ao direito de agredir e desmontar impunemente nossos valores, desqualificar a decência, o bom convívio social e a própria dignidade humana! Tudo submetido ao mercado. É difícil imaginar algo

mais nefando! Nenhuma sociedade digna sobrevive aos seus efeitos. Aplica-se a essa mídia o que se dizia da saúva: "ou o Brasil acaba com a saúva ou a saúva acaba com o Brasil".

Para reverter esse quadro é essencial resgatar a auto-estima, em seguida o autocontrole e a soberania, além de assegurar de todas as maneiras possíveis — a qualquer custo — o controle de tudo aquilo que nos pertence e que nos é essencial para sobreviver, procurando recuperar a parte da população que vem se comportando como se estivesse com Aids mental, sem defesas e sem capacidade de luta. Tudo isso porém fica subordinado à possibilidade de haver a formação de uma opinião pública que resulte da consciência coletiva de nossa realidade — dificuldades atuais e prospectivas — e, como conseqüência, a consolidação de um projeto de nação, uma dinâmica coletiva que ofereça as perspectivas de um futuro de autonomia e realização desejado por todos.

Tem-se que organizar as forças nacionais para possibilitar a reconquista do que é essencial e, então, pensar-se na reconstrução do projeto que estava em marcha nos anos 20 do qual a Revolução de 30 foi-lhe parte essencial. Posteriormente, ele foi duramente atingido em sua essência pelo acordo de Bretton Woods e pelo modelo de crescimento econômico dependente, "e, finalmente, vem sendo demolido pela ideologia neoliberal, especialmente na década perdida dos anos 80, que possibilitou a avalanche antinacional dos governos Collor-FHC e, nos anos 90, chegando ao perigoso estágio atual. A intenção de destruir os alicerces desse projeto sem substituí-los por outros é objeto de declaração explícita do atual presidente da República (FHC), na forma simbólica: "o fim da era Vargas", jogando fora 60 anos de sacrifícios e realizações que visaram à independência do povo brasileiro na fase mais criativa e afirmativa da vida nacional, em que os conflitos emergiram para serem solucionados.

Os pilares iniciais da dependência, como vimos, foram montados antes, em 1944, em Bretton Woods e com o modelo de crescimento econômico dependente, na segunda metade dos anos 50. Um de seus ideólogos, não por acaso, está hoje na Presidência da República, o que explica muita coisa! A montagem da grande armadilha, porém, começou em 1979, precedida da contundente afirmação vinda do âmbito da Trilateral, via Henry Kissinger: "*Não podemos permitir um outro Japão ao Sul do Equador.*"

Antes de 1979 ainda havia resistências. Não existia o domínio monolítico da mídia, a maioria da intelectualidade não tinha ainda a cabeça condicionada pelos centros hegemônicos externos, nem estava acuada por permanente ameaça de desestabilização. O empresariado não

se apresentava com a vocação suicida atual e as Forças Armadas mantinham explícita, talvez em demasia, sua espinha dorsal. Neste último caso, a bipolaridade do poder mundial confundiu-as e, por isso, cometeram erro irreparável. O temor do comunismo, ademais, no período militar, abriu caminho para que se consolidassem no poder vorazes aves de rapina financeiras e poderosas estruturas transnacionais, que ocuparam a parte mais dinâmica de nossa economia, além da consolidação monolítica de uma mídia alienada e traidora.

A ideologia neoliberal ou neo-sofista, fundamentalista, cuidou de abalar, pela via do dogma e da alienação, as bases do pensamento nacional. A juventude mais "preparada" foi levada para universidades em centros hegemônicos para condicionar suas cabeças às teorias de acomodação aos interesses desses centros. Por intervenção externa (Projeto MEC/USAID), então, já se tinha consumado a destruição do excelente ensino secundário público, com apoio do regime.

Esse quadro apresenta, sem dúvidas aspectos assustadores. Forte resistência porém vem se ensaiando, pois é impossível manter a população indefinidamente no desconhecimento dos efeitos devastadores dessas políticas. Inicialmente ocorrem apenas explosões isoladas, ainda na periferia da sociedade, embora intensas e de certo modo perigosas — o movimento dos "sem-terra", por exemplo — elas tenderão a proliferar e ampliar-se até chegar a inevitáveis desdobramentos. O sistema acredita que pode tudo controlar pelo discurso bloqueador, com promessas vãs de objetivos opostos aos programados. Os efeitos dessas políticas porém, começam a cumprir-se, e as escamas, a cair irremediavelmente dos olhos da população, que passa a enxergar o lado verdadeiro embora sinistro da realidade. Com o bloqueio da mídia pode ocorrer o pior: a nave desgovernada, sem rumo, em aterradora tempestade, facilita profunda convulsão social, o que precisa ser evitado a todo custo. Não a tempestade — que provavelmente é inevitável e foge ao nosso controle — mas o não saber o que fazer nessas circunstâncias, ou seja, não estarmos preparados para o "dia seguinte". Embora talvez o "ponto de não-retorno" já tenha passado, as classes dirigentes declaram-se indiferentes e permanecem omissas e coniventes, usufruindo dos privilégios.

A intenção de alertar a todos dos perigos que nos ameaçam é uma das razões deste livro, mais do que a pretensão de traçar caminhos a percorrer. Para saber o que fazer nessas circunstâncias, a consciência da realidade é essencial para aqueles que ainda preservam a dignidade e não estão tomados pelo medo ou por aparente impotência induzida. É essencial ter consciência da realidade, do que realmente somos e do

papel que temos a desempenhar para com as futuras gerações, procurando salvá-las, da indignidade e da tragédia. Ou seja, procurar conhecer a "camisa de força" na qual estamos prisioneiros e que resulta de uma armadilha financeira aparentemente insuperável. Sem clara idéia do perigo que corremos, seremos colhidos de surpresa na pior das tocaias...

### 3. *Possibilidades de convulsão social. "Estados Regionais". Reações ao neoliberalismo. Destruição de 200 anos de avanços sociais. Furor competitivo. Davos, capital mundial dos* diktats *neoliberais.*

É possível que a convulsão social seja desejada pela forças antinacionais para eventualmente justificar uma intervenção externa. Sendo verdadeira essa hipótese, conflitos internos de toda natureza seriam estimulados e, se bem trabalhados, os verdadeiros vencedores somente se apresentariam no final, como "pacificadores", passando a tutelar o que sobrou do morticínio entre os grupos em litígio. Provavelmente então o país já estaria desmembrado em territórios, com o "Estado Regional" em plena operação. Terá mesmo São Paulo esse papel, tal como veiculado internacionalmente?

Que essas hipóteses sejam apenas alucinações, embora venham sendo insistentemente repetidas no País e no exterior. Assim não serão recebidas posteriormente como surpresa... A consciência do perigo felizmente é crescente e aumenta o sentimento de superação do engodo e do bloqueio monolítico das mentes. O tempo se encarregará de sanar a cegueira que irremediavelmente nos levaria aos caos.

Para que a reversão seja entretanto possível, é necessário dispor de elementos de poder e de barganha que possam fundamentar, na prática, razões de sucesso. Ou seja, elementos tirados da realidade que dêem consistência à ação, como poderoso fator que permita, inicialmente sem confronto, negociar com as forças que procuram nos dominar e que estão por trás de tudo. Evidentemente, é fundamental para isso, férrea e irreversível determinação, baseada na convicção do que somos como povo e como cultura. Os que não acreditam no Brasil, ao não tomarem postura de defesa e de luta, viram cúmplices. A omissão, no caso, é uma forma de traição. Negociadores legítimos, suportados por parcelas importantes da população, capacitados a enfrentar a adversidade, necessitam de instrumentos adequados de ação. Toda participação leal é bem-vinda, especialmente daqueles que, fazendo parte das principais instituições do Estado, não foram ainda cooptados pela insensatez do grupo que dirige a política de suicídio nacional.

Dificilmente a evolução desses acontecimentos resultará em guerra civil, pois não há interesses internos em conflitos que não sejam facilmente superados, mas há o perigo de luta promovida do exterior que use prepostos nativos e mercenários de várias origens.

As circunstâncias em várias partes do mundo começam a nos ser favoráveis, pelo surgimento de fortes reações provocadas pelo inevitável e estrondoso fracasso que as políticas neoliberais vêm provocando. Não é mais possível ocultar seus objetivos. A propaganda da grande mídia internacional já não consegue camuflar a verdade. É sintomática, por exemplo, a rejeição que a intelectualidade européia, especialmente a francesa, começa a assumir contra a ideologia neoliberal. Ela considera que essa pseudodoutrina esteja provocando a destruição de séculos de cultura e o retrocesso de 200 anos nos avanços sociais políticos e humanos da Europa.

A resistência às políticas neoliberais do governo de Chirac obrigou-o a recuar. Ela parou Paris em dezembro de 1995. Mesmo nos EUA, estão surgindo reações vindas de políticos mais audazes e de intelectuais de peso. Vejam, por exemplo, a resistência do Congresso norte-americano em relação à criação da Organização Mundial do Comércio — OMC — aprovada sob a condição de ser acompanhada por uma junta de juristas, que poderá retirar o apoio dos EUA, se os interesses do País forem feridos. A OMC é assim, uma organização que nasce sob suspeição...

*Le Monde Diplomatique*, conceituado períodico francês, vem comandando vigorosa resistência ao neoliberalismo. Em seu número de janeiro de 1996, dedica nada menos que oito páginas — envolvendo cerca de 15 longas e pormenorizadas matérias de conceituadas personalidades européias — no combate a essa ideologia, em tom de guerra declarada. Sob o título *"A grande revolta francesa contra uma Europa liberal", diz: "Pela formidável revolta social de dezembro de 1995, os franceses coletivamente, pela primeira vez, expressam sua rejeição ao modelo de sociedade fundado no economismo, no liberalismo integral, no totalitarismo de mercado e na tirania da globalização"*. Tudo isso teve reflexo na estrondosa derrota do neoliberalismo de Chirac nas eleições de 1997.

Fala-se ainda em *diktats* neoliberais do governo tecnocrático da Comissão Européia de Bruxelas, *"cada vez mais submetida às leis de mercado que provocam o desemprego e a exclusão [...] E cujos Estados nacionais passam a ser meros agentes desse mercado todo-poderoso, responsável por um sistema econômico que funciona como um cassino planetário — hegemônico na sua estrutura, explorador nas suas conseqüências e esbanjador de recursos"*. Diz ainda o *Le Monde...*: *"A Europa não terá futuro a não ser que*

*adote uma capacidade antidesreguladora, opondo-se ao principal poder desregulador: os EUA. O planeta, sob o tacão norte-americano e com a participação de todos aqueles que, na 'Comissão de Bruxelas' e outros lugares, trabalham para a criação de uma zona de livre-cambismo europeu, começou a entrar em desordem suicida. Colocar-se contra essa vontade hegemônica de uniformização, de não respeito às diversidades, é evitar que não venham a ocorrer centenas de revoluções pelo mundo [...] Se a globalização é o desaparecimento da capacidade dos Estados de regular, nós [franceses] não teremos outra alternativa senão lutar contra ela".*

Afirmando que não se constrói uma sólida economia sobre uma sociedade em ruínas, *Le Monde...*, por meio de seus celebrados articulistas, continua: *"Hoje, na era da globalização, um novo tipo de colonialismo se apresenta, não como outrora, dirigido pelos Estados, mas pelas corporações transnacionais gigantes".*

Também em Davos as idéias estão mudando. Nessa pequena localidade na Suíça reúnem-se, desde 1970, os novos donos do mundo — chefes de Estado, banqueiros, presidentes de corporações transnacionais, entre outros — para avaliar anualmente os avanços da economia de mercado, do livre-câmbio e da desregulamentação. Cerca de dois mil representantes compareceram à reunião de Davos, no início de 1996. Esse fórum econômico transformou-se "no centro do hiperliberalismo, na capital da globalização e no principal foco de pensamento único", diz Ignácio Ramonet, editor do *Le Monde Diplomatique*.

Nessa reunião porém começaram a aparecer vozes discordantes, apesar do triunfalismo de Bill Gates, dono da Microsoft, anunciando a supremacia dos EUA, ou de Haus Tietmeyer, presidente do Bundesbank, declarando que os políticos doravante serão controlados pelos mercados financeiros, ou ainda, de Helmut Maucher, presidente da Nestlé, que disse: "O importante para sobreviver no mundo é ser mais competitivo que o vizinho".

O professor Klaus Schwab por exemplo, fundador do fórum, disse: *"A globalização entrou em uma fase muito crítica, faz-se sentir cada vez mais a necessidade da volta à realidade. Pode-se temer a existência de um forte e nefasto impacto sobre as atividades econômicas e sobre a estabilidade política de numerosos países".* Ou, ainda, Rosabeth Kanter, ex-diretora do *Harvard Business Review*, que advertiu: *"É necessário criar a confiança dos assalariados e organizar a cooperação entre as empresas a fim de que as comunidades locais, as cidades e as regiões possam beneficiar-se da globalização, senão assistiremos à ressurgência de movimentos sociais como jamais vimos após a Segunda Grande Guerra".* Ou o temor de Percy

Barnevik, presidente da Asea Brown Boveri: *"Se as empresas não levantam o desafio da pobreza e da miséria, as tensões vão crescer e haverá um aumento considerável de terrorismo e de violência".*

A inquietação começa a chegar também ao coração do liberalismo. O senador democrata norte-americano Bill Bradley declarou que em razão do atual "furor competitivo", da precarização de empregos e da baixa dos salários, *"a classe média norte-americana vive cada vez pior e deve trabalhar cada vez mais para manter seu padrão de vida".*

O conhecido semanário *Newsweek*, referindo-se a 12 corporações norte-americanas que demitiram 363 mil empregados, diz: *"Foi-se o tempo em que demitir trabalhadores em massa era uma vergonha, uma infâmia. Hoje, quanto mais numerosas são as demissões mais se alegram as bolsas de valores..."* Ou afirma: *"A globalização está criando nas grandes democracias industriais uma subclasse de desmoralizados e empobrecidos".*

Se o neoliberalismo está fazendo esse estrago em nações cujas corporações mais se beneficiam dos seus efeitos, por terem lá suas sedes, fazendo parte da "Trilateral", todas presentes em Davos, o que poderemos dizer dos seus efeitos sobre aqueles países que estão pagando a conta da orgia global! Estes sofrem com a perda do controle nacional de suas principais empresas e respectivos patrimônios naturais estratégicos, com déficits cada vez maiores na relações de troca com o exterior, com gigantesco desemprego, fruto da maximização dos lucros. Tudo propugnado pelo neoliberalismo?

Na realidade, o neoliberalismo está conseguindo aquilo que o socialismo soviético jamais conseguiu em sua existência: abalar as bases do capitalismo. Em países onde este predominou longamente, começam a surgir vozes denunciando sua ação assassina ("Killer Capitalism"), conforme a revista *Newsweek*.

É sintomático também que a Igreja Católica, com sua tradição milenar — e por isso preservadora de valores que foram depurados ao longo de séculos — comece a reagir com vigor a princípios desumanos, apocalípticos, do neoliberalismo, que supõem o genocídio, já em marcha acelerada, dos mais fracos e ao aumento da estranhíssima categoria dos excluídos. A última das encíclica, *EVANGELIUM VITAE,* do papa João Paulo II, trata vigorosamente dessas questões. Falando para os países do Leste Europeu, o papa, em 1996, adverte enfaticamente para a natureza malévola dos danos do neoliberalismo.

A pseudodoutrina neoliberal é imposta por seus impulsionadores como estando baseada em dogmas irrefutáveis, fruto de revelações de

um estranho deus da morte. Conceitos que consideram supremos, como economia de mercado, competitividade e globalização, são classificados pelos "teólogos" do neoliberalismo como mandamentos de uma nova tábua da lei, diz Ricardo Petrella em *Le Monde Diplomatique*. Essa pseudodoutrina não consegue conter-se nem ante a natureza sagrada da vida e propõe sua mercantilização e controle monopolítico pela patente de seres vivos! Na realidade, os neoliberais já foram longe demais na destruição da vida e do homem!

Com a integração dos circuitos financeiros induzida pelo monopólio de emissão da moeda de referência e a tentativa de esvaziamento das funções do Estado sob a ação unificada da trilateral e da ideologia neoliberal, procura-se fazer crer que a globalização das economias nacionais é inevitável, inexorável. Na realidade, o que está havendo é uma tentativa dos países ainda hegemônicos, mas com sinais evidentes de decadência, de redivisão do mundo e de invasão das economias nacionais por monopólios, oligopólios e cartéis desses países. Para que essa tentativa tenha êxito é essencial demolir os Estados nacionais daqueles países que detêm grandes patrimônios estratégicos, capazes de superar as sérias carências que tornam impossível a manutenção do *status quo* das atuais potências econômicas.

### 4. Débâcle *do sistema financeiro internacional. Nova era de barbárie. A energia renovável e limpa dos trópicos: aríete das transformações. Subserviência do Congresso Nacional. Castração do humanismo. Inquietação no coração do liberalismo. "Ponto de não-retorno"*

A maior evidência do processo de decadência dos que dominam a economia mundial é o descontrole e a *débâcle* do sistema financeiro internacional, símbolo — embora falso — da riqueza mundial. A falência generalizada do sistema bancário, muito especialmente do setor privado, mantido artificialmente em toda parte às custas do erário, não deixa mais qualquer dúvida de que o desmoronamento global desse sistema se aproxima.

Essa *débâcle* financeira internacional, naturalmente, atinge em primeiro lugar os Estados dependentes, manipulados pelos centros do poder financeiro mundial. Esta é a razão de falar-se na falência do Estado, quando o que está ocorrendo é a criação de condições pela via financeira — a armadilha financeira — que permite a pilhagem de seus patrimônios estratégicos, sem a necessidade de dar um só tiro ou de enfrentar a resistência da população com uma eventual ocupação militar. Ela não é necessária, como evidenciou o ex-secretário de Estado norte-americano Foster Dulles.

O manto enganador da liberdade de mercado esconde a tentativa do capital monopolista internacional, hoje principalmente nas mãos de mega-especuladores, de eliminar todos os obstáculos em seu caminho. Ou seja, ampliar de modo ilimitado sua já ampla liberdade de invadir as economias nacionais com capitais financeiros especulativos e fraudulentos, e mercadorias com competitividades garantidas, de modo absoluto, pelo controle monetário global dos novos donos do mundo.

Sendo o capital financeiro, em tese, o símbolo de todas as riquezas, torna-se impossível competir, posto que ele tem o poder de esmagar quaisquer vantagens comparativas, por mais estratégicas que sejam nas economias nacionais e que não façam parte do clube fechado das finanças internacionais.

Como diz o professor Nilson Araújo de Souza, no livro *O Colapso do Neoliberalismo*: *"O que pretendem é realizar uma nova divisão do mundo, como se fora um botim conquistado; explorar desenfreadamente a força de trabalho mundial; usar até a exaustão os recursos mundiais do planeta; esmagar sem piedade os capitais menores e os dos países menos desenvolvidos; fazer e desfazer governos por todas as partes, com base no poder do dinheiro e da mídia. E tentar limpar o terreno para essa ação, por meio da depredação e conseqüente fragilização dos Estados dos países dependentes; da redução da proteção externa de suas economias e conseqüente quebra de suas empresas e da retirada dos direitos trabalhistas históricos dos cidadãos, etc."*.

E acrescenta o professor Nilson: *"o chamado neoliberalismo não é uma teoria científica, nem muito menos uma corrente de pensamento. Não chega a ser uma doutrina. [...] É o elemento central de ideologia da oligarquia financeira que domina o mundo [...].*

*O neoliberalismo é mais uma farsa do que uma ideologia. É um pseudoliberalismo. Prega formalmente a liberdade de todos para, na prática, sancionar a liberdade de uns poucos (monopólios e oligopólios internacionais). E expõe as vísceras de um sistema que diz basear-se na liberdade, mas tem de violentá-la a cada instante para sobreviver."*

Vivemos assim uma nova era de barbárie, como outras que existiram na história e que se contrapõem a períodos de esplendor da espécie humana, como analisa José Ortega y Gasset em seus ensaios sobre as gerações. Desta vez a barbárie é imposta em nome da modernidade, como se isso tivesse o dom de qualificar as ações e não fosse apenas a identificação do que é atual, o que pertence ao tempo presente, por mais negativo ou nefando que seja.

O capitalismo financeiro global procura sustentar-se sobre hipotéticas exigências técnicas, embora estas estejam apoiadas em fundamentos falsos. Trata-se de complexo edifício lógico apoiado no arbítrio do poder de emissão da moeda internacional de referência, base desse sistema. Ela somente se mantém, como vimos, pela força das armas, ao garantir até o presente (julho de 1997) a compra de petróleo. Até quando isto continuará assim?

O poder bélico das nações hegemônicas, assim, castra os demais Estados-Nações, fere os princípios do humanismo e do avanço social conquistado nos últimos 200 anos, ao subordinar tudo ao equívoco de uma falsa eficácia econômica montada no círculo cibernético estéril e vazio do poder monetário abstrato e na manipulação prepotente da "mão-invisível" do inadequadamente chamado mercado livre.

É necessário assim procurar caminhos pelos quais as decisões relacionadas com a defesa dos interesses fundamentais do País e do seu povo se façam valer, retirando-nos da armadilha em que a falsa lógica das teorias econômicas, a ditadura financeira e as manipulações de mercado nos colocaram.

O uso dessas teorias, sob o manto pseudodoutrinário do neoliberalismo, vem anulando o imenso acervo de experiências de desenvolvimento acumulado desde o final da Segunda Grande Guerra. Vem anulando também a possibilidade de uso do potencial de riquezas naturais do Brasil, em particular da mais estratégica entre elas e da qual o mundo hegemônico é mais carente em suas dotações naturais: a energia renovável e limpa dos trópicos.

**Este é o aríete que precisávamos, "dínamo" de todas as atividades humanas e da própria vida, localizado no centro do poder, em toda parte, capaz de construir as bases para uma nova, justa e poderosa civilização. Como foi visto ao longo da leitura deste livro, talvez jamais algum povo tenha tido a oportunidade histórica que se apresenta para nós, brasileiros, neste limiar do século XXI.**

Essas razões e as dimensões das questões envolvidas provavelmente explicam o crescente servilismo das elites invertidas, empurradas, no grito, por forças hegemônicas possuídas pelo desespero. Sabem certamente que o tempo corre contra elas e, por isso, procuram acelerar ao máximo a posse de nossos patrimônios e, como conseqüência, a perda irremediável da soberania nacional.

Tem sido vexatório no Congresso Nacional, na Câmara e no Senado, a subserviência dos líderes majoritários impondo urgência-urgentíssima para questões de graves conseqüências para o País, sem que quase ninguém tome conhecimento — nem eles — de seus conteúdos. Foi assim por exemplo no acordo quadripartícipe da área nuclear, na aprovação da adesão do Brasil à

Organização Mundial do Comércio e ao pacote de decisões da Rodada Uruguai do Gatt, que impôs a "lei de patentes". Aprovam leis de grande responsabilidade, que restringem claramente a soberania nacional, sem número legal de congressistas, como nas duas primeiras dessas votações e passam por cima de regras regimentais e até de princípios constitucionais etc.. Esses são apenas alguns exemplos do clima que estamos vivendo naquelas casas legislativas. Aqueles que tinham o dever de agir, omitem-se e, assim, transformam-se em coniventes dolosos...

Os que trabalham contra o Brasil, embora poderosos pelos meios que dispõem, na realidade são fracos na razão e na ética, pois sofrem de culpa. Ademais, não têm como retroceder, pois foram longe demais, passaram o *no-return point*. Entregam-se e entregam-nos à sanha de grupos externos e de seus cúmplices internos. Isso ocorreu nos casos já citados, com os monopólios constitucionais; com a perda do controle de áreas estratégicas do território - as vias de navegação de cabotgem — à livre circulação estrangeira; com o desprezo às Cláusulas Pétreas da Constituição, especialmente nos avanços sociais e humanos; com a eliminação da distinção entre empresa de capital nacional e empresa ou corporação estrangeira; com as florestas e o subsolo; com os valores éticos e espirituais; com a vida de mais de 50 milhões de brasileiros situados abaixo da linha da miséria e com nossa auto-estima, pondo em grave risco um futuro autônomo para a nação de nossos filhos.

Tudo isso ocorre precisamente quando as vulnerabilidades estratégicas das potências industriais em relação a recursos naturais, muito especialmente no campo energético, criam condições novas de dependência delas em relação a nós. É isso que querem reverter pelo domínio de nossos patrimônios inalienáveis. Esta é a interpretação prática, no caso brasileiro, das razões da doutrina neoliberal e do instrumental de ações do chamado "Consenso de Washington". As circunstâncias assim o explicam e as ocorrências o estão comprovando.

Ações dessa gravidade são comprometedoras de nosso futuro. Estariam a exigir políticas vigorosas que orientassem o esforço brasileiro na direção de montar estruturas de proteção e de defesa de nossa autonomia no campo da produção e o correspondente desenvolvimento tecnológico autóctone, como foi feito, com absoluto sucesso, embora em fase incipiente, quando da implantação do Proálcool, que foi um pequeno ensaio, representativo apenas da ponta de um imenso iceberg.

Mil e seiscentos pesquisadores e tecnólogos participaram com dedicação e competência daquela fase. Hoje deveriam ser 100 ou 200 mil. Tudo porém foi desmontado na área do Estado, o verdadeiro propugnador do

programa. Foi destruído por conta de políticas financeiras que nada resolvem, só fazem destruir — recessivas, impedidoras de atividades econômicas dinâmicas e consistentes — e estão nos levando ao desastre. Essas políticas criam o que o professor Adriano Amaral chama de "economia de cemitério". A lista de mortos não é pequena, incomparavelmente superior a qualquer conjunto de guerras recentes.

### 5. *Subsídio ao petróleo: falsa economia de mercado. Amazonas, área de conflito potencial. Dimensão do desastre por vir. Brasil, "Terra de ninguém" no campo econômico. Internacionalização da Companhia Vale do Rio Doce:crime penal militar*

A situação não é tranqüila entre os grandes consumidores de energia fóssil, pois o fornecimento é "garantido" apenas sob a égide de forte aparato militar. Países como Alemanha e o Japão, por exemplo, encontram-se em posição muito sensível ante o poder militar norte-americano no Oriente Médio. O custo desse aparato militar corresponde a subsídio de mais de cinco vezes o valor de "mercado" do petróleo que os EUA importam.

Não é por acaso que nações da região, com longa e rica história e com povos milenares, como o Irã e o Iraque, resistem a essas circunstâncias e pagam por isso elevadíssimo preço. O restante é governado por famílias de sheiks que se eternizam no poder em regime absolutista, tutelado por poder externo.

Nessas circunstâncias, há ainda quem tenha coragem de considerar esse combustível fóssil como simples *commodity,* cujo preço resultaria de uma suposta "economia de mercado". Quanta irresponsabilidade! As dezenas de milhares de civis iraquianos trucidados na última guerra do Golfo não contam, salvo para aqueles que consideram esses mortos já computados no preço do barril...

Com a redução, nos próximos anos, das reservas de petróleo de possível aproveitamento econômico e o irremediável esgotamento por vir, os conflitos irão acirrar-se nas regiões do planeta onde possam localizar-se alternativas reais a esse combustível fóssil, entre elas as regiões com alto potencial de produção de biomassa. Porém, somente as regiões intertropicais oferecem condições para suprir as demandas nas dimensões a serem substituídas.

Não é por acaso que a Região Amazônica é identificada como área de conflito potencial. Se necessário, planos já existem para sua ocupação militar pelas potências hegemônicas. Com a pseudodoutrina neoliberal, porém, ela pode ser ocupada economicamente sem dar-se um só tiro! A

ocupação da "nação" Ianomami está nesse contexto. Quando situações como essa podem ser previstas, nada substitui uma boa negociação que, consubstanciada em ações, pode evitar o pior. Negociação entretanto exige partes independentes, que chegam a acordos de interesse mútuo. Se uma das partes é incompetente ou trabalha subordinada à outra, não existe negociação, mas imposição do lado forte.

Nas atuais circunstâncias, caminhamos para um vexame histórico, que poderá nos inviabilizar como ente autônomo por um longo período, podendo ser ainda um modo de promover nosso desaparecimento. Em certas ocasiões na história, evidenciamos fatos dessa natureza, jamais entretanto em país continental como o Brasil, dispondo de imensa potencialidade de poder fazer-se respeitar. Essa situação não decorre evidentemente da classificação inaceitável de sermos uma nação constituída de abúlicos, suicidas ou irresponsáveis, ou, ainda, de uma "raça inferior", como querem muitos. Nossa história demonstra precisamente o contrário. Ela decorre de três circunstâncias claramente indentificáveis.

A primeira é a natureza de uma certa classe dirigente que, desde o período militar foi se encastelando no Poder Executivo e montou uma ditadura financeira. Ela é dirigida de fora do País e dispõe internamente de um "exército de ocupação" que faz valer suas decisões.

A segunda circunstância resulta do fato de que o quadro político dirigente é montado pela via do processo dito democrático, o qual é conduzido pelo poder que Gilberto Vasconcellos chama de videofinanceiro e que é controlado pela ditadura financeira. Ele elege o Executivo e mais de 70% do Congresso. O chamado voto popular deixou de existir, é exercido apenas por setores minoritários, com militância política.

A terceira circunstância — que dá cobertura às outras duas pelo papel de pressão e tutela que exerce — é o domínio da mídia por esse poder videofinanceiro, que transforma a opinião pública e os poderes institucionais da República em seus reféns. Ela funciona de forma monopólico, controlada, no essencial, por interesses antinacionais.

Assim, forma-se um círculo de fogo que usa a corrupção como caldo de cultura. Ademais, a mídia dá à população uma visão masoquista da realidade, como se suas análises fossem fruto do irremediável, visando a convencer-nos de que nada temos a fazer senão aceitar essa monstruosidade e, de modo inapelável, acomodar-nos aos *diktats* neoliberais.

A versão desse conjunto de circunstâncias entretanto é apresentada de modo sofisticado e enganador. A identificação da realidade porém, so-

mente aflora mais tarde e, mesmo assim, cercada de novas informações deturpadas e compondo uma nova versão, aparentemente oposta à que fracassou. No fundo, FHC é um novo engano, que segue ao engano Collor, que veio aprofundar os objetivos antinacionais não alcançados ou alcançados parcialmente na fase anterior, com uma outra roupagem e um novo discurso, pegando novamente de surpresa a consciência nacional. Os próprios processos eleitorais que antecedem cada fase seguem essas táticas e têm entre si espantosas similitudes.

Elas são intrinsecamente idênticas, embora o segundo Fernando, mais competente, tenha se aperfeiçoado nos métodos, conseguindo, por isso, o que de mais nocivo Collor não fora capaz de alcançar.

Essa mudança de método tornou-se necessária porque o primeiro teve sua trajetória truncada pela incompetência para realizar a missão que lhe fora atribuída por seus promotores externos, embora aparentasse para a população objetivos opostos. Isso era necessário, pois Collor quase levou o sistema a exibir suas verdadeiras entranhas... Por isso foi afastado e substituído por outro mais capaz... Capaz de tudo!

Evidentemente, para superar esse conjunto de circunstâncias antinacionais, torna-se necessária uma estratégia consistente que, pelo menos no início e sempre que possível, não apresente a necessidade do confronto com forças superiores. Ela deve basear-se na negociação séria e honesta, reconhecendo as dificuldades do outro lado — o poder externo — e procurando resolvê-las, o que é perfeitamente possível, com dignidade e vigor. *"São eles que precisam de nós e não o contrário"*, sempre afirmou o general A. C. de Andrada Serpa, em lúcida apreciação de homem de Estado que conheceu a realidade brasileira e mundial.

Falta porém pujante resistência organizada que junte todos os setores da sociedade brasileira que começam a sentir a dimensão do desastre por vir. Ela já atinge o setor rural, o das empresas de capital nacional que não estão prisioneiras das corporações transnacionais, as Forças Armadas e parte da juventude. Os trabalhadores urbanos, os sem-terra, os aposentados e o funcionalismo público, em particular, e os empregados das companhias de economia mista, altamente especializados e organizados, são os que até aqui tomaram posição, porque foram diretamente atingidos. Funcionaram entretanto em trincheiras reduzidas, defendendo seu quinhão de sobrevivência. Isso foi o suficiente para a grande mídia, regiamente paga para isso, jogar a opinião pública contra eles tachando-os de corporativos, "que só cuidam de seus interesses", embora os interesses que defendem coincidam com os interesses nacionais que, na realidade, dizem respeito a todos. O curioso é que o comando dessa vitoriosa e fal-

sária campanha de difamação emana precisamente das próprias corporações transnacionais, vinculadas a interesses que, pelo contrário, nada têm a ver com os da população brasileira. As razões essencialmente corporativas destas últimas jamais são evidenciadas pela mídia, o que demonstra sua parcialidade. Enquanto um lado paga e comanda a mídia, o outro não lhe tem acesso. Nessas condições, é grave que tudo aquilo que represente o interesse da sociedade brasileira seja ignorado, reservando-se toda a ênfase e simpatia para aqueles que, na melhor das hipóteses, nenhum compromisso têm com o País e seu povo.

Caberia então ao Estado, se exercesse seu papel, estabelecer a eqüidade, a justiça e até a verdade, entre outras importantes funções. O verdadeiro Estado porém está sendo demolido. O que temos é um simulacro daquele Estado definido na Constituição e que é comandado por grupo de ambição ilimitada, que afronta permanentemente os princípios constitucionais.

Para enfrentar as corporações transnacionais são necessárias estruturas nacionais equivalentes em poder. No passado essas funções foram exercidas com êxito pelas grandes companhias de economia mista sob o controle do Estado, restringindo-se às áreas estratégicas, com apenas dois monopólios constitucionais.

Para que o Brasil se torne terra de ninguém no campo econômico, essas empresas estão sendo demolidas, desmoralizadas, permitindo assim que os objetivos externos predominem. Esse projeto vem sendo executado há longo tempo, passo a passo. Posteriormente, essas empresas foram entregues ao comando de prepostos daqueles que detêm o poder no Estado e que estão a serviço desses interesses antinacionais. Quem deveria atuar a favor do Brasil como corporação, enfrentando grandes corporações externas, deixou de fazê-lo, ficando nossa economia em grave vulnerabilidade frente à poderosas transnacionais, que atuam no País do modo como desejam e em benefício das quais exercem influência decisiva os ditames da ideologia neoliberal definidos pelo "governo mundial".

Até o final da década de 70, foram essas empresas de economia mista que deram consistência à nossa industrialização, levando o País a ocupar o oitavo lugar na economia mundial. Elas construíram imensos patrimônios físicos, fruto de décadas de trabalho árduo e competente, infelizmente alguns já transferidos para setores privados de origem duvidosa. Seus quadros eram e são de funcionários e técnicos de elevada competência, em sua maioria imbuídos de compromissos com a nação. A presença atuante desses quadros, parte ponderável de nossa declinante classe média, é indiscutível no processo de reconquista nacional. Há evidentemente defecções, o sistema neoliberal tudo faz para corrompê-los ou destruí-los — com as

"privatizações", palavra que encobre ostensiva internacionalização. Mantido o regime atual, esses baluartes do interesse nacional serão demolidos pelo sistema que pretende desmontar o Brasil como Nação soberana.

A entrega das siderúrgicas de aços planos para a Nippon Steel constitui um monopólio de controle externo e, agora a da Light para o grupo estatal francês, L'Electricité de France, confirmam serem falsos os anunciados objetivos de privatizar, pois, nesses casos, houve apenas transferência de controle para setores também estatais de potências estrangeiras. Assim, o chamado Programa Nacional de Desestatização está comprometido em seus próprios princípios!

O valoroso industrial José Ermírio de Morais, pouco antes de sua morte, referindo-se ao processo de desnacionalização da indústria brasileira, disse que tal era a perversidade do processo que um dia chegaria, em que até a Companhia Siderúrgica Nacional, símbolo da industrialização brasileira, seria privatizada. Sua morte permatura poupou-o de ver a cosumação desse crime e de conhecer a natureza de seus compradores.

Há vários aspectos no chamado processo de privatização que fogem completamente aos condicionantes de uma operação mercantil. No caso da "venda" da Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, eles têm implicações profundas no futuro da Nação brasileira. Trata-se de passar o controle econômico, estratégico, político e patrimonial de gigantescos recursos naturais de natureza não-renovável para instituições mercantis, com predomínio acionário e sob o poder de grupos estrangeiros, por meio de transações também mercantis, quaisquer que tenham sido seus valores.

Assim, há que distinguir em primeiro lugar aqueles aspectos que foram objeto de "avaliação" pela Merilll Lynch e Associados e que levam em conta exclusiva e essencialmente os aspectos mercantis, como o fluxo de caixa da empresa por exemplo.

A análise desse aspecto foi realizada pelo grupo de especialistas montado pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados, criado com o objetivo precípuo de levantar os dados do "Data Room", visando a informar os interessados, eventuais "compradores", acerca do que estava sendo ofertado para venda, assim como das respectivas avaliações das partes da empresa que compõem o preço final, sempre o ponto de vista mercantil de curto prazo. Essa análise, que é do conhecimento público, por meio de ampla divulgação na imprensa, cingiu-se a critérios pré-estabelecidos pelos "avaliadores" instituídos para esse fim pelo BNDES, ou seja, pela Merill Lynch e seus associados.

Em seguida há que considerar também os bens concretos, incluídos na venda, bens patrimoniais, que não intervêm diretamente no fluxo de caixa da empresa, mesmo porque seus tempos de uso fogem às dimensões tem-

porais são consideradas nessas avaliações mercantis. Estamos nos referindo a gigantescos e estratégicos recursos minerais que serão usados décadas e séculos à frente, que não têm por isso como entrar nos fluxos de caixa da empresa. Sobre eles é impossível qualquer tipo de avaliação mercantil, posto que não se pode imaginar as características dos mercados em que eles irão ser negociados. Nesse contexto, estão partes muito ponderáveis das minas e, praticamente todas as jazidas, objeto das cerca de 7.700 concessões minerais sob o controle da CVRD. Esta deve ser a razão por que as minas foram tão subavaliadas e as jazidas não tiveram valor estipulado. Então podemos considerar que os imensos patrimônios minerais sob o controle da CVRD podem ser classificados em duas categorias: a) as reservas minerais com valor mercantil, em enfoque imediatista de mercado atual; b) as reservas sem valor imediatista e, portanto, sem valor mercantil, do ponto de vista empresarial, limitadas, no objetivo do lucro imediato e que representam a parte mais ponderável e estratégica da CVRD, de imenso e crucial valor, portanto, para a vida futura da Nação. Entregar esses imensos patrimônios estratégicos, *strito sensu*, por doação, a grupos internacionais suspeitos, é inconfundível traição ao povo brasileiro. Somente em uma sociedade à deriva — fora da lei — tal seria permitido.

Na exploração do subsolo é necessário que a empresa exploradora tenha o controle do solo, na superfície, sem o qual não poderia operar. Este é, então, objeto de negociações com seus proprietários, passando então ao controle da empresa mineradora, em definitivo ou temporariamente, de acordo com as conveniências das partes. O mesmo tipo de transferência de controle ocorre quando se trata de solo de propriedade da União. Neste caso são seguidos os trâmites legais necessários. Esta é a situação de 16 milhões de hectares sob o controle da Vale e que foram transferidos para os novos controladores da empresa. Ou seja, "a Vale recebeu da União, por tempo indeterminado, concessões que somam áreas de superfície de 16 milhões de hectares, ou quatro vezes a dimensão do território do Estado do Rio de Janeiro, em áreas selecionadas por seu potencial mineral. Partes significativas de tais concessões concentram-se na Amazônia".

A conclusão tirada da afirmação acima transcrita, cujos autores são membros do Ministério Público Federal, é de que a Companhia Vale do Rio Doce S.A., mais que uma simples empresa comercial, é uma agência governamental que não só explora as riquezas minerais existentes no subsolo, mas também é guardiã de parte considerável do território brasileiro, além de proprietária de outra parte.

Como a guarda e a propriedade são por tempo indeterminado, a alienação desse patrimônio extrapola os estreitos limites de uma mera transação

mercantil, ferindo interesses maiores de todo o povo brasileiro e sua autonomia, como nação.

Saliente-se que o decreto nº 1.204, de 29 de julho de 1994, permite a alienação, a pessoas estrangeiras, de 100% do capital votante das empresas "privatizadas".

Ainda que a alienação, no primeiro momento, não se dê em benefício de pessoa estrangeira — o que não veio a ocorrer — o certo é que, mais tarde, será possível que a totalidade das ações, ou sua maioria, lhe seja transferida, como reconhece o empresário Antônio Ermírio de Moraes, líder do Consórcio Valecom, concorrente do grupo ganhador, em entrevista aos jornais. Nela faz a seguinte afirmação sobre o grupo ganhador, antes da concorrência: *"eles se registram como capital estrangeiro em paraísos fiscais — que coisa terrível, isto deveria ser proibido — e depois eles vêm com aquela história de gestão compartilhada e tudo o mais"*. Posteriormente o *Financial Times* de Londres confirmou esses fatos, caracterizando a internacionalização.

*Alienar seu patrimônio e submetê-lo a políticas de uso, definidas no exterior, por empresas estrangeiras, acionistas majoritárias e reais controladoras do eventual grupo vencedor do leilão, constitui na verdade uma tentativa de internacionalizar parte do território nacional, em grande proporção localizada na Região Amazônica, de interesse estratégico inquestionável e sabidamente rica em produtos naturais."* (Tal conduta está tipificada como crime militar, definido no artigo 142, III, do Código Penal Militar, inserto no Título "Dos Crimes Contra a Segurança Externa do País".)

Eis o seu teor:

*"Tentar: [...] III - Internacionalizar, por qualquer meio, região ou parte do território nacional: Pena - reclusão de quinze a trinta anos, para os cabeças; de dez a vinte anos, para os demais agentes"*

E por que crime militar?

A resposta está na própria Constituição Federal, bastando que se leiam os seus artigos 142, 91 e a Lei Complementar nº 69, de 23 de julho de 1991, que atende ao disposto no parágrafo primeiro do art. 142 da Carta da República. Falam eles da finalidade das Forças Armadas, que é a "defesa da pátria (art.142)...", conforme Notícia de Crime de Ação Penal Pública impetrada junto ao Procurador-Geral da Justiça Militar, pouco antes do leilão, pelos presidentes da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), do Instituto dos Advogados do Brasil e pelo Secretário Executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz.

### *6. Relatório Newfarmer & Müller do Senado dos EUA. Corporações estrangeiras ameaçam a soberania nacional. A revisão e a reforma constitucionais. Resgate do Estado de Direito. Traidores não são confiáveis*

O famoso relatório de autoria de R. S. Newfarmer e W. F. Müller, publicado em 1975 e elaborado por solicitação do Senador Frank Church para o Senado dos EUA, e que estudou a ação das corporações de origem norte-americana no Brasil e no México, esclarece do que estamos falando, ao afirmar:

> *Os países menos desenvolvidos são mais vulneráveis à conduta das corporações transnacionais. Em primeiro lugar, as nações desenvolvidas têm empresas próprias que, rivais efetivas das transnacionais, conseguem penetrar no mercado de produtos que têm vital importância para o funcionamento harmônico da economia nacional. Isto tende a disciplinar a evolução dos preços desenvolvidos pelas suas próprias corporações transnacinais, que podem prevenir e avaliar os déficits do balanço de pagamento atribuídos a uma substancial presença estrangeira. Finalmente, possuindo instrumentos institucionais reguladores, tanto do ponto de vista político como legal, esses países conseguem reduzir os possíveis efeitos desestabilizadores provocados pela conduta das corporações transnacionais. Apesar dessas diferenças, essas corporações ocasionam também muitos danos para os países desenvolvidos.*

Continua o relatório:

> *A desnacionalização industrial progressiva tende a minar a soberania dos países. Soberania econômica não significa autarquia ou isolamento em matéria de investimento, produção, desenvolvimento tecnológico e mercado internacional, embora os governos costumem valorizar a interdependência do mundo econômico. O que é relevante, entretanto, é a autoconfiança e o autodirecionamento da capacidade industrial como resposta às necessidades e prioridades dos países. Soberania econômica significa, portanto, o controle nacional das decisões básicas que afetam a economia. Na ausência de um quadro institucional poderoso para explicitamente controlar o poder das corporações transnacionais, o enfraquecimento das empresas privadas locais dependentes, pelo aumento da presença dessas corporações estrangeiras, ameaça a soberania econômica dos países. Onde essas corporações têm penetrado e ampliado seu controle sobre a maior parte da produção, o poder de decisão, que afeta a conduta das firmas, fica transferido do capital nacional para o capital estrangei-*

*ro. A liderança dos negócios e da indústria como um todo passa a vir de fora, trazendo com isso a possibilidade de que as decisões chaves sejam mais relacionadas com a dinâmica mundial de operação dessas corporações do que com as necessidades da sociedade e dos mercados locais.*

Todos esses males passaram a ser benefícios, não para os países e os povos, mas para os novos donos do mundo, que submergem na geléia da irresponsabilidade global.

Continua o relatório:

*[...] nos países em desenvolvimento, o exercício do poder econômico pelas corporações transnacinais tem sido suplementado pelo exercício de poderes não-econômicos[...] A possibilidade de que o poder das corporações transnacionais possa ser usado como uma extensão da política externa dos EUA é certamente um temor de todos aqueles que se preocupam com o processo de desnacionalização.*

É lamentável que dirigentes brasileiros não procurem relacionar-se nas metrópoles hegemônicas com interlocutores válidos — eles existem e nos respeitam —, como é o caso do senador Frank Church. Porém, o servilismo ou recompensas espúrias, inviáveis nesse caso, não o permitem. Nos anos 70, existia a consciência sobre as questões de soberania nos próprios centros de poder hegemônico. Na atualidade, o neoliberalismo está transformando dirigentes brasileiros, que têm a responsabilidade precípua da defesa do que é nosso, em idiotas ou em "moços de recado", na melhor das hipóteses! Burrice em excesso dá para desconfiar!

As resistências que começam a se configurar encontram porém meios cada vez mais precários pelo enfraquecimento constante e generalizado de setores essenciais à vida nacional, como o tecnológico, educacional, industrial, rural, social, político, militar, cultural e humano. Em contrapartida, são fartos os recursos financeiros para promover a dilapidação do que foi arduamente construído, tendo quase sempre como origem ou como meio de destruição a ditadura financeira. Sua ação nem sempre é direta, mas sorrateira, do mesmo modo que o discurso para a população é quase sempre o oposto do que se pretende realizar. Há, porém, o contra-exemplo do BNDES, que gasta fortunas do dinheiro público para desqualificar as empresas que pretende vender.

Assim, as verdadeiras intenções não são facilmente identificadas pela opinião pública, nem mesmo por muitos entre aqueles que ocupam posições de direção. Uns são levados pela ingenuidade, outros, condicionados por seus apetites, desprezam as reais conseqüências de seus comportamentos. Há ainda uma terceira categoria, que se limita a seguir à

risca o que mandam fazer, quaisquer que sejam suas conseqüências, acreditando que assim cumprem seu dever. Entretanto, apenas são cooptados e vivem do marketing, este mal do século que, por natureza, nenhum compromisso tem com a verdade e muito menos com nossos mais legítimos interesses. É o grande promotor da mentira global, alimentada por enorme volume de dinheiro público e privado. Os meios de comunicação de massa, intrinsecamente mercantis, são os principais instrumentos dessas ações. Eles passam por cima de tudo: valores, decência, dignidade, veracidade, patriotismo, princípios consitucionais e legais, humanos, sociais etc.. Nessas condições, é impossível pedir à população qualquer tipo de reflexão ou posicionamento, pois todos somos vítimas do mesmo alienante processo "mercadológico." Somente os fatos que em geral emergem lentamente, quase sempre sem a devida clareza, conseguem evidenciar a realidade, na maioria dos casos contrária ao que é trombeteado pelo marketing. Usamos, para designar esse tipo de ações, o termo alienígena, pois não encontramos no vernáculo nenhum que tivesse sentido equivalente. O verbete propaganda não diz tudo. Esse processo não é de modo algum pautado na competência e objetiva criar condições ideais para enfraquecer-nos como povo e, como conseqüência, facilitar a desapropriação de nossos patrimônios essenciais.

Na normalidade constitucional, a legitimidade desse processo seria contestada por nossas tradições de resistência ao colonialismo, tendo à frente as principais instituições políticas e jurídicas. Na falta destas, pelas Forças Armadas, com o suporte da população. Nada disso, porém, vem acontecendo, pois o regime não o permite, ao servir a outros propósitos.

Procura-se também evitar a correlação entre essas ações, que atentam contra a Nação e o texto constitucional. Mais de uma centena de princípios da Carta Magna passam a ser letra morta ao não serem regulamentados. O descumprimento do Congresso a esse dever, passados nove anos e duas legislaturas, evidencia ostensivo desrespeito à Lei Magna.

Ademais, alterou-se, na "reforma" promovida por FHC, ilegítima e ilegalmente, no espírito e na estrutura, o capítulo econômico da Constituição. A ilegalidade dessa "reforma" foi denunciada por seminário promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, com a atribuição de analisar a questão. Um Congresso não-constituinte jamais poderia alterar a estrutura da Carta, só uma Assembléia Nacional Constituinte poderia fazê-lo, pois apenas ela teria recebido do povo tal delegação. O Congresso que realizou essa "reforma" não tinha essa indispensável delegação popular.

Também na "revisão", realizada em 1994, houve planejada malícia e ilegalidade em utilizar, para outros fins, a autorização da Constituição de ajustá-

la ao resultado do plebiscito sobre eventual mudança de regime. Foram assim realizadas alterações que nada tinham a ver com esse resultado. Como o plebiscito manteve o regime, não teria cabimento tal revisão, quanto mais para alterar aspectos da Lei Magna, o que somente seria possível por meio de uma Assembléia Constituinte. Felizmente a "revisão" fracassou. As forças antinacionais do poder econômico, porém, "trabalharam" as eleições de 94 para impedir que os parlamentares que lutaram contra a "revisão" se reelegessem, o que foi conseguido, com raras exceções.

Assim, o que tinha fracassado em finais de 1994 foi retomado, em grande velocidade, logo após o início de 1995, na nova legislatura. Para isso usaram, neste caso, a emenda constitucional que se refere a mecanismo de alteração apenas de tópicos isolados da Constituição superados pelo tempo. Foram no entanto montados pacotes de emendas que mudaram a natureza da Carta. A votação dava-se como se emendas fossem, mas fazendo parte desses pacotes; quando olhados no conjunto, feriam a estrutura e o espírito do capítulo econômico ao atingir pontos essenciais de interesse estratégico do País. Desse modo conseguiram a destruição desse capítulo.

A rapidez com que foi perpetrada tal iniqüidade deveu-se à necessidade de não permitir que a sociedade brasileira tomasse conhecimento do que o Congresso (não-constituinte) estava fazendo com a Lei Maior.

Com esse precedente, qualquer Congresso, usando o artifício de pseudo-emendas agregadas, pode alterar a Constituição a seu bel-prazer. Ou seja, a Constituição Brasileira passa a ser mutável na sua estrutura e na essência por quem não tem o direito legal nem a legitimidade para fazê-lo. Isso equivale a não ter uma lei maior de referência, escrita ou não. Cada legislatura, se assim lhe convier, criaria a "Constituição" ajustada a seus interesses, por meio de emendas agregadas, ferindo a própria razão de ser da Carta Magna, desmoralizando seu papel essencial, em um Estado de Direito.

Simultaneamente, o Congresso, ocupado em "reformar" a Constituição, não mais legislou, limitando-se a aprovar Medidas Provisórias do Executivo, estas com maior amplitude de ação do que os decretos-lei do regime autoritário. Manteve-se assim uma constituição mutável de acordo com o interesse do Executivo, com mais de uma centena de tópicos não regulamentados. O mais grave porém é que as mudanças resultam de orientações externas contidas no "Consenso de Washington", em ostensiva intervenção em questões internas, que somente um governo de ocupação se permitiria. Assim, nessas condições é difícil poder-se falar em Estado de Direito e muito menos em governo de um Estado soberano! Que diz de tudo isso o guardião da Lei Magna, o Supremo Tribunal Federal? Nada, vai de cambulhada!

O erro começou com a convocação da Assembléia Constituinte envolvendo apenas políticos profissionais, o que limitou e deformou profundamente sua natureza. A elaboração da Carta Magna de uma Nação deve necessariamente envolver a participação direta de todas as categorias da sociedade e não apenas a dos políticos que assumem suas atividades como profissão e assim são reconhecidos pela sociedade, sem que para elas fossem preparados. Naturalmente, esses "profissionais" passam a legislar em causa própria, em detrimento de setores substantivos da vida nacional. Apesar dessa deformação inaceitável para uma sociedade equilibrada, a eleição foi realizada com o objetivo de eleger um colegiado com a incumbência de elaborar uma nova Constituição para o Brasil, cumulativamente com a função de Congresso não-constituinte, o que demonstra indevida duplicidade de funções.

Tivemos, na verdade, um Congresso Constituinte, e não uma Assembléia Nacional Constituinte. Aquele é uma caricatura legal, um simulaero desta. Muitas das deformações e ilegitimidades que hoje vivemos é fruto desse grave desvio político-jurídico, que deu às legislaturas seguintes do Congresso, de modo ilegítimo, prerrogativas para titularem-se constituintes, sem a devida delegação popular, sob a égide de executivos com tendências prepotentes e partidos políticos invertebrados e corrompidos. São poucas as exceções...

A "reforma constitucional de FHC" — leia-se, do "Consenso de Washington" — ainda estava em andamento quando do término deste livro (em outubro de 1997), embora nessa fase, já se tivesse consumado a ruptura de um dos princípios da tradição política brasileira, que é o de impedir a possibildade de permanência pessoal no poder dos principais executivos, sem prejuízo da continuidade de programas partidários, que é o que deveria contar em uma hipotética boa administração, o que está muito longe de ocorrer no presente caso. Pelo contrário, trata-se de uma desastrosa administração que está levando o País à ruína!

Excluindo esse aspecto fundamental, a evolução do governo FHC assemelha-se muito com o rumo que tomou a evolução dos primeiros anos do governo de Adolf Hitler na Alemanha pós-República de Weimar. Hitler foi eleito constitucionalmente e foi alterando a base legal dentro da qual elegeu-se até irromper com a tragédia que o mundo conhece. O que distingue os dois personagens é que Hitler assumiu o governo com a economia da Alemanha destroçada e a nação humilhada pelo Tratado de Versalhes. Em apenas seis anos, Hitler transformou a Alemanha em uma potência econômica, a ponto de criar condições para equipar suas Forças Armadas para enfrentar o mundo. Segundo o dizer da época, "as mulhe-

res alemãs podiam voltar a fazer crochê", lembra Heitor Cony. Nessas condições, o povo apoiava tudo o que ele queria fazer no Parlamento, sob a presidência de Goering. Assim chegou a instalar-se como ditador. Circunstâncias opostas ocorrem no caso de FHC.

É objeto da perplexidade de muitos que questões de descumprimento de princípios constitucionais não encontrem a reação enérgica do Supremo Tribunal Federal, guardião supremo da Carta Magna. Como podemos, assim, dizer que vivemos em um Estado de Direito? E o uso e abuso pelo Executivo da emissão sistemática e generalizada de medidas provisórias, em média, duas por dia, o que são, senão ações de arbítrio?

Na realidade, tudo o que o mundo civilizado tem conseguido criar em relação ao direito dos povos e das nações, tanto no campo jurídico como no sociopolítico e institucional, sustenta a legitimidade e a urgência da resistência a esses desmandos, em todos os âmbitos. A ilegitimidade e a delinqüência estão assentadas na manutenção do *status quo* de um Estado que não respeita as razões de sua própria existência. Na realidade, trata-se de um Estado suicida que descumpre essas razões e perfaz o caminho da insensatez. Chamar isso de Estado de Direito é profunda deformação conceitual, somente explicada como repetição de exemplos históricos, relatados pela historiadora norte-americana Barbara W. Tuchman no livro *A Marcha da Insensatez*.

O objetivo central portanto, da luta de reconquista é o resgate do Estado de Direito perdido, que dê conseqüência à necessidade e urgência de regulamentar a Constituição. E começar a pensar na convocação de uma verdadeira Assembléia Nacional Constituinte, com a participação de todas as categorias da sociedade, sem o domínio absoluto dos políticos profissionais e dos advogados. Vários setores essenciais à vida nacional no mundo contemporâneo careciam de um único representante na Constituinte, mesmo que fosse para alertar seus eventuais companheiros sobre a importância desses setores. Por isso a Constituição não somente é omissa em questões cruciais, como está eivada de equívocos conceituais, quando delas cuida com timidez. É necessário destacar, entretanto, o cuidado e a atualidade com que foram tratadas em nossa Constituição as questões ambientais. Isso ocorreu por um conjunto de circunstâncias favoráveis.

A sistemática que vem sendo utilizada para se cumprir o objetivo de submeter o Estado à tutela externa, usa como principal promotor o próprio Estado, pela via da ditadura financeira — conforme previa Foster Dulles — contrapondo-se assim, frontalmente aos direitos constitucionais. Na essência, essa sistemática tem como objetivo aprofundar em primeiro lugar a condição de país periférico, visando a posteriores ações, quando a situação internacional favorecer dinâmicas mais definitivas.

Quanto às relações Norte-Sul e centro-periferia, dizendo pensar diferente, a revista inglesa *The Economist* afirma: "Durante anos o Norte ficou apreensivo com a pobreza dos países em desenvolvimento e perguntou o que poderia ser feito para amenizar a miséria. Agora, de um modo geral, o Norte não se sente mais culpado por sua riqueza, ou ansioso para ver o Sul em melhor situação; em vez disso, preocupa-se em manter sua riqueza e prefere, em geral (sem reconhecê-lo publicamente), que o Sul permaneça pobre." Ao que o próprio *The Economist* acrescenta: "O que se pode dizer sobre a concepção acima é que ela é equivocada."

Após reconhecer que a brecha entre os países mais ricos e os mais pobres é mais ampla hoje que em qualquer outra época na história, essa revista do Norte expõe sua posição: "O ponto central das últimas teses, que têm um sabor agradavelmente empírico, é que a política econômica (leia-se financeira) é o que importa acima de tudo. Como mostram muitos estudos, as políticas (que facilitam o mercado) funcionam melhor: direitos de propriedade garantidos; contratos confiáveis; regime comercial liberal; impostos e gastos públicos reduzidos; boa acolhida a investimentos estrangeiros".

Não vemos qualquer contraposição conceitual entre a visão da maioria "do Norte" e *The Economist*, mas uma simples complementação da mencionada concepção. *The Economist* não poderia ser mais claro. Várias afirmações suas são confirmações das teses desenvolvidas neste livro, senão vejamos:

— Os países "ricos" ou centrais e os "pobres" ou periféricos formam parte de um mesmo conjunto, em que a riqueza de uns deve-se à pobreza de outros. Quando *The Economist* diz que o Norte se sente culpado, está apenas reconhecendo esse fato. Não é verdade que o Norte tenha se perguntado o que poderia ser feito para amenizar a miséria do Sul; apenas dizendo isso, procurava aprofundar a dependência do Sul em relação do Norte, por meio de programas ditos de "ajuda", que sempre visaram a fortalecer a posição dos ricos e, conseqüentemente, aprofundar a brecha com os pobres.

— O programa das Nações Unidas, executados por suas agências — PNUD, UNESCO, FAO, UNIDO, UNCTAD, entre outras — na chamada década desenvolvimentista, pode ser considerado uma exceção a essa dinâmica. Infelizmente, essas agências foram depois esvaziadas e, cada vez mais, vêm sendo orientadas na direção das políticas do Norte.

— Pode-se dizer que, no conjunto, a soma dos que ganham e dos que perdem é zero: o que é retirado de um país, causando-lhe pobreza, vai para outros, em complexo processo histórico. Ou seja, para que alguns

poucos países sejam desenvolvidos — "ricos" —, é essencial que muitos sejam subdesenvolvidos — "pobres" —, ou, de modo eufemístico e falso, em vias de desenvolvimento. Na realidade, eles estão sendo submetidos a processo de subdesenvolvimento comparativamente crescente.

— Somente fogem dessa dinâmica aqueles que conseguem excluir-se desse conjunto de condições e manter-se de modo autônomo durante o período de consolidação do desenvolvimento, como fizeram os EUA com a doutrina Monroe; o Japão, com sua rígida política nacionalista, inclusive após a derrota militar, favorecendo-se do temor dos EUA quanto à expansão soviética no Pacífico; Cuba, após o desmoronamento da URSS, se não estivesse submetida ao bloqueio dos EUA, e a China atual, entre outros poucos.

A ex-URSS, apesar de ter conseguido tornar-se uma superpotência militar, ignorou o seu povo e perdeu a queda de braço com os EUA. Exaurindo-se precisamente pelo gigantesco esforço, quase que exclusivamente realizado nos campos das indústrias pesada e bélica.

O mercado interno, em todos os casos, foi a sábia saída para a consolidação do poder nacional, ao contrário do que ocorreu, por exemplo, na antiga União Soviética;

— Onde *The Economist* tergiversa e mente é quanto pretende que sua visão seja diferente da que predomina nos países do Norte. Sua versão nada mais é do que a listagem de medidas que levam avante a concepção que pretende criticar. Ou seja, enquanto reflete sobre a ideologia neoliberal, a proposta de *The Economist* tem seu correspondente no "Consenso de Washington" basta ver a afirmação: "O ponto central [...] é que a política econômica (na realidade, financeira) é o que importa acima de tudo." Também quando afirma sobre as teses empíricas do Norte, que reduzem o homem a contumaz consumidor e as sociedades a mercados, meta central do neoliberalismo.

Essas concepções implicam redução do que o homem tinha conseguido de avanço em milênios de cultura. Dizer que políticas "que facilitam o mercado" funcionam melhor é uma leviandade e contrapõe-se à constatação do próprio *The Economist* quando afirma: *"A brecha entre os países mais ricos e os mais pobres é mais ampla hoje que em qualquer época na história"*.

- Esses trágicos resultados não se sucedem apenas entre países, mas também dentro das sociedades. Nunca houve, como nos países mais atingidos pelo neoliberalismo, mas não somente neles, tão desigual distribuição de renda. Assim é no México, na Argentina, no Brasil (campeão mundial nesse índice) e nos EUA, onde essa tendência é ainda

reduzida mas crescente: uns poucos nadando na abundância e no desperdício, resultado de um obsessivo e egoísta consumo e, centenas de milhões sem condições de sobrevivência. Esse é o resultado dessa ideologia não intuitiva mas imposta, dogmática, que não resiste a uma simples análise e que interessa apenas às oligarquias mundiais e seus servis agentes locais.

A essas concepções vindas do Norte e às condições delas decorrentes, é necessário aliar o sentido prático da consistência conceitual dos caminhos a trilhar, de modo a poder avançar, com segurança, enquanto é tempo. Há para isso que desenvolver projeto que tenha objetivo as questões essenciais, especialmente aquelas que constituem o âmago do engodo neoliberal. É preciso ir ao encontro delas, enfrentando-as.

Assim, urge reverter as políticas que nenhum compromisso têm com a nossa história, com o povo, com o futuro. Simultaneamente, é essencial a identificação do que é crucial para os hegemônicos e para cuja solução eles dependem de nós e que está na raiz do processo que nos atinge como Estado-Nação.

A opção atual dos hegemônicos, via "Consenso de Washington", muito perigosa para ambas as partes, foi facilitada por dirigentes locais, que foram conquistando o poder ao longo de um processo político de natureza entreguista e que objetiva servir aos interesses externos e satisfazer desejos espúrios de poder. Sem compromissos com os direitos da sociedade brasileira, esse poder lhes dá uma fragilidade que, não sendo explícita, é compensada pelo marketing político, alimentado fartamente por meios provindos da ditadura financeira. Ademais, esses agentes não são confiáveis para as próprias forças que os suportam. Como ensina a história, os traidores não são confiáveis. Eles são úteis apenas como executores de determinados serviços que não enobrecem. Lembremos a resposta de Roma aos assassinos do imbatível e indômito líder lusitano Viriato: "Roma não premia traidores".

Essas razões levam a considerar a possibilidade de negociação com os verdadeiros detentores do poder, até aqui nunca aventada. Certamente, ela encontraria guarida nas referidas forças hegemônicas, mesmo que seja apenas pela garantia e segurança dos resultados e, principalmente, pela redução dos riscos envolvidos. Nas circunstâncias atuais não existe negociação, mas entrega incondicional pela própria condição moral dos intermediários internos. Não se espolia impunemente um povo de seus meios essenciais de vida. A história assim o atesta, especialmente quando se afirma, categoricamente e de modo monolítico, pela mídia comprada, que se busca alcançar o oposto aos verdadeiros objetivos preten-

didos. A reação pode tardar mas certamente virá e, nas circunstâncias, não virá antes dos resultados serem conhecidos pela população. Esse desconhecimento, entretanto, é temporário, imposto pelo marketing e pelo controle monolítico, também transitório, dos meios de comunicação. Por isso, tem-se idéia de uma aparente falta de reação. Afinal, a mídia falada é uma concessão pública que, como tantas outras questões essenciais, ainda não teve seu preceito constitucional regulamentado. Não esqueçamos porém a violência de quem se surpreende ter sido deslealmente enganado ou chantageado! Não existem povos tranqüilos ou povos violentos, o que existe são circunstâncias que fazem os povos serem tranqüilos ou violentos. Que não se mostrem surpreendidos, então, os "sabidos" e os cínicos!

### *7. Adesão ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.*

O presidente da República enviou mensagem ao Congresso Nacional propondo a adesão do Brasil ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), embora o Estado brasileiro tenha resistido 29 anos para fazê-lo, apesar das pressões das potências nucleares. Essas nações autodefinem-se nesse tratado como as únicas capazes de deter esses instrumentos de destruição, sem que haja porém elementos de defesa efetiva para os países que não fazem parte do fechado clube dos detentores das armas atômicas.

É surpreendente que a adesão venha a ocorrer sem nenhuma contundente justificativa. Pelo contrário, as pressões sobre o Brasil já foram muito maiores. O presidente Carter, por exemplo, para esse fim, chegou a enviar a primeira dama dos EUA para pressionar o presidente Geisel, que declarou: "A aceitação dessa proposta equivaleria a considerar o Brasil uma nação de segunda classe", ou seja, ele passaria a subordinar-se às ordens dos detentores do clube fechado, controlador do Tratado e fiscal exclusivo dos demais.

Quer dizer, o TNP, por mais que se procure enganar a todos, apenas fortalece de modo absoluto os possuidores do poder apocalíptico de destruição, retirando dos demais países qualquer possibilidade de defesa. A partir dessa adesão, pela impotência do Estado brasileiro ante esse terrível instrumento de destruição, a nossa presença será dispensada em qualquer decisão internacional importante.

Assim, é assustador o desejo de adesão do governo, que deveria defender até as últimas conseqüências nossas mais legítimas aspirações de sobrevivência, ao procurar automutilar o Estado brasileiro de instrumentos que

permitam exercer seus mais sagrados deveres, sem que houvesse condições externas insuperáveis e novas condições que impusessem essa rendição. Tudo isto após 29 anos de conseqüente resistência, que conseguiu superar mesmo os momentos mais duros da chamada Guerra Fria.

A opção de não-adesão ao TNP porém, é inalcançável para a maioria dos países que não dispõem das condições, potencialidades e dimensões continentais do Brasil; são também exceções naturais os EUA, a Rússia, a China e a Índia.

Os três primeiros porém, fazem parte do clube nuclear e a Índia, que já detém poder nuclear e não faz parte do TNP, recusa-se a participar, pois isto a levaria capitular, a perder, sem razão o status já alcançado. Com essa adesão, o atual governo procura desqualificar o Estado brasileiro, subordinando-o a perigosa vulnerabilidade, a qual tem sido evitada com altivez, apenas pela recusa à automutilação.

É surpreendente e estranha a inconsistência de argumentação que busca sustentar essa irresponsável decisão. Senão vejamos.

— A principal argumentação reduz-se a uma evidência aritmética de enumerar os países que aderiram ao TNP, sem levar em consideração seus pesos relativos comparativamente ao Brasil, ou suas graves razões, no contexto atual e no futuro do mundo. Confunde, assim, mosquitos com elefantes e hienas com leopardos... É razão primária, bisonha, idiota.

— A outra possível argumentação fundamenta-se no fato de que o propósito do Tratado já consta da Constituição Brasileira, o que, ao contrário do que diz a Mensagem, já justificaria dispensar a adesão ao Tratado, o qual tem apenas força de lei comum. A diferença essencial é que a Lei Magna forma um corpo doutrinário estruturado com outros princípios constitucionais que conformam um conjunto harmônico de compromissos internos e externos, equilibrados por garantias de soberania e de sobrevivência nacionais. Isso não ocorre com o TNP, que estabelece compromissos com o poder unilateral de fiscalização e de punição externos sem alternativas, o que evidentemente implica clara possibilidade de intervenção de potências estrangeiras em delicados assuntos internos. Do quadro abrangente dos signatários do Tratado, excetuam-se Japão e Alemanha, casos muito particulares que guardam ainda condições remanescentes da rendição que sofreram na Segunda Guerra Mundial. Como potências tecnológicas de primeira grandeza, porém, podem, se seus interesses impuserem, rapidamente se ajustar à condição de potências nucleares, ao contrário de países como China, Índia e Brasil, que necessitariam construir complexas e onerosas infraestruturas, essenciais à produção desses artefatos.

Para mostrar a inconsistência da argumentação da Mensagem, basta lembrar que o Estado de Israel — ponta de lança do poder dos EUA no Oriente Médio — não sofre qualquer sanção das potências nucleares, apesar de recusar-se a aderir ao TNP. Não se diga que, no caso, Israel sofre ameaças de seus belicosos vizinhos, sem considerar as ameaças recíprocas que estes sofrem de Israel. Lembremos também que o TNP passou recentemente a ter prazo indefindo de vigência e que as relações entre os países estão se transformando de modo muito dinâmico.

Somente em um ponto os autores da Mensagem parecem ter alguma razão: é quando afirmam que "a adesão ao TNP não exige inspeções adicionais àquelas de que já somos objeto em decorrência do Acordo Quadripartite", que transferiu o controle das inspeções da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) para a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), subordinada ao controle das potências nucleares e a mesma que exerce a fiscalização sobre os países que aderiram ao TNP. Essa situação resultou de artimanha antinacional urdida pelo Executivo brasileiro em conluio com membros do Congresso.

A adesão ao TNP representa assim comprometedor dano ao futuro da Nação brasileira, nas suas necessidades e aspirações de autonomia. Isso é essencial para garantir nossa posição de elevado destaque entre as cinco maiores e mais respeitadas nações do mundo — Função que nos cabe e que iremos alcançar custe o que custar, por meio de um Estado e de um Executivo que estejam à altura dos sagrados compromissos que a Nação está a exigir.

Por tudo isso, a adesão ao TNP representa ruptura irresponsável com o nosso futuro, uma traição à mais profunda e legítima aspiração de qualquer povo: a da sua sobrevivência como nação soberana.

# VI

# Estratégia ante o Poder.

## *1. Papel do Brasil no futuro do poder mundial. O Grupo dos Oito Grandes do Meio Ambiente (E-8). Pleno emprego e soberania. A estabilidade monetária e o desastre por vir*

Os problemas energéticos atuais têm magnitude planetária e atingem de modo drástico e vital as grandes potências, com efeitos permanentes sobre o futuro.

O Brasil tem meios de contribuir de modo decisivo para alterar essa tendência, eliminando carências aparentemente insuperáveis. Ou seja, temos condições de ofertar possíveis saídas aos países que sofrem essas contingências, embora elas até aqui não tenham sido aventadas.

A oportunidade de encarar essa realidade resulta da irreversível crise de combustíveis fósseis que atinge de modo profundo os países hegemônicos, sem alternativas com os seus próprios recursos naturais. Eles procuram então, na arrogante postura de únicos atores da história, "resolver" esse crucial problema pelo uso da força e pela manipulação suicida de inidôneos instrumentos abstratos. Até quando?

A crise dos hegemônicos, fundada em carências naturais insuperáveis, contrapõe-se ao nosso imenso potencial, que resulta da abundância, nas regiões intertropicais, de portentosa radiação solar, além da possibilidade de captá-la e armazená-la de modo extensivo, promovendo a produção de amplo espectro de formas energéticas derivadas, capazes de superar, em definitivo, essas carências. A isto são adicionadas gravíssimas restrições ecológicas provocadas pelos combustíveis fósseis.

Todos dependem, portanto, como vimos, dessas disponibilidades naturais: as futuras civilizações, as atividades econômicas e militares, em toda parte, e a própria vida.

A crescente gravidade das questões ambientais decorrentes do efeito estufa, causado principalmente pela queima acumulada de combustíveis fósseis, levou o Informe 1997 do Worldwatch Institute, uma entre as mais conceituadas instituições de estudos ambientais de âmbito mundial, a con-

siderar que oito países concentram as tendências globais nessas questões. Eles representam em conjunto 56 % da população mundial, 59 % da produção econômica, 58 % das emissões de carbono e abrigam 53 % dos bosques remanescentes do planeta. Formam o Grupo E-8 (E, de Environment) oito países. Entre essas oito potências ambientais, figuram o País mais populoso e o segundo em emissões, a China; o mais poderoso nos campos econômico e militar e também o primeiro em emissões de carbono, os EUA; e o que conserva a mais rica biodiversidade , a maior disponibilidade de água doce e dispõe das maiores extensões do planeta ainda não ocupadas, o Brasil. Ou seja, entre os três grandes no campo ambiental, dois vêm criando crescentes problemas e um poderá encaminhar as soluções definitivas. Os demais são Alemanha, Japão, Índia, Indonésia e Rússia.

De acordo com o Informe, esses oito países contribuirão para determinar o futuro da humanidade em escala ainda maior do que poderão fazê-lo o Grupo dos 7 (G-7), que agrega os países industriais que dominam a economia global desde a Segunda Guerra Mundial. Esses oito países consomem uma proporção tão alta de recursos mundiais e produzem uma proporção tão elevada de contaminações ambientais que acabam sendo responsáveis por políticas globais de conseqüências desastrosas para o meio-ambiente do planeta.

O Brasil, com apenas 2 % do produto bruto mundial e 1 % das emissões de carbono, detém 16 % das florestas mundiais, 22 % das espécies vegetais e 22 % da água doce da Terra, fora das calotas polares.

Nos cinco anos decorridos, desde a assinatura da Convenção sobre o Câmbio Climático, em 1992, no Rio de Janeiro, o problema agravou-se, alcançando os níveis mais elevados de concentração atmosférica de dióxido de carbono dos últimos 150 mil anos, com acentuada tendência para o aumento. Prevê-se para as próximas décadas taxas de câmbio climático que multiplicarão por dez, as taxas naturais. A freqüência de inundações, sequías, incêndios e ondas de calor aumentará à medida que a temperatura média aumente. Entre 1990 e 1995 as emissões anuais de carbono relacionadas com a queima de combustíveis fósseis, que produzem dióxido de carbono, aumentaram em 113 milhões de toneladas, para chegar a 6 bilhões de toneladas de carbono em 1995. Este aumento teria sido de 500 milhões de toneladas se não tivesse havido o desmoronamento das indústrias da Europa Central e Oriental, altamente dependentes de combustíveis fósseis.

Conforme previsões do Organismo Internacional de Energia, se não forem aplicadas políticas adicionais de redução da queima de combustíveis fósseis, e sua substituição por combustíveis limpos, os níveis de emissões globais de carbono aumentarão 17 % no ano 2000 em relação a

1990, e 49 %, no ano 2010, chegando então a 9 bilhões de toneladas de carbono anuais.

O fato de sermos o maior país continental nas regiões intertropicais do planeta credencia-nos, portanto, a desempenhar papel básico no futuro do mundo. Trata-se, sem dúvida, de trunfo de primeira grandeza. Não o único, mas o mais crítico e importante nas atuais circunstâncias, envolvendo ponderáveis recursos energéticos, de âmbito planetário. Não há como tergiversar: ou assumimos nosso papel ou destroçam-nos como sociedade autônoma. Não há lugar, no atual contexto do poder mundial, para país eunuco com o potencial do Brasil. Isto decorre, naturalmente, da necessidade das potências hegemônicas de se apoderarem de nossos patrimônios estratégicos naturais, como já o estão fazendo pela via das "privatizações" e de outras falcatruas contidas no "Consenso de Washington".

Com o modelo econômico dependente, exacerbado pelo neoliberalismo e a ditadura financeira de moeda falsa dele decorrente, não há como resistir. Persistir nesse caminho leva inexoravelmente à segunda alternativa, a do massacre, e surpreende, por isso, nossa passividade como povo. Outros consideram-nos pusilânimes. É preciso, porém, não confundir a generosidade de nossa gente com a covardia ou a traição.

É tempo, porém — é bom que se diga —, de ser definitivamente afastada a hipótese de sermos considerados um povo de abúlicos com vocação suicida, como muitos pensam. Amamos a vida e a condição de sermos brasileiros, o que defenderemos até as últimas conseqüências, com alegria porém, com vigor e cabeça erguida, e com a imensa generosidade que nos caracteriza.

Na realidade, o modelo que nos infelicita é cada vez menos econômico e mais financeiro, o que, nas circunstâncias atuais, é sinônimo de fraudulento, na linha da referida ditadura financeira. Nele, a realidade concreta e a produção de riqueza nada significam. Todas as políticas que dele decorrem procuram impedir que as aspirações de nosso povo se realizem. Basta explicitá-las: recessão; juros astronômicos; desmantelamento da competência tecnológica; redução do mercado interno; escancaramento das fronteiras comerciais; extensão generalizada e criminosa do monopólio das patentes e sua retroação; destruição da empresa de capital nacional; nefanda distribuição de renda; perda do controle nacional sobre a navegação de cabotagem, que passa para o controle de mãos estrangeiras; enfraquecimento do já comprometedor sistema educacional; desemprego assustador; absurdas restrições ao crédito; ausência interna de capacidade de investir; perda do controle nacional das principais estruturas de produção e do comércio em áreas es-

tratégicas e básicas; descontrole sobre a espinha dorsal de nossa economia, pela "privatização" das empresas de economia mista estratégicas; destruição dos instrumentos nacionais de atuação no mercado externo; falência do sistema financeiro privado, que passa a viver às custas do tesouro, e sua internacionalização; destruição do setor bancário estatal; inviabilização econômica dos governos estaduais e destruição da federação; demolição do Estado, de sua essencial função reguladora e perda do controle dos principais patrimônios naturais; desarticulação e desmonte das conquistas sociais dos últimos 50 anos, em especial da legislação trabalhista e da previdência. A lista é infindável e aterradora! Derrota militar ante invasor etrangeiro e rendição incondicional, talvez não levassem a processo tão devastador e a tamanha humilhação!

O trunfo antes mencionado do nosso imenso potencial energético resulta inútil, se o poder nacional não se elevar para reverter os objetivos desse modelo político demolidor. Isso, no entanto, somente ganha consistência e é legítimo se for capaz de soerguer o povo brasileiro. Este é o segundo trunfo que dispomos, pois está em nossas mãos realizá-lo: trata-se da possibilidade de fortalecer o poder nacional pelo aproveitamento de nossos potenciais de riqueza, objetivando o bem-estar e a segurança de todos — aumento da capacidade de resistir — pela rápida e consistente expansão do mercado interno.

**Esse é o caminho para transformar marginais e excluídos em cidadãos; para abrir espaço de realização e de vida para milhões de jovens emergentes para o trabalho; para consolidar ampla classe média com intensa redução dos extremos e para colocar o povo brasileiro na direção que levará à reconquista do Brasil e da nacionalidade.**

Essa política, âmago de qualquer Projeto Nacional, abre horizontes, supera os cancros de miséria, vergonha e horror atuais e dá força à dinâmica de construção de uma sociedade que sabe o que quer, que conhece suas realidades físicas e culturais e que se capacita para enfrentar a luta pela sobrevivência e pelo cumprimento de seu destino.

A meta, assim, é a criação de uma sociedade com pleno emprego e com soberania. Sem soberania ficam estéreis todos os esforços, pois não disporemos de poder para conduzir nosso destino. Tudo o mais são meios para o alcance desses objetivos.

A proposta de mudança da matriz energética brasileira para o uso extensivo de fontes renováveis locais, implica na criação de elevado potencial de empregos no campo. Vários milhões poderão surgir em curto espaço de tempo, com investimentos mínimos, menos de 10%, em média, daqueles necessários para objetivos equivalentes nas áreas urbanas.

Embora essa seja uma possibilidade real e de grande importância para o País, ela em si, não é suficiente. É indispensável uma política explícita de expansão do mercado interno. A questão do desemprego é tão grave e inaceitável que se impõe o pleno emprego como prioridade nacional. Trata-se de rotundo basta ao genocídio neoliberal.

Aspectos complementares dessa política são uma programada tendência à descentralização e ocupação do território. Isso visa não somente a aliviar as nossas megalópoles das pressões de enormes contingentes de imigrantes desprovidos de tudo, vindos do campo, como também a desestimular aventuras de ocupação estrangeira em extensas áreas pouco ou nada povoadas.

Entre os fundamentos da política sobrepõe-se o de dar condições dignas de vida aos brasileiros, dentro de nossa realidade e por nossa decisão, em reflexo direto às nossas necessidades e aspirações, mantendo a integridade territorial e cultural em justa e poderosa nação-continente. Trata-se de fim coletivo ao qual se devem ajustar os meios, fruto de vontade política, como imperativo categórico a que todos devem submeter-se. Desviar-se desses objetivos leva à barbárie, ao servilismo e à traição, como vem ocorrendo com a ideologia neoliberal.

**A questão energética oferece, sem dúvida, oportunidade histórica única de afirmação nacional no contexto mundial. O pleno emprego fornece o suporte sócio-político essencial, que cria condições de união de todos e de afirmação do poder nacional. Isto é fundamental para a vida de um povo que se prepara para a construção de uma grande civilização, a ser erigida dos trópicos; ou seja, a partir deles.**

Essas proposições contudo contrapõem-se frontalmente às atuais políticas "econômicas" recessivas, dependentes e de obediência servil a interesses antinacionais. Elas procuram tudo reduzir ao mercado, ao mesmo tempo que massacram a nNção. A ênfase é o mercado externo, outrora por meio de exportações a qualquer custo e hoje, pela supervalorização do real; as importações desnecessárias vêm provocando crescente balanço comercial deficitário. Até julho de 1997, o déficit já era o dobro do alcançado no mesmo período do ano anterior. Essas importações representam gravíssimo prejuízo para o País, pois estão arrebentando o lado nacional do parque produtivo, que levou décadas para ser construído. Tomemos o exemplo da indústria de semicondutores. No ano de 1997 deveremos importar U$$ 1,6 bilhão desses componentes eletrônicos, enquanto produziremos internamente o equivalente a U$$ 80 milhões. Em 1989, havia 223 fábricas brasileiras nessa área, agora existem apenas cinco. Ou seja, 218 fábricas fecharam. São a "modernização", a "conquista tecnológica"

trazidas pela globalização. Essa perversa dinâmica atinge também a agricultura não vinculada a exportações. A vida de dezenas de milhões de brasileiros dela depende.

Não se pode ter esperança de mudança na atual política econômica brasileira sem alteração profunda na estrutura de poder. Ela é a própria essência do modelo. Seus beneficiários foram os promotores da vitória eleitoral de Fernando Henrique Cardoso, como tinham sido antes, na de Collor de Mello.

Gastos eleitorais gigantescos foram realizados com compromissos estabelecidos. Os resultados desses "investimentos" têm sido altamente recompensados, tanto que seus patrocinadores querem a reeleição, apesar da gravíssima situação a que o governo FHC está levando o País. A situação em 1997 tende a deteriorar-se de modo substantivo, a partir do segundo semestre. O buraco na balança de serviços tende a chegar, em 1998, aos 50 bilhões de dólares... O problema dos sem-terra torna-se dramático e violento, a economia real caminha na direção do cemitério, ao mesmo tempo que o Proer transforma o tesouro em um "saco sem fundos" para "salvar" banqueiros-especuladores, os maiores beneficiados com a desgraça coletiva. Alguns dos grandes bancos privados nacionais passam ao controle internacional de origem suspeita ou de mãos coloniais. Ou seja, são internacionalizadas até as poupanças dos pequenos e médios investidores brasileiros. Sem o predomínio do interesse nacional legítimo, caminhamos para um inexorável desastre.

Para que não haja dúvidas sobre a manutenção dessas políticas, o presidente nomeou novo ministro da Indústria, Comércio e Turismo, contumaz tecnocrata que endurece as posições neoliberais de sua débil antecessora. Ex-ministro da Fazenda, o novo ministro, no dia seguinte à posse, recebeu do presidente instruções visando à meta fundamental de seu governo: a estabilidade monetária do Real, acima de qualquer tentativa de crescimento, a ser mantida a qualquer custo, como informa a *Gazeta Mercantil,* na primeira página da sua edição de 7 de maio de 1996.

Essa política nem sequer tem o mérito da originalidade, pois esse é o objetivo imposto a todos os que não têm vontade nacional para resistir ao Fundo Monetário Internacional. Na realidade essa política envolve cerca de 80 países e vem conseguindo levá-los à ruína.

*"O presidente me disse que sem estabilidade monetária não há crescimento econômico, nem geração de emprego, nem justiça social, de modo que todas as propostas de promover mecanismos de crescimento temporário têm de ser bani-*

*das. No meu Ministério vou seguir a política de câmbio do Ministério da Fazenda, e a de juros do Banco Central*", disse o ministro na ocasião, reafirmando a linha neoliberal e a ditadura financeira.

É estarrecedor que isto ocorresse no contexto de uma "reforma" ministerial, que pretendia dar satisfações à população após a matança dos sem-terra ocorrida em Eldorado de Carajás, no Pará. Pelo visto, o governo quer resolver os efeitos mais graves dessa política apelando para sua radicalização. A palavra "temporário" é a única não explicada no discurso do ministro. Talvez tenha sido usada ardilosamente para mitigar reações ante os efeitos já evidentes dessa política. Igual tendência foi seguida na substituição no Ministério do Planejamento, para onde veio um dos mais importantes "ideólogos" do governo Collor, o que é mais uma evidência da profunda vinculação entre os dois governos.

Não é por acaso que FHC quis ser ministro das Relações Exteriores de Collor, como José Serra queria ser ministro da Fazenda. Foi Mário Covas, em sua obstinação galega, quem o impediu. Hoje está pagando caro por isso. É governador de um Estado, de longe o mais rico da federação, adrede falido pela ditadura financeira e corre o risco de perder o cargo por intervenção federal, por não pagamento pelo Estado de devidas indenizações judiciais. O governo de São Paulo foi minado financeiramente por essa ditadura. Simplesmente não dispõe de recursos para pagar seus mínimos compromissos. O conflito aprofundou-se com a recusa de Mário Covas à espúria reeleição. Seu substituto eventual também não conseguirá resolver o problema sem o suporte de quem o criou, o Banco Central, com sua absurda política de juros escorchantes. Por mais irresponsáveis que fossem os governadores, não dá para acreditar que todos o são de maneira definitiva. Na realidade, o que está em jogo é a sobrevivência da Federação e o que resta de autonomia dos Estados. Eles são importantes presas da armadilha, reféns da ditadura financeira.

As políticas dos governos de FHC e Collor são idênticas na sua origem, sob o comando das finanças internacionais, das oligarquias e máfias que as dirigem. Nesse contexto, FHC, com o agravante de recolher efeitos cumulativos dele e de Collor, obteve melhores resultados para o sistema do que o primeiro Fernando, além da fase anódina de Itamar Franco. Na realidade, o processo começou em 1979, com o governo Figueiredo, e prosseguiu com Sarney, após breve fase de resistência no início, com o Plano Cruzado do ministro Funaro. A evolução sempre contrária aos interesses nacionais teve continuidade com a substituição, em julho de 1997, do presidente do Banco Central, por conhecido porta-voz do sistema financeiro internacional.

### 2. *Economia forte e mercado interno. O mito da competitividade entre nações. O "Monkey's business" das exportações. Jogo antinacional dos parâmetros financeiros. Mudança das vias de transferência de riqueza. Déficit crescente na balança comercial. Embuste do Plano Real*

Toda economia forte, sem exceção, tem sempre por base o mercado interno, quer na fase de consolidação quer na evolução. Mesmo a economia japonesa, com gigantesco superávit comercial, fundamenta-se no mercado interno. O exemplo dos EUA é ainda mais sintomático. Ademais, a solidez do mercado interno aumenta as possibilidades de exportar o excedente, com segurança e ganhos garantidos. Nessas circunstâncias, não há riscos nem aventuras irresponsáveis.

A idéia de que o sucesso econômico de um país seja, em grande parte, determinado pelo seu desempenho no mercado mundial é contestada por Paul Klugman, professor da Universidade de Stanford e ganhador, em 1992, da medalha John Bates Clark:

> *Essa hipótese não é necessariamente uma verdade; e, em termos práticos, empíricos, ela é totalmente equivocada. Ou seja, simplesmente não é verdade que as grandes nações do mundo estejam, em algum sentido, competindo economicamente entre si ou que qualquer de seus problemas econômicos possa ser atribuído à incapacidade de competir no mercado mundia; a crescente obsessão da maioria das nações desenvolvidas com a competitividade internacional deveria ser vista, não como uma preocupação fundamentada, mas como uma visão sustentada diante de uma óbvia evidência em contrário. Ainda assim, trata-se de uma visão que as pessoas querem ferrenhamente manter — um desejo de acreditar que se reflete em uma notável tendência dos defensores da doutrina da competitividade a suportar sua causa com uma aritmética descuidada e defeituosa.*
>
> *[...] Essa obsessão com a competitividade, além de equivocada, é perigosa, [...] pensar em termos de competitividade leva, direta e indiretamente, a políticas econômicas ruins num amplo conjunto de questões internas e externas, seja na saúde pública ou no comércio internacional.*
>
> *[...] A maioria das pessoas que emprega o termo 'competitividade' faz isso sem maiores reflexões. Parece-lhes óbvio que a analogia entre um país e uma empresa é sensata.*

Após ampla e fundamentada análise sobre essa questão, Klugman conclui:

> *[...] embora o comércio mundial supere o de qualquer outra época anterior, os padrões de vida nacionais são determinados predominantemente por fatores internos, e não por alguma competição com mercados mundiais. [...] o mundo não é tão interdependente como se pode pensar: os países em nada se assemelham às empresas. Mesmo atualmente, as exportações americanas representam apenas 10% do valor agregado da economia (equivalente ao PNB). Ou seja, os EUA ainda são quase 90% uma economia que produz bens e serviços para seu próprio uso. Em contraposição, mesmo a maior das empresas vende uma parcela ínfima ou nada de sua produção a seus próprios trabalhadores. [...] As grandes nações do mundo não estão, em nenhum grau significativo, em competição entre si. [...] O comércio internacional não é um jogo de soma zero...*
>
> *[...] Repetidamente, encontram-se livros e artigos sobre competitividade que, para o leitor incauto, parecem cheios de provas convincentes, mas que dão a impressão, aos que têm familiaridade com o manuseio de dados, de terem sido escritos por autores ineptos, misteriosamente incompetentes na interpretação dos dados.*
>
> *[...] Diga a um grupo de homens de negócios que um país é como uma grande empresa, e você lhes dará o conforto de achar que já entendem o básico. Tente falar-lhes no entanto sobre conceitos econômicos como vantagem comparativa, e você estará pedindo que aprendam algo novo. Não será surpresa se muitos preferirem uma doutrina que ofereça a vantagem da aparente sofisticação, sem o transtorno de ter de pensar demais...*

E, sem abrir mão de uma certa ironia, procurando salvar as teorias econômicas do vexame das idéias sobre competitividade, afirma Klugman:

> *Os economistas que esperavam utilizar a retórica da competitividade em favor de boas políticas econômicas tiveram, em vez disto, sua própria credibilidade manchada pela associação com idéias erradas... A competitividade é uma palavra sem sentido quando aplicada às economias nacionais. E a obsessão com a competitividade é errada e perigosa.*

*A obsessão com a competitividade atingiu o ponto em que já começou a distorcer perigosamente as políticas econômicas,* concluiu Klugmann quando seu ensaio foi publicado pela primeira vez, em 1995, na conceituada revista *Foreign Affairs*.

Pelo visto, os conceitos sobre economia de Klugman não fundamentam a política externa brasileira de exportar a qualquer custo, com regras estabelecidas pelo importador. São exemplos, no Brasil, as exportações de energia de Tucuruí, pela via do alumínio e alúmina, de minérios em geral e, em particular, de minério de ferro.

— Mais de 70% do custo final do alumínio são gastos em energia elétrica usada na produção. Os custos financeiros dos empréstimos externos para a construção de Tucuruí elevaram o custo de geração do megawatt/hora de cerca de 25 dólares para algo em torno de 42 dólares. O alumínio é vendido no entanto para os exportadores por 12, 10 e até 7 dólares. Esse *monkey's business* foi obtido pela vinculação contratual entre o preço da energia elétrica e o preço do alumínio, que é controlado pelo cartel internacional do alumínio. Assim, o preço de compra dessa energia fica sob o arbítrio do cartel comprador, sem relação com seus custos de geração. Este é mais um exemplo dos já famosos "negócios do Brazil", em que a nação é onerada por causa de sua própria riqueza e são garantidos aos cartéis e oligopólios externos os baixos preços de matérias-primas estratégicas, muitas vezes abaixo dos seus custos de extração e transporte, de recursos não-renováveis e cada vez mais escassos;

— A extração e o transporte de minério de ferro brasileiro custam em torno de 18 dólares a tonelada, entretanto, seu preço de exportação gira em torno de 13 dólares a tonelada. Os preços dos demais minérios são escandalosamente baixos, como exemplificamos em outras partes deste livro. O quartzo de primeira qualidade é vendido, por exemplo, a 40 centavos de dólar o quilo, enquanto o quilo dos componentes eletrônicos dele derivados custa acima de 2 mil dólares. O minério de nióbio, embora transformado, é exportado por 13 dólares a tonelada. O nióbio metálico produzido no exterior alcança valor de até 60 mil dólares a tonelada. É surpreendente que a tecnologia de extração do metal do minério, com elevado grau de pureza, tenha sido desenvolvida no Brasil por instituição de pesquisa ligada à antiga Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio. Ela tornou-se a mais avançada instituição em todo o mundo em tecnologias dos metais refratários. Vieram trabalhar em suas instalações japoneses, alemães e soviéticos, com o objetivo de desenvolver novos usos do metal nióbio em produtos, elevando o sem valor. Como ocorreu em todos os outros casos, a instituição teve sua vida inviabilizada e foi fechada precisamente quando o Brasil entrava na farsa de "competir" na área internacional.

Os *monkey's business* acima mencionados são típicos no mercado externo brasileiro: assumem-se empréstimos externos com juros mutáveis para aproveitar oportunidades de mercado. Cria-se deste modo o serviço de uma dívida em moeda forte que necessita ser ressarcido para não aumentar o principal. Para isso, é necessário exportar nas condições estabelecidas pelo importador. Hoje está se "resolvendo" o serviço da dívida externa não mais com exportações a qualquer custo, mas com perigoso dinheiro volátil atraído de especuladores a custos exorbitantes. Aumentou-se deste modo a vulnerabilidade em relação à situação anterior, que deixou como herança esses *monkey's business*. Eles resultaram de um mercado interno fraco, que, por falta de melhores opções e tendo que saldar gigantescos compromissos financeiros externos, crescentes e inadiáveis, obriga a se realizar desastrosos "negócios" como esses anteriormente citados.

Em contrapartida a essa desastrada política, a expansão do mercado interno e o correspondente aumento de produção, como resposta ao aumento da demanda, justifica a emissão de moeda não inflacionária, posto que decorrente de uma riqueza nova, que está sendo gerada internamente, como resposta à ampliação desse mercado.

Quando políticas ditas de combate à inflação, como nos Planos Cruzado e Real, criaram condições para aumentar o mercado interno — mais naquele que neste —, imediatamente são tomadas providências para truncar esse objetivo. O modelo "econômico" em uso no Brasil não tolera essas políticas...

Nas circunstâncias atuais, a "ancoragem" do Real ao Dólar impede a revitalização da moeda nacional, pois tudo gira em torno do Dólar. Entram em cena então taxas de câmbio arbitrariamente estabelecidas que supervalorizam o Real, objetivando sempre a estabilização monetária, conforme diretrizes externas, como se ela fosse possível sem a produção de riqueza, o aumento dos empregos, a redução da dependência tecnológica, enfim, sem o desenvolvimento nacional, adrede truncado.

Na realidade, com o Plano Real, a moeda nacional deixou de existir, não permitindo portanto qualquer política financeira autônoma e de interesse da produção nacional. Não foi nem necessário fazer como na Argentina, onde acabaram com a moeda nacional por decreto. Aqui fizeram-no por Medida Provisória.

A estabilização monetária transformada em fim, além de muito pouco provável — salvo artificialmente, como está sendo levada avante pela substituição da moeda nacional pelo Dólar — vem apenas para tentar impedir o processo hiperinflacionário que provocaria o desmantelamento do sistema financeiro interno e, conseqüentemente, a exaustão das transferências

de renda da sociedade para os banqueiros e especuladores. Nessa hipótese, a moeda desvalorizar-se-ia de modo descontrolado, desfavorecendo os beneficiários desse jogo antinacional, mantido pela via financeira.

Controlada parcialmente a inflação, os juros são aumentados e manipulam-se as taxas de câmbio em jogo, com enfoques que variam conforme as circunstâncias, sempre em benefício do interesse financeiro externo e de seus sócios internos. Ora, a taxa de câmbio é mantida artificialmente estabilizada, e assim por diante, quaisquer que sejam os danosos efeitos sobre a economia concreta. Essas manipulações fazem-se de acordo com interesses monetários que nada têm a ver com o bem-estar do povo, a produção de riquezas e as trocas externas em favor do país.

Essa dinâmica tornou-se um fim em si mesmo. Ela apenas transfere meios financeiros da produção para a especulação, que nada produz, em típica atividade inflacionária, cuja explicitação para a população é controlada por artifícios monetários. Retira-se deste modo, altíssima porcentagem da renda nacional da população e da produção para a estéril e desonesta atividade especulativa, em grande parte de interesse externo.

No caso do Plano Real, as transferências não se faziam mais pela via do processo inflacionário e de outros artifícios monetários, analisados em outras partes deste livro — transferências de papéis ou nem isso, mera digitação contábil, com as conseqüências de transferir riqueza verdadeira de modo camuflado —, passou-se a usar os serviços das dívidas, especialmente a interna e, sobretudo de modo direto, pela transferência de patrimônios físicos e ativos públicos subavaliados, pela via das "privatizações", a troco de papéis podres, ou seja, de nada. Sem moeda — símbolo falso, no caso, de todas as riquezas — perde-se o controle da economia, que vira a "casa da mãe Joana", objeto da sanha de um pequeno grupo vinculado ao poder financeiro de ilimitado apetite. É o fim da soberania, estabelecendo-se o caos, como ocorreu no México, está avançado na Argentina e vem sendo montado no Brasil.

De acordo com informações difíceis de serem comprovadas pelo sigilo que as rodeia, já em maio de 1996, as transferências do Estado para cobrir os rombos de bancos privados alcançaram a assutadora quantia de 21 bilhões de dólares... O numerário monetário, porém, já não tem qualquer relação com os valores da realidade física! O sistema financeiro virou assim um grande cassino em que alguém não confiável define as regras do jogo. Mas, em todo caso, um jogo de azar! Não é preciso recordar o que acontece às famílias cujos respectivos chefes dedicam-se, de modo desatinado, a esse vício...

Ao longo do processo inflacionário, as transferências da sociedade que trabalha e que produz para banqueiros e especuladores chegaram à quantia média anual de US$ 17 bilhões, a troco de absolutamente nada! Nele, os banqueiros internos eram altamente beneficiados. No processo de estabilidade financeira do real, o rombo para a economia brasileira é muito maior, e as transferências se fazem por outros meios que os aqui descritos. Nesse caso, os especuladores externos, em muitos casos com papéis - não se deveria chamar isso de dinheiro - de origem delinqüente, são os beneficiados. Até os patrimônios estratégicos de peso planetário estão sendo desviados para essas máfias, como é o caso da Companhia Vale do Rio Doce.

### 3. *Como resgatar a moeda nacional. O caos financeiro e as críticas de Georges Soros. Os "sete patetas". Nacionalização das finanças. Superconsumo e genocídio inconseqüente*

Para resgatar o valor da moeda nacional cumpre desvinculá-la do sistema financeiro internacional, que amarra a economia à manipulação de interesses ilegítimos, externos e internos. Com o Plano Real, é como se estivéssemos em uma armadilha da qual não podemos sair, apesar de uma aparente ilusão de liberdade, de final previsível, semelhante à que o gato concede ao rato enquanto o mantém sob controle.

Ninguém conhece melhor esse sistema que o mega-especulador George Soros, que já em 1996 operava cerca de 10 bilhões de dólares — o banco Opportunity, um dos compradores da Vale do Rio Doce, segundo o *Financial Times*, é controlado por Soros. É nessa condição de quem sabe o que está dizendo, que ele adverte para a fragilidade da economia globalizada por ela repousar na falsa premissa da *"tendência dos mercados ao equilíbrio". Segundo ele, na realidade "estamos vendo a possibilidade do colapso [...], pois as finanças internacionais não obedecem a nenhuma lei e o que predomina é a força, a barbárie"*. Ele fala de um mundo comandado pelo egoísmo e pela especulação financeira sem regras, em âmbito planetário. O giro dessa especulação está em cerca de três trilhões de dólares ao dia; só em transações com divisas, sobrepassa os 40 trilhões de dólares ao ano, depois de abater-se todas as operações repetidas, para um PIB mundial pouco acima de 20 trilhões e um comércio internacional de bens e serviços que ainda não chegou, no início de 1997, aos 6,5 trilhões ao ano.

O México, ex-menino prodígio dos neoliberais, evidencia essa fragilidade pela *débâcle* a que foi submetido, sinalizando o risco do colapso

global. Em 1997, foi a vez dos "tigres" asiáticos, Tailândia e Malásia entre outros. Alguém definiu com precisão o "milagre do México", antes de sua falência em dezembro de 1994: *"vinte cinco mexicanos ficaram bilionários e 15 milhões, miseráveis."*

No Brasil, 200 "investidores" controlavam, em 1996, 100 bilhões de dólares, cerca de metade da poupança nacional. Em 1995, ganharam 5 bilhões de dólares em 48 horas, disputando com o Banco Central a queda do Real. E o seu presidente de então, apenas foi substituído, sendo hoje um importante especulador nativo.

Na realidade, os governos não têm mais controle sobre o dinheiro especulativo. Já na reunião de cúpula do grupo dos sete (G-7), realizada em Halifax, no Canadá, em 1995, ficou evidente a fraqueza dos chefes de Estado das ditas potências econômicas para enfrentar os especuladores. Falava-se então na reunião dos "sete patetas".

Herman Daly, ex-funcionário do Banco Mundial, desnuda o processo de globalização ao afirmar: *"não há nenhum governo planetário capaz de regulamentar e fiscalizar o capital globalizado em nome do interesse também global. Será necessário, para pôr a casa em ordem, tornar o capital menos global e mais nacional [...] O tom disciplinador será a renacionalização do capital e seu enraizamento nas comunidades, para que se possa alcançar o desenvolvimento nacional e das economias locais."*

A segunda questão fundamental tocada por Daly refere-se a estender a todos os países, o "superconsumo" das nações mais ricas. O consumo médio por cidadão entre os ricos já é 25 vezes superior ao consumo por habitante entre os pobres. É impossível a perspectiva de se alcançar esse nível de consumo de recursos naturais para todos, em um mundo em que os recursos naturais não-renováveis esvaem-se. Assim, o importante é descobrir o modo de reduzir os níveis de consumo e de desperdício de uma minoria rica que, sozinha, está exaurindo os recursos não-renováveis do planeta.

Como a população pobre do mundo é cinco vezes a dos ricos, ainda assim o consumo destes é cinco vezes superior ao do resto da humanidade. Portanto, para reduzir o desequilíbrio, tendo em vista a prevista redução crescente dos recursos naturais não-renováveis e partindo de "soluções" que o lado rico malthusiano vem defendendo, torna-se necessário drástico controle da natalidade atual, não dos pobres, cujo consumo é comprovadamente reduzido, mas dos ricos.

O problema não é o tamanho da população, mas o que ela consome. Ou seja, uma coisa é o consumo limitado ao necessário para uma vida saudável e um conforto recompensador; outra é de um sistema perdu-

lário e de desperdício comandado por espiral esquisofrênica de crescimento do dinheiro.

Do ponto de vista prático, o genocídio que os ricos estão impondo aos pobres não resolve o problema da redução do consumo global, mas pode até acentuá-lo, precipitando o colapso. Esse genocídio, portanto, nada mais é do que um "faz-de-conta" que deleita almas vazias possuídas de desenfreado e inconseqüente egoísmo.

Assim, diz Herman Daly, não faz sentido continuar considerando os recursos naturais como um bem gratuito, que não têm custos de utilização, o que significa promover o seu uso abusivo e desprezar as claras evidências de sua limitação frente ao consumo descontrolado e irresponsável (dos ricos). Herman Daly propõe taxar menos o trabalho e a renda e mais o fluxo de recursos naturais, exatamente o oposto do que se está fazendo. Ou seja, se for retirada a ênfase do sistema tributário, atribuindo-se valor adequado aos recursos naturais, as empresas tenderão a minimizar a utilização desses cruciais recursos cada vez mais escassos — alguns em fase de extinção — e os de capital, e a valorizar a mão-de-obra. Este é o caminho para reverter as perversas políticas que promovem o desemprego, o grande fantasma da atualidade.

A questão que se põe é que esse tipo de política daria valor às exportações dos recursos não-renováveis. No atual modelo econômico eles são na prática entregues por preços abaixo dos custos de extração e transporte. Assim sofreriam substancial valorização os patrimônios estratégicos de países como o Brasil, onde está localizada parte ponderável dos recursos minerais não-renováveis — que ainda restam no planeta. Eles atualmente são transferidos a grupos mafiosos internacionais por valor patrimonial zero, ou até negativo, embora representem meios essenciais de vida para as futuras gerações.

Enfim, são muitas as artimanhas e ciladas que os *yuppies* montaram para afrontar o mundo concreto ou o simplesmente lógico, predispondo assim os povos à ruína. Mas elas podem ser descritas sinteticamente, com graça e inteligência, como o faz Fernando Veríssimo:

> *"O valor real do salário mínimo não pode repor a desvalorização do real, porque um real real arrasaria as contas públicas. Uma das tantas perversidades brasileiras é essa, sempre citada para manter um [salário] mínimo ridículo: um aumento real do mínimo quebraria prefeituras, governos estaduais e a previdência. Isto é, vivemos em um país cuja integridade institucional depende da maioria da sua população não*

*ganhar o suficiente para viver nele. [...] O maior problema do Brasil é que o que é produzido pela economia — uma das dez maiores do planeta — não passa para o país, não chega ao posto de saúde, às estradas, à escola, ao salário. [...] O maior debate nacional é como diminuir ainda mais o que a empresa paga pelo uso do país e do seu povo barato e que a condição para que a administração do país não desmorone é manter o trabalho com o preço de, literalmente, liquidação.*

Na realidade, o sistema financeiro internacional somente não implodiu — e nós com ele — porque o dólar ainda compra petróleo, o que está sendo garantido pelo poder das armas. Por isso, o único caminho seguro, sem traumas e violências, para poder fugir da hecatombe por vir é consolidar uma solução energética própria, permanentemente limpa, que não dependa de nada externo.

Como, na realidade concreta, o que movimenta o mundo é energia, e não dinheiro falso, mantida sua simbologia pela força das armas, na hora da verdade, porém, seu valor desmoronará, quando a energia do petróleo não mais for disponível, mesmo que seja apenas para aqueles que não dispõem da força militar para disputar com os mais poderosos.

Até quando porém será mantida essa intervenção militar, considerando que seus custos de rotina ascendem, como vimos, a 100 dólares para cada barril importado pelos EUA? O que acontecerá com a economia mundial quando esse gigantesco subsídio militar for transferido para a tão falada quanto falsa economia de mercado? Quando isso ocorrer, os *yuppies* que impõem esses falsos conceitos estarão muito ricos e ninguém os encontrará para prestarem contas. Não haverá sobre eles um outro julgamento de Nurenberg, pois não assumirão seus efeitos, estarão protegidos pelos políticos, seus cúmplices, e pelo poder econômico que se travestirá em salvador. Nem serão encontrados, como aconteceu com Salinas de Gortari, hoje um foragido do país que arruinou.

No grande turbilhão em que se tranformou a questão do petróleo, fomos premiados pela natureza com condições excepcionais para caminhar de modo autônomo, seguro e consistente. Podemos até - ainda que não seja necessário —, como sempre o fizemos, admitir sócios, desde que venham beneficiar-se dessas condições e compartir conosco do esforço comum, garantindo nossa soberania. Assim, quando a tempestade vier, gozarão da calmaria de baía protegida. A pré-condição, porém, é não pretender surripiar nosso controle (de legitimidade histórica e fundamentos jurídicos incontestes), como estão querendo fazer pela posse dos nossos patrimônios naturais, por meio da armadilha financeira e das "privatizações".

### 4. *Moeda nacional forte e poder de negociação internacional. Frouxo Código de Mineração, nióbio,* chips, *quartzo e preço dos minérios*

Esse é também o caminho para dar valor intrínseco à nossa moeda, como símbolo concreto de energia — valor verdadeiro e não fictício de falso símbolo, o mais estratégico e crítico do processo civilizatório —, como lastro de que todos necessitam vitalmente. A operacionalidade física da efetiva moeda nacional, consistente e forte, supera a brincadeira irresponsável do Real — o qual eliminou a moeda brasileira, substituindo-a pelo superinchado dólar... Essa nova moeda poderia também fundamentar-se no lastro de qualquer um dos minérios de alto valor estratégico ou em cesta de bens minerais como nióbio, quartzo, esmeraldas ou mesmo ouro — estes existentes em outras grandes províncias minerais da Amazônia, além de Carajás -, dos quais o Brasil detém parcela ponderável das reservas planetárias (98% do nióbio, cerca de 100% do quartzo de 1ª qualidade, somos ademais grandes fornecedores mundiais de minério de ferro, de alumínio, de manganês, etc.).

Somente a mina de nióbio de Araxá (MG), com reservas medidas de cerca de 4 milhões de toneladas de metal contido, a preço de mercado de 60 mil dólares a tonelada, representa um patrimônio potencial de cerca de 240 bilhões de dólares, de valor estratégico, patrimônio permanente, hoje e em centenas de anos. As reservas de nióbio na Amazônia são avaliadas pelo almirante Gama e Silva em dimensões de várias vezes as de Araxá. Evidentemente, este gigantesco volume de metal estratégico, detido com exclusividade praticamente pelo Brasil, passaria a nada valer se jogado irresponsavelmente no mercado internacional, sem os devidos controles. A outra hipótese, desse metal ser controlado por corporações estrangeiras que promovam o aumento de sua demanda e reduzam suas vendas ao mínimo, elevando portanto, seu preço a níveis astronômicos, como a Anglo American tem feito com o diamante mundial. Neste caso o Brasil passaria a ter dificuldades de usar uma de suas principais riquezas, devido ao controle de corporações estrangeiras. Será que nossos míopes "yuppies" têm idéias sobre essas coisas?

Quanto vale o monopólio natural do quartzo de primeira qualidade, também de valor estratégico incomensurável, base de toda a eletrônica contemporânea, dos microcircuitos, circuitos integrados, *chips*, computadores etc.?

Qualquer negociação internacional — o que hoje é impossível pela impotência e servilismo dos dirigentes locais — pode ser realizada com segurança, tendo o lado brasileiro o trunfo do fornecimento de quartzo como

elemento de barganha. Quanto vale o patrimônio mineral da Companhia Vale do Rio Doce, subavaliado em 1,5 trilhão de dólares por técnicos da empresa? O que não falta é lastro de valor permanente para fundamentar uma das mais fortes moedas mundiais. Esses preciosos e escassos elementos da natureza, essenciais a qualquer sociedade contemporânea, são, entretanto, depreciados ao extremo. Dirigentes brasileiros, ignorantes e alienados, pedem desculpas por entregá-los por valores monetários abstratos que desconsideram seus valores patrimoniais concretos; ou seja, são exportados a preços abaixo dos custos de extração e transporte!

A manipulação dos preços internacionais dos minérios é uma das ações mais escandalosas no controle da riqueza mundial. Ela é realizada por cartéis e oligopólios que reduzem a nada o valor desses patrimônios estratégicos, quando são transacionados internacionalmente. Segundo Gama e Silva, no livro *São Mesmo Nossos os Minerais Não-Energéticos?*, poucas dúzias de corporações transnacionais que atuam no setor mínero-industrial controlam no mundo as principais substâncias minerais. Além das tradicionais "sete irmãs", que dominam o mercado internacional do petróleo, outras seis o fazem com o alumínio, oito controlam 78% do mercado mundial de cobre, três imperam no níquel e duas no mercado do estanho. Diz Gama e Silva:

*Configurada a cartelização, sempre interessou a esses grupos dominar por baixo os preços das matérias-primas, pois qualquer prejuízo na exploração da lavra seria compensado nas etapas posteriores a esta primeira fase... Consolida-se assim o oligopólio internacional do setor mineral, o que leva a uma permanente desvalorização dos minérios em relação aos produtos finais".*

Com um código de mineração dos mais frouxos do mundo e a criminosa retirada da Constituição da categoria "empresa de capital nacional", que garantia o controle acionário sobre os empreendimentos que detinham concessões de nossas portentosas reservas minerais, o controle nacional sobre esses estratégicos bens patrimoniais é semelhante ao que se preserva nas conhecidas casas de tolerância. É inacreditável neste caso a irresponsabilidade do Estado brasileiro como preservador dessas cruciais riquezas para com as futuras gerações, razão de ser do Estado e sustentáculo concreto para garantir o futuro da nação. Temos, por isso, que merecer das novas gerações a mais profunda reprovação, como responsáveis por crime de lesa-pátria e alta traição.

**Havendo energia abundante, permanente e limpa do ponto de vista ecológico, em um mundo com extrema carência desse elemento absolutamente fundamental para todas as atividades do homem, para a manutenção da vida sobre a Terra e para garantir o equilíbrio**

**termodinâmico da ecosfera, podemos pensar com segurança no futuro do Brasil e (por que não?) de outros países; ou seja, podemos pensar seriamente em autodesenvolvimento e em retirar países hegemônicos do processo vulnerável em que vivem, visando a superar suas carências estratégicas sem a rapina e a violência, como têm sido suas práticas usuais.**

### 5. *Desenvolvimento* versus *crescimento econômico. Satanização dos países "em desenvolvimento". Efeito estufa, chuva ácida e rejeitos radiativos*

O conceito de desenvolvimento foi confundido pelos economistas com o de crescimento econômico, este último, medido pelo falso símbolo monetário, que, no caso brasileiro, tem resultado em anti-desenvolvimento. O tão alardeado desenvolvimento sustentável nada significa para nós. No modelo econômico dependente e no sistema financeiro que nos condiciona e oprime, ele é sustentável para quem? Com as políticas atuais dirigidas de fora do país e tendo como eixo a ditadura financeira, a quem irá beneficiar esse falso desenvolvimento? Na realidade, ele apenas representa retrocesso, subjugação, atraso, miséria e vergonha. A experiência já vivida é farta e definitiva, não somos todos um bando de idiotas e de há muito superamos a fase de trocar bugigangas por ouro! Quando, porém, se impuserem condições que garantam nossa auto-sustentação e soberania, então, poderemos conversar... No mesmo contexto da questão energética, mas também de importância planetária, interessando a todos, periféricos e hegemônicos, subdesenvolvidos e desenvolvidos — estando os vilões do lado dos últimos — está a questão ecológica.

Com o término da Guerra Fria, as nações mais ricas tentam transformar países do Terceiro Mundo em responsáveis pela destruição dos principais nichos ecológicos, quando eles foram os que os preservaram e são hoje as vítimas pela natureza mecanicista e monetária dos modelos econômicos que lhes são impostos, pela condução externa de seus mercados de exportação e pelo domínio da ditadura financeira que os inviabiliza. Assim, esses modelos, quando não transferem seus controles para o poder externo, deixam de considerar leis e princípios que regem a natureza física, levando à destruição dos patrimônios naturais. Estamos sofrendo o que *Le Monde Diplomatique* indentifica como a "Quarta Guerra Mundial".

A satanização dos países "em desenvolvimento", promovida principalmente por ONGs financiadas por oligarquias financeiras internacionais,

provoca a transformação da questão ecológica em nova ideologia de subjugação e miséria.

Entre os efeitos ecológicos negativos, os mais perigosos são o efeito estufa, a chuva ácida e os provocados pelos rejeitos radiativos, relacionados respectivamente com a queima de combustíveis fósseis e com a fissão do núcleo atômico para fins energéticos e para a produção de bombas nucleares. Apenas dez países altamente industrializados são responsáveis pela queima de mais de 70% dos combustíveis fósseis — principais responsáveis pelo efeito estufa e pela chuva ácida — e concentram de modo absoluto (incluindo a ex-URSS) a produção de rejeitos radiativos.

Em adição, existem centenas de diferentes tipos de resíduos industriais altamente tóxicos mantidos em reservatórios de segurança relativa. Somente nos EUA, segundo a revista *Newsweek*, existiam em 1980 cerca de 20 mil reservatórios dessa natureza.

A questão ecológica, pelas suas conseqüências, atinge a consciência mundial e oferece amplo espectro de negociação, como já ocorreu na conferência mundial ECO-92, no Rio de Janeiro, com a participação de mais de uma centena de chefes de Estado e de governo. Lamentavelmente, os acordos longamente negociados e firmados não estão sendo respeitados e até vêm sendo violentados pelas grandes potências.

As causas dos mais graves efeitos ecológicos sobre a ecosfera derivam assim da queima extensiva e intensiva de combustíveis fósseis e, detida a corrida armamentista nuclear, da geração de energia elétrica em reatores atômicos. Neste amplo contexto de dificuldades, somente formas energéticas derivadas da biomassa — de modo enfático, da biomassa tropical — podem representar alternativas limpas e permanentes, compatíveis com a dimensão desses gravíssimos problemas.

Mais uma vez, as evidências mostram que o Brasil reúne condições para desempenhar papel central também nesta questão de âmbito planetário, desde que seja resgatada e garantida a sua soberania. Daí o título deste livro.

Não fazem sentido razões como: "o avanço tecnológico encontrará outras alternativas", formuladas por quem não sabe o que está falando. De uma certa maneira, esse habitual desvio da realidade é semelhante aos riscos que incorrem os jogadores de pôquer, que, entretanto, gozam de maior probabilidade de acerto, pois eles têm condições de dimensionar os riscos ao pagar para ver, não deixando, portanto, dúvidas, ao contrário de alguns bisonhos definidores de políticas atuais em áreas estratégicas.

O jogo na questão energética, arrastado por grandes interesses econômicos e conduzido por financistas, lembra a postura de "feiticeiros" e é criminoso pelos devastadores efeitos que pode causar. Não se mudam as leis da natureza e os princípios da termodinâmica ao bel-prazer de tecnocratas do dia, que absolutamente nada entendem dessas questões, como o demonstram seus planos e ações.

Para esclarecer essas complexas questões ante a sociedade, é necessário estimular o debate baseado no conhecimento e na experiência. São questões que podem comprometer o futuro da vida sobre o planeta e a preservação dos patrimônios naturais básicos. Ademais, a ciência e a natureza não aceitam as manipulações usuais no campo das finanças e que promovem uma corrida para o abismo. Ciência é ciência, biombo de interesses é outra coisa!

### 6. *Biomassa, única e definitiva saída para o efeito estufa. O Sol, reator a fusão nuclear dos trópicos. Necessidade de limpar a atmosfera de múltiplos venenos que a contaminam*

A queima de combustíveis fósseis lança na atmosfera quantidade descomunal de anidrido carbônico ($CO^2$) — mais de 6 bilhões de toneladas de carbono por ano, já em 1995 — que fica acumulado na alta atmosfera, impedindo que a energia solar não absorvida e refletida pela Terra possa escapar para o espaço sideral. Isso provoca o armazenamento cumulativo e contínuo de energia calorífica, que fica prisioneira na baixa ecosfera e que ocasiona o aumento de sua temperatura média. Esse é o fenômeno natural designado como efeito estufa, que tanto assusta pelos seus efeitos potenciais.

Na realidade, está-se devolvendo à atmosfera, pela queima, em curtíssimo período de tempo — poucas gerações — o anidrido carbônico ($CO^2$) que foi acumulado na estrutura química de vegetais, por meio do processo de fotossíntese, formando hidratos de carbono. Estes são moléculas contendo carbono (C), oxigênio (O) e hidrogênio (H). Elas formam-se por reação química endotérmica (com absorção de radiação solar), a qual fixa anidrido carbônico do ar, carbono de matérias orgânicas do solo e da água (H2O). Deste modo, a energia solar, graças à fotossíntese, acumula-se nas plantas pela formação desses hidratos de carbono, formas químicas vegetais armazenadoras de energia.

Os hidrocarbonetos (petróleo, gás natural e outros fósseis) e o carvão mineral formam-se pela fossilização, em eras geológicas, de hidratos de carbono vegetais e animais microscópicos, que perdem no processo de fossilização o oxigênio, compondo-se basicamente, portanto, de carbono

(C ) e hidrogênio (H). De acordo com a composição química dos meios onde se formam, e outros elementos, como enxofre (S), fósforo (P) etc., podem associar-se na composição dos combustíveis fósseis, como contaminantes.

Ou seja, a biomassa e os combustíveis fósseis têm a mesma origem energética; o Sol. Têm também a mesma composição molecular, apenas os hidratos de carbono são oxigenados e os hidrocarbonetos, não. Esse fato é muito importante para os efeitos ambientais decorrentes da queima dos combustíveis deles derivados. Ou seja, aqueles vindo da biomassa — oxigenados — produzem, pela queima, reduzida quantidade do perigoso monóxido de carbono (CO) e promovem um balanço negativo entre a $CO^2$ que resulta da queima e o que as plantas absorvem da atmosfera na sua formação. Isso dá-se em período relativamente curto se comparado ao período de formação dos combustíveis fósseis, que, na sua origem, absorveram o $CO^2$ da atmosfera ao longo de um passado que vem de centenas de milhões de anos...

Desse modo, a queima de hidrocarbonetos de origem fóssil provoca na atmosfera um desequilíbrio de $CO^2$, posto que este é lançado em tempo curto — poucas gerações — quando levou eras geológicas em processo de fossilização, após ser retirado da atmosfera pela via vegetal e acumulado sob a forma de hidratos de carbono. Este se transforma em combustíveis fósseis, hidrocarbonetos, em processo que, como vimos, dura centenas de milhões de anos.

Em contrapartida, a queima de combustíveis extraídos da biomassa reduz o $CO^2$ já acumulado na alta atmosfera, pois a biomassa absorve mais $CO^2$ do ar ao formar-se como vegetal do que quando o devolve pela queima de seus derivados energéticos. Ou seja, o uso extensivo desses combustíveis representa um modo efetivo de reduzir o $CO^2$ já acumulado na alta atmosfera, provocado pela queima acelerada de combustíveis fósseis. Eles são, portanto, a única solução efetiva e possível para a redução do $CO^2$ já acumulado e, conseqüentemente, o modo de reduzir e até evitar os temidos danos do efeito estufa.

Há ainda uma diferença fundamental já aqui evidenciada: os fósseis formam-se em eras geológicas e têm volumes limitados no tempo e no espaço; pelo uso intensivo, estão em processo permanente de redução de reservas. Ou seja, são não-renováveis e constituem um patrimônio estratégico que, uma vez consumido, não se reproduz, ao contrário do volátil e artificial capital financeiro.

A biomassa no entanto forma-se de modo continuado, como fonte permanente de energia sempre renovada, se for evitada a barbárie da destruição ecológica. Ou seja, ela pode ser usada como dividendo de

uma fonte imensa e "eterna" de energia, o Sol: reator a fusão nuclear "dos trópicos".

A queima extensiva de combustíveis fósseis promove o desaparecimento de patrimônios energéticos finitos, em sistemática semelhante à de herdeiros perdulários que consomem o patrimônio recebido de seus pais e ficam depois sem nada, morrendo na miséria...

A retirada do gás carbônico do ar para formar os combustíveis fósseis em eras geológicas, por meio de reação química com a água, formando os hidratos de carbono (vegetais e animais), e sua devolução extemporânea para a atmosfera em prazo relativamente curto — poucas gerações — pode, pelo efeito estufa, provocar brutais desequilíbrios termodinâmicos na ecosfera, com mudanças radicais de climas, formação de cataclismas, furacões etc.

Suas conseqüências podem ser previsíveis, pelas gigantescas quantidades de energias envolvidas. Esses desequilíbrios promovem - já o estão promovendo, embora em escala ainda incipiente — mudanças de climas, com possíveis e devastadores efeitos econômicos. Dando-se continuidade acelerada a esse acúmulo de gás carbônico na alta atmosfera, poder-se-ão provocar cataclismas de violência inusitada, jamais vistos pelo homem. Eles resultarão de quantidades descomunais de energia que romperam seu instável estado de equilíbrio pelas brutais alterações termodinâmicas na ecosfera, provocadas pelo efeito estufa.

O efeito "El Niño", por exemplo, que inverte o sentido de correntes marítimas, na direção leste-oeste, no Oceano Pacífico e que tem influência nas chuvas das regiões amazônicas, nas secas do Nordeste brasileiro e nas inundações do Sul, envolve quantidade de energia estimada por especialistas em valores equivalentes às produzidas por centenas de milhões de explosões de bombas nucleares do porte da lançada sobre Hiroxima.

A elevação da temperatura média da Terra, resultante do acúmulo de gás carbônico ($CO^2$) na alta atmosfera, pode provocar dinâmica com características ainda pouco conhecidas pela ciência, a fusão de montanhas de gelo que formam a calota polar antártica. Esse catastrófico fenômeno pode elevar em mais de 100 metros o nível médio dos oceanos e mares não confinados.

A chamada "chuva ácida", decorrente da queima de combustíveis fósseis possuidores em sua composição do enxôfre contaminante, ocorre em maior proporção pela utilização de carvões minerais e menos de petróleos e gases naturais. Essa "chuva", que traz em si diluído ácido sulfúrico, provoca a morte — da parte viva, naturalmente — de rios, lagos, lagoas e até mares internos, campos, montes e florestas.

A poluição das grandes cidades também provém, em grande parte, da queima de combustíveis fósseis, quer seja no sistema urbano de transportes, na indústria, quer em centrais termelétricas que usam combustíveis fósseis como fonte energética. Nesse caso, além de derivados do petróleo e carvão mineral, outros combustíveis fósseis, como xistos betuminosos, turfas, lignitos, entre outros, também contaminam o ar com uma plêiade de venenos — monóxido de carbono (CO), óxidos de nitrogênio (NOx) e de enxôfre (SOx), chumbo (Pb), benzenos e outras substâncias cancerígenas, particulados de toda espécie etc.. Não excluamos os imensos riscos de contaminação radiativa decorrente de acidentes em centrais termelétricas nucleares. Tudo isso constituem problemas de extrema gravidade para algumas megalópoles e ameaçam à vida no planeta Terra.

Esses problemas ecológicos e de poluição localizada, entre muitos outros da mesma natureza, podem ser resolvidos de modo definitivo pelo uso extensivo de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos obtidos a partir da biomassa. Nesses casos, os contaminantes químicos deixam de existir, e a formação do perigoso monóxido de carbono passa a ser desprezível, ao contrário do que ocorre com a queima de hidrocarbonetos de origem fóssil. Da queima de combustíveis derivados da biomassa apenas resulta o gás carbônico ($CO^2$) inócuo, em proporção inferior ao que é captado pelas plantas, em tempos relativamente próximos, para formar os hidratos de carbono de origem. Nenhuma semelhança com a desproporção superavitária de $CO^2$ e do perigoso monóxido de carbono (CO), formados pela queima de hidrocarbonetos de origem fóssil.

O continente brasileiro, seguido pelo sudeste da Ásia, teria condições de liderar a superação dessas duas questões intimamente relacionadas, de alcance planetário e de crucial importância para o futuro da humanidade nos campos energético e ecológico. Os imensos interesses econômicos envolvidos, de um lado, e a impossibilidade prática das potências econômicas resolverem essas questões com recursos naturais próprios, de outro, têm impedido, de modo lamentável, seus adequados equacionamentos.

A razão central, porém, resulta da inconsciência generalizada dessa realidade, promovida pelo marketing de gigantescas corporações que controlam o mercado dos combustíveis fósseis; dos principais usuários industriais, entre os quais, de modo ponderável, estão a indústria automobilística mundial e os fabricantes de equipamentos que os utilizam além do desvio da verdade na consciência da população, pelo enfoque estritamente mercantil dos meios de comunicação de massa, de controle privado, e a convivência governamental.

Nenhum interesse, por mais legítimo que seja, consegue sobrepor-se aos objetivos mercantis e imediatistas dessas corporações. De uma certa maneira, isso está levando as principais potências mundiais, por falta de efetiva possibilidade de solução, a uma situação que, pelo desespero, pode chegar a medidas de perigosa agressividade, que as práticas mercantis atuais não terão motivação nem meios para impedir.

Por isso, centrar tudo no que chamam de mercado é uma forma muito perigosa de comprometer o futuro. Cabe portanto às autoridades nacionais de peso mundial, com compromissos profundos com a vida e o futuro de seus povos, e que têm a responsabilidade de dirigi-los, alertarem a sociedade para essas graves questões que vimos procurando detalhar neste trabalho. A tentativa da ECO-92 resultou até agora em fracasso quanto às medidas nela decididas, pois os chefes de Estado e de governo não estão conseguindo orientar as forças econômicas de seus respectivos países na direção dos compromissos ali assumidos. Eles pensam mais em suas respectivas reeleições do que nas responsabilidades de Chefes de Estado. Ademais, os processos eleitorais têm conduzido para essas funções indivíduos altamente desqualificados, para dizer o melhor, como Collor de Mello, Menem, Pérez, Salinas de Gortari e FHC, entre outros.

Nações que detêm disponibilidades naturais compatíveis com a dimensão desses problemas mundiais, como é o caso do Brasil, têm o dever de promover essa consciência, louvando-se em experiências já realizadas e plenamente vitoriosas, imaginadas fora do contexto da armadilha financeira que as tornariam inviáveis.

A decisão brasileira — impossível nas atuais circunstâncias — de convergir para decidido compromisso com o futuro nessas questões corresponde a incomparável serviço na direção de garantir a sobrevivência do homem sobre a Terra. Ela será capaz de remover parte ponderável das gravíssimas advertências levantadas por tantos chefes de Estado e de governo na ECO-92. Estará também evidenciando a conveniência de nos afastarmos de insensatos caminhos que vêm infelicitando nosso povo nestes últimos tempos, e que, inexoravelmente, nos levarão ao desastre...

Esse afastamento certamente abrirá amplo campo de negociações com outros povos, o que possibilitará frear a tentativa oportunista de países hegemônicos — suas ONGs, corporações ecológicas em mais um quadro ideológico para satanizar países com o potencial do Brasil, subjugando-os a seus interesses, para em definitivo tentar apoderar-se, no grito, de seus insubstituíveis patrimônios naturais estratégicos.

Como nos ensina a história contemporânea, não faz parte das tradições desses países, hoje hegemônicos, ajudar na solução de questões

cruciais da humanidade, como as que vimos aqui relatando.

Essa é a bandeira que contrapomos à nossa satanização, promovida de fora do país e favorecida por traidora e espúria classe dirigente.

É essencial, portanto, capacitar-se para administrar esse extraordinário projeto histórico de salvar o homem de previsíveis hecatombes provocadas quer pelo uso perdulário ou pela extinção de combustíveis fósseis, ou, ainda, pelos rejeitos radiativos da fissão nuclear, sob um quadro de poder fundamentado em teorias inconsistentes com a realidade e que têm por base uma falsa e delinqüente simbologia de riqueza.

Cabe realizar agora o grande sonho dos racionalistas otimistas, que vêem no controle da fusão nuclear a solução definitiva para a questão energética da humanidade.

Não é entretanto necessário esperar tão longínquo e hipotético veredicto, pois os trópicos, e especialmente o Brasil, têm em suas mãos essa realização por meio do Sol, nesse caso tendo por base o humanismo da nossa cultura, a generosidade do nosso povo e a decisão inarredável de construir a melhor e mais apoteótica civilização que o homem já viu neste nosso planeta de infortúnio.

# Bibliografia


—— "O Etanol como Combustível", documento que fundamentou a criação do Programa Nacional do Álcool pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico da Presidência da República, Coordenação de J.W. Bautista Vidal, set. de 1975. 94 p.

—— "Etanol: Combustivel e Matéria-prima", Semana de Tecnologia Industrial, STI/MIC; 459 p., dez. de 1976.

—— "Coco de Babaçu: Matéria-Prima para a Produção de Álcool e Carvão", junho de 1977, STI/MIC, 39 p.

—— "Manual de Energia Solar", STI/MIC, nov. 1978, 54 p.

—— Bautista Vidal, J.W., *De Estado Servil a Nação Soberana - Civilização Solidária dos Trópicos*, Petrópolis; Brasília, Editoras Vozes; Unb, 1987, 319 p. Prêmio "Casa Grande e Senzala", de Interpretação da Cultura Brasileira, 1987/88.

—— Sergio de Salvo Brito (ed.), Bautista Vidal, J. W. et al., *Desafio Amazônico: O Futuro da Civilização dos Trópicos*, Brasília, ed.UnB, 1990, 247 p.

—— Gama e Silva, R., *São Mesmos Nossos os Minérios Não-Energéticos*, 1985 e *Olho Grande na Amazônia Brasileira*, Ed. Rio Fundo, 1991.

—— Guimarães de Mello, Marcello, *Autodesenvolvimento - O Brasil Descobre a Energia Tropical*, 1991, s. r., 109 p.

—— Bautista Vidal, J.W., *Soberania e Dignidade, Raízes da Sobrevivência*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1992, 213 p.

—— Kurz, R., *O Colapso da Modernização - Da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, 243 p.

—— Bautista Vidal, J.W., e Guimarães de Mello, Marcelo, *Energia da Biomassa: Alavanca de uma nova Política Industrial*; Simões Filho, Sebastião, *A Civilização dos Hidratos de Carbono*; F. Gomes, Severo, *Os Trópicos e o Primeiro Mundo*; Hasenclever Borges, M., *Maciços Florestais nos Trópicos*; de Salvo Brito, Sérgio, *Os Trópicos e a Civilização*. Ensaios editados em *Carta 7* do senador Darcy Ribeiro, Brasília, Senado Federal, 1993.

—— Bautista Vidal, J.W, *O Esfacelamento da Nação*,Petrópolis, Petrópolis, Ed. Vozes, 1994, 216 p.

—— David Freeman, S., *Energy: The New Era*, Ed.Vintage, 1974.

—— G. Friedman et M. Lebard, *EUA & Japão, Guerra à Vista*, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1993, 411 p.

—— Hémery, Debier e Deleage, *Uma História da Energia*, título original *A Servidão do Poder*, tradução de Sérgio de Salvo Brito, Brasília, Ed. UnB, 1993.

—— Lazonick, W., *Business Organization and the Mith of the Market Economy*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994.

—— Araujo de Souza, N, *O Colapso do Neoliberalismo*, São Paulo, Ed. Global, 1995, 144 p.

—— Werneck Sodré, Nelson, *A Farsa do Neoliberalismo*, Rio de Janeiro, Ed. Graphia, 1995.

—— Puig, Carmen S., *O Rosto Moderno da Pobreza Global*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1995, 125 p.

—— Vasconcelos, Gilberto F., *O Príncipe da Moeda*, Rio de Janeiro, Ed. Espaço e Tempo, 1997, 264 p.

—— Forrester, Viviane, *O Horror Econômico*, São Paulo, Ed.Unesp, 1997, 154 p.

—— Klugman, P., *Internacionalismo Pop,* Ed. Campus, 1997, 213 p.

—— *Le Monde Diplomatique*, dez.95, jan., fev. e mar. de 96, jun. de 1997.

Masoquismo é permanecer atrelado burramente ao petróleo.

Com este livro estupendo Bautista Vidal revoluciona a maneira de interpretar a cultura brasileira e sua alienação energética, o divórcio sinistro entre a natureza e a economia. Cria as bases de uma grande Civilização dos Trópicos, justa e bela.

Ainda que refratária à práxis da biomassa, a mídia mercenária e alienada não vai conseguir afastar o público leitor da importância vital de *A Reconquista do Brasil*, livro nacionalista e ao mesmo tempo universal, pois nele encontram-se as bases físicas e cósmicas para salvar a vida sobre o planeta Terra.

Boa viagem, leitor.

Gilberto Felisberto Vasconcellos

**J.W. Bautista Vidal**

José Walter Bautista Vidal é "bachiller" pela Universidade de Santiago de Compostela e engenheiro com pós-graduação em Física na Universidade de Stanford. Professor das Universidades Federais da Bahia e de Brasília e da Estadual de Campinas. Foi, com 29 anos, o primeiro Secretário de Ciência e Tecnologia do Brasil, na Bahia e, por 3 vezes, Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio. Principal responsável pela implantação do Programa Nacional do Álcool, é autor de vários livros, o primeiro dos quais, *De Estado Servil a Nação Soberana* conquistou o Prêmio Casa Grande e Senzala 87/88, de Interpretação da Cultura Brasileira. Membro titular de inúmeros Conselhos Nacionais, é consultor de vários organismos internacionais, coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNB, conferencista da Escola Superior de Guerra e assessor do Congresso Nacional. Foi o coordenador científico da Conferência Internacional sobre Produção de Eletricidade a partir da Biomassa, promovida pela União Européia e realizada no Itamaraty, de 6 a 8 de outubro de 1997, em Brasília.

A dignidade e a honra exigem respeito para com nossos filhos e nosso povo. Cabe-nos, assim, promover a utilização plena de nossos portentosos patrimônios que a natureza e a história, pela sabedoria e sacrifício de nossos ancestrais, nos legaram. Por isso, temos o dever sagrado de defendê-los e sobre eles construir os alicerces de uma grande e justa civilização, a primeira dos trópicos, que reúne as melhores condições de firmar-se, para sempre, no processo histórico que leva à formação dos povos livres.

Para isso, a construção de instituições e instrumentos adequados é crucial. É inadmissível, portanto, transferir ou entregar a forças alienígenas o controle daqueles que já dispomos e que levaram décadas para serem construídos.

Não se pode prometer ao povo o que não se sabe fazer e, portanto, não se pretende cumprir, vivendo em servil dependência de poder externo. Temos que, pelo contrário, falar de poder, de poder nacional. Aquele que nos garante alcançar nossos objetivos permanentes e viver com dignidade. Isto somente é possível com a ruptura com o atual sistema que nos governa, imoral, dependente e enganador.

A História nos contempla e o julgamento de nossos descendentes virá inexorável. Chegou a hora das definições explícitas, luminosas e corajosas. Rejeitemos energicamente a omissão e a covardia, sinônimos de traição.

Mãos à obra, brasileiros!

ISBN 85-85114-96-7
9 788585 114961